DOCUMENTOS PARA A HISTORIA CONTEMPORANEA

JOSÉ DA SILVA CARVALHO

E

O SEU TEMPO

DOCUMENTOS PARA A HISTORIA CONTEMPORANEA

JOSÉ DA SILVA CARVALHO

E

O SEU TEMPO

COMPILAÇÃO ANNOTADA

POR

ANTONIO VIANNA

Socio correspondente
da Academia Real das Sciencias

SUPPLEMENTO

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1894

ADVERTENCIA

Este terceiro e ultimo volume da nossa compilação de documentos para a historia contemporanea contém um supplemento e os appendices que desligámos do segundo tomo para não o engrossar demasiadamente.

O supplemento é constituido pela copia da segunda edição do Manifesto ás côrtes e á nação portugueza, publicado por Silva Carvalho em 28 de fevereiro de 1836, não só com o fim de demonstrar a execução que teve a lei de 19 de dezembro de 1834 nas operações de fazenda que em virtude d'ella se fizeram, mas tambem para se defender das injustas accusações dos seus inimigos politicos. Devemos porém notar que o Manifesto de 28 de fevereiro de 1836 não tem só aquelle interesse especial e restricto, pois Silva Carvalho aproveitou a boa occasião que se lhe deparava, para nelle expor os seus planos financeiros e economicos e os principios scientificos de onde os derivara. É, portanto, um dos documentos mais importantes para a historia geral da epocha a que se refere. O titulo de supplemento, que lhe démos, justifica-se pela razão de apparecer aqui, na nossa collecção de *ineditos,* como terceira edição de um impresso que teve grande publicidade, mas hoje é raro. Julgamos, por isso, de vantagem abrir uma excepção para tão valioso escripto, tanto mais que o damos agora accrescentado com a refutação *inedita,* que Silva Carvalho deixou escripta pelo seu proprio punho, a fim de destruir a *Analyse do Manifesto,* publicada tambem em 1836, nos numeros 10 e 11 do periodico intitulado *Industrial Civilisador*.

Nos appendices publicamos, transcrevendo-os dos diarios da camara dos deputados, os discursos proferidos por Silva Carvalho nas sessões de 5 e 16 de outubro de 1840 e 30 de janeiro de 1841; e fazemol-o com justificado motivo, por isso que este estadista frequentes vezes os cita nas suas memorias, como sendo aquelles em que precisamente explicou os actos mais notaveis da sua administração e os mais impugnados. Apreciará, pois, o leitor que lhe poupemos o trabalho de manusear repetidas vezes os antigos volumes dos diarios officiaes. O discurso de 13 de janeiro de 1841, esse transcrevemol-o com um intuito diverso: aquelles servirão para avaliar a acção, os principios, emfim o valor do homem de estado; este, porém, terá, para os que amem e respeitem a memoria do grande ministro, o merito de transportar ao enthusiasmo a admiração que por ventura já tributassem ao seu nobilissimo coração.

Temos ainda, neste tomo, a longa correspondencia de D. Juan A. y Mendizabal com o governo portuguez, acêrca de negocios diplomaticos, politicos, militares, economicos e financeiros de Portugal e de Hespanha, e finalmente um curioso documento bibliographico — o catalogo da livraria de Silva Carvalho, feito pelo conhecido perito Innocencio Francisco da Silva.

Poderá á primeira vista parecer a algum leitor desprevenido que Mendizabal punha e dispunha discrecionariamente nos negocios de Portugal. Não era tanto assim. No Manifesto de 1836 ponderou Silva Carvalho: «as proposições do agente *(Mendizabal)* deixaram por vezes de ser admittidas e outras foram modificadas, o que não quer dizer que um só dos ministros se pejasse de seguir em materias d'esta natureza *(refere-se aos negocios financeiros)* um voto de tanto peso como o do sr. Mendizabal». Isto mesmo se deprehende das cartas de Mendizabal de 19 de abril, 8 e 16 de maio de 1834 e 13 de junho de 1835. De forma nenhuma o talento de Mendizabal, posto que muito brilhante, offuscou o dos seus amigos do governo de Portugal.

Aproveitando a ultima occasião que nos resta de pôr a mão neste nosso trabalho, faremos algumas correcções ao primeiro volume. — O auctor da carta de 4 de janeiro de 1833 é José Ferreira Borges. — A *Memoria* citada a pag. 250 foi publicada no primeiro relatorio de fazenda apresentado ás côrtes por Silva Carvalho em 1834. — Luiz Augusto Auffdiener foi no Porto o intermediario de Guilherme de Roure junto dos ministros. Este ultimo dirigia-lhe directamente a correspondencia occultando o nome sob o pseudonymo de Blackfield.

Finalmente, advertiremos que os documentos incluidos neste terceiro volume vão desacompanhados de commentario, porque já a elles nos referimos nas tres grandes notas do segundo tomo, de pag. 1 a 24, 39 a 47 e 81 a 140, onde encerrámos toda a critica que entendemos dever juntar-lhes para pôr em relevo a significação e importancia dos factos que esta obra pretende aclarar.

Antonio Vianna.

SUPPLEMENTO

I

MANIFESTO SOBRE A EXECUÇÃO QUE TEVE A LEI DE 19 DE DEZEMBRO DE 1834 NAS OPERAÇÕES DE FAZENDA QUE EM VIRTUDE D'ELLA SE FIZERAM [1]

Passou a lei de 19 de dezembro de 1834, pela qual o governo ficou auctorisado a emprehender quaesquer operações de fazenda para augmentar o credito publico: foi condição expressa d'esta concessão que o onus nacional não cresceria, nem na somma dos juros annuaes, nem tão pouco em o numero de annos, dentro dos quaes a divida havia de ser amortisada.

Tendo o governo acceitado estas clausulas, tratou sem demora de reduzir a effeito seus planos, na persuasão de que havia de apresentar ás côrtes na futura sessão o resultado dos trabalhos, que se achassem feitos; certo de que demonstraria não haver abusado da confiança que obtivera, e que as operações, fosse qual fosse o estado em que se achassem, eram proveitosas ao Estado.

Motivos que não importa referir agora, occasionaram quatro alterações ministeriaes durante o intervallo da sessão legislativa; e por obra da ultima das ditas alterações foram os actos da minha administração na repartição da fazenda submettidos, não ás côrtes como deviam ser, mas sim a uma commissão de pessoas todas (salvo uma) estranhas a qualquer dos poderes politicos.

E como se tudo isto ainda não fôra bastante, antes de ver-se na camara o relatorio de tal commissão foi este lançado em um jornal, cujos principios de politica e de moral são assaz notorios, como de proposito se fez circular no publico, não só desacompanhado dos esclarecimentos, que na camara electiva se havia julgado serem indispensaveis para o exame das materias, mas até seguido

---

[1] *Manifesto sobre a execução que teve a lei de 19 de Dezembro de 1834 nas operações de fazenda que em virtude d'ella se fizeram. Offerecido ás Côrtes e á Nação Portugueza, pelo Conselheiro de Estado José da Silva Carvalho.* Segunda edição. Lisboa. Typographia Patriotica de Carlos José da Silva & Comp.ª, Rua d'Atalaya n.º 33, 1.º andar. 1836.

Esta 2.ª edição é precedida da seguinte *Advertencia* dos editores:

«Havendo recebido auctorisação do Sr. José da Silva Carvalho para reimprimir por nossa conta o Manifesto que Sua Ex.ª fez á Nação Portugueza sobre o uso que em sua administração tivera a Lei de 19 de Dezembro de 1834, chamado o *Voto de Confiança,* accrescentamos esta nova edição com as importantes Tabellas de amortisação da Divida, que ao Auctor offerecera o Sr. Manuel Gonçalves de Miranda, e que não entraram na primeira por se achar concluida ao tempo do seu recebimento. Cremos fazer bom serviço ao publico dando-lhe agora um appendice que para muitos leitores menos versados na materia deve ser precioso. A carta do Sr. Miranda dirigindo as referidas Tabellas tambem nos pareceu digna de publicar-se por conter explicações interessantes. Lisboa 1 de Maio de 1836».

SUPPLEMENTO

I

MANIFESTO SOBRE A EXECUÇÃO QUE TEVE A LEI DE 19 DE DEZEMBRO DE 1834 NAS OPERAÇÕES DE FAZENDA QUE EM VIRTUDE D'ELLA SE FIZERAM[1]

Passou a lei de 19 de dezembro de 1834, pela qual o governo ficou auctorisado a emprehender quaesquer operações de fazenda para augmentar o credito publico: foi condição expressa d'esta concessão que o onus nacional não cresceria, nem na somma dos juros annuaes, nem tão pouco em o numero de annos, dentro dos quaes a divida havia de ser amortisada.

Tendo o governo acceitado estas clausulas, tratou sem demora de reduzir a effeito seus planos, na persuasão de que havia de apresentar ás côrtes na futura sessão o resultado dos trabalhos, que se achassem feitos; certo de que demonstraria não haver abusado da confiança que obtivera, e que as operações, fosse qual fosse o estado em que se achassem, eram proveitosas ao Estado.

Motivos que não importa referir agora, occasionaram quatro alterações ministeriaes durante o intervallo da sessão legislativa; e por obra da ultima das ditas alterações foram os actos da minha administração na repartição da fazenda submettidos, não ás côrtes como deviam ser, mas sim a uma commissão de pessoas todas (salvo uma) estranhas a qualquer dos poderes politicos.

E como se tudo isto ainda não fôra bastante, antes de ver-se na camara o relatorio de tal commissão foi este lançado em um jornal, cujos principios de politica e de moral são assaz notorios, como de proposito se fez circular no publico, não só desacompanhado dos esclarecimentos, que na camara electiva se havia julgado serem indispensaveis para o exame das materias, mas até seguido

---

[1] *Manifesto sobre a execução que teve a lei de 19 de Dezembro de 1834 nas operações de fazenda que em virtude d'ella se fizeram. Offerecido ás Côrtes e á Nação Portugueza, pelo Conselheiro de Estado José da Silva Carvalho*. Segunda edição. Lisboa. Typographia Patriotica de Carlos José da Silva & Comp.ª, Rua d'Atalaya n.º 33, 1.º andar. 1836.

Esta 2.ª edição é precedida da seguinte *Advertencia* dos editores:

«Havendo recebido auctorisação do Sr. José da Silva Carvalho para reimprimir por nossa conta o Manifesto que Sua Ex.ª fez á Nação Portugueza sobre o uso que em sua administração tivera a Lei de 19 de Dezembro de 1834, chamado o *Voto de Confiança*, accrescentamos esta nova edição com as importantes Tabellas de amortisação da Divida, que ao Auctor offerecera o Sr. Manuel Gonçalves de Miranda, e que não entraram na primeira por se achar concluida ao tempo do seu recebimento. Cremos fazer bom serviço ao publico dando-lhe agora um appendice que para muitos leitores menos versados na materia deve ser precioso. A carta do Sr. Miranda dirigindo as referidas Tabellas tambem nos pareceu digna de publicar-se por conter explicações interessantes. Lisboa 1 de Maio de 1836».

de um commento cheio de calumnias e de inepcias, escriptas com o fim de prevenir o juizo da nação contra as operações que acintemente haviam desde muito tempo, em publico e em particular, sido taxadas de ruinosas, em meio de declamações vagas, cujo objecto era reduzir a descredito os auctores e instrumentos de taes operações.

Se se considerar que este procedimento era tanto menos de esperar quanto o sr. ministro Campos conviera em apresentar na camara o dito relatorio, e todos os mais documentos de contas, simultaneamente, para que as operações da minha repartição houvessem de ser examinadas em sua totalidade, achar-se-ha a causa porque eu não pude resistir ao sentimento que tamanha deslealdade me causou; e fiz publicar pela imprensa que desde logo daria á luz a *Historia verdadeira* das transacções de fazenda que tiveram logar no tempo da minha administração, para que as côrtes e a nação pudessem, á vista dos documentos e provas necessarias, decidir da boa fé de uma e outra administração: digo d'aquella a que eu pertenci, e da que foi nomeada em 17 de novembro passado.

Este caso é totalmente novo: o poder executivo é louvado, ou censurado, ou accusado pelo legislativo, e julgado por conseguinte; mas aqui o executivo trama contra o executivo, e um ministerio accusa outro ministerio para tornar odiosos os seus actos; obrigando o accusado a tomar em certos pontos a offensiva indispensavel para sua justificação.

Alguem dirá que o sr. ministro Campos não commetteu acto de hostilidade deixando correr impresso e abandonando aos jornaes o relatorio da commissão por elle escolhida e nomeada: difficilmente poderia s. ex.ª salvar-se da vehementissima suspeita de haver procedido com dobrez; mas, sem recorrer ao incerto exame dos sentimentos de qualquer homem, pode ajuizar-se com segurança que o sr. Campos se conformou com o parecer da referida commissão louvando-a por uma portaria sua, vindo de aqui o inferir-se que elle não julgou necessario o voto da camara, nem guardar com ella a menor attenção, apresentando-lhe antes de o publicar o dito relatorio com o orçamento, acompanhado de todos os documentos que a pudessem esclarecer sobre materia tão grave. O certo é que o relatorio da commissão até hoje, que são 28 de fevereiro, não appareceu na camara.

Com esta publicação astuciosa quiz, ao que parece, s. ex.ª prevenir a opinião do povo, em quem fazem grande força as primeiras impressões; ou antes quiz que a administração de que formei parte, e eu principalmente, fossemos julgados sem ser ouvidos, por um publico propenso a apaixonar-se, e não pelos representantes da nação, depois de ouvidas todas as razões pró e contra: o que se pretendeu foi fazer crer que havia contra a fazenda publica um alcance espantoso, antes que a verdade de tal affirmativa se demonstrasse — sem provas, sem exame, não dizendo sequer (da existencia do alcance) em que as sommas d'elle haviam sido consumidas.

É extraordinario este procedimento, é inaudito, e capaz só de per si de acabar com a força moral de qualquer administração. Podem levantar-se suspeitas sobre o desempenho dos deveres de um ministro; pode contra elle vogar uma opinião facticia ou verdadeira; nada d'isto prova o seu crime; e emquanto não for sentenciado, é innocente. A justiça pede que o seu successor lhe ministre todos os meios de defender-se; mas se, em logar de proceder assim, procura artificiosamente dar corpo ás suspeitas, augmentar a indisposição e prevenir o juizo do publico, que poderá pensar-se da sua boa fé, da sua generosidade, da sua imparcialidade? E que acontecerá se o successor do homem que assim obra, usar contra elle das mesmas armas? Não é meu objecto examinar as consequencias.

Antes de expor qual foi a execução que teve por mim, e pela administração de que formei parte, a lei de 19 de desembro de 1834, entendo dever manifestar quaes sejam os pontos essenciaes do meu systema sobre administração de fasenda.

É certo que dos relatorios que tenho tido a honra de apresentar ás camaras estes pontos capitaes se hão podido conhecer e avaliar; mas como o tempo corre em frequente successão de acontecimentos diversos, e todos importantes, não seria de estranhar que estas noções occupassem hoje a memoria de poucos individuos.

A maior injustiça que se tem feito aos meus principios, e aos d'aquellas pessoas com quem por vezes me vi ligado na administração, consiste em dar-se de barato, e como cousa provada, que eu e elles sejamos ou jámais nos mostrassemos apaixonados pelo systema dos emprestimos.

Esta injustiça ha sido tanto mais estranhavel quanto a falsidade da imputação de muitos modos se tem encoberto, apresentada esta como argumento *a posteriori* contra as operações de emprestimos, que se effeituaram durante a usurpação, e para derribal-a, e continuaram ainda depois de finda a guerra civil.

Para mais odiosas tornar estas operações muito se tem dito no vago de uma generalidade interminavel — v. g. que de emprestimos tem provindo a ruina de muitos estados; que a administração, illudida com os exemplos de Inglaterra, não tinha sequer o descernimento necessario para avaliar a differença que se dá entre uma rica nação industriosa e uma nação pobre e fallida de recursos proprios; que escolheramos o methodo de prover ás despesas do dia, com o proposito e fim de nos conservarmos nos logares; não curando da sorte futura do nosso paiz, e onerando as gerações por vir com horrorosissimos encargos.

Nada ha mais injusto pelo que me diz respeito, porque nem um só acto meu se pode com verdade citar em prova da minha affeição ao systema dos emprestimos, quando pelo contrario existem factos que demonstram uma tendencia diametralmente opposta: eu destrui, e concorri para que fossem destruidos, projectos de emprestimos, offerecidos em occasiões de angustia, e com apparencias da mais admiravel generosidade — emprestimos que, se fossem admittidos e contratados, deixariam a nação vendida a impostores miseraveis, que por mil modos tentaram fazer fortuna á custa da nossa desgraça. Tocarei em alguns d'elles mais abaixo.

O systema de emprestimos para occorrer ás necessidades dos estados tem partidistas e até admiradores; porém deve entender-se que não são aquelles emprestimos que Montesquieu, Hume, Raynal e outros escriptores insignes fulminaram, como origem da ruina das nações. O systema que tem por defensores homens do maior merito na sciencia das finanças foi descoberto mais modernamente, e praticado em Inglaterra; e consiste em levantar um tributo, com que se pague o juro de qualquer quantia, e a sua respectiva amortisação, ficando assim segura a extincção da divida contrahida dentro de um certo e determinado numero de annos.

Pitt, Vansittart e Colquhoun seguiram este systema, e tiraram d'elle os melhores resultados; lograram acudir ás grandes despesas indispensaveis para a salvação publica, e independencia do seu paiz, sem lançarem sobre o povo taes tributos, que dessem cabo da sua industria. A divida veiu a crescer; mas com o progresso da industria cresceram prodigiosamente os meios de a extinguir.

Não faço menção d'estes factos porque o meu caso, ou antes o nosso caso, possa comparar-se com o que deixo referido.

A tentativa que fizemos para debellar a usurpação nenhuma paridade tem, em quanto a meios, com a empresa abraçada por aquelles grandes homens de

Estado. Elles podiam optar entre mais de um systema; propor á camara dos communs aquelle que julgassem preferivel — o governo era senhor do seu territorio em todas as partes do mundo e de riquezas immensas; porém, nem os ministros que me precederam, ao effeituar os emprestimos de 1831 e 1832, nem eu, quando no Porto, em Lisboa e Londres levantei os dinheiros necessarios para a conclusão da guerra, tinhamos a menor possibilidade de seguir outro systema, quero dizer, o dos tributos; a causa é simples: não havia nação sobre que lançar impostos. Claro está pois que nem eu nem nenhuma das pessoas que antes de mim foram chamadas aos conselhos do Duque de Bragança, porque houvessem ou proposto ou approvado o recurso de levantar dinheiro por meio de emprestimos para guerrear a usurpação, se segue terem dado a menor prova de que eram apaixonadas dos emprestimos.

Pelo que respeita á sua epocha em que houve occasião de levantar dinheiro em praças estrangeiras, seja-me permittido referir o que me parece bastante para chegar a egual conclusão.

Tendo felizmente acabado a guerra, devia o governo occupar-se com a maior diligencia de organisar a administração interna em todas as suas partes: — a que mais carecia de remedio era a da fazenda; porque o reino havia sido devastado por exercitos de barbaros durante muitos annos, em toda a extensão d'elle.

Era impossivel contar com a regular arrecadação de tributos; nem, qualquer que fosse o meio, se acharia numerario para satisfazer a esses pagamentos, no estado de dissolução em que todas as cousas ficaram. Ao mesmo tempo tinha o governo para pagar a um exercito e marinha respeitaveis com que fazia despesas extraordinarias — não só pela consideravel força a que ambos haviam subido, mas tambem pelo grande numero de corpos, e guarnições, e officiaes estrangeiros, que venciam soldos exorbitantes.

Estas circumstancias ao homem mais forte inspirariam desalento; mas os meus collegas e eu considerámos quão grandes recursos devia offerecer o reino, beneficiado pelas leis protectoras, que foram promulgadas pelo Duque de Bragança, se uma administração patriotica se esforçasse em tirar partido dos meios que havia. No meu relatorio de 30 de agosto de 1834, apresentado na sessão extraordinaria das côrtes, e no de 24 de janeiro de 1835 offerecido na sessão ordinaria, fui assaz explicito na demonstração dos ditos recursos, e das vantagens que d'elles poderiam resultar, manejados com zêlo e habilidade. E tão palpavel tornei a verdade do que me propunha demonstrar, que mereci á camara dos senhores deputados, por uma grande maioria, a confiança que me deu na lei de 19 de dezembro de 1834, promulgada na sessão extraordinaria, e continuada em vigor com a sancção do corpo legislativo na sessão seguinte.

Os emprestimos que se haviam contrahido durante a guerra foram muito mais productivos do que pudera esperar-se do estado de incertezas e difficuldades em que laboravamos ao tempo em que elles se effeituaram: — digo productivos, porque havendo o seu preço, no geral, excedido em muito o preço a que então corriam os fundos portuguezes do emprestimo de 1823 (cujas valiosas garantias ninguem ignora), não podem deixar de considerar-se vantajosos, attendendo á falta absoluta em que nos vimos d'essas garantias. E ainda por outra razão, e fortissima, devemos qualificar de muito productivos taes emprestimos; porque o seu resultado foi a restauração do throno da Rainha, e a salvação da patria. Comtudo, considerando-os sem referencia a estas circumstancias, e na epocha em que o nosso credito havia já feito notavel differença, ninguem podia deixar de os avaliar por mui lesivos.

Dando toda a attenção a este estado de cousas, e auxiliado pelas informações que me foram ministradas pelo meu amigo o sr. J. A. y Mendizabal, observei que estes emprestimos venciam um juro mui alto, comparado com o juro corrente que hoje pagam na Europa os governos das nações civilisadas; e por isso, de accordo com os demais membros da administração de que eu formava parte, concebi o projecto de aproveitar o augmento do credito do governo, e fazer a conversão da nossa divida, tirando d'esta operação o maior partido que fosse possivel a favor da fazenda publica.

Este plano é quasi tão antigo como o termo da guerra civil. O unico tropeço que lhe obstava era a circulação de uma moeda fraca, por cujo effeito, não podiamos aspirar a fazer subir o preço das novas apolices nas praças estrangeiras acima do par, quando outras apolices do governo portuguez corriam em Portugal com 20 e 30 por cento de rebate. Este embaraço, porém, foi removido decretando-se a extincção do papel-moeda, e com tanta fortuna, que, não sómente se conseguiram com extraordinaria rapidez os meios de a levar a effeito, mas até em resultado d'ella tomou desde logo o credito publico o vôo com que subiu muito acima da altura a que chegavam as nossas esperanças.

Esta occorrencia me fez determinar resolutamente; e por isso não duvidei no começo da sessão extraordinaria avançar no meu relatorio de agosto de 1834 as seguintes palavras: «E a extensão do nosso credito, consequencia de tantas vantagens, nos habilitará em breve a reduzir os nossos 5 por cento a 4, e muito provavelmente a 3, como têem conseguido aquellas nações que hoje nos servem de norma, e nos dará meios de uniformar, como tanto convém, a nossa divida interna, com relação á sua diversa origem e valores».

Este systema o não dou eu, nem dei jámais como de invenção minha: outros governos o haviam posto em pratica com mais ou menos vantagens. Pitt foi o ministro talvez que d'este recurso menos poude aproveitar-se, porque preferiu contrahir emprestimos com juros mui tenues durante a guerra, do que lhe resultou que, tendo obtido um capital comparativamente menor, veiu no fim da lucta o governo a achar-se inhabilitado para tirar partido do augmento do credito.

Este exemplo não foi perdido para mim; pois quando se tratou de contrahir o emprestimo para a extincção do papel-moeda, preferi dar o juro de 6 por cento para obter maior somma de capital; na firme persuasão de que poderia reduzir em tempo opportuno este juro, como effectivamente aconteceu; resultando da conversão relativa ao dito emprestimo ficar-se pagando um juro equivalente a $4^1/_2$ em logar dos 6 por cento primitivos.

Tendo sido o meu plano, como fica demonstrado, levantar dinheiro a preços mais baixos, para fazer uma conversão de que devia resultar grande economia annual nos juros, e maior brevidade na extincção da divida, ninguem poderá sustentar, em vista das operações que tiveram logar nesta segunda epocha, que eu, nem a administração a que tive a honra de pertencer, sejamos apaixonados do systema dos emprestimos.

Julguei dever fazer estas explicações para atacar um preconceito desgraçado com que se tem pretendido assustar, e indignar o publico a meu respeito, e a respeito das pessoas com quem eu servi na administração, denominando-nos ministerio dos emprestimos.

Entrarei agora nas particularidades das operações que tentei e consegui effeituar; relatarei fielmente o caminho que nestes negocios seguiu a agencia financeira de Londres; apresentarei o estado da nossa divida estrangeira, e da que corria a cargo da Junta de Credito em 19 de dezembro de 1834, e o estado

d'essas mesmas dividas em 17 de novembro de 1835, quando pela segunda vez sahi do ministerio, e, finalmente, depois de provar que os juros annuaes diminuiram em logar de augmentarem, como se tem pretendido insidiosamente fazer crer, eu provarei mathematicamente a quantos milhões montou o lucro que de taes operações effectivamente entrou na caixa do Thesouro.

Alguem supporá talvez que eu, valendo-me do argumento plausivel tirado das nossas vicissitudes politicas, e alterações ministeriaes, occorridas desde que se fechou a ultima sessão legislativa, pretenda justificar, ou desculpar perdas occorridas ao Thesouro, e fallencia ou mallogro de meus planos; alguem esperará ler neste escripto que nada foi possivel fazer em beneficio da nação; — que apenas no mez de abril do anno passado se puderam concluir em Londres as primeiras operações, em execução da lei de 19 de dezembro, e em maio as primeiras em Lisboa, e que logo nesse mesmo mez, eu e os meus collegas fomos obrigados a deixar a administração.

Desde já declaro que estou mui longe de adoptar taes argumentos; porque não é meu proposito escrever em defensa propria, quando não ha faltas de que eu possa ser accusado. O que pretendo fazer é patentear ao publico, segundo annunciei em uma carta que na data de 20 do corrente fiz inserir em alguns jornaes, os interesses que provieram á nação dos meus planos de fazenda; e reclamar a publica censura contra todos aquelles que, sem os dados necessarios, e, o que ainda é mais, sem se darem ao trabalho de os colligir, directa ou indirectamente conspiraram contra a melhor execução d'esses planos, não se pejando de invocar calumnias e absurdos, para manchar o meu patriotismo e a minha honra.

Não sou eu o primeiro ministro a quem a ignorancia e a maledicencia atacam, obrigando-o a provar a iniquidade das accusações: tenho bom exemplo em lord Grenville, que, depois da sua sahida do ministerio, demonstrou a vantagem que se seguiria dos planos que adoptara, e cujo effeito foi mallogrado pela sua sahida da administração, e outros successos — felizmente para mim, eu posso demonstrar vantagens reaes já obtidas, e outras que se obteriam de certo, se o meu systema não fosse acintosamente destruido depois que deixei o ministerio.

Das actas do conselho de ministros de que formei parte, e que vão dadas por copia no logar competente, se demonstra a regularidade e circumspecção com que se procedeu na execução da lei de 19 de dezembro de 1834.

Não posso ajuntar a correspondencia com a agencia de Londres, que derivou das resoluções exaradas nas actas, porque essa correspondencia existe toda no Thesouro; tudo quanto era confidencial eu o fiz entregar ao actual ministro da fazenda, quando elle em maio pela primeira vez me substituiu, como se vê da copia do seu recibo.

Se se comparar a clareza d'estas actas com a obscuridade do relatorio da commissão, e se se considerar que em uma operação o maior ou menor valor (cem ou cem mil contos) em nada altera a sua natureza, pois que ella demanda quasi sempre a mesma correspondencia, e sempre a mesmissima escripturação, salva a differença dos algarismos; se, finalmente, se considerar que a conta da commissão não pecca menos na materia que na forma: — na forma, porque jámais se apresentaram contas de semelhante ponderação sem serem acompanhadas dos necessarios desenvolvimentos; e na materia, porque, debitando parcellas emittidas, não credita as dividas que com essas parcellas se pagaram — dando d'este modo um testemunho de contradicção palpavel, quando ella mesma diz em seu relatorio *que o que se empregou para pagamento de dividas não pode ser conside-*

rado como accrescimo de divida nacional—principio de tal exactidão que, a não ser seguido, figurariam duplicadamente as dividas como no presente caso—quando isto se considerar, digo eu, não poderá deixar de se me achar razão em abandonar um documento tão irregular, tão incompleto, tão obscuro, e, talvez pudesse assegurar-se, tão maligno como é esse relatorio—documento que pela sua organisação, e principalmente pela sua conclusão, parece ter sido redigido, não com o fim de expor ao publico a verdade que elle tem direito de saber, mas sim para acintosamente lh'a encobrir, dando-lhe por faltas e crimes os actos mais legitimos, e o procedimento mais regular—abandonar esse documento para seguir uma vereda simples, e ao alcance de todos os leitores, apresentando a historia das transacções que tiveram logar por virtude do voto de confiança, e documentando esta historia com provas tiradas do mesmo relatorio, e com as contas que devem demonstrar mathematicamente o seu resultado.

As actas a que me refiro deverão alem d'isso destruir desde logo muitos erros e muitos preconceitos, que, ou por ignorancia ou por outro qualquer motivo menos desculpavel, se tem feito grassar no publico, já de que as operações se faziam ao acaso, e sem calculo, já de que o governo recebia a lei da agencia de Londres, e já finalmente de que o ministerio se havia mettido em um labyrintho de que jámais poderia sahir sem recorrer a uma banca-rota. O plano foi sempre um, e uniforme—as proposições do agente deixaram por vezes de ser admittidas, e outras foram modificadas, o que não quer dizer que um só dos ministros se pejasse de seguir em materias d'esta natureza um voto de tanto peso como o do sr. Mendizabal. Quem de boa fé, e dotado da necessaria intelligencia, considerar a simplicidade d'estas combinações não cahirá em tratal-a de labyrintho, nem concluirá que se pudesse marchar á banca-rota pelo meio de operações que se seguiram umas ás outras—a qual mais lucrativa.

Devo aqui mencionar que tal foi o desejo, ou antes a necessidade que o ministerio anteviu de considerar a execução d'esta lei independente, e sobre si, que desde logo resolveu que estes negocios fossem tratados em separado de quaesquer outros dos pertencentes ao Conselho; e para este effeito nomeou *ad hoc* como secretario o conselheiro José Joaquim Gomes de Castro, segundo consta das mesmas actas.

Um ministro de fazenda, e em geral todos os officiaes de fazenda são os empregados mais infelizes da sociedade, porque o menos de que os taxam, e quasi sempre sem o minimo exame, é de prevaricadores; todavia, se por esta parte elles são os mais infelizes, tambem por outra têem a vantagem inestimavel de poderem justificar a regularidade e legitimidade de seus actos por meio dos algarismos, que são a logica indestructivel, embora se empreguem contra ella os systemas mais engenhosos.

As operações feitas em Inglaterra e em Portugal por virtude do voto de confiança reduzem-se a *quatro,* e o nosso primeiro dever é examinar estas quatro operações uma apoz outra.

Foram ellas de lucro, ou de perda para a fazenda publica? Note-se que nisto consiste o merito ou o demerito d'ellas.

Houve tambem em Londres uma quinta operação que ficou pendente quando eu sahi do ministerio: d'esta fallarei em ultimo logar.

D'aquellas quatro operações duas tiveram logar em Londres, e duas em Lisboa, e correram da maneira seguinte:

Logo que o agente financeiro do governo, o sr. J. A. y Mendizabal, observou o credito portuguez no grau de elevação que se havia previsto das opportunas

medidas de antemão tomadas para felicitar o paiz, contrahiu em Londres, por conta e auctoridade do governo, com o bem conhecido banqueiro o barão Rothschild, em 1 e 3 de abril do anno passado, o emprestimo de 4 milhões esterlinos para o effeito das projectadas conversões, com 3 por cento de juro ao anno, e 1 1/2 de amortisação, ao preço de 67 1/2 por cento, e com as mais condições que constam dos contratos.

Para o fim mencionado dividiu o agente em duas esta quantia total, a saber: 1 1/2 milhão para applicar á primeira operação, e 2 1/2 milhões para applicar á segunda. Vejamos como foram executadas.

Primeira operação de conversão. — Com este 1 1/2 milhão esterlino de bonds de 3 por cento se cancellaram £ 911:800 da nossa divida de 6 por cento estrangeira, trocando o agente um bond, ou apolice, de 150 libras, com vencimento de 3 por cento, por um bond de 100 libras da divida primitiva. E entrou para a conta geral, isto é, para as despesas correntes do Thesouro, liquido de todos os gastos, £ 61:202,18,6 que se reputam tomadas ao juro da lei, de 5 por cento ao anno. O resultado d'esta operação foi um lucro annual a favor dos encargos da fazenda de 51:072$583 réis, como se evidenceia da conta *A*, e da conta de Londres respectiva, ambas adeante juntas.

Segunda operação. — Os 2 1/2 milhões esterlinos, foram originariamente destinados para a conversão da divida interna: todavia, pelas circumstancias que occorreram, e que se acham extensa e exactamente mencionadas assim no relatorio que ao governo apresentou o conselheiro Gomes de Castro, na sua volta de Londres (appenso n.º 2), como na correspondencia que teve logar entre mim e o sr. Campos (n.º 3), foram elles applicados em parte para a conversão de £ 700:000 da divida de Londres de 5 por cento, e em parte, isto é, £ 917:594,12,2 para occorrer ás despesas geraes do Thesouro, em cuja caixa, ou conta geral, entrou esta quantia, liquida de todas as despesas, a qual se reputa ao juro da lei na forma já mencionada. O resultado d'esta operação foi um lucro annual a favor dos encargos da fazenda de 23:518$816 réis, como se evidenceia da conta *B*, e da conta de Londres respectiva.

Terceira operação. — A divida de 6 por cento interna montava em numeros redondos a 6:500 contos. O dinheiro para os distractes devia receber-se de Londres; todavia, pelas occorrencias já mencionadas, foi necessario fazer-lhe face com dinheiros que levantei aqui mesmo em Lisboa.

Sendo a emissão das inscripções de 4 por cento, que se criaram por virtude de differentes decretos, ou antes o valor a que ellas servem de hypotheca, egual ao valor distractado, tanto nesta como na seguinte operação portugueza, do que não duvída, antes o reconhece a commissão em seu relatorio, é evidente que a estas duas operações foi necessario occorrer com capitaes nacionaes; e que por isso se devem analysar independentemente das de Londres. Alem de ser isto exacto, é tambem muito interessante o separal-as para o fim de lhe dar aquelle grau de clareza que se torna indispensavel, a fim de que todos possam fazer juizo claro e seguro de semelhantes materias, como muito desejo; e sómente as considerarei juntas quando houver de tirar-lhe o resultado geral, visto que, sem as faculdades e meios que em abril proximo passado obtivemos na praça de Londres, não poderia o governo aventurar-se a propor as conversões da capital.

Dos 6:500 contos, que foram propostos para a conversão de 6 a 4 por cento pelo decreto de 23 de abril de 1835, sómente se apresentaram para distracte 2:600 contos, ficando pendentes de ulterior decisão 300 e tantos contos, que não estavam nas circumstancias de soffrer alteração, por pertencerem a pessoas

ou corporações, que não se achavam devidamente habilitadas, ou a quem por direito era vedada qualquer transacção que tendesse a alienar capital, ou reduzir interesses; a taes pessoas não quiz o governo, nem devia prejudicar no seu direito, e por isso lhe foi deixada a faculdade de distractar no futuro, uma vez preenchidas as solemnidades da lei com a apresentação do seu requerimento na Junta do Credito Publico.

Considerando pois as ditas quantias pendentes como vencendo ainda o juro de 6 por cento, e addicionando-as ás quantias distractadas de que já fiz menção, é claro que as quantias convertidas, isto é, que passaram de 6 a 4 por cento, sobem de 4:000 contos, e que a economia resultante, por este lado, é por conseguinte superior a 80 contos annuaes. E posto se criassem novos valores, como dito fica, para solver a importancia dos distractes, como por estes se não paga mais, ou seja ao Banco ou aos particulares, que o juro de 5 por cento, tambem por esta parte houve uma economia de mais de 20 contos annuaes.

A conversão d'esta divida subiria sem duvida ainda mais, se a entrada do sr. Campos para o ministerio não tivesse occorrido justamente na ultima semana do prazo concedido para as declarações dos proprietarios. A prova do que affirmo não consiste tanto na grande concorrencia de declarantes para distracte que se conheceu nos ultimos dias, como no facto de que, quando novamente entrei no ministerio, mais de 100 contos se converteram dos que se achavam já annunciados para pagamento.

Não obstante tudo isto, o resultado d'esta operação foi um lucro annual a favor dos encargos da fazenda de 105:753$615 réis, como se evidenceia da conta *C*.

Quarta operação. — Nesta operação não teve o governo tanto em vista o lucro da fazenda como estabelecer a regularidade da escripturação, e a uniformidade em todos os titulos de divida interna. O meu plano era reduzir toda a divida portugueza consolidada a inscripções de 4 por cento, assim como toda a divida externa a bonds de 3 por cento.

Quando eu tentei esta operação, o credito do governo, que devagar se ia restabelecendo dos golpes que soffrera em maio e junho, não era tão florescente que me desse esperança de poder alcançar dinheiro acima do par, como o havia conseguido no mez de abril; porém, não me foi difficil conseguir do Banco a somma que me fosse necessaria para o pagamento dos que concorressem a distractar, mediante o juro legal de 5 por cento. E o mesmo Banco se prestou pela sua parte a esperar pelos capitaes de 5 por cento do governo, de que era proprietario, até que eu pudesse, reanimado o nosso credito, conseguir esses capitaes com maior vantagem. A hypotheca que lhe dei foram as novas inscripções de 4 por cento, na proporção que era necessaria para lhe segurar uma perfeita garantia.

Outra vantagem não menor que occorria nesta operação era a de regular a sua amortisação; porquanto na quantia total d'este emprestimo, que orçava por 5:200 contos, havia parcellas com amortisação mais ou menos immediata, e outras sem distracte algum. Esta desegualdade era summamente nociva á boa ordem da escripturação, e á formação dos orçamentos; e o trabalho a que eu me havia dado para estabelecer a maior clareza e precisão na Junta de Credito ficaria incompleto, se eu desprezasse pelo meio d'esta operação levar adeante o meu plano, que era o de estabelecer na Junta aquillo a que os francezes chamam *Le grand livre*, aonde fosse devidamente escripturada toda a divida do estado.

Grandes difficuldades se tinham já vencido para este effeito: havia emprestimos que, como ninguem ignora, se pagavam pela Junta dos Juros, outros dire-

ctamente pelo Erario, outros até pelas alfandegas, como acontecia com o de 1823. Á excellente escolha que pude fazer dos membros e empregados da Commissão da Junta do Credito, e ao seu constante zêlo e assiduidade devo haver podido reunir todos esses emprestimos; e só restava esta ultima operação, para inteiro complemento d'este negocio; pois que os emprestimos de fora esperava eu fazer escripturar ali depois de concluida a conversão estrangeira.

Alem d'estas vantagens que acabo de apontar, de mais algum interesse foi esta conversão: muitos capitalistas concorreram a converter; eu podia aqui fazer uma lista de nomes dos que, annuindo liberalmente ás minhas considerações, se prestaram a converter seus capitaes, não tanto por interesse, como tendo em mira o concorrerem para a realisação de um plano tão util ao Estado; todavia, sendo mui grande o numero das pessoas, que, tanto nesta capital, como na heroica cidade do Porto me coadjuvaram, já por interesse da patria, e já por considerações amigaveis para commigo, eu recearia com a menção de uns offender todos os demais. Passarei portanto a apresentar o resultado d'esta quarta operação, o qual é de 11:065$091 réis por anno a favor dos encargos da fazenda, como se evidenceia da conta *D* adeante junta.

Do complexo d'estas *quatro* operações de conversão resulta um lucro annual para a fazenda publica de 191:430$105 réis, o qual corresponde a um capital de 3.828:602$100 réis, ou melhor, de 9.500:000 cruzados, conforme se vê da recopilação que adeante vae junta, debaixo da letra *E*. E deve notar-se que eu considerei o dinheiro que d'estas operações fôra applicado para as despesas correntes do Thesouro, como tomado ao par a juro de 5 por cento, despresando qualquer outro termo, porventura mais approximado ao que razoavelmente se conseguiria, e com o qual eu poderia ainda fazer elevar a somma dos lucros reaes que promovi para o Thesouro.

Quando se reuniram as côrtes extraordinarias, e eu apresentei o meu primeiro relatorio com um *deficit* de 5:000 e tantos contos, corriam os nossos fundos de 5 por cento entre 85 e 90 por cento. Se em logar de demonstrar na camara os grandes recursos que tinha o paiz, e de fazer ver que o meu plano de fazenda se fundava sobre o desenvolvimento de todas as fontes da industria, sobre o maior allivio dos povos, e sobre as grandes economias que eu já havia encetado, e em que queria proseguir, eu fizesse uma pintura melancholica do nosso estado, e propuzesse á camara que era necessario contrahir novo emprestimo, e esta o approvasse, muito bem manejado havia de ser esse negocio para que pudessemos obter dinheiro a mais de 80 por cento. A circumstancia de haver decorrido tão pouco tempo desde que em Londres se tinham negociado as ultimas parcellas do emprestimo de 1833, com que se havia terminado a guerra, e o espectaculo de um *deficit* tão pesado, difficilmente nos poderiam convidar capitalistas com o seu dinheiro, a melhores termos. E então ninguem negará que esta differença se possa calcular, sobre muito bons fundamentos, em bons 800 contos de réis, alem da economia realisada, e provada mathematicamente, como acabamos de provar, do melhor de 9.500:000 cruzados.

Se pois não ha accrescimo de onus nas quatro unicas operações que em virtude do voto de confiança fizera a administração a que tive a honra de pertencer, e se ha pelo contrario uma economia tão sensivel — um lucro tão importante — parece que nada mais resta a averiguar, alem dos seguintes quesitos:

Ordenei eu o pagamento de despesas illegaes?

Ordenei eu maior somma de despesas que as apresentadas ás côrtes em meus orçamentos?

Ainda aqui podia mencionar outra pergunta, e era sobre o tempo em que, com grave prejuizo do progresso da conversão, se distrahiram quantias do seu fim primitivo, para occorrer ás despesas correntes do Thesouro; porém, ou isso fosse no meu tempo, ou no do sr. Campos, e por effeito das mudanças ministeriaes, o caso veiu todo da lei da necessidade, e o exame sómente deve versar sobre a legalidade ou illegalidade dos pagamentos.

Pela minha parte, se neste ponto for accusado, responderei.

Emquanto á quinta operação de que prometti fallar, essa ficou pendente na minha ultima sahida do ministerio, e só deveria ser realisada nos principios do anno actual se eu houvera continuado na administração. A dita operação é um emprestimo de 2 milhões esterlinos, que na sua origem fôra de dobrada quantia; estes bonds criaram-se e assignaram-se, e deviam ser empregados no resgate de mais divida estrangeira de 5 por cento.

A commissão, a cujo relatorio me refiro, teve *a boa fé* de dar esta quantia como despesa, antes de dar como receita a quantia que com o seu producto se devia cancellar. Os fundamentos que ella tomou para assim ajuizar são os seguintes: 1.°, que 1 milhão de bonds, isto é, metade d'esse emprestimo, tinha o contratador a faculdade, se assim lhe conviesse, de o emittir desde o 1.° de julho de 1835 (a outra metade não podia entrar no mercado senão passado o 1.° de janeiro de 1836); 2.°, que este capital se achava empenhado em um saldo a Mendizabal, e outro a Carbonell, e aos pagamentos do 1.° de janeiro, commissões, etc.

Em outras partes do relatorio falla-se em uma divida de £ 400:000 a Rothschild; e por isso é necessario que eu declare que o governo, posto que seus bonds fossem dados por Mendizabal em segurança áquelle banqueiro, nunca teve contas com elle, mas sim com o seu agente.

Agora examinaremos se qualquer d'aquelles dois motivos poderá justificar que o producto dos 2 milhões não devesse ser applicado aos fins para que foram levantados, isto é, á extincção de uma porção de divida de 5 por cento.

A commissão confessa que o primeiro milhão fôra dado como caução a Rothschild pelo dinheiro *adeantado por esse ao agente:* que este adeantamento devia ser satisfeito d'ahi a seis mezes, e que só um mez antes do fim do praso é que o agente era obrigado a declarar se pagava em dinheiro, ou se consentia na venda dos bonds (pag. 2 do relatorio). Note-se que isto se passava em junho, e que por conseguinte os seis mezes deitavam ao fim do anno.

Mais abaixo na mesma pagina confessa a commissão que Rothschild teria a opção de se pagar pelos referidos bonds *quando houvesse alguma falha no reembolso dos avanços que fizesse;* mas esta faculdade, segundo ahi mesmo se vê, não lhe era dada senão em tanto que elle os quizesse receber ao preço de 65 por cento. Já se vê que achando-se nesse tempo estes fundos escassamente a 60 por cento, essa condição não tinha outro fim senão o de tornar mais positiva a hypotheca; e esta consideração ganha ainda maior força, quando nos lembramos que o contratador possuindo £ 600:000 de preço fixo, como tambem confessa a commissão, era o primeiro empenhado a não desbaratar aquelles fundos a baixos preços.

Finalmente, confessa a commissão (a pag. 4 do seu relatorio) mui positivamente, e em mais de um logar, que *d'este contrato não ha contas no Thesouro.*

Ora, se tudo isto consta do relatorio da commissão, como ninguem poderá negar, e se eu corroborar quanto dito fica com o proprio relatorio de 26 de agosto, que ao governo apresentou o conselheiro Castro na sua volta de Londres, per-

suado-me ter demonstrado amplamente que o governo tencionava vender estes bonds sómente em janeiro, fevereiro, ou março do corrente anno, para os applicar aos seus fins primitivos. E tanto mais se prova que o plano que apresenta o relatorio d'este conselheiro é o que o governo determinou seguir, de accordo com o agente, que por esse tempo esteve em Lisboa, quanto é certo que para acudir aos empenhos do Thesouro, em Londres, o mesmo governo mandou ao Banco que remettesse de sua conta 1:000 contos de réis immediatamente a A. de Ramon y Carbonell.

Ahi estão os directores do Banco, com quem eu sempre fui franco em todas as minhas transacções, e a quem de certo ha de chegar este meu Manifesto, que sabem muito bem que eu lhe pedira aquelles 1:000 contos em ordem a evitar a venda dos 2 milhões existentes, os quaes eu não queria vender antes do começo do corrente anno, quando esperava ter rehabilitado o credito nacional.

É certo que estes 1:000 contos, que assim fiz remetter, não eram bastantes; porém, eu tinha outros meios, e estes muito efficazes e positivos, como se pode ver da minha resposta, já referida, ao actual ministro da fazenda.

Neste ponto só se poderia questionar se a applicação d'estes meios era ou não legal. A isto sómente responderei que eram exactamente d'aquelles com que contei para attenuar o *deficit*, como patenteei ás camaras no meu relatorio de 24 de janeiro de 1835, aonde se lê o seguinte:

«Geralmente se creria, á vista do que entre nós se tem passado até agora, que o unico meio de occorrer ás despesas publicas, e de cobrir o *deficit*, fôra o de lançar novos tributos sobre a nação, onerando o presente e o futuro para pagamento do passado; porém, o meu systema, individualmente fallando, e o do governo de que tenho a honra de formar parte, é totalmente o inverso — elle consiste em alliviar o povo para colher os fructos da geral prosperidade — elle consiste em fomentar toda a casta de empresas uteis para elevar ao mais alto valor este nosso solo tão favorecido da Providencia. E emquanto assim se augmentam os valores, de que deve derivar-se a renda publica, *o que se for vendendo dos bens nacionaes, e as cobranças do Brasil, da parte da divida já vencida,* não sómente nos hão de habilitar a pagar com promptidão a despesa corrente, mas tambem nos darão meios para irmos diminuindo os nossos empenhos.»

Do producto de bens nacionaes estava eu a ponto de tocar grande somma com a venda das Lezirias; e as cobranças do Brazil não deviam tardar em realisar-se, achando-se já em Londres, por effeito das mais acertadas diligencias da parte da administração a que pertenci, os poderes para se liquidar a conta respectiva. Se no fim do anno não estivesse a conta justa, e cobrada a divida, não faltaria quem adeantasse dinheiro sobre o seu liquido, em uma praça como a de Londres; o mesmo Rothschild, que com o governo e com o sr. Mendizabal estava na melhor intelligencia, seria sem duvida o primeiro a querer collocar o seu dinheiro a 5 por cento com tão boa segurança; e tanto mais contribuiria para esse fim, quanto, como fica provado, era elle que maior interesse tinha no augmento do credito portuguez, do qual devia derivar-se o maior preço de fundos em que se achava tão seriamente compromettido. Quando o ajuste d'esta divida se tratava ainda directamente com a côrte do Rio, não faltou quem sobre ella adeantasse temporariamente a 5 por cento — agora, que os poderes estavam já em Londres, de certo não seria isso mais difficil.

E, finalmente, ainda quando todas estas razões não tivessem peso algum para provar que era dever da commissão não debitar na sua conta o juro d'esta quantia, isto é, dos ultimos 2 milhões, antes de creditar o juro das quantias que com

ella se deviam amortisar, — ainda quando se mostrasse que esses 2 milhões estavam *irremediavelmente* empenhados, e que não podiam deixar de servir para pagar esse empenho — qual era, pergunto eu, a origem de tal empenho? Não provinha elle de pagamentos da divida de nação? Não disse a commissão que quem toma dinheiro para pagar dividas não augmenta divida?

Se a commissão procedesse de boa fé (não ponho em duvida a de todos os seus membros, nem me queixo senão d'aquelles que se reconhecerem a si proprios merecedores d'esta imputação), se procedesse de boa fé, e sem o proposito já feito e pronunciado de achar faltas ou de as figurar, ella observaria, por pouco que se desse ao necessario exame, que esse empenho provinha em grande parte do pagamento da divida á marinha estrangeira, da enorme somma das presas, da divida ao exercito estrangeiro de terra, pelos seus soldos e gratificações, tudo parcellas que avultam milhões. Em uma palavra, se quizesse observar a correspondencia do Thesouro com os agentes, as suas diligencias lhe descobririam os motivos d'esses desembolsos; e acharia mais — acharia que a despesa do ministerio da guerra subiu no anno economico de 1834 a 1835 a mais de 15 milhões de cruzados, e a marinha a bem perto de 5 milhões nesse mesmo anno, sem fallar nas demais repartições. Taes eram os atrazos e os encargos em que nos deixou a guerra: encargos e atrazos que fariam esmorecer qualquer homem que não tivesse intelligencia para comprehender os recursos do seu paiz, ou não fosse capaz de propor medidas que os pudessem fazer desenvolver.

Se isto fizesse a commissão, e fosse coherente com os principios por ella mesmo enunciados, não se atreveria a affirmar, depois de confessar carencia de dados, que a divida havia subido 17:000 contos.

O que, porém, eu tencionava pôr em pratica para o melhor exito d'esta ultima transacção, podel-o-hia fazer egualmente qualquer outro ministro, se com sinceridade, e desejos de acertar, tratasse á sua entrada no ministerio de tomar as necessarias informações do estado dos negocios, d'aquellas pessoas que mais habilitadas estavam para lhas dar com exactidão. Se obrou de outro modo, se d'ahi vieram graves prejuizos á nação, se, finalmente, remontando mais atraz, este ultimo emprestimo soffrera alterações que lhe diminuiram o immenso beneficio com que primitivamente fôra feito, tudo isso são consequencias, em grande parte, da entrada do sr. Campos para a administração. Sobre esta ultima parte, isto é, sobre as alterações que soffreu este contrato, tão pouco repetirei o que se acha nos appensos. Se o sr. Campos vendeu, se queimou os fundos que se achavam em ser e os não applicou para o seu justo destino, foi porque não quiz acudir com os dinheiros necessarios para os tornar disponiveis; digo que não quiz, porque annullando o decreto da venda das Lezirias, e negligenciando o meio que lhe offerecia a conta do Brazil, chamou sobre si todas essas difficuldades, que não podiam deixar de o forçar a tão ruinosa medida. O ministro, desde que entrou no ministerio, conheceu que a venda das Lezirias era vantajosa — a responsabilidade do decreto que a ordenava não pesava sobre elle: então para que se privou de meios de que dependia o bom exito d'esta ultima operação?

Em ultima analyse só me restava responder ao reparo que fez a commissão sobre algumas vendas effectuadas pela agencia de Londres a preços inferiores aos dos contratos. A commissão suppõe que estas differenças se elevarão a 60:000 libras; e pelo modo com que trata este objecto faz allusões offensivas ao caracter do sr. Mendizabal: o que não pode deixar de magoar-me profundamente, considerando que estas injurias são obra de portuguezes contra um homem de quem a nação recebeu os mais eminentes serviços.

ha de necessariamente ser menor que a do orçamento passado, não ambiciono maior triumpho sobre os meus detractores.

Infelizmente esta prova ha de necessariamente trazer comsigo uma consideração bem dura e penosa do quanto se perdeu em interesses reaes, e do quanto se perdeu no credito publico, que não é menos real (credito que eu e os meus collegas elevaramos quasi de zero ao seu auge), isto por se não haver pacificamente progredido no meu plano, ou antes no plano da administração a que tive a honra de pertencer, e do grande genio, que hoje tão proeminentemente figura nos negocios da nação vizinha.

E se ainda acintemente se proseguir no plano de pôr em duvida a boa fé e verdadeiro zêlo com que eu sem cessar tenho procedido no serviço publico, se ainda continuarem na camara as declamações sobre desperdicios e *emprestimos sobre emprestimos,* então me julgarei obrigado na mesma camara e fora d'ella a declarar á nação quem são os homens das economias, e os homens dos emprestimos. Direi francamente o nome do portuguez que, na gloriosa epocha do cêrco do Porto, quando todos sympathisavam com os bravos que defendiam aquella heroica cidade, se não pejou de propor o emprestimo do seu dinheiro com condições que nada menos importavam do que um vergonhoso jugo nacional: por exemplo, a de que lhe pertenceria a livre nomeação das auctoridades fiscaes da ilha da Madeira. E, alem d'isto, era tal a usura, por não dar-lhe nome mais odioso, d'esse emprestimo, que mal ficavam ao governo 20 réis por cada 100 réis que se contrahia de divida.

Declararei que quem mais alto grita contra emprestimos e desperdicios é quem se não pejou de assignar em nome da sua patria, e na qualidade de deputado que d'ella havia sido, um emprestimo, cuja mais favoravel condição era a alienação emquanto elle se não extinguisse de todas as nossas possessões maritimas, em favor e para o poder e posse do contratador — a principiar nos Açores e Madeira até aos nossos dominios do Malabar.

Referirei estas e outras muitas tentativas que tendiam a nada menos do que arrojar a infeliz nação portugueza ao ultimo abysmo de pobreza e miseria, e, o que ainda é mais, de vergonha e vilipendio; tentativas que a administração do Duque de Bragança soube repellir e aniquilar no meio dos maiores apuros e com o numeroso exercito inimigo a braços; e então, á vista do quadro horroroso, mas verdadeiro, que terei de apresentar-lhe, o publico decidirá quem são os economistas ou os homens dos desperdicios — nem deixarei de referir o nome de outros, que, convidados uma e mais vezes, até por honorificos decretos, para tomarem parte no serviço publico, preferiram indifferentes continuar a gosar as delicias da paz em terras estranhas, emquanto se batalhava pela causa da patria.

Qual é o ministerio, não digo depois da revolução, mas ha cincoenta annos a esta parte, de que se notem mais economias publicas do que as praticadas pela administração a que tive a honra de pertencer, em tão curto espaço e por entre as fadigas da guerra? Não economias arbitrarias, e por assim dizer ferozes, que atacam a existencia das familias, mas economias grandes e productoras, que por um lado evitam pagar-se o superfluo, e por outro fazem com que se pague sem mesquinhez a quem bem serve, que por um lado diminuem razoavelmente a despesa, e por outro fomentam e elevam a receita publica, por um lado fazem com que todo o cidadão contribua com egualdade, e por outro não vão com pesados tributos fazer seccar as fontes de que deve provir á nação a maior copia possivel de riqueza e prosperidade.

A historia não nos transmittiu os nomes de Sully ou de Colbert para nos

dizer simplesmente que elles souberam regular e organisar as contas da sua administração: esta organisação é muito util; tem com ella a maior affinidade a boa fiscalisação; porém os feitos que recommendaram estes homens d'estado á posteridade foram, ninguem o ignora, as sabias leis que aconselharam a seus soberanos, leis que produziram o maior desenvolvimento da agricultura, e de todos os ramos da industria nacional, leis que estabeleceram os bons costumes, e que, acompanhadas do exemplo do governo, tornaram os homens trabalhadores, pacificos, sabios e felizes.

Nem se infira d'aqui que eu desprezasse, ou não desse o devido peso á outra incumbencia de que primeiro fallei. Tive a fortuna de compor o Tribunal do Thesouro de pessoas da mais reconhecida probidade e de fazer escolha dos mais habeis contadores, tanto para esta repartição como para a Junta do Credito; centralisei quanto foi possivel os differentes ramos da fazenda publica que existiam dispersos por um sem numero de tribunaes, e casas fiscaes, que aboli; e, finalmente, creio que ninguem me negará a honra de haver eu sido o ministro que primeiro apresentou á nação as suas contas publicas. Mas não quero, nem me persuado dever antepor este serviço, por mais importante que se considere, aos que partilhei com os meus collegas do estabelecimento de um porto franco de deposito, da promulgação de um codigo commercial completo, da egualisação de direitos que nos attrahiram estrangeiros de todas as nações, da abolição dos escandalosos direitos que pagavam os productos nacionaes de porto a porto, da extincção dos frades, da Companhia dos Vinhos, e emfim de todas essas medidas que tive a honra de apresentar ás camaras em meu relatorio na sua sessão extraordinaria, medidas ao mesmo tempo criadoras de fortunas particulares e da receita publica.

Muitas d'estas medidas como que foram tocadas de estupor pelas vicissitudes governativas. Grande somma de capitaes que haviam de ser empregados entre nós voltaram para o estrangeiro; desanimaram os mais poderosos campeões das empresas publicas; e aquelles que se destinavam a estabelecer os bancos provinciaes, por falta da lei das hypothecas, que tantas vezes pedi na sessão passada e que difficilmente passará nesta, foram perdendo a esperança de que fizessemos progresso algum em materias uteis, nós que todo o tempo levavamos consumido em questões pessoaes, ou quando menos, de simples ostentação. Por estes e semelhantes motivos abandonaram esses homens os seus uteis projectos, com grave detrimento da causa publica.

Alguem ha que a isto chama sonhos, delirios de uma imaginação escandecida; e até accrescenta, com insulto á historia do tempo, que nada d'isto se viu em pratica, e nunca passara de palavras sonoras; como se alguem ignorasse que eu fôra demittido em maio de 1835, isto é, no proprio mez em que (e no precedente) se haviam feito as primeiras operações em virtude do voto de confiança. O que porém ninguem poderá contestar de boa fé é a vida e o movimento que, por virtude d'aquellas leis que poderemos considerar as verdadeiras sementes da liberdade, se sentia já em todas as classes industriaes da sociedade, e a largueza e a confiança com que o proprietario começava a desenterrar seus capitaes, e a viver com mais commodidades e em mais ajustada proporção com os seus haveres.

Restaram apenas do naufragio algumas companhias particulares, e o banco do Porto, que tiveram a sua origem nesse tempo de actividade e de esperanças. O banco de Lisboa tambem pelo mesmo tempo poude collocar as suas acções com mui consideravel vantagem.

Estas considerações me iam insensivelmente afastastando do objecto principal, sobre o qual comtudo pouco me resta accrescentar.

Direi, pois, que as conversões tentadas pelo governo não sómente foram de um lucro real e effectivo, mas tambem effeituadas a todos os respeitos com a maxima economia, filha do auge do credito a que nos haviamos elevado. A commissão que se pagou pelos emprestimos que com este fim se contrataram, commissão que tambem não escapou á censura do relatorio, só porque se pagara da parte de um emprestimo que se não chegou a realisar (e não por culpa do contratador que a percebeu, como se confessa a pag. 3 do dito documento), essa commissão, que fôra ge[illegible]ente de 1 por cento, como se prova das respectivas contas, é sem exemplo nas transacções do governo, e nas de muitas nações. Não quero fallar do emprestimo de D. Miguel contratado com Outrequin & Jauge, cuja commissão foi de 5 por cento, apezar de ser contrahido em um tempo em que o usurpador se achava poderosamente apoiado pela politica da Europa, mas apontarei o emprestimo de 1823, emprestimo dos nossos dias, e mandado fazer por um ministro millionario, e que tinha as melhores relações em Inglaterra, emprestimo feito pelo conde da Povoa no seio da paz, em nome do Senhor D. João VI, e em tempo em que Portugal não devia uma só *libra* de emprestimos estrangeiros.

Foi então este emprestimo contratado com a casa Goldschmith a 87 por cento com juro de 5 por cento, e com 2 ½ por cento de commissão, como se vê dos seguintes artigos:

«Art. 5.º Para a remessa e entrega do producto d'este emprestimo em Londres, ou em outra qualquer parte, assim como pela compra de oiro ou prata, ou o emprego d'estas sommas em lettras de cambio, ou de outra qualquer maneira que se disponha d'estes fundos, como for determinado pelo governo de Portugal, os contratadores, e o agente ou agentes de Sua Magestade, receberão ½ por cento de commissão para ser egualmente repartida entre ambos.»

«Art. 6.º Sua Magestade Fidelissima convenciona conceder aos contratadores B. A. Goldschmith & C.ª a commissão de 2 por cento sobre a importancia total do emprestimo de 1.500:000 libras esterlinas, esta commissão lhes será abonada nas tres primeiras prestações do emprestimo.»

Ora isto são realmente economias, e economias de muitos centos de contos, que não deviam escapar ao louvor da commissão que examinou o uso que se fez do voto de confiança, ou pelo menos que não eram motivo para desafiar a sua injusta censura.

Tambem lhe não deviam escapar as que resultaram da applicação (aliás não intencional como se tem provado) dos capitaes que foram necessarios para nos livrarmos de uma marinha e de um exercito estrangeiro, segundo fica referido em seu logar. Grande esforço foi na verdade necessario para conseguir fins de tanta magnitude, sem offender nem levemente o sagrado dos contratos que se haviam feito com essa illustre officialidade e grande numero de mancebos que na maior angustia das nossas circumstancias nos vieram auxiliar na conquista da liberdade. Consideravel somma de soldos em atrazo, regulados, pela maior parte, pela tarifa das nações a que esses estrangeiros pertenciam, as presas da esquadra e mil outras reclamações de diversas naturezas, e emfim as avultadas gratificações de generaes, officiaes e soldados, tudo pedia que usassemos com honra, e mostrassemos sentimentos de gratidão pagando a essa gente no acto de dar-lhe o seu serviço por acabado. Assim se praticou; e feito este grande esforço, ninguem poderá duvidar da grande economia que d'ahi se deverá sentir nos

futuros orçamentos, sem exceptuar aquelle que em breves dias deve ser apresentado á camara, segundo as promessas do actual ministro da fazenda. É do proprio orçamento que deve apresentar o mesmo ministro que espero o meu completo triumpho, e o convencimento e arrependimento das pessoas que sem o devido exame se têem contra mim deixado illudir por homens de má fé.

Não fallarei do plano da organisação mais economica do exercito de que tão efficazmente se occupava o meu collega o marechal marquez de Saldanha, nem dos planos de marinha, nem dos de outras repartições, todos tendentes ao mesmo fim; porquanto entendo não ser necessario recorrer ao que estava em progresso, quando tenho factos positivos de transcendentes economias effeituadas que offerecer aos meus concidadãos.

Os leitores d'esta memoria podem todos convencer-se, e de certo se convencerão, de que não sou hoje senhor de todos os meios, que em outras circumstancias pudera ter, para tornar patentes as menores particularidades dos negocios de que tinha tratado. Recorri comtudo aos meus apontamentos particulares, e respondo que, sobre os pontos de maior gravidade, não pode haver omissão ou engano que produzam differença attendivel.

Persuado-me pois haver demonstrado:

1.° A justiça e a necessidade com que lancei mão da penna para repellir os ataques de meus inimigos;

2.° A malignidade com que hei sido, e meus collegas, insultado com o nome de ministerio dos emprestimos e desperdicios;

3.° A firmeza com que repellimos emprestimos de aventureiros que deviam necessariamente produzir a ruina, e, o que ainda é mais, a vergonha da nação;

4.° Que se a divida de 3 por cento augmentou 15.636:000$000 réis e a de 4 por cento 5.196:220$844 réis, tambem a de 6 por cento diminuiu 10.134:849$511 réis, e 1.718:591$333 réis a de 5 por cento;

5.° Que, longe de haver augmento de juro annual, resultou um lucro liquido e real para a fazenda publica de 3.828:602$100 réis, com que em grande parte se fez face ao pesado *deficit* de perto de anno e meio;

6.° Os lucros cessantes que foram resultado dos tropeços levantados no caminho da administração de que formei parte; e bem assim os damnos que se evitaram, deixando de recorrer a emprestimos a menores preços destinados para as despesas correntes;

7.° Os lucros que deviam ainda provir da quinta operação que deixei pendente, e que, segundo o meu plano estabelecido em agosto passado, e continuado sem alteração alguma até á minha sahida do ministerio, devia realisar-se sómente nos primeiros tres mezes do corrente anno;

8.° A maneira franca e leal e a constante boa fé com que em Conselho se tomaram todas as deliberações tendentes a dar a devida execução á lei de 19 de dezembro de 1834;

9.° A parcialidade e má fé com que foi examinado, pela commissão criada pelo sr. Campos, o uso que se fez d'essa mesma lei;

10.° As contradicções do relatorio d'essa commissão, e a notoria fraude com que no mesmo, e na informe conta que o acompanha (cujo objecto tudo pode ser, menos o exame do uso feito do voto de confiança), se empregaram para transtornar a ordem das operações, os effeitos d'ellas, e a clareza e distincção que havia em todos os processos de taes operações, com o fim, porque não pode ser outro, de tornar odioso o meu nome e o dos meus collegas na administração;

11.° Os injustos e infundados motivos com que ahi se põem em duvida o

honrado caracter e a probidade do homem distincto que tantos e tão valiosos serviços fez á nossa causa — o sr. Mendizabal.

12.º E, finalmente, as epochas em que, *pela maior parte na minha ausencia do ministerio,* se applicaram dos dinheiros da conversão avultadas sommas para as despesas correntes, a necessidade imperiosa da sua applicação, e a legalidade dos pagamentos que com esses dinheiros se fizeram na forma dos orçamentos. Emquanto áquella necessidade imperiosa, espero eu que os honrados capitalistas inglezes, que tanto apreço fizeram do meu nome e do governo que eu representava, se convencerão perfeitamente de que eu nunca seria capaz de levantar dinheiro a titulo de conversões com o premeditado fim de o applicar a outros destinos. Nem eu era pessoa para o ordenar, nem tão pouco o meu honrado amigo o sr. Mendizabal, actual primeiro ministro de Hespanha, capaz de executar tão abominavel ordem.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1836.= *José da Silva Carvalho*.

APPENSOS

N.º 1

Actas do conselho de ministros

1.ª — 20 de dezembro de 1834. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.mos srs. *Duque de Palmella = Bispo Conde = José da Silva Carvalho = Agostinho José Freire = Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos*.

Tomaram-se as seguintes resoluções:

1.ª Que sendo o principal objecto porque o governo pediu ás côrtes o voto de confiança, concedido no artigo 3.º do decreto de 19 do corrente mez, o poder emprehender qualquer transacção de fazenda de que pudesse resultar utilidade á nação, e sendo taes operações de sua natureza confidenciaes até ao ponto de serem communicadas ás estações competentes, se dê principio a um livro de actas em que se lancem todas as resoluções, que sobre taes assumptos se tomarem, ou seja em conselho de ministros, ou singularmente pelo sr. ministro da fazenda;

2.ª Que se approve a eleição que fez o sr. ministro da fazenda do conselheiro do Thesouro publico José Joaquim Gomes de Castro para servir de secretario confidencial nestes negocios.= *José da Silva Carvalho,* ministro da fazenda e presidente do Thesouro publico.

2.ª — 20 de dezembro de 1834. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.mos srs. *Duque de Palmella = Bispo Conde = José da Silva Carvalho = Duque da Terceira = Agostinho José Freire = Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos*.

Tomaram-se as seguintes resoluções:

1.ª Que em vista do augmento que tem tido o nosso credito se deve tentar a reducção dos juros da divida publica, logo que isso se possa fazer com vantagem, e dentro nos limites do artigo 3.º do decreto de 19 de dezembro d'este anno;

2.ª Que se dê principio a esta grande operação pela conversão dos fundos de 5 por cento dos nossos emprestimos celebrados em Londres em 1831, 1832, 1833, excluindo-se d'esta conversão o emprestimo de 1823, não obstante vencer

o mesmo juro, por se achar a cargo do Brazil o pagamento do seu juro e amortisação;

3.ª Que o agente financeiro do governo, em Londres, J. A. y Mendizabal, seja o encarregadò da conversão, deixando-se ao seu zêlo e provada fidelidade a escolha da occasião propria para a levar a effeito;

4.ª Que para o dito fim se lhe enviem as competentes auctorisações ou diplomas *(general bonds)* para levantar fundos de 3 por cento até á somma de 6 milhões esterlinos, mandando-se ao ministro portuguez em Londres a auctorisação necessaria para firmar as apolices (bonds). = *Carvalho.*

3.ª — 8 de janeiro de 1835. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.mos srs. *Duque de Palmella = Bispo Conde = José da Silva Carvalho = Duque da Terceira = Agostinho José Freire = Antonio Barreto Ferras de Vasconcellos.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

1.ª Que sendo mais razoavel começar a reducção dos fundos pelos de 6 por cento, se auctorise o agente financeiro a emittir apolices, ou lettras a 5 por cento ao anno, a prasos de seis, nove e doze mezes, a fim de levantar os meios necessarios para propor ao publico a conversão do emprestimo contrahido em Londres em virtude do decreto de 23 de julho de 1834, que vence juro de 6 por cento, e tem uma amortisação de £ 100:000 por anno, procurando o dito agente reduzir este juro ao menos que lhe for possivel;

2.ª Que o agente adopte as medidas que julgar convenientes para estabelecer o mercado dos fundos portuguezes em mais algumas das principaes praças da Europa. = *Carvalho.*

4.ª — 27 de janeiro de 1835. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.mos srs. *Duque de Palmella = Bispo Conde = José da Silva Carvalho = Duque da Terceira = Agostinho José Freire = Antonio Barreto Ferras de Vasconcellos.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

Que tendo o decreto de 23 de julho de 1834 applicado para pagamento dos dividendos dos emprestimos de Londres a importancia total da divida do Brazil, parte da qual se acha já vencida, e receando-se alguma demora nas primeiras cobranças por se haverem fechado as camaras d'aquella nação, antes de haverem tomado uma resolução definitiva sobre o modo de satisfazerem o referido debito, cuja necessidade aliás reconheceram como a mais imperiosa, possa o agente financeiro tomar a juro, em Londres, sobre os valores a receber, até á concorrencia de 600:000 libras esterlinas, por lettras, titulos a praso certo, ou por outro qualquer meio, que julgar mais vantajoso e exequivel, a fim de occorrer ao proximo pagamento dos juros e amortisação dos emprestimos de que trata o citado decreto de 23 de julho de 1834. = *José da Silva Carvalho.*

5.ª — 17 de fevereiro de 1835. — Em conselho de ministros. — Presentes os srs. *Duque de Palmella = Bispo Conde = José da Silva Carvalho = Agostinho José Freire = Antonio Barreto Ferras de Vasconcellos.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

1.ª Que na merecida consideração o aviso do agente financeiro em data de   de ter contrahido condicionalmente um emprestimo a 84 por cento, juro de 4 por cento, com o fim de ser applicado á reducção da divida de 6 por cento fundada na Junta do Credito Publico, possa o dito agente contratal-o definitivamente, uma vez que seja por quantia tal que possa fazer face ao total d'aquella

divida, caso os proprietarios não annuam á reducção; e tambem com a condição de que ao governo será livre, logo depois de fechadas as camaras, fazer aos credores a sua proposta nos termos em que a julgar mais conveniente;

2.ª Que não convem a empresa dos canaes offerecida ao dito agente, e de que avisa em seu officio de pela falta de reciprocidade do contrato.= *Carvalho.*

6.ª — 30 de março de 1835. — Em casa do sr. presidente do conselho de ministros. — Presentes os ex.mos srs. *Duque de Palmella* = *José da Silva Carvalho.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

Que em vista dos avisos do agente financeiro, em data de 20 do corrente, de ter entabolado negociações em Londres com o bem conhecido banqueiro Rothschild para uma operação de fundos de 3 por cento com o objecto de dar principio á conversão de nossa divida, e porque o nosso agente julgava muito interessante ao bom exito d'este negocio que o respectivo ministro fizesse saber directamente ao contratador o como Mendizabal, por differentes decretos, se achava revestido de plenos poderes para entrar nestas transacções, haja o sr. ministro da fazenda de escrever quanto antes ao barão Rothschild neste sentido. = *Carvalho.*

7.ª — 17 de abril de 1835. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.mos srs. *Duque de Palmella* = *José da Silva Carvalho* = *Conde de Villa Real* = *Agostinho José Freire* = *Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

Que, em consequencia dos avisos do agente financeiro, e especialmente do seu officio de 8 do corrente mez, em que dá parte de ter contrahido dois emprestimos de 2 milhões de libras esterlinas cada um com N. M. Rothschild a 67 $^1/_2$ com o juro de 3 por cento e amortisação de 1 $^1/_2$, com o fim, segundo as ordens do governo, de servirem o primeiro para a conversão dos fundos de 5 por cento em Londres (sendo o restante do seu producto para facilitar o da divida de 6 por cento comprando algumas porções na praça a fim de elevar o seu preço), e o segundo para a conversão das apolices de 6 por cento da divida fundada na Junta do Credito Publico:

1.ª Se approve por uma carta regia, que lhe faça honra, o zêlo e a intelligencia com que se houve no ajustamento d'estes emprestimos, e no modo por que annunciou a conversão dos 6 por cento de Londres;

2.ª Que se decrete a reducção dos 6 por cento do paiz, annunciando primeiro a conversão do primeiro emprestimo, e em seguida a dos outros que vencem o mesmo juro;

3.ª Que aos credores que preferirem distractar, se pague por meio de cheques sobre o Banco, a vencer em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, continuando o juro de 5 por cento até ao vencimento, e com o privilegio de admissão, mesmo antes d'este, nas casas fiscaes;

4.ª Que se previna confidencialmente a direcção do Banco do modo por que se pretende realisar esta conversão;

5.ª Que se consulte a opinião de pessoas entendidas, sobre o modo de fazer-se o annuncio ao publico;

6.ª Que se substitua o decreto de 22 de dezembro de 1834, e seguintes, por um só decreto da mesma data, que comprehenda todos aquelles poderes, a saber: para que o agente financeiro possa fazer as transacções que julgar convenientes

a fim de reduzir-se com a vantagem possivel assim a divida de 6, como a de 5 por cento, interna e externa, tendo em vista as restricções da carta de lei de 19 do dito mez de dezembro; para fazer mudar o pagamento dos dividendos do 1.° de dezembro e 1.° de junho para o 1.° de janeiro e 1.° de julho, e para que o dito agente firme tambem os *bonds* juntamente com o ministro portuguez. = *Carvalho.*

8.ª — 23 de abril de 1835. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.^mos srs. *Duque de Palmella = Agostinho José Freire = José da Silva Carvalho = Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos = Conde de Villa Real.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

Que em consequencia das informações a que se procedeu, e das intelligencias havidas com a direcção do Banco, na conformidade do que se resolveu na sessão do dia 17 do corrente, se alterem algumas das suas disposições pela maneira seguinte:

1.ª Que o decreto para a reducção de 6 por cento abranja toda esta divida;

2.ª Que os distractes se paguem a dinheiro e não a prasos. = *Carvalho.*

9.ª — 9 de maio de 1835. — Em conselho de ministros. — Presentes os ex.^mos srs. *Conde de Linhares = Agostinho José Freire = Conde de Villa Real = José da Silva Carvalho.*

Tomaram-se as seguintes resoluções:

1.ª Que tendo-se tornado inuteis os bonds de 6 milhões de libras esterlinas, que em virtude da resolução de 20 de dezembro de 1834 se haviam remettido a J. A. y Mendizabal, visto ter a grande operação começado pela divida de 6 por cento (para cujos respectivos emprestimos se remetteu já o bond respectivo de 4 milhões), se remettam agora novos bonds, um de 4, e outro de 2 milhões esterlinos applicados positivamente para a conversão dos fundos de 5 por cento nacionaes e estrangeiros;

2.ª Que se ordene ao agente que depois de cortados os que se tornarem inuteis os reenvie ao governo, ou aliás, segundo o julgar mais proprio ao nosso credito, os cancelle no banco de Inglaterra, em presença do ministro portuguez, e com as mais formalidades do estylo, dando logo parte de tudo quanto a este respeito praticar;

3.ª Que podendo ser prejudicial, no estado actual das cousas, a proposição dos emprestimos para que se acha auctorisado o sr. ministro do reino, a fim de serem applicados ás estradas, e outras obras de reconhecido interesse publico, se adeantem ao dito sr. ministro, pelo Thesouro, para serem pagos quando os ditos emprestimos se realisarem, 20 contos de réis semanaes, devendo addicionar-se as quantias necessarias para esse effeito aos saques que se fizerem por via do Banco sobre o agente do governo, no que por parte do mesmo agente conveiu o sr. A. de Ramon y Carbonell, que se achava presente, havendo sido chamado a esta sessão expressamente para ser consultado sobre este assumpto. = *Carvalho.*

10.ª — 14 de maio de 1835. — Ordenou o sr. ministro da fazenda, em consequencia do officio do agente financeiro do governo, de 2 do corrente, que se remettessem pelo primeiro paquete a N. M. Rothschild em lettras sobre o mesmo agente, a tres mezes da data, 60:000 libras esterlinas para o dividendo do emprestimo novo de 4 milhões, relativo ao primeiro semestre d'este anno, e dividida nos dois paquetes seguintes mais 30:000 libras para a respectiva amortisação do dito emprestimo. = *Carvalho.*

N. B. Esta ordem era execução de contrato já approvado em Conselho; foi executada por mim na primeira parte, e em metade da segunda (como se acha accusado por Mr. Rothschild), visto que logo depois se seguiu a entrada do sr. Campos para o ministerio.

N.º 2

Relatorio que apresentou ao governo o conselheiro José Joaquim Gomes de Castro na sua volta de Londres, e que deve existir na secretaria da fazenda

Ill.mo e ex.mo sr.—Em cumprimento da carta regia de Sua Magestade, datada de 16 do proximo passado, e instrucções da mesma data, expedidas pela secretaria de estado dos negocios da fazenda, parti logo no dia 19 pelo barco de vapor *William Fawcett* para Londres, e havendo regressado a esta capital no dia de hoje, é do meu dever dar parte a v. ex.ª do resultado das diversas commissões que me foram confiadas, para que se sirva leval-o á presença de Sua Magestade, se assim o julgar necessario.

As circumstancias em que tudo se achava á minha partida eram em geral bastantemente criticas, e o estado do Thesouro em particular não o era menos, pela concorrencia de muitas e diversas causas, e por isso eu julguei do meu dever, em todos os meus actos, fazer uso d'aquella aberta confiança que v. ex.ª costuma depositar em mim, se as occorrencias me obrigassem, ou aconselhassem a tomar algum arbitrio em beneficio do serviço publico.

Foi por esta razão que, tocando na cidade do Porto, e informando-me do dinheiro que existia nos cofres da alfandega, passei uma ordem em nome de v. ex.ª ao administrador geral das alfandegas do norte, para fazer remetter com a conducta do Banco não só o metallico que effectivamente existisse, senão tambem aquelle que o dito administrador, por si, e por seus amigos, pudesse adeantar por conta das immediatas cobranças provaveis.

A razão que em especial me convenceu a dar esta ordem carece de referencia a data um pouco anterior.

Quando v. ex.ª subiu ao ministerio foi minha opinião decidida, como fiz ver a v. ex.ª no proprio momento em que me disse que ia a ser restituido, que se deviam pôr desde logo em pratica tres cousas: pagar com mais largueza, ou mesmo de um só golpe, se possivel fosse, toda a conversão de 6 por cento; queimar a maior porção possivel de papel-moeda; pagar aos empregados publicos immediatamente, e emfim apresentar uma apparencia, e uma maneira diversa de comtemplar os credores do estado d'aquella que ultimamente se havia seguido.

Para este effeito, munido do consentimento de v. ex.ª, e ainda antes de estar restituido ao meu emprego, fui tratar com a direcção do Banco, a qual, recebendo-me com aquella franqueza de que me deu sempre provas desde a primeira operação que eu tive a honra de propor e de ir tratar com ella depois da chegada do Senhor D. Pedro a esta capital, se prestou, com as suavissimas condições de que a v. ex.ª dei parte, ao adeantamento de 400 contos de réis em metal, e de 100 contos de réis de papel para queimar. E como para este e outros effeitos tivessem necessidade de mandar vir do Porto uma porção de prata, aproveitei-me, á minha chegada ali, da sua conducta, para mandar os 70 contos de réis acima

mencionados, que infelizmente não puderam servir de base, como eu esperava, ao pagamento do quartel que naquella occasião se devia aos empregados.

Peço a v. ex.ª que me não julgue parcial para com esta classe, promovendo aquelle pagamento. Eu esperava, como disse a v. ex.ª, que convocados os directores do Banco, e alguns dos principaes negociantes, para a segunda feira immediata á minha partida, a fim de se aproveitar a effervescencia do momento, e concedendo-se-lhes algum bonus, alem do juro da lei, como seria v. g. a opção de tomar inscripções a um certo prazo, etc., etc., elles concorreriam com uma somma tal que, alem de ir ajudando aos pagamentos da conversão, pudesse proporcionar 200 ou 300 contos para derramar immediatamente por todas as repartições, cujo atraso tinha augmentado no ministerio do sr. Campos. E esperava que, emquanto eu promovia em Londres a maior somma de remessas, já directamente ao governo, e já para o Banco, a fim de o habilitar a completar o adeantamento das 300:000 libras, applicadas para a Junta do Credito, se procederia aqui a formalisar uma transacção qualquer, baseada sobre os titulos do governo já em circulação (logo que se tivesse conseguido o emprestimo dos capitalistas), parecendo-me preferiveis os chamados de divida publica, por ser esta a voz geral da classe monetaria da capital, desde a entrada do Imperador, pois era minha opinião, e assim a manifestei a v. ex.ª, que, no estado de penuria e accumulação de divida em que nos achavamos, só a concorrencia de muitas e diversas combinações successivas é que nos poderia dar forças para ostentar nos pagamentos uma differença palpavel entre o ministerio de v. ex.ª e o do sr. Campos.

Á minha chegada a Londres eu escrevi particularmente a v. ex.ª em um sentido que apoiava a necessidade dos objectos que havia lembrado, e tendo-me occupado incessantemente dos negocios que me foram confiados, darei a v. ex.ª relação d'elles pela maneira seguinte:

Agencia. — Conforme as instrucções de 16 de julho, depois de varias conferencias na embaixada portugueza, foi resolvido que, interinamente, se continuassem a dirigir ao sr. A. de Ramon y Carbonell os negocios que estavam a cargo do sr. Mendizabal. O facto de haver elle acceitado por ordem d'este sr. as lettras que lhe chegaram depois da sua nomeação de ministro da fazenda em Hespanha, e de já ser o antigo correspondente principal do Thesouro, e as demais circumstancias que constam da acta que junto tenho a honra de apresentar a v. ex.ª foram os motivos que aconselharam esta decisão.

Eu tive a fortuna de conseguir que o sr. Mendizabal mudasse o seu plano de viagem para Madrid, com o fim de se communicar directamente aqui com o governo, e esta foi tambem uma das ponderosas razões que nos fizeram adoptar aquella medida. Algumas vezes conversei com mr. Rothschild, indirectamente, por assim convir, sobre esta materia. Elle mostrou-se muito desejoso de servir o governo, e afiançou-me positivamente que, se v. ex.ª quizesse seguir os seus conselhos, elle lh'os podia dar com conhecimento de causa, e seria franco. Forma o mais alto conceito da probidade de v. ex.ª, e foi um dos mais acerrimos declamadores contra a sua demissão, como pode attestar o sr. conde de Lavradio. Entretanto na acta se acham algumas reflexões a este respeito.

Contas da agencia. — Quando eu cheguei a Londres achei que o nosso agente já tinha remettido algumas contas, e se estava occupando de outras, e em vista d'isto julguei muito prejudicial ao serviço, e impossivel ao dito nosso agente, pela brevidade com que devia partir para o seu novo destino, que se fizesse alteração na marcha até ali seguida, limitando-me portanto a recommendar-lhe todas aquellas contas que eu julguei necessarias no Thesouro; assim para regula-

consta ter partido para Londres o official do extincto Erario, Mazziotti, pessoa a mais competente para aquelle effeito, só me resta accrescentar que antes de novembro não parece provavel haver solução alguma sobre este importante assumpto. É muito natural que não obstante mandem ainda aqui uma commissão a requerimento da parte.

Contrato com o engenheiro Clegg. — Tendo obtido, como em seu logar fica dito, um meio de substituição temporaria para o emprestimo que foi decretado para as obras publicas, e certo dos desejos do sr. ministro do reino, tomei a deliberação, depois de obtida aquella base, de passar a ordem que vae junta com o n.° 8 ao sr. Carbonell, para que sem perda de tempo escripturasse o engenheiro Clegg para vir fazer as estradas de Lisboa e Porto, ordenando-lhe a compra da ferramenta e instrumentos que elle julgava necessarios, e auctorisando-o a engajar os homens e contramestres, tudo na forma dos orçamentos e demonstrações que eu lhe havia exigido, e que para governo deixei ao dito correspondente. Com as boas informações que já havia acêrca d'este engenheiro concorreram todas as que pude obter em Londres, e lisongeio-me que esta acquisição foi de grande utilidade para o serviço. D'isto mesmo dei parte a v. ex.ª e ao sr. ministro do reino, como v. ex.ª verá da copia do meu officio que aqui vae junto com o n.° 9.

Casa da moeda. — Quando já me achava a bordo do *William Fawcett*, recebi um pequeno volume que v. ex.ª teve a bondade de me subscriptar, o qual continha os desenhos das novas moedas portuguezas, e um bilhete em que o provedor da Casa da moeda fallava a v. ex.ª na necessidade de uns puncções, e para este effeito já v. ex.ª me havia dado uma medalha com um baixo relevo da Rainha. Quiz executar em Londres esta ordem, mas pelo seu laconismo, nem por mim, nem com o auxilio de varios amigos que consultei, pude vir no conhecimento do que se precisava ou ordenava. E não desejando perder tempo, recorrendo a novas explicações de Portugal, tomei a deliberação de ir ter com o primeiro gravador da Casa da moeda de Londres, e encommendar-lhe uma porção de puncções, segundo elle me indicasse, e tambem uma porção de cunhos, bem persuadido de que os desenhos e o pequeno busto que levava não podiam ter outro destino. Entretanto este artista achou tão mal executados tanto a medalha como os desenhos, que logo me disse positivamente que não queria desacreditar-se fazendo obra por elles. Consultou com o pintor Simpson, que aqui havia estado no paço ha pouco tempo, e este o confirmou na sua opinião. Emfim, julguei dever tomar sobre mim a resolução de mandar contratar com o dito bem conhecido artista mr. Wyon (sobre as bases que já tinhamos assentado) a sua vinda a esta com toda a brevidade. V. ex.ª verá pela copia do meu officio ao sr. Carbonell, n.° 6, que as condições da sua vinda devem ser muito razoaveis, o que eu em parte attribuo ao desejo que elle tem de se distinguir na execução da moeda portugueza, com o fim de animar o governo do seu paiz a introduzir na sua moeda mais alguma perfeição, de que elle me disse ser ainda susceptivel.

Para terminar este meu officio resta-me sómente dar a v. ex.ª uma idéa geral do estado dos negocios do governo confiados á agencia de Londres.

Tendo o agente, á minha chegada, remettido varias contas ao Thesouro, e continuando a liquidar directamente com o mesmo tribunal, pelos motivos aqui expressados, podia ficar a minha consciencia tranquilla a este respeito, e tanto mais quanto é certo que o Thesouro, recebendo as ditas contas, ou tem de as

approvar, ou de exigir os esclarecimentos que julgar necessarios; entretanto considerei ser do meu dever informar-me de tudo o que podia servir de illustração ás ditas contas, tanto quanto julguei compativel com os limites da civilidade, e com o respeito devido aos serviços d'aquelle agente. Aqui tem v. ex.ª o que de todos estes esclarecimentos pude inferir.

Pela conta geral do agente financeiro, que abrange até 31 de julho proximo passado, mostra-se ser elle credor ao governo de £ 1.274:216,3,9. Nesta conta já vae comprehendido o resultado da conversão da divida estrangeira de 6 por cento, a que se applicou 1 ½ milhão dos fundos de 3 por cento, parte dos emprestimos contratados em 1 e 3 de abril.

Pela conta relativa aos 2 ½ milhões de 3 por cento, resto dos ditos contratos, mostra-se que Mendizabal, tendo sómente amortisado £ 700:000 de 5 por cento, e pago algumas das lettras que o Thesouro sacou para os distractes da divida interna, é devedor ao Thesouro de £ 797:898,14,4.

Da comparação d'estas duas sommas resulta um balanço em favor de Mendizabal de £ 476:317,9,5.

Perguntando-lhe eu se na conta geral se comprehendiam todas as verbas de debito e credito até áquella data, respondeu-me que faltava uma conta de *sundries* desde os primeiros annos da sua agencia, a qual por falta de alguns dados não tinha ainda podido fechar, mas suppunha elle que importaria pouco mais ou menos £ 30:000. Disse-me tambem que faltava a conta dos *quebrantos*, para formalisar a qual carecia ainda de contas de diversas praças estrangeiras, e accrescentou, quando eu lhe pedi a explicação d'aquelles *quebrantos*, o seguinte:

«Logo que ultimei o tratado de 29 de abril, dei ordens para Paris, e outras praças, para irem comprando bonds de 5 por cento pelo menor preço que pudessem, visto que tendo-me eu obrigado com Rothschild a cancellar por virtude do mesmo contrato £ 500:000 mensaes de 5 por cento, por quatro mezes consecutivos, a principiar em maio, receei que, se não me fosse antecipando, e tentasse comprar tudo na praça de Londres, os ditos bonds subiriam de tal modo, que annullariam em grande parte os proveitos da transacção. E quando chegou a Londres o general Elliot com as noticias de Hespanha, que produziram o panico que é bem notorio, eu fui sustentando os fundos de 3 por cento quanto pude, até que finalmente, chegando a inesperada noticia da mudança total da administração portugueza, a qual ameaçava produzir um grande effeito no mercado dos fundos, particularmente pela separação, dos negocios, do sr. José da Silva Carvalho, eu fui obrigado a olhar seriamente para os comprommettimentos da agencia, e a vender, e dar ordens para todas as praças para venderem, antes que os preços viessem a tal ponto de deterioração, que eu me visse na dura necessidade de deixar protestar os bonds do Thesouro e as lettras que o mesmo Thesouro havia sacado sobre mim por via do Banco.»

Eis aqui, quanto a minha memoria me pode auxiliar, a explicação que lhe ouvi mui repetidas vezes da conta de *quebrantos*.

Emquanto ás obrigações futuras do governo em Londres eu as considero do modo seguinte:

Das £ 600:000 de bonds do Thesouro, tomadas como por antecipação das cobranças do Brazil, acha-se vencido e pago sómente metade, restando para pagar £ 300:000, das quaes se vence metade no 1.º de outubro, e a outra metade em o 1.º de janeiro proximo futuro.

Os nossos emprestimos de 5 por cento acham-se reduzidos ao capital de £ 5.016:050, conforme a demonstração que aqui junto com o n.º 10, a qual, posto

mento da execução do decreto de 23 de julho, e carta de lei do 1.º de setembro de 1834, que determinam a extincção da moeda-papel; 2.º, abrir um emprestimo de 2:000 contos para ser applicado ás estradas e mais obras de publica utilidade, na forma da carta de lei de 25 de abril do corrente anno. Foram nesse acto, depois da leitura dos ditos documentos, e dos decretos a que elles se referem, submettidas as seguintes considerações pelo sr. Mendizabal, a saber:

«Que tendo sido a agencia de Londres organisada em uma conjunctura bem desgraçada para a nação portugueza, e conduzida sempre atravez das maiores difficuldades, fôra tão curta a epocha da sua prosperidade, que mal havendo começado pelo mez de janeiro proximo passado, logo nos fins de maio seguinte o panico produzido nesta praça pelas noticias de Hespanha, e immediatamente depois as mudanças ministeriaes de Portugal, a tornaram a lançar em novos e mui serios embaraços, obrigando-a a mais complicadas transacções, com o fim de evitar as desastrosas consequencias que da combinação de acontecimentos tão inesperados se poderiam seguir; pelo que seria summamente prejudicial á causa da Rainha, e com especialidade ao credito publico, o collocarem-se já os negocios em mãos absolutamente estranhas á sua gerencia, sem precedentes, e sem a força ou a dedicação necessaria para se comprometterem, nos casos necessarios, em beneficio do governo.

«Que dos negociantes portuguezes estabelecidos em Londres elle não conhecia nenhum que quizesse tomar tão grande peso sobre seus hombros, acceitando a descoberto, ou fazendo sobre sua responsabilidade qualquer outro esforço; e que dos negociantes, e banqueiros inglezes, sendo o barão de Rothschild o que se apresentava, como é bem notorio, mais qualificado para uma semelhante agencia, era comtudo o momento actual, em que o nosso credito estava longe d'aquelle esplendor a que havia chegado no principio do anno, mais proprio para lhe despertar condições fortes, e onerosas á nação, do que sympathia pela sua causa.

«Que pelo que respeita á gestão dos negocios que lhe foram confiados, elle, sr. Mendizabal, deixava extinctas todas as suas acceitações, tendo julgado conveniente, como já havia participado ao Thesouro, fazer acceitar os saques, que se lhe apresentaram depois da sua nomeação para ministro de Hespanha, pelo sr. A. de Ramon y Carbonell, o qual, tendo sido o agente unico da commissão dos aprestos, havia continuado, depois da extincção d'esta, a executar as ordens do governo em tudo quanto não eram operações de credito.

«Que em consequencia do artigo 6.º das instrucções, e pelas disposições previamente tomadas a esse fim, hoje se cancellaram, e ámanhã se concluirá a cancellação de todos os bonds, e mais titulos existentes, como ha de constar dos respectivos autos, restando sómente por inutilisar os *general bonds* que o governo lhe remetteu em 22 de dezembro de 1834, e que ficaram sem effeito pela substituição que foi necessario fazer-se, e bem assim um *general bond* de 4 milhões esterlinos, que fôra (com outro de 2 já applicado) enviado ultimamente para se dar principio á conversão da divida de 5 por cento, os quaes *general bonds*, isto é, os primeiros, era opinião sua que, depois de golpeados, elle mesmo sr. Mendizabal os entregasse em Lisboa ao ministro da fazenda, deixando o bond de 4 milhões acima referido em poder do sr. barão de Moncorvo, para que, depositado no banco, pudesse servir ao objecto para que fôra remettido, logo que as circumstancias permittissem o proseguir-se na conversão da divida.

«Que as contas de que falla o artigo 3.º elle as está remettendo ao Thesouro, á medida que se vão apromptando, e que conta levar em sua companhia todas as que faltam, ou pelo menos as mais essenciaes.

«Que partindo elle para Lisboa, antes de seguir ao seu destino em Hespanha, elle concertará com o governo de Sua Magestade sobre os presentes assumptos.

«E, finalmente, pelo que respeita ás operações de fundos de que acima se trata, é sua opinião que uma nova transacção d'esta natureza, effectuada nas actuaes circumstancias na praça de Londres, não seria realisavel senão a termos muito desvantajosos, produzindo ao mesmo tempo uma depreciação tal nos fundos existentes, que alem do prejuizo directo que desde já iria causar ao Thesouro, só serviria de difficultar cada vez mais o progresso da conversão. Que em Paris, para onde elle partia por estes tres dias, e para onde o conselheiro Castro o podia acompanhar, se assim o julgasse conveniente, havia alguma probabilidade de se conseguirem taes operações a melhores termos, visto que os banqueiros com quem ali se póde tratar não se acham hoje em dia muito sobrecarregados de papeis portuguezes; e que quando estas esperanças falhassem, então deveria tentar-se a praça de Lisboa, aonde a boa fé presenciada em todas as transacções do governo, ainda nas epochas mais difficeis, devia despertar os animos dos capitalistas nacionaes, que tantos lucros têem deixado sahir para o estrangeiro.»

O que tudo ouvido e considerado maduramente, e ponderadas as razões que produziu o ex.mo ministro, e o conselheiro Castro, se tomaram as seguintes resoluções:

1.ª Que o commendador A. de Ramon y Carbonell, que tanta consideração tem merecido ao governo para a execução de ordens da maior importancia, prosiga interinamente com a agencia portugueza, até que, chegando o sr. Mendizabal a Lisboa, e tendo ali exposto o estado dos negocios, possa o governo resolver como o julgar mais conveniente ao serviço;

2.ª Que visto terem-se hoje cancellado, e dever concluir-se ámanhã a cancellação de todos os effeitos em ser, seja o sr. Mendizabal o proprio portador (para restituir ao sr. ministro da fazenda) dos *general bonds* de 22 de dezembro de 1834, depois de se lhe dar um golpe, ou pôr qualquer outro signal que seja sufficiente para evitar as consequencias de um extravio;

3.ª Que em quanto ao bond de 4 milhões, da ultima remessa, fique em poder do ministro de Sua Magestade, para que, depositando-o no banco, possa servir aos seus fins logo que as circumstancias o permittam;

4.ª Que visto ter já remettido ao Thesouro as contas mais importantes da sua gerencia, continue o sr. Mendizabal a fazer remessa das restantes ao mesmo tribunal até á completa liquidação da sua agencia financeira;

5.ª Que acompanhando o conselheiro Castro ao cavalheiro Mendizabal na sua derrota por Paris se tente ali a negociação dos valores, cuja creação é auctorisada, na forma das leis novissimas, pelos dois decretos de 16 de julho proximo passado, de que o dito conselheiro foi portador.

6.ª Que conviria que, quando A. de Ramon y Carbonell se achasse em alguma circumstancia melindrosa, recorresse ao ministro plenipotenciario de Sua Magestade nesta côrte, o qual, ouvindo o consul, ou o vice-consul, ou mais alguma pessoa intelligente, se o julgasse necessario, pudesse resolver definitivamente sobre o negocio, parecendo ao mesmo tempo necessario que o mesmo ministro fosse auctorisado pelo governo para poder decidir nos casos extraordinarios, pelo modo acima mencionado.

E não se tendo podido convidar o consul geral, na forma das instrucções, para estas conferencias, por se achar ausente em Portugal, mas estando as pessoas acima indicadas de perfeito accordo em todas estas resoluções, se acceitou a offerta do conselheiro Castro para redigir a presente acta, a fim de se conservar

por este modo todo o segredo que exigem negocios d'esta natureza, resolvendo-se egualmente que elle mesmo seja o portador que pela secretaria d'estado dos negocios da fazenda a faça chegar á presença de Sua Magestade. — E eu José Joaquim Gomes de Castro, do Conselho de Sua Magestade, a escrevi. = *Barão da Torre de Moncorvo* = *J. A. y Mendizabal* = *José Joaquim Gomes de Castro.*

N.º 4

Ill.mo e ex.mo sr. — Sendo presente ao governo a resposta que dirigiu ao Thesouro o agente na praça de Londres A. de Ramon y Carbonell, em officio de 4 do corrente «de que não havendo tido nunca intervenção nas operações relativas aos emprestimos, se via impossibilitado de poder dar informação das transacções que deviam effectuar-se na conformidade do contrato de 29 de abril d'este anno, e dos *subsequentes que o modificaram*, tendentes á criação de £ 2.000:000, 3 por cento», informação esta que se lhe havia exigido por officio do Thesouro de 21 de novembro proximo, porquanto da correspondencia e contas ahi existentes nada constava a semelhante respeito, não obstante mencionar-se por um lado, no relatorio do ex-conselheiro do Thesouro, José Joaquim Gomes de Castro, feito depois do seu regresso de Londres, que o ex-agente financeiro J. A. y Mendizabal tinha tomado emprestado de Rothschild £ 400:000 sobre o penhor ou hypotheca de bonds do dito emprestimo, e ser certo, por outro, que entre as apolices de 3 por cento recebidas em pagamento de bens nacionaes, e amortisadas em Londres, se comprehendem algumas no valor de £ 1:800, que não podem deixar de pertencer á serie do 1.º milhão esterlino, que segundo os mesmos contratos era negociavel desde logo: succedendo mais que o referido A. de Ramon y Carbonell não só deixou entender que não tinha em seu poder os meios necessarios para o pagamento de £ 150:000 em bonds de divida fluctuante que se vencem no 1.º de janeiro de 1836, senão tambem que deixou de acceitar as lettras de £ 25:000 sacadas pelo Thesouro em 26 de novembro ultimo á ordem da direcção do Banco de Lisboa, a tres mezes data, quantia esta mui inferior á que, segundo uma carta particular do sr. J. A. y Mendizabal escripta ao mesmo ex-conselheiro Castro, se poderia sacar sobre aquelle agente, que para isso devia suppôr-se habilitado com meios superabundantes para o acceite e pagamento de taes lettras, tanto mais quanto é certo que as sommas precisas para os dividendos em Londres de 5 e 3 por cento do actual semestre ficaram todas a cargo do Thesouro, afora a tenue quantia de £ 12:000 que Carbonell desembolsou — é forçoso recorrer a v. ex.ª para que a bem do serviço se sirva ministrar-me todos os esclarecimentos que v. ex.ª possuirá, concernentes a taes operações, e que lhe eram de absoluta necessidade para prover com fundamento, e com a precisa antecipação aos importantes pagamentos a cargo da agencia em Londres, que não podiam preterir-se sem ruina total do credito; e que deviam sem duvida achar-se acautelados, quando a actual administração entrou em exercicio.

Deus Guarde a v. ex.ª Thesouro publico, 28 de dezembro de 1835. — Ill.mo e ex.mo sr. José da Silva Carvalho. = *Francisco Antonio de Campos.*

Ill.mo e ex.mo sr. — Pedindo-me v. ex.ª em seu officio de 28 do corrente, em consequencia de uma resposta que recebeu do agente de Londres, A. de Ramon y Carbonell, todos os esclarecimentos que eu *possuirei* acêrca das operações de

credito praticadas na praça de Londres, cumpre-me dizer a v. ex.ª que o fio de todas estas transacções se acha nas repartições da fazenda, e Thesouro, aonde v. ex.ª as pode mandar examinar; restando-me sómente accrescentar o seguinte, para de algum modo auxiliar a v. ex.ª com o que pode depender da minha memoria para o bom desempenho dos negocios da fazenda, e em utilidade do serviço publico.

Logo que o governo obteve das côrtes o *voto de confiança*, tratou de dar principio ao seu plano de conversão da divida, cujo bom resultado era afiançado pelo augmento progressivo do credito portuguez, tão felizmente estabelecido que nada poude abalal-o, nem mesmo a encarniçada guerra que ao governo fez uma opposição tenaz que se desenvolveu nas camaras, que por muitas vezes atravessou ou demorou as suas medidas, e que não escrupulisava em representar Portugal, cheio, como o considerava, de muitos recursos, no mais deploravel estado e em imminente ruina.

Qual fosse o plano da conversão da divida sabe-o v. ex.ª quasi desde que em côrtes se pediu o voto de confiança. Eu tive a generosidade, por bem da minha patria, de pedir ao meu intimo amigo, o actual primeiro ministro de Hespanha, que em conferencia particular inteirasse a v. ex.ª das minhas vistas, apoiado das tabellas que demonstravam os grandes beneficios que deviam resultar d'aquella medida; e pelo que respeita ao modo de a pôr em pratica, lá tem v. ex.ª as actas do conselho de ministros redigidas pelo conselheiro Castro (nomeado secretario *ad hoc*), nas quaes se trata com a devida clareza de todas as transacções que tiveram logar no tempo do meu ministerio relativas ao voto de confiança.

Existindo um grande *deficit*, como eu fiz saber ás côrtes e á nação, e devendo este preencher-se pelos varios meios que eu então propuz, claro está que se deveria levantar uma divida fluctuante aqui ou em outra praça para supprir o Thesouro emquanto esses meios se não realisavam. Auctorisado pelo voto de confiança, e já anteriormente por um decreto, que mandava applicar para os dividendos de Londres a divida vencida e vincenda do Brazil, levantaram-se por antecipação sommas em bonds do Thesouro, que os capitalistas de Londres descontavam ao par, e pediam como por obsequio ao nosso agente, para empregar seus capitaes, ao mesmo passo que os fundos levantados para a conversão produziam em favor da fazenda publica 12 e 20 por cento, como se vê dos contratos feitos, e promettiam ainda maiores lucros no futuro. O sr. Mendizabal mandou dizer ao ministro que então servia no reino, em uma carta que me persuado v. ex.ª viu quando esteve no ministerio pela primeira vez, que não se desse pressa a realisar o emprestimo que as côrtes tinham votado para obras publicas, pois que elle tinha bem fundadas esperanças de obter mui breve dinheiro a 80 por cento de 3 por cento.

Já v. ex.ª vê e o sabe desde muito que os negocios de finanças progrediam melhor que tudo quanto nos havia pintado a nossa imaginação. A esphera dos pagamentos diarios havia-se alargado; e pelo mez de maio eu havia entrado em arranjos com todas as repartições em que havia algum atrazo, para as pôr definitivamente em dia. A divida fluctuante ia supprindo, e podia ainda augmentar-se sem risco de onerar o Thesouro; porque, recebendo-se a divida do Brazil, e apurando-se algum dinheiro dos bens nacionaes, facilmente se amortisava aquella; e quando se não recebesse do Brazil ou se carecesse dar outra direcção ao producto em dinheiro dos bens nacionaes, o governo podia apresentar-se em côrtes, e, mostrando a quanto se haviam reduzido os juros annuaes, pedir a criação de um capital correspondente aos interesses economisados. As operações de Lisboa, filhas das de Londres, haviam tido o mais completo successo, e por conseguinte contribuido fortemente para o grande resultado que o governo havia previsto.

Foi justamente neste ponto, e no mais delicado das operações, que teve logar a entrada de v. ex.ª para o ministerio da fazenda. Ao referir-se esta noticia em Londres, cessou toda a confiança no governo portuguez. Os portadores dos bonds acudiram ao sr. Mendizabal pedindo-lhe pagamentos por antecipação, e os especuladores em nossos fundos trataram de realisar na praça quanto puderam, não dando ouvidos ás instancias com que o sr. Mendizabal procurava reanimar os possuidores de mais avultadas quantias, que acontecia serem seus particulares amigos.

Por este tempo eu me achava fora do ministerio, e já v. ex.ª vê que não pude dar ordem alguma; constou-me, porém, e depois pude verifical-o, que o sr. Mendizabal tomara sobre si, vendo-se desamparado de todas as suas relações, o alterar o ultimo contrato feito com Rothschild, e applicar aos bonds e saques do Thesouro d'aquelles capitaes que até ali haviam tido o unico e sagrado fim de amortisar a divida preterita. Ignoro se a *administração* de que v. ex.ª fazia parte *approvou ou não* este procedimento, mas em todo o caso o facto é do agente e não do governo— não que eu pretenda criminal-o, pois talvez fosse este o maior serviço que elle fez a Portugal, consideradas as terriveis consequencias que resultariam da falta de pagamento dos bonds e das lettras do Thesouro.

V. ex.ª sabe que se a sua administração não teve a fortuna de continuar a merecer credito em Londres, não foi mais feliz em Portugal, e que, achando-se o governo totalmente destituido de dinheiro e credito, v. ex.ª pediu a sua demissão; e eu, bem a meu pezar, tornei a entrar pela segunda vez, debaixo dos mais deploraveis auspicios, no ministerio da fazenda, aonde dirigi os negocios publicos por espaço de quatro mezes, até que motivos que não tiveram nada em commum com as operações d'esta repartição me obrigaram a pedir a minha demissão, deixando por effeito de transacções que eu havia entabolado, e de outras cujo *ultimatum* havia apressado cortando pelos prolongados tramites da morosa diplomacia, mais meios e recursos do que nunca havia existido desde que o Sr. D. Pedro desembarcou em Portugal.

Entre varias providencias que o governo então tomou, foi a de mandar a Londres o conselheiro Castro com a carta regia e instrucções que se devem achar na secretaria da fazenda, e o resultado da sua missão tambem ahi se deve achar em um relatorio que elle me apresentou, e que eu fiz correr por todos os ministros, documentado entre outras cousas com as actas que tiveram logar na embaixada portugueza, acêrca do seguimento da agencia. Em consequencia d'esta sua exposição, corroborada ainda com as proprias explicações do sr. Mendizabal, a quem o dito conselheiro convenceu a custo a vir por esta capital, talvez com grave detrimento das cousas do seu paiz, proseguiram os negocios, tratando o governo de fazer remessas para Londres para *evitar* sacrificios emquanto se não conseguia restaurar o decahido credito.

Os dividendos approximavam-se, e eu pedi ao conselheiro Castro que escrevesse em particular ao sr. Mendizabal, a saber se com effeito se poderia effectuar a sua remessa na forma que elle aqui o havia facilitado; porém, elle respondeu o que v. ex.ª affirma ter visto em uma carta d'elle ao sr. Castro. Remetteram-se portanto 80:000 libras em soberanos, e se Ricardo não quiz, e Rothschild por consequencia, contentar-se com as lettras sobre Carbonell, nem por isso deixou o governo de merecer sufficiente credito a este ultimo, para que apromptasse o dinheiro que faltava para os dividendos sacando pelo saldo sobre mim. Quando chegou esta lettra sabe v. ex.ª que eu já não era ministro; mas não estranhará que eu lhe diga que não sómente havia previsto este caso, como que tinha dis-

posto as cousas em ordem a fazer face ao dito saque e a outro qualquer, a que, contra as seguranças que o sr. Mendizabal havia dado ao governo na sua estada nesta, fosse necessario recorrer em Londres para acudir aos pagamentos do 1.° de janeiro.

O balanço do sr. Mendizabal consta das contas pelo mesmo apresentadas; o modo como elle poude suppril-o é pelo sr. Castro referido no seu relatorio segundo a declaração do sr. Mendizabal, e na correspondencia devem existir as condições do ultimo contrato. Todos os negocios de Londres foram feitos ou por intermedio do sr. Mendizabal, ou pelo do sr. Carbonell; isto não contradiz a asserção que v. ex.ª attribue a este sr., porque de facto nunca elle foi agente principal de emprestimo algum. Qualquer dos ditos srs. poderá dar, e estou certo que quererá dar, os esclarecimentos necessarios, para v. ex.ª ter as noções, que parece faltarem-lhe, de todas estas transacções. Como ministro estava eu desobrigado de possuir correspondencia dobrada: tem, por consequencia, qualquer que desejar saber dos negocios de uma administração, de recorrer ás peças e registos das repartições publicas. Por este motivo, e com grande sentimento meu, apenas posso ministrar a v. ex.ª referencias mais ou menos exactas emquanto a particularidades, posto que o sejam na sua substancia. É este o unico auxilio que da minha memoria posso haver, memoria que, dividida por muitos objectos, deve naturalmente carecer de vigor.

Deus Guarde a v. ex.ª muitos annos. Lisboa, 30 de dezembro de 1835. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Francisco Antonio de Campos. = *José da Silva Carvalho.*

DUPLICADO

Nota dos livros e mais papeis confidenciaes de que faço entrega ao governo. — Livro das actas; livro de registo; proposta para o conselho de ministros com data de 17 de fevereiro; idem de 17 de abril; idem de 4 de maio.

Officios de J. A. y Mendizabal, a saber: — 1 officio reservado do 1.° de janeiro; 1 dito dito de 14 de dito; 1 dito dito de 30 de dito; 2 ditos dito de 9 de fevereiro; 1 dito dito de 4 de março; 2 ditos dito de 18 de dito, contendo um d'elles uma correspondencia com Richard Thorton; 1 dito dito de 20 de dito; 1 dito dito de 25 de dito; 1 dito dito de 28 de dito; 1 dito dito de 3 de abril; 1 dito dito de 8 dito, contendo copias authenticas de dous contratos de emprestimos feitos com Rothschild, e varios papeis illustrativos, mas não officiaes; 1 dito dito de 2 de maio; uma terceira via de lettra sacada por mim em 16 de maio a tres mezes de data sobre J. A. y Mendizabal á ordem de N. M. Rothschild £ 7:000; uma dita £ 8:000; uma dita £ 9:000; uma dita £ 11:000; uma dita £ 12:000; uma dita £ 13:000; segunda e terceira via de uma lettra saccada em 23 de maio, e em tudo o mais como acima, de £ 4:000; idem £ 5:000; idem £ 6:000 = *Francisco Antonio de Campos.*

Tudo por mim foi mandado entregar ao dito sr. logo que me substituiu no ministerio, em maio de 1835. = *José da Silva Carvalho.*

CONTA N.° 1

Resultado da conversão das £ 1.000:000 do emprestimo 6 % de 1834, pela applicação de £ 1.500:000 de fundos de 3 % criados em virtude do decreto de S. M. F., de 22 de dezembro de 1834

Criação de 3 % de 1 de abril, destinado a este objecto	1.500:000	-	-	£ 911:800, que foi apresentado de 6 %, convertido a razão de £ 150 — por £ 100	1.367:700	-	-
				Saldo	132:300	-	-
	1.500:000	-	-		1.500:000	-	-

Producto e applicação do saldo das £ 132:300 da conta anterior

Junho 25:				Commissão paga a mr. N. M. Rothschild, 1 % sobre as £ 1.500:000	15:000	-	-
£ 120,000, vendidas a mr. N. M. Rothschild a 58 %	69:600	-	-	Gastos com o feitio dos bonds	612	7	6
£ 12:300, vendidas ao publico a 60 %	7:380	-	-	Papel para idem	164	14	-
				Saldo a favor do governo que se leva á conta geral	61:202	18	6
	76:980	-	-		76:980	-	-

Pela anterior demonstração resulta um saldo a favor do governo de £ 61:202,18,6 applicavel ao *deficit;* e como o governo tinha que pagar £ 54:708, de interesses ao anno sobre as £ 911:800 dos 6 % convertidas, e só pagará £ 45:000 sobre as £ 1.500:000 3 % criadas para este objecto, resulta um *surplus* de £ 9:708, por cuja applicação como fundo de amortisação, se extingue o total do capital em cincoenta e tres annos, calculando a 80 % as compras dos primeiros dez annos, a 85 as dos segundos dez, a 90 as dos terceiros dez, a 95 as dos quartos dez, e o resto ao par, segundo se demonstra em o calculo junto.

Londres, 1 de julho de 1835. = *J. A. y Mendisabal.*

Está conforme. = *Pinto.*

CONTA N.º 2

O governo de S. M. F., conta do emprestimo de £ 2.500:000, fundos portuguezes de 3 %, criados em virtude do decreto de 22 de dezembro de 1834

DEVE				HAVER			
1835.—Julho 31:				1835.—Julho 31:			
Pela importancia de £ 500:000, apolices de 5 %, cancelladas, segundo a conta n.º 2, vencendo juro até hoje.........	511:724	19	5	Pelo producto de £ 2.500:000, vendidas nesta e noutras praças, como se vê da conta n.º 1, junta, vencendo juro até esta data..........................	1.645:489	1	2
Pela importancia de £ 200:000, apolices de 6 %, cancelladas a 7 de julho, 6 e 7 de agosto, segundo uma carta official de agosto §	190:000	-	-				
Por lettras sacadas pelo Thesouro sobre a conta da conversão da divida interna de 6 %, (conta n.º 3), com juro até hoje	59:695	17	10				
Pela importancia da commissão paga ao contratante, segundo a conta n.º 4, com juro até á data de hoje	25:061	12	11				
Despesa de impressão e numeração de bonds, segundo a conta n.º 5.........	833	6	8				
Papel para o mesmo..................	274	10	-				
Pago a mr. A. de Ramon y Carbonell, á conta das lettras sacadas pelo Thesouro, e por elle acceitas............	60:000	-	-				
Saldo a favor do governo	797:898	14	4				
	1.645:489	1	2		1.645:489	1	2

S. E.—Londres, 8 de agosto de 1835.=*J. A. y Mendizabal.*

Está conforme.=*Pinto.*

A

Conta da conversão dos capitaes de Londres de juro de 6 %

DEVE	Capitaes			Juros			HAVER	Capitaes			Juros		
Emissão em bonds de 3 %..............	1.500:000	-	-	45:000	-	-	Capitaes de 6 % que se cancellaram por se haverem convertido em capitaes de 3	911:800	-	-	54:708	-	-
Balanço de juros a favor dos encargos da fazenda annualmente.............	-	-	-	12:768	2	11	Dinheiro que entrou na conta geral do Thesouro, liquido de todas as despesas, como da respectiva conta de Londres aqui junta, regulado pelo juro de 5 %...	61:202	18	6	3:060	2	11
				57:768	2	11					57:768	2	11

Economia, como acima se demonstra: £ 12:768,2,11 a 4$000 réis por £ são 51:072$583 réis em cada anno.

Londres, 28 de fevereiro de 1836. = *José da Silva Carvalho.*

N. B. É bem clara a razão porque se não somma a columna dos capitaes, que, em consequencia da differença de juros, se devem reputar quantias heterogeneas: na conta comparativa do estado dos emprestimos marcarei o que augmentou de uns, e o que diminuiu de outros; esta explicação serve egualmente para a conta B.

B

Conta da conversão dos capitaes de Londres de juro de 5 %

DEVE	Capitaes			Juros			HAVER	Capitaes			Juros		
Emissão em bonds de 3 %	2.500:000	-	-	75:000	-	-	Capitaes de 5 % que se cancellaram por se haverem convertido em capitaes de 3	700:000	-	-	35:000	-	-
Balanço de juros a favor dos encargos da fazenda annualmente.............	-	-	-	5:879	14	1	Dinheiro que entrou na conta geral do Thesouro, liquido de todas as despesas, como da respectiva conta de Londres aqui junta, regulado pelo juro da lei de 5 %	917:594	12	2	45:879	14	1
				80:879	14	1					80.879	14	1

Economia, como acima se demonstra: £ 5:879,14,1 a 4$000 réis por £ são 23:518$816 réis em cada anno.
Londres, 28 de fevereiro de 1836. = *José da Silva Carvalho.*

C

Conta da conversão dos capitaes a juro de 6 %

DEVE	Capitaes	Juros	HAVER	Capitaes	Juros
Capitaes apresentados para inscripções de 4 %................	3.465:200$000	138:608$000	Existencia do primeiro emprestimo	2.686:218$714	161:173$122
Ditos não apresentados, e que segundo a lei têem de ser tambem convertidos em inscripções de 4 %	622:511$974	24:900$478	Dita do segundo dito............	1.704:560$000	102:273$600
Ditos apresentados para distracte, os quaes se calculam a 5 %, como vence o capital para esse fim levantado do Banco, e dos particulares	2.060:008$265	103:000$413	Dita do emprestimo de 1:000 contos de 1827......................	580:200$000	34:812$000
Ditos de declarações pendentes, os quaes, não obstante poderem ser em grande parte convertidos em inscripções, comtudo vão calculados tambem a 5 %, como se tivessem de ser todos distractados	315:685$469	15:784$273	Dita do dito patriotico do Porto, e addicional..................	476:360$797	28:581$647
Importancia dos restos minimos das conversões, que tem de ser paga, e que se calcula como acima.....	24:243$803	1:212$190	Dita dos denominados novos titulos	1.040:310$000	62:418$600
Balanço a favor dos encargos da fazenda......................	-$-	105:752$615			
	6.487:649$511	389:258$969		6.487:649$511	389:258$969

Economia, como acima se demonstra: 105:753$615 réis em cada anno.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1836. = *José da Silva Carvalho.*

D

Conta da conversão dos capitaes a juro de 5 %

DEVE	Capitaes	Juros	HAVER	Capitaes	Juros
Capitaes apresentados para inscripções de 4 %.................	763:900$000	30:556$000	Existencia do emprestimo de 2:000 contos feito pelo Banco em 1823	800:000$000	40:000$000
Ditos não apresentados, que devem ser convertidos tambem em inscripções segundo a lei..........	344:608$870	13:784$354	Dita do de 2:400 contos feito pelo mesmo em 1827................	2.186:000$000	109:300$000
Ditos apresentados para distracte, e que vão calculados a 5 %, como tinha sido contratado com o Banco	3.963:755$304	98:687$765	Dita do nacional de 9 de agosto de 1833..........................	516:392$000	25:819$600
Ditos de declarações pendentes, e que, não obstante poderem ser em grande parte convertidos, vão calculados tambem a 5 %, como se todos tivessem de ser distratados	136:547$596	6:827$379	Dita da consolidação de lettras do commissariado dos annos de 1814 a 1816........................	697:505$226	34:875$261
Importancia dos restos minimos, que tambem devem ser calculados a 5 %.........................	6:420$456	321$022	Dita da consolidação da divida publica desde 24 de agosto de 1820 até ao 1.º de outubro de 1822....	1.025:335$000	51:265$750
Balanço a favor dos encargos da fazenda......................	-$-	11:035$091			
	5.225:232$226	261:261$611		5.225:232$226	261:261$611

Economia, como acima se demonstra: 11:035$091 réis.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1836. = *José da Silva Carvalho.*

E

Recapitulação das quatro contas precedentes A, B, C, D

Differença annual a favor da fazenda publica na primeira conversão, conta A........	51:072$583
Idem, na segunda conversão, conta B........	23:518$816
Idem, na terceira conversão, conta C........	105:758$615
Idem, na quarta conversão, conta D........	11:085$091
	191:430$105

Esta quantia, que annualmente se lucrou, de 191:430$105 réis, corresponde pelo termo commum de vinte annos a um capital de 3.828:602$100 réis.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1836. = *José da Silva Carvalho.*

Amortisações feitas pela commissão interina da Junta do Credito Publico, desde 26 de abril de 1834 até fins de outubro de 1835

	Titulos com juro		
6%	Apolices do primeiro emprestimo	252:541$711	
	Ditas do segundo dito	69:600$000	
	Ditas do emprestimo de 1827 por 1$ contos	2:700$000	
	Ditas do dito patriotico do Porto	11:750$000	
	Novos titulos	75:161$000	411:752$711
5%	Emprestimo do Banco por réis 2.400:000$000	9:600$000	
	Dito nacional de 9 de agosto de 1833	281:066$000	
	Consolidação de lettras do commissariado de 1814 a 1816	1:200$000	
	Dita da divida de 24 de agosto de 1820 a 1822	54:259$000	
	Emprestimo de Lindinberg	25:780$000	
	Dito (*a*)	116:090$000	487:995$000
4%	Consolidação de papel-moeda e titulos	9:610$027	
	Dita da divida da marinha	2:362$096	11:972$123
3%	Consolidação de 1:000 contos em papel		282:000$000
			1.193:719$834
	Emprestimos annullados		
6%	1.010:500$000 réis resto do de 4:000 contos		12:000$000
5%	Consolidação de lettras do commissariado de 1814 a 1816		1:000$000
	Emprestimos varios		
5%	Votado em Londres em 1829 (*b*)		827$102
	De José Henriques Soares		28:478$440
4% e 5%	Juros reaes		5.052:820$541
			6.288:845$917
	Titulos sem juro		
	Papel-moeda em virtude das leis antigas	8:819$000	
	Dito em virtude do decreto de 23 de julho de 1834 que o extinguiu	4.457:047$000	4.465:866$600
	Titulos de divida publica		845:559$954
	Liquidações para titulos de divida publica		1.429:997$726
	Cedulas de meios ordenados		362:474$665
	Titulos admissiveis em meios direitos da alfandega		241:069$343
	Ditos na compra de bens nacionaes		410:440$000
	Totalidade das amortisações		14.044:254$205

(*a*) Apezar da amortisação ter tido logar em 16 de dezembro, menciona-se esta addição, porque o seu resgate tinha sido muito anterior.

(*b*) Donativo da baroneza de Faro.

F

Estado da divida publica nacional e estrangeira, e seus respectivos juros, segundo deve constar da escripturação do Thesouro, e da Junta do Credito, nas duas epochas abaixo mencionadas

Réis	Libras		Juros em réis, calculada a libra a 4$000 réis
		Em 19 de dezembro de 1834:	
6.487:649$511		Vencendo juro de 6 %............	389:258$969
5.225:332$226		Vencendo juro de 5 %............	261:261$611
	1.000:000	Vencendo juro de 6 %............	240:000$000
	4.768:600	(Não se comprehende o milhão esterlino a cargo do Brazil) 5 %......	953:720$000
			1.844:240$580
		Em 17 de novembro de 1835:	
6.516:660$893		Vencendo juro de 5 %............	325:833$044
5.196:220$844		Vencendo juro de 4 %............	207:848$833
	88:200	Vencendo juro de 6 %............	21:168$000
	4.016:095	(Não se comprehende o milhão esterlino a cargo do Brazil) 5 %......	803:219$000
	3.909:000	Vencendo juro de 3 %............	469:080$000
			1.827:148$877

Por este quadro comparativo prova-se que o juro annual de divida não só não augmentou, mas diminuiu, não obstante ter sido applicado para as despesas correntes do Thesouro bem perto de 1 milhão esterlino *em effectivo,* ou de 10 milhões de cruzados.

Lisboa, 28 de fevereiro de 1836. = *José da Silva Carvalho.*

N. B. Não incluo nesta conta a divida antiga de 4 %, fundada na Junta do Credito, que sobe a 1:600 contos, porque nessa não houve alteração alguma.

APPENDICE

12 de abril de 1836. — Amigo do coração. — Depois da publicação do teu Manifesto estão plenamente demonstrados os erros e as falsidades em que labora o celebrado parecer da commissão do Thesouro, appenso ao orçamento d'este anno, e antes d'elle apparecido. Fez-te o publico justiça; fizeram-t'a tambem os teus adversarios com o silencio que guardaram. Mas, se a tua reputação ficou intacta, não aconteceu assim ao nosso credito, quero dizer ao credito do Thesouro, ou do Estado; que este tão facil é perdel-o, quanto é difficil reparal-o. Assim mesmo não deixou o teu Manifesto de produzir um grande bem; porque ao menos dissipou a inquietação que geralmente havia, pelo muito ou pouco que poderia haver de exacto naquelle celebrado parecer.

Como esta questão é uma questão de algarismos, *in mundum regunt numeri*, tratei, para minha illustração, de a examinar com cuidado, mettendo em conta todos os elementos de que nestas questões se não pode prescindir; e, segundo as melhores informações que pude alcançar, tomando os valores medios d'aquelles que, segundo o estado do commercio, são mais ou menos variaveis.

Para pôr em evidencia uma verdade, de que parecem duvidar algumas pessoas menos entendidas na materia, vae o mappa n.º 1. Este mappa mostra o movimento da amortisação de uma divida de 400 contos em obrigações, com o juro de 6 por cento ao anno, regulada ao par, e por uma prestação constante, em 50 annos, o mais razoavel menor praso que pode admittir-se para a total extincção da nossa divida. Mostra tambem o movimento da amortisação, no mesmo tempo de 50 annos, de uma divida de 600 contos em obrigações, com o vencimento de 3 por cento de juros ao anno, e resgatavel por prestações eguaes, e pelo valor medio de 60 por cento.

Pela comparação d'estas duas dividas vê-se, e melhor se mostra na explicação relativa a este mappa, que a segunda divida é muito menos onerosa que a primeira, e que, por conseguinte, haveria grande vantagem em converter-se a primeira na segunda, posto que uma vez e meia nominalmente maior.

Devo ao sr. Thomás Aquino de Carvalho o favor de querer encarregar-se do desenvolvimento d'este mappa, emquanto eu concluia os mappas n.ºˢ 2 e 3, nos intervallos que as minhas obrigações na camara dos pares me deixaram livres.

O mappa n.º 2 é o mais interessante: neste mappa compara-se toda a divida nacional com vencimento de juros em 19 de dezembro de 1834, com a mesma divida, no estado a que se achou reduzida em 17 de novembro de 1835; nelle, como em um quadro, vê-se o resultado geral de todas as transacções feitas pelo governo no tempo que decorreu entre as duas epochas acima referidas, e põe-se em evidencia que a divida nacional, em realidade e sem sensivel differença, ficou sendo a mesma que d'antes era, ganhando-se na conversão perto de 10 milhões, que entraram no Thesouro e foram applicados para o pagamento das despesas correntes.

A brevidade do tempo obriga-me a ser conciso na explicação d'estes resultados; sem embargo, se quizeres, podes publical-os, quando reimprimires o Manifesto, como provavelmente farás, visto o muito empenho que ha por mais exemplares.

Sou sempre, teu do coração. = *Miranda.*

N.° 1

Annos — Até 50	AMORTISAÇÕES					
	DE 400:000$000 RÉIS DE OBRIGAÇÕES COM JURO DE 6 %, E FEITA AO PAR EM 50 ANNOS			DE 600:000$000 RÉIS DE OBRIGAÇÕES COM JURO DE 3 %, E FEITA AO PREÇO DE 60 EM 50 ANNOS		
	Capitaes	Juros	Amortisação	Capitaes	Juros	Amortisação
1	398:622$280	24:000$000	1:377$720	597:133$950	18:000$000	2:866$050
2	397:161$897	23:917$337	1:460$383	594:124$597	18:914$018	3:009$353
3	395:613$891	23:829$714	1:548$006	590:964$777	17:828$738	3:159$820
4	393:973$004	23:736$833	1:640$887	587:646$965	17:728$948	3:317$812
5	392:233$664	23:638$380	1:739$340	584:163$263	17:629$409	3:483$702
6	390:389$964	23:534$020	1:843$700	580:505$376	17:524$898	3:657$887
7	388:345$642	23:423$398	1:954$322	576:664$594	17:415$161	3:840$782
8	386:364$061	23:306$139	2:071$581	572:631$774	17:299$938	4:032$820
9	384:168$185	23:181$844	2:195$876	568:397$312	17:178$953	4:234$462
10	381:840$556	23:050$091	2:327$629	563:951$127	17:051$919	4:446$185
11	379:373$269	22:910$433	2:467$287	559:282$634	16:918$534	4:668$493
12	376:757$945	22:762$396	2:615$324	554:380$716	16:778$479	4:901$918
13	373:985$702	22:605$477	2:772$243	549:233$701	16:631$421	5:147$015
14	371:047$124	22:439$142	2:938$578	543:829$836	16:477$011	5:404$865
15	367:932$231	22:262$827	3:114$893	538:151$753	16:314$880	5:674$583
16	364:630$445	22:075$934	3:301$786	532:196$440	16:144$642	5:958$313
17	361:130$552	21:877$827	3:499$893	525:940$214	15:965$894	6:256$226
18	357:420$665	21:667$833	3:709$887	519:371$174	15:778$206	6:569$040
19	353:488$185	21:445$240	3:932$480	512:473$682	15:581$135	6:897$492
20	349:319$156	21:209$191	4:168$429	505:231$315	15:374$210	7:242$367

21....................	844:901$221	20:959$185	4:418$535	497:626$880	15:156$989	7:604$485
22....................	840:217$574	20:694$073	4:683$647	489:642$120	14:928$804	7:984$710
23....................	835:252$908	20:413$064	4:964$666	481:258$175	14:689$263	8:383$945
24....................	829:990$362	20:115$174	5:262$546	472:455$083	14:437$745	8:803$142
25....................	824:412$064	19:799$422	5:578$298	463:211$735	14:173$651	9:243$298
26....................	818:499$068	19:464$724	5:912$996	453:506$272	13:896$352	9:705$463
27....................	812:231$292	19:109$944	6:267$776	443:315$536	13:605$188	10:190$736
28....................	805:587$450	18:733$878	6:643$842	432:615$269	13:299$466	10:700$267
29....................	298:544$977	18:335$247	7:042$473	421:379$982	12:978$458	11:235$287
30....................	291:079$955	17:912$698	7:465$022	409:582$930	12:641$399	11:797$052
31....................	283:167$032	17:464$797	7:912$923	397:194$360	12:287$488	12:388$570
32....................	274:779$394	16:990$022	8:387$638	384:188$028	11:915$831	13:006$332
33....................	265:888$437	16:486$763	8:890$957	370:531$380	11:525$641	13:656$648
34....................	256:464$023	15:953$806	9:424$414	356:191$882	11:115$931	14:339$498
35....................	246:474$144	15:387$841	9:989$879	341:135$425	10:685$756	15:056$457
36....................	235:884$872	14:788$448	10:589$272	325:326$147	10:234$063	15:809$278
37....................	224:660$244	14:153$092	11:224$628	308:726$404	9:759$784	16:599$743
38....................	212:762$139	13:479$615	11:898$105	291:296$674	9:261$792	17:429$730
39....................	200:150$747	12:776$328	12:611$392	272:995$457	8:738$900	18:301$217
40....................	186:782$072	12:009$045	13:368$675	253:779$181	8:189$864	19:216$276
41....................	172:611$276	11:206$924	14:170$796	233:602$089	7:613$375	20:177$092
42....................	157:590$233	10:356$671	15:021$043	212:416$142	7:008$062	21:185$947
43....................	141:667$927	9:455$414	15:922$306	190:170$899	3:372$484	22:245$243
44....................	124:790$283	8:500$076	16:877$644	166:818$394	5:705$127	23:357$505
45....................	106:899$980	7:487$417	17:890$303	142:287$996	5:004$891	24:525$398
46....................	87:936$259	6:413$999	18:963$721	116:536$346	4:268$640	25:751$650
47....................	67:348$715	5:276$176	20:101$544	89:497$113	3:496$090	27:039$233
48....................	46:527$078	4:070$083	21:307$637	61:105$918	2:684$913	28:391$195
49....................	23:940$983	2:791$625	22:586$095	31:295$163	1:833$177	29:810$755
50....................	—$—	1:436$459	23:940$983	—$—	938$855	31:295$163

MAPPA N.º 1

Neste mappa mostra-se o movimento da amortisação de uma divida de 400 contos de obrigações, com vencimento de 6 por cento de juros ao anno, paga em 50 annos por uma prestação ou annuidade constante para o pagamento dos juros e capital. Suppondo, como acontece em Lisboa, que a razão dos juros do commercio, no logar do devedor, é de 6 por cento, o calculo nos mostra que aquella annuidade em dinheiro deve ser de 25:377$720 réis. Este resultado é confirmado pelo desenvolvimento que neste mappa se apresenta. Com effeito, formando os juros e a amortisação correspondentes a um anno qualquer, teremos sempre aquelle numero. Quanto aos numeros do mappa, facil é verifical-os pelas regras ordinarias e sabidas.

A segunda parte d'este mappa mostra o movimento da amortisação de uma divida de 600 contos em obrigações, com o vencimento de 8 por cento de juros ao anno, paga ao preço de 60, em 50 annos, e por prestações eguaes para o pagamento dos juros e capital, sendo, como sempre deve entender-se, as prestações em dinheiro. O calculo nos mostra que esta prestação annual é de 19:719$630 réis. Em cada anno pagam-se a dinheiro os juros do capital existente nesse anno, que é o que no mappa fica na linha horisontal do anno antecedente, e o resto da prestação multiplicado por $\frac{100}{60}$, ou $\frac{10}{6}$, para o reduzir á unidade do capital, nos dará a amortisação correspondente ao mesmo anno, ou, o que vem a ser o mesmo, a parte do capital que se amortisa nesse anno com o resto que fica da prestação, depois dos juros pagos. As amortisações annuaes assim reduzidas são as que no mappa se apresentam, pondo-se em evidencia que a prestação annual de réis 19:719$630 deixa esta divida extincta no fim de 50 annos.

Ficando amortisadas as duas dividas antecedentes pelo pagamento successivo de cincoenta prestações annuaes, é evidente que os encargos reaes e effectivos d'estas dividas, em relação ao tempo de 50 annos, vão proporcionaes ás respectivas prestações, ou proximamente, na razão de 254 para 197. D'onde se vê que se a primeira fosse, sem encargos addicionaes, convertida na segunda, o devedor teria a vantagem de ganhar em cada anno de duração da divida uma quantia egual á differença das prestações; isto é, 57 em 254, ou 22 $^1/_2$ por cento. Este é effectivamente o lucro da conversão, e este lucro seria ainda o mesmo quando houvesse, e pela conversão ficasse uma commissão de dividendos, comtanto que fosse na mesma proporção. A commissão de venda e as despesas da factura das obrigações são de ordinario, e relativamente, quantidades tão pequenas que em pouco alterariam a proporção antecedente.

A vantagem d'esta conversão depende do tempo em que convem ao devedor alliviar-se do encargo de uma divida, quando lhe seja possivel o pagal-a por menos e mais fortes prestações, o que em todo o caso depende das condições da divida, e das circumstancias em que se acha o devedor. Aqui fallo das conversões em geral; em particular, e para certos casos, poderiam dar-se regras que muito illustrariam a materia, porém essas ficam á intelligencia de quem attentamente a examinar.

N.° 2

Mappa demonstrativo da amortisação da divida nacional, com vencimento de juros, antes e depois da conversão dos capitaes, em 50 annos, e por prestações eguaes

Divida nacional em 19 de dezembro de 1834

Praças	Juros	Valor medio dos capitaes	Capitaes	Prestações, juros e amortisação	Commissão dos dividendos, ½ %	Total das prestações
Lisboa......	6 %	100	6:487$643	411$604	-$-	760$772
	5 %	90	5:225$332	280$022		
	4 %	75	1:600$000	69$146		
Londres.....	6 %	100	4:000$000	253$277	6$327	1:271$988
	5 %	85	19:074$400	1:011$784		
			34:787$375	2:026$333	6$327	2:032$660

Divida nacional em 17 de novembro de 1835

Praças	Juros	Valor medio dos capitaes	Capitaes	Prestações, juros e amortisação	Commissão dos dividendos, ½ %	Total das prestações
Lisboa......	5 %	90	6:516$661	349$224	-$-	642$931
	4 %	75	6:796$221	293$707		
Londres.....	6 %	100	852$800	22$383	6$942	1:395$338
	5 %	85	16:064$380	852$120		
	3 %	60	15:636$000	513$893		
			45:366$061	2:031$327	6$942	2:038$269

A divida antes da conversão seria amortisada em 50 annos por uma prestação annual de.. 2:032$660

A divida depois da conversão seria amortisada nos mesmos 50 annos por uma prestação de.. 2:038$269

O augmento do fundo de amortisação e juros é sómente de $\frac{1}{362}$ do seu valor, ou a differença.. 5$609

Mas o Thesouro, pela conversão recebeu........................ 4:000$000

A differença 5$609 réis em 50 annos corresponde ao capital em dinheiro.. 88$408

Beneficio do Estado, pela conversão dos capitaes.............. 3:911$592

MAPPA N.º 2

Este mappa apresenta a comparação da divida nacional com vencimento de juros antes da conversão com a mesma divida depois das conversões feitas até 17 de novembro de 1835, em que entram os capitaes com diversos vencimentos de juro, e declarados no mappa letra F do Manifesto do sr. J. da S. Carvalho; incluindo o capital de 1:600 contos de 4 por cento, que, segundo a nota do referido mappa, não foi incluido no balanço da divida nas duas epochas a que o mappa se refere. A unidade dos numeros d'este mappa que representam valores é a corôa, segundo a lei monetaria do anno passado, ou 1$000 réis; assim o quarto algarismo d'estes numeros designa contos de réis, e o mesmo deve entender-se a respeito dos numeros do mappa seguinte n.º 3. Mostra o mappa quaes são os capitaes da divida em 19 de dezembro de 1834, e em 17 de novembro de 1835, as praças aonde são pagaveis, os juros que vencem, e os seus valores medios em relação a estes juros, suppondo ao par os capitaes com o vencimento de juros a 6 por cento. O governo não é obrigado a resgatar as suas obrigações acima do par porque então as obrigações se amortisam á sorte; muito feliz seria a nação portugueza se as obrigações da sua divida com o vencimento de 3 e 4 e 5 por cento de juros estivessem ao par; um credito tão subido seria a demonstração evidente de uma grande prosperidade, e como o peso dos encargos é maior ou menor em relação ao estado da riqueza, o augmento d'esta, alem de ser um bem positivo, tornaria aquelles comparativamente mais pequenos. Com o beneficio das reformas que se fizeram na regencia do sr. D. Pedro, está a nação portugueza no estado nascente da sua prosperidade. Consolidada a Carta, é este o movimento, e são estes os progressos de que ella necessita, não de movimentos divergentes, de reacções, e conflictos, que têem até agora produzido as paixões, e os interesses. Seja qualquer que for o progresso de nossa riqueza, a proporção do valor dos capitaes, que no mappa estão fixados, são os valores medios, os mais razoaveis e conformes ás informações de pessoas peritas na materia.

Para se amortisar em 50 annos cada um dos capitaes foi calculada a annuidade ou prestação correspondente, que no mappa se designa. As prestações relativas aos capitaes em Londres vão em o total augmentadas das respectivas commissões. Sommando as prestações em relação ás duas praças Londres e Lisboa, teremos para a divida da primeira epocha o total de 2.032:660 corôas, ou réis 2.032:660$000, e applicando esta somma constante para um fundo de amortisação, a divida nacional, tal qual então existia, ficaria extincta no fim de 50 annos, segundo o progresso que de 5 em 5 annos está marcado em o mappa n.º 3.— Para a divida nacional na segunda epocha, vê-se do mesmo modo que o fundo de amortisação necessario para a amortisar em 50 annos é de 2.038:269 corôas, ou 2.038:269$000 réis.

A differença dos numeros 2038269;2032660, ou 5609, é $\frac{1}{362}$ do valor d'este ultimo, e por conseguinte menor ainda do que $^1/_3$ por cento do seu valor. Esta differença está dentro dos limites dos erros de qualquer transacção d'esta natureza, e por isso poderiamos concluir que os encargos do Thesouro não augmentaram emquanto aos fundos necessarios para o pagamento dos juros e extincção da divida publica, e que o mesmo Thesouro recebeu o beneficio de perto de 10 milhões de cruzados, criados pela conversão, e que foram applicados para as despesas ordinarias. Este é, com pequena differença, o resultado que no mappa se apresenta, tendo em conta a differença acima referida de 5:609 corôas. O principal, ou o valor ao par, correspondente a 50 annuidades de 5:609 corôas é de 88:408

corôas, numero que deve deduzir-se do 4.000:000, para termos, como no mappa se mostra em todo o rigor do calculo, o beneficio da conversão.

No calculo dos emprestimos chama-se principal, e deve chamar-se para fixar a linguagem analytica, e valor (em vigor equivalente segundo a regra dos juros na epocha de um contrato) a um numero qualquer de annuidades, eguaes, ou deseguaes, pagas em quaesquer periodos de tempo; e se um governo preenche o seu contrato resgatando todas as suas obrigações pelo pagamento d'aquellas annuidades, o principal correspondente a estas representa o seu verdadeiro encargo, e não o valor nominal, qualquer que elle seja, d'aquellas obrigações, ao qual, para clareza, poderemos chamar, como chamo, capital. O valor do principal depende, como já acima notámos, das annuidades, e do tempo, e depende tambem dos juros do commercio no Estado devedor; por consequencia, para determinar o verdadeiro onus, ou encargo da divida de um Estado, é necessario ter em consideração todas as circumstancias em que elle se acha quanto á sua prosperidade presente, e quanto ao desenvolvimento que esta prosperidade pode ter de futuro.

Por não attender a estes principios, que são todo o fundamento da analyse financeira, ou porque os não conheceram, ou porque os desprezaram, chegou a commissão do Thesouro á disparatada conclusão do alcance de perto de 43 milhões de que falla o celebrado parecer appenso ao orçamento d'este anno. 43 milhões! Mas de que? Qual é a unidade d'este numero? Serão réis, dos quaes 480 formam o nosso cruzado novo, ou 7$500 a nossa peça de oiro de quatro oitavas? Alem d'isto, é principio sabido que o valor de uma prestação annual e perpetua, ou de uma renda perpetua, é egual ao valor d'esta renda, ou prestação, dividido pela razão dos juros correntes do commercio, e se o alcance em juros é de 313 contos, é $\frac{6}{100}$ a razão media dos juros do commercio em Lisboa; então o alcance do Thesouro seria de 13 milhões, e não de 43 como se apresenta no mesmo parecer. Esta contradicção nos resultados, que dá um erro em excesso de nada menos de 30 milhões de cruzados, foi notada pelas pessoas as menos versadas nestas contas, e concorreu em grande parte para attenuar (pois que não era possivel desvanecer) a profunda impressão que causou no publico um documento apresentado em forma tão authentica e tão solemne. Voltemos porém ao nosso assumpto.

O principal correspondente á prestação total de 2.032:660 corôas, paga em 50 annos, para a extincção da divida na primeira epocha, é egual a 32.038:508 corôas. Este era o valor real e effectivo da divida em 19 de dezembro de 1834, valor medio, e suppondo-a pagavel em 50 prestações annuaes. Nesta mesma hypothese, o valor real effectivo e medio da divida, em 17 de novembro de 1835, é de 32.126:912 corôas. A differença d'estes dois valores da divida é de 88:408 corôas ou 88:408$000 réis; a mesma do mappa, e que nos offerece em ultima analyse o mesmo resultado. Reservo para o tempo menos occupado dar a esta materia o desenvolvimento que merece pela sua importancia.

N.° 3

Movimento da divida nacional referida ás duas epochas declaradas no mappa n.° 2, e com as condições no mesmo expressas, de cinco em cinco annos até á sua total extincção

Divida em 19 de dezembro de 1834

Annos	Em Lisboa — Capitaes existentes nos annos successivos				Em Londres — Capitaes existentes nos annos successivos			Sommas totaes	Valores proporcionaes
	6 %	5 %	4 %	Sommas	6 %	5 %	Sommas		
1...........	6:487$643	5:225$332	1:600$000	13:312$975	4:000$000	19:074$400	23:074$400	36:387$375	100
6...........	6:361$680	5:108$890	1:561$833	13:032$403	3:922$337	18:689$347	22:611$684	35:644$087	98
11...........	6:189$050	4:956$310	1:512$342	12:657$652	3:815$870	18:161$394	21:977$264	34:634$916	95
16...........	5:967$540	4:756$368	1:448$170	12:172$078	3:679$325	17:497$770	21:177$095	33:349$173	92
21...........	5:665$660	4:494$360	1:364$960	11:534$980	3:493$200	16:592$332	20:085$533	31:620$510	87
26...........	5:261$682	4:151$025	1:257$064	10:669$771	3:244$125	15:387$368	18:631$493	29:301$264	81
31...........	4:721$064	3:701$115	1:117$160	9:539$349	2:910$803	13:783$762	16:694$565	26:233$914	72
36...........	3:997$602	3:111$570	935$748	8:044$920	2:464$747	11:649$655	14:114$402	22:159$322	61
41...........	3:029$440	2:338$990	700$519	6:068$949	1:867$822	8:809$600	10:677$422	16:746$371	46
46...........	1:733$825	1:326$617	395$503	3:455$945	1:069$000	5:029$976	6:098$976	9:554$921	26
51...........	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-

Divida em 17 de novembro de 1835

Annos	Em Lisboa — Capitaes existentes nos annos successivos			Em Londres — Capitaes existentes nos annos successivos				Sommas totaes	Valores proporcionaes
	5 %	4 %	Sommas	6 %	5 %	3 %	Sommas		
1	6:516$661	6:796$221	13:312$882	352$800	16:064$380	15:636$000	32:053$180	45:366$062	100
6	6:371$446	6:634$100	13:005$546	345$950	15:740$829	15:223$300	31:310$079	44:315$625	96
11	6:181$156	6:423$883	12:605$039	336$560	15:310$246	14:696$574	30:343$380	42:948$419	95
16	5:931$803	6:151$308	12:083$106	324$516	14:737$223	14:025$310	29:087$049	41:170$155	91
21	5:605$045	5:797$857	11:402$902	308$100	13:974$633	13:166$333	27:443$066	38:845$968	86
26	5:176$862	5:339$554	10:516$416	286$182	12:959$773	12:071$314	25:317$219	35:833$635	79
31	4:615$767	4:745$290	9:361$057	256$733	11:609$160	10:673$747	22:539$640	31:900$697	70
36	3:880$610	3:974$718	7:855$323	217$391	9:811$740	8:890$060	18:919$191	26:774$519	59
41	2:917$023	2:975$550	5:892$573	164$742	7:419$745	6:613$580	14:198$067	20:090$640	44
46	1:654$463	1:679$956	3:334$419	94$286	4:236$419	3:708$153	8:038$858	11:373$277	25
51	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	—

MAPPA N.º 3

Este mappa foi calculado para mostrar o movimento das duas dividas a que se refere o mappa antecedente, de 5 em 5 annos até á total extincção de cada uma d'ellas, segundo os diversos capitaes de que é composta, e na sua totalidade. Os valores proporcionaes da divida existente de 5 em 5 annos, suppondo-a egual a 100 no primeiro anno, põem em toda a evidencia quanto a amortisação é lenta nos primeiros annos, e quanto ella é rapida nos ultimos. Á consideração do leitor deixamos as reflexões, que pode suggerir a materia a que este mappa se refere.

II

NOTAS INEDITAS DE SILVA CARVALHO Á «ANALYSE E REFUTAÇÃO DO MANIFESTO», PUBLICADA NO «INDUSTRIAL CIVILISADOR» [1]

Ministro dos emprestimos e desperdicios — assim me chama, porque (diz elle) fiz um emprestimo de 1 milhão esterlino, ou 10 milhões de cruzados, e apenas trouxe ao Thesouro 5 $^1/_2$ milhões, ou, o que é o mesmo, que esse emprestimo fôra feito a 55! A verdade é que o emprestimo foi feito a 95, e produziu 9 $^1/_2$ milhões, como mostrei nos meus relatorios, e provei pelas contas do Thesouro. Se olharmos á importancia da medida, parece impossivel que se avançasse tão ridiculo absurdo depois da demonstração que fiz no meu Manifesto, e relatorios ás côrtes de 1834 e 1835 — do que se escreveu na *Revista* d'esses annos, do proprio relatorio do decreto, e do applauso geral com que elle foi recebido por toda a nação. Deve ver-se isto de novo para mostrar a impudencia do auctor do folheto.

O auctor da analyse chama negocio de cambios, ou de cambio, ao que é negocio de fundos publicos — ao que é preço chama cambio! Diz que não pode haver contratos sem que uma das partes ganhe, e outra perca, etc. Dos principios e da termologia entendo que o homem é leigo na materia. Passando aos factos, despreza o A. o contrato authentico que se acha no Thesouro, e assevera que os fundos de 3 por cento criados em 1 e 3 de abril de 1835 não podiam ser contratados com Rothschild a 67 $^1/_2$ porque valiam 72, e raciocina d'este modo — parte d'este emprestimo devia servir para a conversão dos fundos de 6 por cento — estes valiam no mercado a 106 por cento — Mendizabal offereceu um bond de £ 150 de 3 por um de 100 de 6 — devia, quando não offerecesse lucro, não offerecer perda ao capitalista. — Logo aquelle bond tinha pelo menos o valor d'este — logo os fundos de 3 por cento valiam pelo menos 72, o que é egual a valerem os de 6 106 — logo roubaram-se á fazenda 4 $^1/_2$ por cento, que tanto vae de 67 $^1/_2$, a que se dizem contratados 4 milhões esterlinos, para 72, que deviam valer no mercado.

Eis aqui como pude reduzir á expressão mais simples a primeira accusação do A., a qual facilmente se destroe, porque os fundos de 6 não valiam 106 nos dias *1 e 3 de abril* em que se contratou com Rothschild, e esta é a base de todo o raciocinio. E isto prova-se com o proprio folheto do A.: 1.°, a lista de preços de fundos que aqui se produz não contém fundos de 6; 2.°, a mesma lista não começa em 1 e 3 de abril, mas sim no dia 10, isto é, sete e dez dias depois dos contratos feitos e firmados; 3.°, e, finalmente, de todas as vezes que o A. cita o preçó de 106 (que serviu de base ao seu calculo), deixa ver a arbitrariedade com que o estabelece, pois fugindo sempre de fixar o dia em que este fosse na realidade o preço corrente, usa das seguintes phrases astutamente — «vão-se chegando já para 106» — «galgavam então, como vimos, 106» (vide paginas 223 e 224 ou 1.ª e 2.ª analyse), o que prova que quando se fez o contrato não valiam semelhante preço, e que por conseguinte a sua base é falsa.

---

[1] O auctor da *Analyse e refutação do Manifesto do Carvalho* não foi Antonio Cabral de Sá Nogueira, como dissemos na nota a pag. 345 do vol. II. Isto deprehende-se do discurso proferido por Silva Carvalho na camara dos deputados na sessão de 16 de outubro de 1840, e inserto neste *Supplemento*.

Além d'isso a divida de 6 por cento era muitissimo menor que a de 5, e girava pouco, porque todos gostam de empregar seus capitaes em fundos de juro alto; e não só por estes motivos, mas pela natureza do negocio, não era ella a que deveria influir no preço dos novos fundos, porém, sim, ou antes, os auspicios com que fossem recebidos na praça é que deviam influir geralmente em todos os de que se compunha a nossa divida estrangeira. A criação de uma divida nova altera sempre o credito publico, e por consequinte os preços da divida velha, para bem ou mal segundo o motivo ou os fins para que é criada.

Se em logar da exaltação que produziria no animo dos capitalistas estrangeiros a noticia de que Portugal se abalançava a fazer a conversão da sua divida, e de que Rothschild, que só conhecia os governos velhos da Europa para confiar seus cabedaes, se compromettia por grossas sommas com este paiz, debaixo do seu novo regimen — se em vez d'esta favoravel exaltação, um sentimento de desconfiança, ou ainda de indifferença pela operação, se apoderasse do mercado nos dez dias que decorreram desde o contrato até o dia 10 de abril, em que se abriu o mercado dos 3 por cento para o publico, necessariamente os fundos de 5 e 6 por cento se haviam de resentir d'esta indifferença, ou desapprovação. Se Rothschild não pudesse conseguir o abrir o mercado senão pelo preço a que contratara, isto é, a 67 1/2, seguramente os bonds de 6 por cento regulariam a cêrca dos 101 1/4 de que falla o A., e que seriam na realidade o correspondente valor; mas como um aggregado de circumstancias, de que já toquei algumas, o favoreceram a ponto de poder abril-o, passados os ditos 10 dias, a 72, que maravilha que os *6 por cento fossem chegando, ou galgando 106?* Mas isto aconteceu, se é que aconteceu, no dia 10, e não nos dias 1 e 3 de abril, em que se fez e firmou o contrato.

Nestes dias valiam os fundos de 5 por cento a 92, o que designava os de 3, se já a esse tempo os houvera, a 55 1/5; se o auctor da analyse do Manifesto encarasse a questão de boa fé, parece que em vez de accusar o agente do governo de que havia contratado por menos 4 1/2 por cento que o preço corrente, deveria perguntar por que fortuna se conseguiu vender a Rothschild, ou com que vistas se atreveu este a contratar os fundos novos a 67 1/2, que equivale aos de 5 por cento a 112, quando corriam no mercado os d'esta descripção a 92, isto é, por menos 20 por cento!

Parece que o analysta desejava que se perdesse esta occasião, posto que de tão importante vantagem, porque em 10 dias aquelles fundos haviam de subir 4 1/2 por cento, embora esta alta nunca pudesse ter logar sem o impulso da conversão, e este nunca pudesse começar-se senão pelo contrato de emprestimo que devia proporcionar os meios para ella.

Ainda ha uma observação a fazer para responder áquella parte em que o auctor diz que era necessario que se offerecesse lucro aos proprietarios de fundos de 6 por cento, que se convidavam a trocar os seus bonds, e é que ainda quando elles não derivassem lucro algum immediato, dando um bond de £ 100 por um bond de £ 150 de 3 por cento, ainda assim tinham a grande vantagem de se desfazerem de um emprego que pelas condições do respectivo contrato, como se vê do meu relatorio de 1834, podia em prasos certos ser cancellado *ao par;* invertendo esse mesmo capital em fundos de 3 por cento, que achando-se já acima do par são de natureza tal que jamais se costumam converter ou amortisar, salvo pelo vagaroso methodo das amortisações ordinarias. Mas todas estas reflexões, e outras que poderia expender, são superfluas, depois que provámos falsa a base da accusação do auctor, com a qual cahe por terra todo o seu arrazoado até pag. 226 d'este periodico, ou 4.ª analyse.

E pelo que toca á censura especial que o auctor faz dos preços a que foram vendidos os bonds que sobraram da mencionada troca, ou conversão, mais adeante fallarei, quando tratar de outra semelhante objecção.

O A. da analyse não pode levar á paciencia o dizer-se que, havendo na primeira operação da conversão uma economia annual de £ 9:708, esta quantia, devidamente applicada, era sufficiente para amortisar o novo capital criado, em cincoenta e tres annos.

A duvida do auctor não procede de erro de calculo!! Solta a sua bilis porque toma a base de 80 por cento para a compra dos bonds que deveriam cancellar-se nos primeiros dez annos, 85 nos segundos dez, 90 nos terceiros, 95 nos quartos, e par ou cento por cento nos ultimos treze annos. «Á voz de Mendizabal, exclama o auctor, marcam-se a Portugal destinos prosperos por cincoenta e tres annos! — O homem é uma segunda Providencia! — Os fundos cahem desde mais de um anno — os *3 por cento,* que *promettem nestes dez annos a 85, entram já pelo segundo a menos de 89!»* E com este motivo e empenho de accusar, veja-se o que o auctor não dirá, persuadido de haver deparado com a espada do Condestavel para me matar e com o resto do golpe abrir a sepultura.

E que é tudo isto? É a prova mais cabal da ignorancia do auctor em semelhantes negocios, como vou mostrar.

Tanto em mim como no agente do geverno influiram dois motivos, qual mais honrado e verdadeiro, para tomarmos por base do nosso calculo aquelles preços assim elevados. Em primeiro logar, havia a consciencia de que o credito nacional se manteria, e elevaria á proporção que as feridas da revolução fossem cicatrisando, a industria crescendo, e o novo systema de governo ganhando raizes e estabilidade — os melhoramentos de um anno, que apenas havia decorrido desde a convenção de Evora Monte, abonavam esta lisongeira opinião. Em segundo logar, nem eu queria nem devia querer que se fizesse um calculo de amortisação sobre preços baixos, para me não expor á censura publica, quando fosse obrigado ou os meus successores no ministerio da fazenda a pagar no mercado por mais altos preços que os do calculo os bonds necessarios para as cancellações annuaes. A base foi portanto justa, e se peccou foi por generosa. Se eu houvera querido fascinar o publico, como diz o auctor do opusculo, adoptaria a marcha inversa, e na verdade assim me cumpria fazer, se pela ignorancia d'elle devesse ajuizar de todos os que examinassem as minhas contas. Custa a crer que haja quem não descubra á primeira vista que se eu em logar de ter calculado sobre as compras de 80 até 100 o tivesse v. g. por um termo medio, o de 60 ou 70, teria podido dar um resultado muito mais agradavel, provando que a amortisação total viria a realisar-se em um numero de annos muito mais abreviado. Havia um excedente de £ 9:708 annual — quanto mais baratos estivessem os fundos no mercado, maior somma se comprava com esta quantia, e maior somma por conseguinte se amortisava; e como quando ha um *Sinking fund* ou fundo de amortisação permanente as dividas decrescem em uma proporção geometrica, já se vê quão consequente seria qualquer differença na base do calculo, por pequena que fosse, feita neste sentido — e quanto não augmentariam os *famosos proveitos* dos *meus planos,* de que ironicamente fallou o A.

Os fundos, diz o A. na sua nota 3.ª, cahem desde mais de um anno; e os 3 por cento que prometti nestes dez annos a 85 «entram já pelo segundo a menos de 89». Ora isto quer dizer exactamente o contrario do que o A. quiz provar, isto

é, que se eu tomasse este preço por base do meu calculo, em vez de dar a possibilidade de amortisar a divida em cincoenta e tres annos a podia dar em vinte e tres! Esta inepcia só tem parallelo com a do saloio que veiu á cidade vender moeda papel, e quando o cambista lhe tomava a 20 achava pouco e pedia mais, ignorando que os 20 era o desconto, e que quanto mais pedisse pelo seu genero menos metal levaria para casa.

Depois de negar o preço a que se contrahira o emprestimo com Rothschild, e de impugnar a base adoptada para as amortisações, passa o A. a atacar a forma da conta corrente demonstrativa dos lucros da primeira operação, dizendo que assim como nella se debitava o juro do milhão e meio de 3 por cento, que se criara para se dar em troca do milhão de 6, do mesmo modo se devia debitar o juro de £ 88:200 (de 6 por cento) que, não chegando a converter-se, ficaram egualmente subsistindo como divida do Estado; mas nesta accusação não é o A. mais feliz que nas precedentes, porquanto o dito juro sómente se deveria debitar, caso se houvera creditado por inteiro o juro do milhão esterlino, o que não aconteceu.

É constante do Manifesto, em uma e muitas partes, que d'este milhão esterlino de 6 por cento ficou por converter a quantia de £ 88:200, porque seus possuidores não quizeram conformar-se com a proposta do governo. Continuou pois esta quantia a pagar o mesmo juro que já d'antes pagava, e não é debito novo, como errada ou astutamente lhe chama o A. da analyse, pag. 230; ficou como muitas outras da divida interna ou externa em que se não tocara. Que é então o que se fez? Contrahiu-se uma divida de 1 $^1/_2$ milhão esterlino de 3 por cento, e amortisou-se uma divida 911:800 libras esterlinas de 6 por cento. Aquella paga actualmente £ 45:000 de juro annual, esta pagava (e deixou de pagar) £ 54:708, de juro annual; a differença é de £ 9:708 — que o Thesouro ficou pagando de menos annualmente. E o que se não converteu ou trocou ficou pagando exactamente aquillo que já pagava.

E foi necessario 1.500:000 de tres, para dar em troca de 911:800 de seis? Não. Bastou dar £ 1.367:700, que tanto é o que ellas importavam na razão de um bond de £ 100 por um bond de £ 150.

E que se fez á differença que vae da dita somma de £ 1.367:700 para a de 1.500:000? Esta quantia da differença vendeu-se na praça, como consta da conta corrente, deduzindo-se do seu producto as despesas da operação, e o liquido que são £ 61:202,18,6 em effectivo entrou no Thesouro.

Como o juro não havia augmentado, antes diminuido, esta quantia foi lucro liquido da operação, alem da economia annual de £ 9:708, como acima fica demonstrado.

Se o A. do opusculo visse que para fazer a comparação do que se pagava antes, com o que se ficara pagando depois, eu calculava sobre o milhão completo de 6 por cento e lançava no credito da conta corrente o juro de todo elle, como se convertido ou amortisado fôra, nesse caso é que poderia accusar a quantia de £ 88:200 de 6 por cento que ficava em pé, e pugnar por que se lançasse o respectivo juro no debito da conta, e chamar a esta dolosa, e romper em todos os mais improperios em que abunda esta parte do seu papel. Mas se eu, tanto na conta do agente, que produzi, como no meu Manifesto, fui o primeiro a declarar que se não amortisara — se por essa razão creditei sómente o juro de £ 911:800 — isto é, d'aquella parte da divida de 6 por cento que na realidade se extinguiu — a que vem esta duplicada exigencia?

Vejamos qual seria o lucro d'esta primeira operação se os possuidores das 88:200 libras em questão tivessem querido converter como os demais. Neste caso poupava-se o juro por inteiro do milhão esterlino de 6 por cento, que eram 60:000 libras, e ficava-se pagando o juro de 1 $^1/_2$ milhão esterlino de 3 por cento, que eram £ 45:000, do que se segue que se houvera economisado 15:000 libras annuaes, em logar de 9:708 libras, de que reza a conta corrente.

Mas como os ditos possuidores não quizeram annuir á proposta geral que o agente fizera em nome do governo, e preferiram ficar com os seus bonds no estado primitivo, ficamos nós pagando das suas respectivas quantias 5:292 libras annuaes como até alli se pagava. Deduzamos pois esta da quantia acima de 15:000 libras, e teremos a prova real da economia annual de £ 9:708, que a conta apresenta. Como quer pois o A. que as £ 5.292 se deduzam d'esta ultima quantia, que é já o resultado da deducção?

Se por outra parte se não houvesse creado a quantia total de 1 $^1/_2$ milhão mas sómente a necessaria para fazer face aos concorrentes, o que só poderia ter logar advinhando-se quaes os capitalistas que acceitariam, e quaes os que não, nesse caso a conta corria do modo seguinte: criava-se um capital de £ 1.367:700 de 3 por cento, e com elle amortisava-se outro de £ 911:800 de 6 por cento. Este custava ao estado annualmente £ 54:708, aquelle sómente custava £ 41:031. Havia uma economia annual em favor do Thesouro de £ 13:677, que, por ser superior á do meu calculo, applicada como fundo de amortisação, extinguia a divida em muito menos annos; mas não havia o ingresso que houve no Thesouro em dinheiro effectivo.

Eu gostaria mais de poder apresentar este ou o antecedente resultado, por isso que mais simplices — isto é, que criado o 1 $^1/_2$ milhão de 3, se convertesse todo o milhão de 6 por cento para que era applicado, ou que, havendo de se converter d'este sómente £ 911:500, se criasse sómente a correspondente quantia de 3 por cento. Porém nem uma nem nem outra cousa estava no meu poder ou do agente e em todo o caso o que na realidade se criou foi 1 $^1/_2$ milhão de 3 por cento, e o que na realidade se extinguiu foram £ 911:800 de 6 por cento; e d'aqui resultou um lucro immediato ou uma sobra, que produziu em dinheiro, deduzidas as despesas, £ 61:202,18,6 para a fazenda publica, e um encargo de menos para o Thesouro de £ 9:708 cada anno, quantia esta que, applicada á amortisação da divida, houvera de produzir a sua total extincção em cincoenta e tres annos, ainda quando tivessemos de comprar as apolices aos subidos preços que tão generosamente marquei para as differentes decadas. Isto posto e provado como fica, cahem por terra todas as consequencias que o A. tira de suas falsas premissas e que se estendem até pag. 231, em que passa a tratar da segunda operação.

Nesta segunda operação as proposições são mais variadas, e por conseguinte os ataques são mais violentos. Os prejuizos ou roubos, como ao A. do folheto apraz alternativamente chamar-lhe, são muito mais importantes. Entretanto reduz-se tudo ás seguintes asserções:

1.ª Vendeu Mendizabal 2 $^1/_2$ milhões esterlinos por £ 1.645:489,1,2, isto é, pequena quantia por 67 $^1/_2$, o mais tudo abaixo e mesmo a menos de 60.

2.ª Deviam vender-se os fundos de 3 por cento aos preços mais altos por que correram, visto que os de 5 por cento, que se compraram para cancellar, tambem se pagaram pelos preços mais altos.

3.ª Mendizabal teve vinte e cinco dias para vender os fundos de 3 por cento

desde 72 a 75, e vinte e um dias para vender de 75 até 72, e não se aproveitou do favor do mercado.

4.ª É falso que se vendessem fundos a não ser em Londres e Paris. Em Amsterdam e Hamburgo não curavam dos nossos fundos.

5.ª Ou Mendizabal e seus agentes eram os que vendiam os fundos em Londres e París de 72 a 75, e então ha dolo nas contas, ou eram aquelles que já lh'as haviam comprado, e então dolo egualmente ha, porque a esses os não podia ter vendido por menos de 72.

6.ª As £ 500:000, compradas de 5 por cento sobre que se carrega juro até 31 de julho, ou foram amortisadas depois de vencido o dividendo do primeiro semestre, e então os preços já eram baixos, ou o foram em maio, e então é um roubo carregar tal juro de um semestre ainda não vencido.

7.ª As £ 200:000 compradas de 5 por cento não podiam, pela data com que foram cancelladas, pagar-se a mais de 90 por cento, e ha portanto dolo em se darem compradas a 95.

8.ª O *Grand-Livre* da divida nacional que eu pretendia criar outra cousa não era que o posto avançado de uma bolsa de fundos, onde naufragasse toda a propriedade portugueza, como por semelhante motivo havia acontecido em Londres e Paris.

Eis aqui o arrazoado d'esta segunda parte, que em verdade mal se poderia acreditar se não corresse impresso; pois custa a crer que alguem se dê ao trabalho, quaesquer que sejam os seus odios de partido, e vinganças pessoaes, de insistir sobre calumnias, forjadas á face de documentos authenticos, que provam diametralmente o contrario a quem os lê com o desejo de deparar com a verdade. Entretanto força é percorrer de novo a serie dos factos, para com a devida clareza se combaterem as asserções do analysta.

Em 1 e 3 de abril contrataram-se com Rothschild 4 milhões sterlinos de 3 por cento a preço de 67 $^1/_2$ e com as condições constantes do contrato (Manifesto a pag. 11 e 12). D'estes 4 milhões fôra applicado desde logo 1 $^1/_2$ milhão para a conversão da divida estrangeira de 6 por cento e correu esta applicação da maneira que já fica demonstrada. E os 2 $^1/_2$ milhões de que agora se trata foram tambem originalmente destinados para amortisar a divida interna de 6 por cento. Em Lisboa, porém, foi esta concessão de tal modo proposta por mim e tão bem combinada com aquelle grande credito que então merecia ao publico, que os possuidores de quasi duas terças partes d'esta divida preferiram antes trocar suas apolices por apolices de 4 por cento, do que receber ao par a importancia da mesmas, como se lhes offerecia; donde se seguiu que foi necessario para esta empresa muito menos dinheiro do que se havia premeditado. E então o excedente teve de ser applicado á conversão da divida externa de 5 por cento. A proporção em que estas applicações se fizeram foi, desde certa epocha, mais determinada pelas circumstancias, que pelo plano original (alludo á chegada a Londres de lord Elliot com as desagradaveis noticias da Hespanha, e á queda do ministerio Carvalho, factos ambos do mez de maio de 1835, ou pouco mais de um mez do começo das operações); mas não gastarei tempo com o modo das ditas applicações, não só porque as razões se acham extensamente dadas no Manifesto, como principalmente porque não é sobre isto, mas sim sobre preços de compras e de vendas, que versam as accusações que se combatem.

Já se vê d'aqui que houve um contrato e um preço fixo, e nem poderiam

apparecer fundos portuguezes na praça de Londres sem que um tal acto houvesse precedido, que designasse ao certo a porção de fundos novos que entrava no giro. A Inglaterra, a França, e todas as outras nações assim o praticam quando contrahem emprestimos, ou estes sejam para conversões e fomento de industria, ou despesas correntes. A Hollanda, que eu saiba, é a unica que ultimamente tem criado capitaes *(stok)* sem ser pelo meio de contratos; mas apezar da publicidade com que taes criações são discutidas nas camaras, e da publicidade da cifra das emissões, o seu credito tem soffrido muito, ou pelo menos deixado de ter aquella elevação que tem tido o das outras nações bem governadas; porque geralmente se estremece á idéa de uma fabrica permanente de fazer dinheiro de papel. Acontece muitas vezes que o contrato se faz ostensivo por uma certa somma, e que o contratador sómente se compromette por parte d'ella, deixando o resto á sorte do mercado, já totalmente por conta do governo, já de conta metade com elle nos lucros ou perdas relativas ao preço fixo, etc. Os modos de que os differentes governos têem usado são infinitos, mas em todo o caso a emissão de bonds é precedida de um contrato.

Neste nosso contrato dos 4 milhões separou-se logo 1 $^1/_2$ milhão para a con versão do milhão esterlino de 6 por cento, e com esta quantia nada mais teve que ver o contratador; e dos restantes 2 $^1/_2$ milhões tambem ficou tal ou qual parte na mão de Mendizabal para correr a sorte do mercado, como o havia feito, com grande proveito do Thesouro, com o emprestimo de 1833 (Manifesto, pag. 19). Esta parte deve constar da conta de venda que elle remetteu ao governo; creio eu que serão umas £ 700:000, e esta quantia combina com o que a commissão Campos, criada para examinar o uso feito do voto de confiança, achou vendida a menores preços que os do contrato, isto é, a commissão achou assim vendidas £ 832:300, o que corresponde exactamente áquella quantia de £ 700:000, addicionada com a de £ 132:300, que sobraram da primeira operação. E ainda combina do outro modo, pois se fizermos a conta a £ 1.800:000 ao preço fixo de 67 $^1/_2$, e £ 700:000 ao termo medio de 60 por cento, que resulta dos papeis da mesma commissão (Manifesto, pag. 19), temos um producto total de £ 1.635:000, que, comparado com o producto que o agente abona ao governo (£ 1.645.489,1,2), deixa ainda uma margem, a favor d'este, de £ 10:489,12, que não errarei em muito se o attribuir aos juros que Mendizabal credita ao Thesouro até ao dia 31 de julho, dia que fixou para o ajuste d'aquella sua conta. Ora, como se não possa dizer que 1.800:000 libras seja uma pequena parte de 2 $^1/_2$ milhões — que 18 seja uma pequena parte de 25 — segue-se que a primeira asserção do A. é falsa, ou pelo menos muito exagerada.

E se isto assim é, como attestam os proprios trabalhos dos meus accusadores, como é que o A. pode estabelecer a regra de que, uma vez que os fundos de 5 por cento se compraram pelos preços mais altos, tambem os de 3 por cento se deviam ter vendido pelos preços mais altos? Como é que o A. desconhece que houve um contrato, e um preço de venda, muito antes que se comprassem fundos no mercado? Que desde 1 e 3 de abril, ou d'aquelles prazos em que o contratador Rothschild prometteu pagar, esteve o agente de posse de £ 1.800:000, ou do seu equivalente, a 67 $^1/_2$ por cento? Que sendo esta quantia destinada originalmente para a conversão dos *6 por cento internos,* não podia ter logar as compras dos *cinco* por cento senão depois de saber-se da sua não applicação em Lisboa? Eis a meu ver destruida como a primeira a segunda objecção, isto é, demonstrado que não procede o argumento de que os fundos de 3 por cento deviam ser vendidos nos mesmos dias em que se comprassem os de 5.

A terceira accusação terá a mesma sorte; porque tendo Mendizabal nas quantias que devia receber de Rothschild muito de sobra para £ 700:000 que comprou de 5 por cento, como fica provado, não devia ter pressa alguma de vender a parte dos bonds de 3 por cento que separara para seguir a sorte do mercado. Teve, diz a analyse, quarenta e seis dias para vender acima de 72, e não se aproveitou. E como havia Mendizabal aproveitar-se de semelhantes preços, se elle estava intimamente persuadido de que muito breve as veria elevar a 80 por cento, como o prova o aviso que fez ao ministro Freire? Este ministro devia então occupar-se de levantar dinheiro para as estradas, em virtude do decreto das côrtes, e o aviso de que fallo consta de uma carta de Mendizabal, que esteve nas mãos do ministro Campos, como eu citei em uma resposta que dei ao mesmo, e que se acha appensa ao Manifesto.

Pode aqui dizer-se que lhe era desculpavel o pensar assim até ao dia 4 de maio, emquanto os preços caminharam no seu ascendente até tocarem 75 por cento, mas que desde este dia até 25 do mesmo mez, em que foram declinando até tocarem o de 72, já não podia ou devia entreter as mesmas esperanças. Mas quem é que ignora a posição delicada de um agente que se acha encarregado e no principio de uma conversão de fundos, a mais difficil talvez das operações financeiras, cujo feliz exito depende da constante elevação dos preços?

Seria crivel que nos dias da declinação, este agente, sem precisão, sem verdadeira urgencia de dinheiro, fosse com os bonds do governo engrossar ainda mais o mercado, e ajudar elle proprio a desandar a roda dos preços?

Não seria mais natural que por si e seus amigos, nesses dias de não motivada decadencia, tratasse antes de comprar, ou de influir para que se comprasse, a fim de sustentar e não arruinar o mercado? Podia elle então prever que ainda no mez de maio, quando de Hespanha se esperavam as noticias mais lisongeiras, quando em Portugal tudo marchava alem das mais sanguineas esperanças, haviam de sobrevir os dois acontecimentos já mencionados, e geralmente sabidos, que deitaram por terra o credito das duas nações? E todas estas considerações, que têem o cunho de bom senso e da razão, redobram de valor quando são para roborar factos, que Mendizabal produz em suas contas de venda, com as suas datas respectivas, e demais circumstancias caracteristicas, que o mais ignobil apprendiz de escriptorio sabe como averiguar ao primeiro momento de desconfiança. É evidente que Mendizabal, pelo conceito que fazia das nossas cousas, pela experiencia de um progresso constante que durava havia quasi dois annos, pelo proprio plano de cuja execução se achava encarregado, e emfim pela nenhuma necessidade de apurar dinheiro de prompto, não devia de modo algum vender aquellas £ 700:000 senão quando ou o preço chegasse áquelle grau que todas as suas combinações lhe promettiam, ou aliás quando as circumstancias inteiramente o apurassem. Desgraçadamente este apuro de circumstancias veiu produzido por causas de não mediana importancia, de natureza a mais inesperada, e não proprias para fazer descer os nossos fundos 1 ou 2 por cento, mas para produzir um golpe mortal no nosso credito, golpe que até hoje ainda se não cicatrizou. Muito feliz foi elle, na minha opinião, em poder salvar no meio d'este naufragio um termo medio de 60 por cento por fundos de 3, que equivale ao *par,* e isto quando, alem de todos os motivos, ficou tudo absorto na praça de Londres, vendo a violencia de um partido com que se tramava a minha demissão, demissão de um ministro que havia achado meios para sustentar a guerra, e para elevar o credito portuguez quasi de zero a um ponto nunca visto em Portugal.

Entre os muitos variados meios de que Mendizabal se serviu para elevar os

preços, foi sem duvida um o de introduzir os bonds portuguezes nas bolsas de Paris, Amsterdam e Hamburgo, como se mostra officialmente da sua correspondencia com o Thesouro. É sabido que quanto maior fosse a porção que se desviasse do mercado de Londres para outras praças, quanto menos pesadas fossem as sommas que girassem na bolsa de Londres, tanto melhor poderiam ali sustentar-se, ou elevar-se os preços por uma regra bem trivial de que a abundancia de qualquer genero produz barateza, e vice-versa; e como a praça de Londres seja a que serve de typo para todas as outras do continente, ninguem poderá dizer que não fossem dignos dos melhores elogios os esforços do agente neste sentido. Ora, abertos como foram aquelles mercados para os nossos fundos quando se tratava de eleval-os, claro está que Mendizabal se aproveitaria d'esta facilidade quando o panico o forçou a vender. E não só era isto obrigação sua para com o governo a quem servia, a fim de lhe promover maiores preços, mas até um dever de gratidão para com os contratadores, e demais capitalistas que se haviam embarcado nas operações portuguezas, cuja sorte o agente tornaria ainda mais desgraçada se tentasse vender tudo de chofre na praça de Londres. O facto, que é constante da correspondencia com o Thesouro, e dos preços correntes impressos em Paris, Amsterdam e Hamburgo, d'aquelle tempo, e a propria natureza das cousas, mostra irresistivelmente que é falsa e arbitraria a quarta accusação do A. que tende a negar que em Hamburgo, e Amsterdam corressem bonds portuguezes.

O quinto quesito, em que se pergunta de quem eram os fundos que corriam nos differentes mercados, bem pouca resposta merece, quando todo o mundo sabe que desde o começo das operações nada menos houve no giro, ou pelo menos fora das mãos do agente do governo, de melhor de 3 milhões de libras esterlinas em que aquelle deixou de ter a menor alçada. Não foram pois vendidos por elle, nem o podiam ser no tempo da maior elevação, porque d'elles 1.000:800:000 libras pertencia a Rothschild, e 1.367:700 libras pertencia aos capitalistas, que o receberam em troca de seus bonds de 6 por cento, como se vê do desenvolvimento da primeira operação. Não existe, portanto, o dolo de serem vendidos por Mendizabal, na alta, em seu proveito, nem menos existe o dolo que o folhetista egualmente argue (no caso de se negar aquelle) de haverem sido vendidos por pessoas que nunca os poderiam ter obtido do agente a menos de 72 — (o raciocinio de que o A. concluiu esta cifra ja eu o vi no principio d'esta refutação e deixei completamente destruido); o facto verdadeiro é que estas £ 3.167:700 que giravam se compunham em primeiro logar da quantia com que Rothschild ficou pelo preço do seu contrato, 67 ½ por cento, e em segundo logar d'aquella cujo preço para o governo fôra um bond de £ 100 de 6 por cento por um bond de £ 150 de 3 por cento. Muitas outras sommas poderiam girar nos differentes mercados sem terem provindo nem do agente, nem dos capitalistas que com elle trataram, porque, como todos sabem, joga-se muito nestas praças, sobre quantias imaginarias; mas basta que consideremos a não pequena somma de 3.167:700 libras em giro, para nos convencermos de que havia sufficiente pasto para as operações em fundos portuguezes, independente das 700:000 de fundos reservados, ou das 182:300 libras de sobras da primeira conversão.

No primeiro quesito da accusação estabelece o A. a seguinte proposição: «Dão-se £ 500:000 de 5 por cento compradas, para amortisar, de 99 a 102, e com a

adição do juro até 31 de julho. Para que se pagasse este juro era necessario que se comprassem no fim do semestre, e como nesta data os preços correntes eram muito mais baixos, é um roubo debital-os ao governo pelos preços da maior influencia do mercado. Ou, se querem que vigorem estes preços, é necessario que confessem que os compraram em maio, isto é, muito antes de vencido o semestre, e neste caso tal juro até 31 de julho é outro roubo». Ora, quem fugirá a um argumento tão plausivel como este? Entretanto o que se vê é ainda uma base falsa — chama-se a este juro o dividendo do semestre — imagina-se que foi pago ao vendedor dos bonds — e á mais leve attenção que se preste ao objecto, se descobre que nem é uma nem outra cousa.

Se o A. soubesse examinar uma conta corrente, e pudesse fazel-o de boa fé, acharia nesta, de que é questão, que tanto as quantias de credito como as de debito se acham augmentadas com o juro até 31 de julho. Em todas as contas correntes que abrangem capital e juros se fixa um dia para com relação a elle se calcularem estes, assim nas quantias do debito como nas de credito. E senão, examinemos o que aconteceu no caso presente: Que diz a partida das £ 500:000 (de que se trata) no *Deve* da conta de Mendizabal? Diz assim: pela importancia de £ 500:000, apolices de 5 por cento, cancellados segundo a conta n.° 2, vencendo juro até á data de hoje (esta data está á margem, e é a de 31 de julho) £ 511:724,19,5. E que diz a verba opposta no *Haver* da dita conta de Mendizabal? Assim: Pelo producto de £ 2.500:000 vendidas nesta e noutras praças, como se vê da conta n.° 1 junta, vencendo juro até esta data (esta data está á margem, e é a de 31 de julho) £ 1.645:489,1,2. É na verdade incomprehensivel como em vista de conta tão clara possa alguem chamar áquelle juro das £ 500:000 o dividendo do semestre pago ao vendedor d'ellas. Juro é elle effectivamente, mas é o juro legal de que se credita Mendizabal, desde o dia em que desembolsou o dinheiro para aquella compra, até o dia 31 de julho, em que fixou esta sua conta corrente; pela mesma razão que se debita a si mesmo pelos juros das quantias do governo em seu poder, desde o dia em que as recebeu até o referido dia 31 de julho. Se aquelle devesse chamar-se «dividendo do semestre» pago ao vendedor dos bonds de 5 por cento, egualmente deveria chamar-se a este «dividendo do semestre» pago ao agente do governo pelos compradores dos bonds de 3 por cento. E mais impressão deveria isto fazer no A., vendo que Rothschild se sujeitava a pagar um dividendo que só devia vencer-se no fim do mez de junho, sendo o contrato feito em 1 e 3 de abril; e sobretudo sendo elle o credor do estado, e não o devedor. Numa palavra — esta conta é uma conta corrente de capital e juros — estes juros são os da conta corrente e não outros.

Na setima accusação o A. não fez mais que reproduzir o que havia dito a commissão Campos em seu relatorio ou parecer, e o que por conseguinte está contestado no meu Manifesto.

Allegou a commissão e repete o A. que as £ 200:000 de 5 por cento, que Mendizabal carregava a 95 por cento, não podiam ter custado mais de 90, segundo o tempo em que tivera logar a respectiva cancellação. A isto respondi que era moralmente impossivel que aquelle agente se manchasse a ponto de perder quantos creditos havia adquirido, fraudando o Estado em uma das mais insignificantes operações que haviam corrido por sua mão; e antes de o accusar era necessario indagar d'elle porque motivo pagara aquelle maior preço. Mais de uma hypothese poderia dar-se no caso presente, como seria v. g. o haver o agente comprado as

£ 200:000 com antecipação, e demorado a sua cancellação na esperança de lhe juntar outras sommas — o ter pago o seu importe em fundos de 3 por cento, com um augmento proporcionado ao augmento dos de cinco, etc. Eu ignoro qual fosse o verdadeiro motivo, mas em minha opinião o A. sómente devia reproduzir aquillo a que já se havia respondido, quando pudesse mostrar que o governo questionara o agente sobre este ponto, e que a sua resposta o não justificava.

É bem notavel que o folhetista concordasse neste ponto com a commissão Campos no seu parecer, e que divergisse em todos os outros, especialmente no mais essencial, sendo aliás o mesmissimo o alvo das accusações da commissão e do A. A commissão increpa o agente por haver vendido algumas quantias abaixo do preço de 67 ½ por que foram contratados os 4 milhões de 3 por cento com Rothschild, e diz que estas differenças do preço montariam a umas £ 60:000 em prejuizo do governo; e o A. não admitte quantia alguma vendida ao preço do contrato, formalisando, na razão inversa, uma conta de venda desde o preço de 72 até o de 75, em resultado da qual diz haver-se fraudado o Thesouro em £ 191:510!

No que fica dito está demonstrado quanto são infundadas e arbitrarias as accusações relativas a esta segunda operação, desde n.º 1 a 7, e aereas por conseguinte as quantias que d'ellas deduz para formalisar a importante somma total dos roubos e delapidações, de £ 259:457 ⅓, ou (como o A. nos faz o favor de calcular para haver de produzir o desejado effeito) 1:080 contos do nosso dinheiro! E ficam portanto em pé todos os lucros e proveitos em favor do Estado, como mostrei no Manifesto, lucros e proveitos que foram muito alem do que o A. d'este escripto e seus partidistas são capazes de calcular, se tranquillamente deixassem progredir as negociações, como e por quem haviam sido começadas.

Da quantia de £ 191:510 fica sobejamente provado o absurdo, com a existencia do contrato. A de £ 34:192 ½ (pag. 226, l. 7.ª) é egualmente nulla, porque se funda em uma base falsa, qual a de valerem os fundos de 6 por cento 106 quando se praticou o referido contrato. É nulla a de £ 18:236 (pag. 226, l. 29), porque se deduz do mesmo falso supposto: nem os fundos de 6 por cento estavam a 106 nem os de 3 a 72 quando, feito o contrato, se fez immediato convite para a conversão aos referidos credores. É nulla a de £ 23:360 ½ (pag. 227, l. 4.ª), porque se não prova que Mendizabal vendesse na alta a quantia de que se trata, antes, attento o plano que se seguia, era da obrigação do agente não emittir no mercado mais fundos do que aquelles cuja applicação fosse de immediata necessidade. É nulla a de £ 5:292 (pag. 230, l. 16.ª), porque é absurdo querer deduzir a mesma quantia duas vezes. É nulla a de £ 500, que diz haver de mais de amortisação annual, porque amortisação nem é juro nem despesa — quanto maior é a amortisação, mais de prompto se extingue a divida, e menos juros se paga. É nulla, pelo mesmo motivo, a que se lhe segue de £ 882. É nulla a immediata de £ 337 ½ porque o interesse (commissão) annual pelo pagamento dos dividendos do milhão e meio de 3 por cento é menor, e não maior, que o que se pagava pelos do milhão de 6 por cento, do qual os juros, como provado fica, eram muito superiores. O A. envolve nesta quantia o accrescimo em duas commissões diversas. A dos pagamentos dos juros é menor porque os juros são menores, e pelo que respeita á dos pagamentos da amortisação annual, esta póde ser indifferentemente maior ou menor que a que antecedentemente se pagava, sem que d'ahi resulte perda para

o Estado, porque quanto mais forte for a amortisação annual de uma quantia dada, e a sua correspondente commissão de pagamento, tanto menos annos terá de se repetir: no caso presente foi isto provado mathematicamente na 2.ª edição do Manifesto, nas tabellas que me mandou o meu amigo Miranda. São egualmente nullas as quantias que se acham no ultimo periodo de pag. 230, mas nada diremos sobre ellas, visto que o A. as apresenta unicamente como uma variante dos seus calculos precedentes, já refutados. É nulla a quantia de £ 4:165 $^5/_8$ que vem a pag. 236, l. 15.ª, porque é absurdo chamar dividendo, ou juro semestre, ao que é juro de uma conta corrente regular de capital e juros. E emquanto ás £ 10:000 que logo se lhe seguem, refiro-me ao que fica dito no logar competente, que a meu ver prova de sobejo a nenhuma procedencia da tal quantia.

Dispostas assim, ou antes annulladas todas as quantias que haviam servido de motivo de accusação, já contra mim, já contra o agente do governo, não deverei todavia passar em silencio uma observação do A., que, posto tocada por elle de passagem, por não pertencer ao quadro das quatro operações, de que eu me vi obrigado a dar os desenvolvimeetos em o meu Manifesto, nem por isso deixa de merecer alguma attenção, particularmente em rasão da astucia com que o A. se serve d'ella para o iniquo objecto de seus fins, isto é, para melhor fascinar e indispor contra mim o vulgo dos leitores.

A pag. 224 fallando do emprestimo ultimo de 29 de abril (originalmente de 4 milhões, mas que soffreu diversas alterações nos dois ministerios Campos) diz o A. que não pode entender como é que se contratou com Rothschild semelhante quantia a 72 $^1/_2$ por cento, em um dia em que os fundos corriam na praça a 74 $^3/_4$, resultando d'aqui uma perda para o Estado, em favor do banqueiro, de 2 $^1/_4$! A rasão é clara para todo o homem que tem algum uso de commercio dos fundos publicos, e ainda mesmo para os que o tem sómente do commercio em geral.

Todas as operações de finanças produzem um certo movimento nas respectivas praças, de que se aproveitam ordinariamente os grandes capitalistas, com quem o governo é obrigado a tratar. Se a operação é violenta, como v. g. a de um novo emprestimo para a continuação da guerra que se suppunha terminar, elles utilisam especulando a baixa; se pelo contrario a operação é de desenvolvimento da industria, ou de qualquer modo semelhante promette ser proficua ao Estado, neste caso elles especulam na alta. Os inglezes que tomaram o emprestimo de milhão e meio para o papel-moeda, ou já possuiam grandes sommas de fundos portuguezes de 5 por cento, ou claro está que se haviam de aproveitar do momento para os comprar; digo, d'aquelle momento em que, pelo facto de tratar com elles, se lhe confiava o segredo do negocio. O facto é que elles compraram o milhão de 6 por cento por muito mais do que correspondia aos preços correntes do mercado.

Os que tomaram o primeiro emprestimo (de 1 e 8 de abril) para a *conversão* tiveram eguaes, ou maiores motivos, que os induziram a pagar uma differença do estado corrente, ainda mais consequente. Nem uns nem outros se enganaram. A impressão que produziu nas praças da Europa a grande medida da cancellação da *moeda-papel* em Portugal — a que depois causou a tentativa da conversão da divida publica — e a idéa que tudo isto dava (acontecendo quasi no momento em que terminava a guerra civil) de que havia uma mão poderosa e intelligente que guiava os negocios d'este reino, não deixou mallogradas, antes confirmou plena-

mente as esperanças concebidas. Elles compraram, ou contrataram a preços muito mais elevados que os do curso do mercado, e ainda assim lucraram grossos cabedaes.

Mas seria este o caso quando se tratou do emprestimo de 29 de abril? Haveria o mesmo effeito moral a esperar? A medida não era já nova, era uma repetição com que se contava, segundo o plano geral da conversão; e os fundos portuguezes já não permaneciam aos baixos preços em que se achavam no começo das operações. No primeiro caso, havia probabilidade de ganhar muito, ou perder pouco; no segundo, de ganhar pouco ou perder muito. Era natural que Rothschild, para contratar nestas circumstancias, e por grande somma, exigisse alguma differença em seu favor dos preços geraes do mercado, assim como era natural que Mendizabal se sujeitasse a essa differença quando via segura por meio d'este contrato a creação de quasi todo o *stock* que necessitava para as operações, e quando, por assim dizer, conseguia o fecho da abobada da grande obra da conversão geral na mais completa harmonia com as ordens do governo, e de mais a mais com tão seguros proveitos para o Estado. A differença, portanto, de 2 $1/4$ do preço geral do mercado não se pode considerar desarrazoada. Eu poderia justificar ainda o acerto do agente com factos mui triviaes na profissão commercial, mas achando-se este caso tanto na ordem das cousas pareceria pedantismo quanto aqui ajuntasse.

N. B. Para a separação dos bonds, a fim de aproveitar-se da influencia do mercado, Mendizabal não tinha outra auctorisação alem dos termos geraes de promover os interesses do Estado, e a que lhe derivava da marcha seguida no emprestimo de 1833.

PRIMEIRO APPENDICE

EXPLICAÇÕES DE SILVA CARVALHO, ACÊRCA DA SUA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, DADAS NAS SESSÕES DA CAMARA DOS DEPUTADOS DE 5 E 16 DE OUTUBRO DE 1840 E 30 DE JANEIRO DE 1841

I — Sessão de 5 de outubro de 1840

O Sr. *Silva Carvalho (José):* — Sr. presidente, eu não tinha tenção de fallar nesta materia; mas vejo-me obrigado a dar uma explicação á camara a respeito do que avançou o sr. deputado *(Sá Nogueira)*, que chegou de novo á camara e que fez a sua primeira entrada laborando em erros que eu não attribuo senão á pouca consideração com que elle fallou. O sr. deputado accusou o ministerio, em que eu servi, de submisso a inglezes, de falta de coragem: eu tambem no meu tempo tive coragem, e não fui nunca submisso, nem nunca pratiquei algum acto de vilesa, ou cobardia. Assentei eu, e os honrados collegas que serviram commigo no ministerio de 34, que faziamos ao nosso paiz um grande serviço, livrando-nos do jugo que nos tinham imposto os inglezes, e que só o conseguiriamos egualando todos os direitos sobre todas as mercadorias de todas as nações que viessem negociar a Portugal: isto fiz eu, e fiz com isto um grande mal ao commercio inglez, porque lhe tirei o privilegio que tinham de pagarem 15 por cento, emquanto outras nações pagavam 30; por este facto, em que elles ficavam egualados a todas as nações, os seus commerciantes não ficaram de melhor condição; verdade é que de praticar estes factos me resultáram graves desgostos, tive reclamações a este respeito, e eu e os meus collegas tivemos a coragem de resistir, e sustentar a lei que tinha feito o immortal duque de Bragança, e elles soffreram, porque viam a justiça da medida; já se vê que não fomos submissos, e que tambem não tivemos falta de coragem. Agora vamos a outro negocio, que é necessario explicar, e é este das pautas: muitas vezes se têem atacado as administrações em que eu servi, e a minha pessoa; mas não se têem apontado *factos positivos*, aos quaes eu quero sempre responder, e para o que estou prevenido; ás generalidades, e banalidades, a essas não, e deixo-as passar, desprezando-as como ellas merecem; mas agora o negocio veiu um pouco mais especificado, e é este negocio das pautas; quer-se attribuir esta grande medida das pautas aos homens que estiveram nos negocios depois de setembro; nisto julgo eu que ha algum equivoco, e que tambem d'ahi não lhes resultaria muita honra, se a pauta ficasse como estava, e não fosse revista como foi; ainda assim com esse beneficio, o anno passado e este anno as alfandegas, pelos defeitos da pauta, renderam menos alguma cousa do que nos annos antecedentes; mas vamos ainda ao negocio das pautas, e cada um tenha nelle o quinhão que deve ter; eu, como já sou velho, e por isso falto de memoria, trago sempre commigo, ou tenho

aqui na gaveta, um *vade mecum*, para explicar este negocio das pautas e outros negocios que tenho apontados; este negocio, sr. presidente, é muito antigo em Portugal, não foram só os interessantes homens de setembro que as fizeram; começarei por dizer que na alfandega sempre houve pauta, e havia uma pauta que tinha sido approvada por decreto de 14 de fevereiro de 1782; tenham a bondade de escrever *(Voltando-se para os tachygraphos)* para ver se uma vez nos entendemos, e não nos venham matar mais com as pautas e com os serviços das pautas; esta pauta era limitada e irregular; pela Carta Regia de 4 de julho de 1803, se mandou organisar uma pauta nova, para a alfandega; era então administrador d'ella Manuel da Costa Ferreira, a quem esta Carta Regia foi dirigida, mas a pauta não se organisou; tomaram-se depois varias providencias para o regulamento de direitos; vieram depois as côrtes de 20, e occuparam-se d'este objecto muito seriamente, e afinal veiu o decreto de 27 de dezembro de 1833, decreto que eu tive a honra de referendar, pelo qual se organisou a alfandega; veiu depois o decreto de 18 de abril de 1834 que egualou os direitos, mandando pagar 15 por cento de todas as fazendas que aqui viessem a despacho; porém isto era insufficiente, mas era necessario ir estudando na experiencia, para se fazer uma pauta. porque, se ella nunca se poude fazer boa, agora mesmo, por maior que seja o conceito que eu forme dos homens que as formaram e reviram, digo que ainda se hão de passar muitos annos para se poder dizer que temos uma pauta perfeita em Portugal. Nisto lidam outras nações mais praticas, ha muito tempo, porque o negocio não é tão facil, como é beber um copo de agua; o negocio é muito difficil; veiu depois a portaria de 9 de junho de 1835, então não estava eu no ministerio, e foi expedida pela segunda repartição do Thesouro, que mandou que se não fizesse despacho de mercadoria que não tivesse pauta, sem que o negociante apresentasse a nota das mencionadas, com a sua avaliação, á excepção das fazendas inglezas que pelos tratados tinham legislação particular: estes homens que estavam no ministerio tinham coragem, mas sempre resalvaram os tratados, e eram homens de coragem. *(O sr. Sá Nogueira:* — Fizeram mal.) *(Vozes.* — Ordem, ordem.) *O orador:* — Eu não interrompi o sr. deputado; tenho-o tratado com aquella cortezia que me merece; tenho pois direito a exigir da sua parte a mesma cortezia; eu não costumo interromper ninguem, espero que tambem me não interrompam.

Pela portaria de 2 de abril de 1835, se mandou que á medida que se fossem estabelecendo as avaliações para melhor se póder formar um systema unico, a alfandega desse logo conhecimento a todas as alfandegas da sua jurisdicção; pelo decreto de 4 de julho de 1835, se criou uma commissão permanente das pautas, em Lisboa, para continuar trabalhos *já feitos*, e regular a admissão dos direitos em todo o reino, mandando reunir esses trabalhos, e reformal-os no que achasse conveniente, e remettendo logo ao governo aquella classe de pautas que se fossem organisando; expedi depois uma portaria em 2 de setembro para pôr em intelligencia as alfandegas do Porto e Lisboa sobre o que se fosse acordando sobre pagamento de direitos, para depois, quando se organisasse a pauta, se ver que havia harmonia no pagamento d'estes direitos, e se conhecer os bens ou males que d'ahi resultavam; pela portaria de 28 de abril de 1836, que tambem tive a honra de assignar, se recommendou á commissão que activasse seus trabalhos, para serem presentes ás côrtes. Em 31 de maio de 1836, tive a honra de apresentar na camara dos deputados um projecto de lei para que a pauta (feita, e que depois em setembro se mandou pôr em execução conforme ella estava) se executasse, apezar dos defeitos que lhe reconheci, tal era o meu desejo

de ter pautas; no mesmo projecto se propunha a criação de uma commissão para as ir emendando, etc.; estas idéas são exactamente sobre que se fundou o decreto de 10 de janeiro de 1837; aqui tem v. ex.ª e a camara o que tem havido sobre pautas, e já se vê que não quero que caiba só a gloria aos homens de setembro; não quero nenhuma para mim, mas quero que a nação fique por uma vez desenganada e saiba que este negocio das pautas anda ha quarenta annos sobre o tapete, e agora é que se ultimou, e então fique cada um nesta parte com a gloria que lhe pertence, conhecendo a nação que a tem enganado quando alguem lhe diz — fomos nós que fizemos as pautas — porque fomos *todos* que as fizemos; é necessario acabar de uma vez esta impostura.

O sr. *Agostinho Albano:* — Sr. presidente, limitar-me-hei quanto ser possa, porque o sangue ainda me ferve nas arterias...

O sr. *Silva Carvalho (José):* — O sr. deputado dá licença?... Agora, emfim, não ha remedio senão dizer tudo; como se trata de eu me defender, e a defesa é sempre boa quanto melhor são as testemunhas, peço eu ao meu nobre e sempre amigo, e companheiro, o sr. J. A. de Magalhães, queira explicar uma conferencia que teve commigo quando elle foi para o Brasil, e ahi se verão as minhas idéas, e as dos homens que estavam no ministerio.

O sr. *J. A. de Magalhães:* — Um dos principaes objectos que se me recommendou na minha sahida para o Rio de Janeiro era a conclusão do tratado do commercio; e tendo uma conferencia com o nobre deputado que acaba de fallar, que então era ministro da corôa, elle me declarou positivamente que não era preciso, que não entendia que se devesse fazer sacrificios pelo tratado do commercio, porquanto entendia que a nação brazileira, em relação a nós, se achava em circumstancias muito differentes, muito especiaes, e unicas a respeito de todas as outras nações, porque o seu systema era o das pautas, e elle ia proceder immediatamente á organisação e formação d'essas pautas.

II — Sessão de 16 de outubro de 1840

O sr. *Silva Carvalho:* — Sr. presidente, eu fallarei sobre o adiamento, e darei uma explicação, que não posso deixar de dar: sobre o adiamento, digo que me não opponho, ainda que o não julgo necessario, depois do que acaba de dizer o meu nobre amigo o sr. Gomes de Castro; este projecto é fundado sobre uma proposta da Junta de Credito Publico, pelas razões que ha pouco foram expendidas, e que eu não repito, porque não quero cansar a camara; o primeiro modo que estabelece o projecto é a lei vigente; já o sr. Pereira de Mello vê que se attende aos possuidores d'esses titulos das tres operações; os outros dois methodos são subsidiarios, para facilitar a venda dos bens nacionaes, e eu entendo que são convenientes, porque eu entendi sempre que convinha vendel-os logo, e até fui de opinião que seria melhor dal-os aos povos, do que deixal-os continuar nas mãos em que elles estão, para que não acontecesse o que eu sei está acontecendo, porque sei que uma das propriedades mais nobres do paiz e que andou arrendada por 800$000 réis dava lucro a quem a tomou de arrendamento 7 contos e tanto, justamente o que rendia annualmente quando estava nas mãos dos frades. (*Vozes:* — É a Folgoza.)

Os srs. deputados que querem attender aos credores d'estes bens devem convir em que elles se vendam para que se não damnifiquem, a ponto de se não poderem depois vender; agora concordo no adiamento até á vinda do sr. ministro, e digo que será bom que v. ex.ª consulte a camara sobre se officiar ao sr. ministro para que venha todos os dias á camara á hora da discussão, porque assim é necessario para a prompta expedição dos projectos que estão já sobre a mesa, e mesmo ainda na commissão de fazenda; conheço as difficuldades que elle terá nisso, ninguem melhor do que eu as conhece, mas quando não puder, elle o mandará dizer e se adiará o negocio, mas espero que elle fará um esforço, e que combinará o desempenho das suas obrigações com a vinda á camara; em todos os paizes, quando os parlamentos estão abertos, os ministros costumam propor todos os negocios; e dizem ás partes que têem negocios: estamos nas camaras, agora é acolá o nosso officio; e realmente assim é, porque se expedem mais brevemente os negocios; dito isto, vamos á explicação. Tem-se aqui dito, varias vezes, que a revolução de setembro foi motivada pela desordem das finanças; eu tenho ouvido dizer isto, e tenho-me callado, porque não costumo fallar muito na camara, até porque não gosto de fallar sem absoluta necessidade; tenho pois deixado de responder muitas vezes á este dito: fez-se a revolução pela desordem das finanças; mas o sr. deputado tem tal modo de attrahir a gente, tal delicadeza, tal cortezia, que eu não posso deixar de lhe responder; diz-se: fez-se pela desordem das finanças; agora pergunto eu: qual desordem?! Não sei, porque ainda não ouvi dizer aonde ella estava, ouvi, porém, dizer noutra occasião: foi pelos grandes ordenados que se deram; pode ser, os ordenados deram-se nesse tempo conforme se julgou conveniente aos empregos e ás pessoas que os serviam, mas fez ciume entrar nesses logares muita gente nova, ou de pouca idade; mas os ordenados não se estabeleceram para esses, e sim para o futuro, para aquelles que de futuro os hão de encher, e que quando lá chegarem não hão de ter nem dentes nem cabellos, os quaes não haviam de viver toda a sua vida pobres, para no fim quando morressem deixarem as suas familias no estado de lhes não poderem fazer o enterro; então é melhor ser sapateiro, pintor, ou outra qualquer cousa, em que se ganha pela manhã e se come á noite, porém se vive vida regalada; esta foi a causa da revolução; mas, sr. presidente, eu não quero dizer os motivos da revolução; só direi que ella foi tão boa que até agora ninguem quiz ser pae d'ella; eu fui pae de uma, a de 1820, e o titulo que mais me honra é esse; agora pergunto quem foram os paes da de setembro? Appareçam, e digam: fez-se para evitar esta ou aquella desordem, e aqui está salva a nação.

Disse-se: houve votos de confiança em 34, e d'elles não se deu contas. Não se deram contas?! Não se deram a quem as não quiz ver e examinar; porque eu sahi por tres vezes do ministerio, e tive a má fortuna de ser substituido por pessoa que me não era affeiçoada; mandou-se examinar no Thesouro toda a minha conducta, tambem por pessoas que me não eram affeiçoadas; lá estiveram á sua vontade; eu sahi, não trouxe um só papel; os gabinetes, os buffetes ficaram abertos para os examinar quem quiz; os livros lá estão, e os papeis tambem; nomearam-se commissões, umas poucas, para examinarem tudo; examinaram-se todas as operações, e o resultado d'esse exame sobre o voto ou uso do voto de confiança não faz honra nenhuma a essa commissão que o fez, e se esta nação fosse uma nação feroz, se fosse uma nação barbara, eu no dia immediato ao que appareceu o juizo da commissão sobre isto era estrangulado no meio da rua, porque, disse-se — empenhou em 17:000 contos a nação; perto de mim está um amigo meu, que foi a minha casa muito assustado dizer-me: «Veja o que apparece.» Respondi eu: «Estou

admirado, mas hei de ver e responder». Fiz um manifesto que correu as mãos de todos, e agora, depois que a camara se reuniu, fiz distribuil-o por os que o não tinham; e que se respondeu a este manifesto? Nada; mas continuou a dizer-se — foram devoristas, foram delapidadores, gastaram tudo. Aqui está o facto; eu não duvido que tenha feito algum ciume alguma economia que eu fiz dos meus ordenados, é verdade que os tive bons, mas tambem não recebi ordenado de emprego que não servia; no Thesouro ficaram 7 contos e tanto pelo meu ordenado de presidente do Supremo Tribunal de Justiça, porque o não exercia; não os recebi, quando aliás podia recebel-os e muito licitamente; mas agora vamos outra vez aos votos de confiança, e eu já disse que estava velho, e falto de memoria, por isso não tenho remedio senão o de recorrer ao *vade mecum;* o Manifesto é extenso, são muitos os mappas, estão bem claras as operações, e distinctas, mas peço aos tachygraphos que escrevam o que vou ler, para ver se acabamos com isto; eu peço a attenção, para que não venham outra vez dizer foi isto, foi aquillo; o melhor é escrever, reflectir, apresentar a falsidade das operações; convido o sr. deputado a isso, e estou certo que não hei de gastar duas horas para lhe responder, e admiro-me que o não tenha feito até agora, porque é homem de muita capacidade, e tem officialmente entrado nos negocios da fazenda do paiz.

Eu achei uma grande divida em Portugal, entrei no ministerio quasi preso, obrigado a isso na cidade do Porto, todos o sabem: entrei e pude occorrer ás despesas do exercito, e a tudo, ainda depois da convenção de Evora-Monte um anno, não faltou pret nem soldo, apesar da nação estar na mão do inimigo; d'onde pois havia eu tirar recursos? Do céu não cahiam, da terra não podia, porque não era nossa, logo tive de os ir procurar no estrangeiro; assim fiz, e sustentei ali sobre o Cartaxo 62:000 homens, pagando-lhes em dia; ora agora, como disse, eu tinha achado uma grande divida publica, mas veiu a restauração, e todo o mundo se persuadiu que, tendo acabado D. Miguel, tudo era fortuna e abundancia; mas quando acabou D. Miguel, o que era a nação? Era composta de duas partes — de perseguidos, e de perseguidores — e a sorte de uns não era melhor que a dos outros, era egual; vi que havia uma divida, e principiei por fazer o meu systema de fazenda; e qual era este meu systema? Era ver se podia diminuir e matar essa divida, e assentei que isso podia fazer por meio de conversões, meio a que todas as nações em semelhantes circumstancias recorrem; com effeito, mostrei o meu projecto; na camara estão nobres deputados que o viram, e me fizeram a honra de o approvar, e se agora os chamasse a campo não haviam negar o que se passou; assentei que a conversão era o melhor meio, e principiei pela divida estrangeira: ora, o resumo d'estas operações é que os tachygraphos hão de escrever: para a primeira operação que eu fiz appliquei 1 ½ milhão esterlino, com o qual cancellei 911:800 libras esterlinas da nossa divida externa de 6 por cento, e occorri ás despesas correntes com a quantia de 61:202 libras, 18 soldos e 6 pences, vindo em resultado para a fazenda um lucro annual de 51:072$583 réis. Esta operação dizia respeito ao dinheiro para amortisar o papel-moeda; segunda operação: para esta appliquei 2 ½ milhões esterlinos, converti em capitaes de 3 por cento 700:000 libras da divida de Londres de 5 por cento: appliquei para as despesas geraes do Thesouro 917:594 libras, 12 soldos e 2 pences, sendo o resultado para a fazenda de 23:518$216 réis; agora poderão increpar-me, dizendo: pois se tu querias fazer conversões, porque os applicaste para outra cousa? A isto respondo — porque não tinha outros meios, e porque tinha deante de mim a necessidade publica; eu não podia recorrer a outros meios, não podia lançar tributos, e é preciso que se saiba que emquanto não houver um orçamento normal, emquanto

não houver, tal verba de receita deve ser applicada para tal verba de despesa; e o ministro pode applicar para as despesas publicas qualquer quantia de que possa dispor. Ainda não estamos nesse desideratum, e Deus me deixe viver até lá chegarmos, que tenho de viver muitos annos; isso é facil de dizer, mas mui difficil de fazer.

Agora fallarei das operações da divida interna, quero dizer, da conversão da divida interna. Vamos á terceira operação: esta é relativa á divida interna; com esta operação se converteram de 6 em 4 por cento mais de 4:000 contos, e se distractaram 2:000 contos com as quantias levantadas a juro de 5 por cento, obtendo-se o lucro annual de 105:785$615 réis. Este negocio, e o mais que se segue a respeito da divida interna, foi bem elucidado pela Junta do Credito Publico. Um honrado amigo meu (ainda que a minha lingua fosse a mais eloquente, não poderia tecer o devido louvor á sua amisade e intelligencia), o sr. Feital, fez a este respeito um trabalho, que é um trabalho distincto, e perfeitissimo. Quando estive em Paris, mostrei-o aos homens mais intelligentes nestas materias, que ficaram surprehendidos, e disseram: «Este homem faz honra ao seu paiz, e mal pensavamos que em Portugal se fizessem trabalhos tão completos» *(Apoiados)*.

Quarta operação: com esta operação se converteram 5:300 contos de divida interna em inscripções de 4 por cento; uniformaram-se titulos heterogeneos da mesma divida, e se reuniram em um centro unico varios emprestimos; e ainda que o fim principal d'esta operação era o regular a escripturação, todavia resultou depois para o Thesouro o lucro annual de 11:085$091 réis.

A quinta operação ficou pendente quando sahi do ministerio, em maio de 1835. Ora, para levar a effeito esta operação, tinha eu contratado o emprestimo de 2 milhões de libras esterlinas, que deviam ser empregados na divida estrangeira dos 5 por cento; e ainda que d'esta operação se me não possa fazer cargo, todavia poderia fallar d'ella agora, se o julgasse necessario; mas deixo os outros, e trato de mim. Das quatro primeiras, longe de se mostrar novo onus, apparece o lucro annual de 191:480$105 réis, que corresponde a um capital de 3.828:602$100 réis, com o que em grande parte se occorreu ao *deficit*, perto de anno e meio, de 1834 a 1835. Poderia desenvolver este negocio mais, mas o Manifesto existe, podem consultal-o, e eu não cansarei a camara. Agora, sr. presidente, neste pequeno esboço verá a camara o uso que se fez d'este voto de confiança, e quaes foram as razões porque eu o pedi: em verdade, sr. presidente, appliquei-o, não para meu uso proprio, mas sim para dividas a que o Thesouro era obrigado, e de que se tem dado contas, porque o Thesouro sempre as deu, e só as não vê e examina quem não quer; apesar d'isto tem-se dito — não se deram contas; e eu digo — sempre se deram. Fallei nisto muito em resumo, e com vagar, para que os srs. tachygraphos o escrevam, e desejaria muito que ahi estivesse o redactor do *Diario do governo* para tambem o escrever, porque desejo vel-o contestado do mesmo modo que o expliquei, e que os que o ignoram, e nisto fallam de boa fé, conheçam como o negocio se passou. Emquanto aos que me calumniam de má fé, esses desprezo eu.

O sr. *Sá Nogueira:* — *(O sr. deputado ainda não restituiu o seu discurso.)*

O sr. *Silva Carvalho:* — O que eu disse foi que essa primeira commissão que se nomeou disse que a nação estava empenhada em 17.000:000$000 réis; isto mesmo está no relatorio, que fez essa commissão; e veiu depois outra commissão, nomeada pelo sr. Manuel Antonio de Carvalho, e disse o contrario; mas a primeira disse isto que eu acabei de dizer, e foi sobre o que ella disse que eu fiz o Manifesto.

O sr. *Sá Nogueira:* — *(O sr. deputado ainda não restituiu o seu discurso.)*

O sr. *Silva Carvalho:* — Eu não sou d'aquelles deputados que tenha abusado mais da paciencia da camara; mas agora o que peço a todos os meus amigos e collegas é que queiram ter a bondade de me ouvir; eu hei de ser muito breve; mas preciso dizer alguma cousa, porque se trata de um objecto que eu desejo esclarecer (*Apoiados geraes*).

O sr. *Presidente:* — Terá logo a palavra.

O sr. *Sá Nogueira:* — *(O sr. deputado ainda não restituiu o seu discurso.)*

. . . .

O sr. *Presidente:* — O sr. Silva Carvalho tem a palavra para uma explicação.

O sr. *Silva Carvalho:* — Eu principio por agradecer ao sr. deputado Sá Nogueira dar-me occasião para esta explicação; agradeço-lhe muito, e elle tambem deve agradecer-me o achar-me disposto a responder-lhe, o que nem sempre acontece, quando outros por ahi têem fallado como elle fallou; mas eu tenho muita deferencia por s. s.ª, e espero que não fique em duvida a meu respeito, salvo se o quizer ficar.

Agora, emquanto ao que s. s.ª disse das minhas intenções, eu faço justiça inteira aos seus sentimentos, e fiquei satisfeito por saber que foi o auctor da analyse ao meu Manifesto, que se publicou no *Industrial civilisador*... (O sr. *Sá Nogueira:* — No *Portuguez*...). Eu vi uma analyse ao meu Manifesto no *Industrial civilisador,* e realmente não lhe dei grande peso, porque vi que o seu auctor logo no principio confundia o preço dos fundos com os cambios correntes; confundia uma cousa com outra, e isto certamente não era de s. s.ª, porque não havia de dizer d'estes absurdos; mas vamos agora aos calculos — disse o sr. deputado, que o resultado dos calculos não era verdadeiro, porque a base era falsa, fizeram-se entrar quantidades que não deviam figurar; os calculos estão feitos sobre dados exactos; agora, se o sr. deputado demonstrasse a falsidade dos dados sobre que os calculos se fizeram, teria muita rasão para dizer que o seu resultado não era verdadeiro. Eu tive collaboradores neste Manifesto, não o nego, nem isso podia deixar de ser; nem eu sou tão perito nos calculos e em algebra, que pudesse só por mim fazer operações tão complicadas; o sr. Manuel Gonçalves de Miranda, meu antigo e intimo amigo, fez-me obsequio de me mandar até uma tabella com esses calculos, muito bem feita, e eu dei uma segunda edição do Manifesto só para aproveitar a tabella; quanto aos dados sobre que esses calculos foram fundados, isso foi obra de homens que trabalharam commigo, e que tenho muita honra em ter escolhido; alguns d'elles ainda estão hoje no Thesouro, e fazem interessantes trabalhos; o sr. ministro da fazenda está presente, e ha de abonar esta minha asserção... (O sr. *ministro da fazenda:* — É verdade). Eu combinei estas operações e estes calculos, com outros homens muito conspicuos: alguns d'elles aqui estão na camara, e por modestia não nomeio seus nomes, nem sei mesmo se elles quererão que os nomeie, mas nessa materia são maiores de toda a excepção; isto é sobre os calculos. Vamos agora ao papel-moeda: a operação que eu intentei a respeito do papel-moeda, entendi que seria muito util *(Apoiados);* e na occasião em que eu a fiz, houve até negociantes da praça de Lisboa, que me disseram o seguinte — é tão util a sua operação, que, não se pagasse nada, bastava o livrar a sociedade d'esse mal — Eu concebi essa operação; o dinheiro que veiu foi tanto, que mandei pela barra fóra 2 milhões de cruzados, porque não eram precisos; mas eu depois fui afogado na commissão de fazenda, não tive remedio senão ceder ás circumstancias, e deixar passar essa lei do 1.º de setembro, que foi a causa do papel se não amortisar logo!... *(Apoiados)* Agora o conheçam aquelles que

me obrigaram a ceder ás suas instancias nessa occasião. Em quanto á queima do papel-moeda, parece-me que o sr. deputado disse — que não sabia se se tinha queimado todo, ou como isto tinha sido; fallou num sacco magico, ou o quer que é. (O sr. *Sá Nogueira:* — Não é do tempo de v. ex.ª) Mas a queima do papel-moeda creio que é do meu tempo; e isso fazia-se com a publicidade que todos sabem; chamava-se a Junta do Credito Publico, e os mais honrados capitalistas d'esta capital; era contado o dinheiro, e foi sempre queimado no Rocio publicamente *(Apoiados);* portanto creio que ahi não haverá nada que dizer.. (O sr. *Sá Nogueira:* — Nada absolutamente.)

Agora vamos ás antecipações: disse o sr. deputado que se tinham antecipado 4:000 contos... (O sr. *Sá Nogueira:* — É verdade.) Pois não está bem informado: primeiramente, eu não me servi d'esse meio, e só na ultima vez em que quasi fui agarrado para entrar no ministerio, em 1836, quando vi que as pastas foram quasi lançadas no meio da rua, então sim, servi-me d'esse meio, porque não tinha outro para fazer face ás despesas publicas; e eu não fiz novidade nenhuma, isso estava já feito pelo meu antecessor, de modo que eu achei os rendimentos das alfandegas antecipados até ao fim de maio d'esse anno de 1836, e foi no anno de 1836 que eu entrei pela terceira vez no ministerio. (*Uma voz:* — Ouça-se.) Eu não faço censura ao meu antecessor; elle fez talvez o que eu faria; porque eu mesmo continuei neste systema, porque me pareceu bom, e porque não havia outro; ora agora, é preciso entender bem que eu nas antecipações que fiz não emitti titulos nenhuns de divida atrazada, todos os papeis eram de divida corrente, era dinheiro que o Thesouro devia; e eu torno outra vez a recorrer aos meus apontamentos; a Camara ha de ter a bondade de ouvir um bocadinho como esse negocio se passou. Quando em 20 de abril de 1836 entrei no ministerio, achei-me sem meios, os pagamentos atrazados, e as alfandegas empenhadas até ao fim de maio seguinte (isto é verdade); os recursos eram necessarios de prompto, e então o que fiz eu? Apresentei a Sua Magestade o decreto de 5 de abril admittindo immediatamente os recibos de monte-pio, de classes não activas, que tinham ficado em atrazo desde novembro de 1834 até julho de 1835, divida corrente que se tinha deixado de pagar, juntos a uma egual quantia em metal; e por esta total quantia dava escriptos *sem juros,* a vencer em dias precisos, nos mezes de abril, maio e junho do anno de 1837 (eu tomava sempre um anno de avanço para poder melhor manejar os negocios), para poderem entrar nas alfandegas desde o 1.º de janeiro de 1837 em deante; esta foi a primeira operação de antecipações. Agora vamos á segunda. Não foi bastante esta providencia e então apresentei eu o decreto de 14 de maio do mesmo anno, estendendo a providencia do anterior decreto de 25 de abril aos recibos notados do monte-pio e mais classes não activas, relativos aos ultimos quatro mezes do anno de 1835 (note-se bem), recibos notados de officiaes sem emprego, recibos notados de pensões concedidas pela lei de 19 de janeiro de 1827, 20 de fevereiro de 1835 e 4 de abril de 1833, todos relativos aos preditos quatro mezes; recibos de generos fornecidos ao exercito desde agosto de 1833 até julho de 1835, legalisados até áquella data no commissariado; attestados de transportes desde a chegada do exercito libertador até 26 de novembro de 1834 (divida que se mandou pagar com preferencia ás outras); equivalente de recibos notados, passados na contadoria da marinha; e por tudo isto, junto a uma egual somma de dinheiro, se davam escriptos *sem juro,* a vencer nos mezes de maio e junho de 1837, em dias precisos, e admissiveis nas alfandegas, desde o 1.º de março do dito anno (de modo que eu pagava uma divida e contrahia outra, mas sem juro algum); isto não foi bastante, e então veiu o decreto de 6 de junho

admittindo todos os mencionados papeis de credito que ainda restassem, com uma egual quantia em dinheiro, ou escriptos do Thesouro a vencer até 30 de novembro de 1836, dando eu por esta somma outra egual em escriptos do Thesouro, *sem juro,* e a vencer em dias precisos nos mezes de julho e agosto do mesmo anno de 1837, admissiveis nas alfandegas desde março de 1837 em deante — os nobres deputados notaram a prudencia e economia com que se faziam estas antecipações; remedio fatal é verdade, mas não havia outro de que lançar mão *(Apoiados)*; eu esperava melhoramentos futuros, e, forçoso é confessar, a unica cousa em que me enganei foi persuadir-me que as revoluções em Portugal estavam acabadas *(Apoiados)*. Este é que foi o meu engano. Por estas operações antecipei eu 622:968$000 réis. Aqui tem o sr. deputado as antecipações; quer dizer, paguei metade da divida que devia ter pago, e contrahi uma divida de outra metade para pagar nos annos seguintes; recebi, como digo, metade d'esta quantia em dinheiro, e a outra metade em papeis de divida, que devia ter sido paga nos respectivos mezes a que dizia respeito. Ora agora, depois tambem se fizeram antecipações, e essas foram 2.842:825$000 réis; e nesta operação entraram 244 contos de divida antiga; fico por aqui *(Apoiados)*. Disse o sr. deputado que não se deu conta de 2 milhões esterlinos; saiba o sr. deputado que esses 2 milhões ficaram em ser quando eu sahi do ministerio no anno de 1835, e eu não sou responsavel pelo uso que d'elles se fez, nem tambem faço censura a quem fez uso d'esse dinheiro; nem sou responsavel, nem faço censura tambem á pessoa que me substituiu; e só direi que esse ministerio não só esteve pela operação feita, mas até a mandou continuar *(Apoiados)*, confiando no agente que eu tinha nomeado, do mesmo modo que eu confiava, e se estivesse aqui o meu amigo o sr. Administrador Geral interino de Lisboa, havia de confirmar isto, porque não é capaz de faltar á verdade, e foi a Londres ver como as cousas haviam sido feitas. Disse tambem o sr. deputado que os emprestimos até 1834 foram bons, e que de ahi por deante foram maus; mas eu peço ao illustre deputado que note que os emprestimos que d'ahi por deante se fizeram foram para converter a divida e para pagar juros dos atrazados *(Apoiados)*. Não se fez uma divida nova, fez-se uma conversão; converteu-se a divida antiga numa divida nova; portanto o juro não augmentou, e as nações não lhe importam do que devem, é do juro que pagam; a divida e o juro, depois de setembro, augmentou muito. Eis aqui o que tenho a dizer, e não digo mais nada, porque me parece que não será preciso; agora procurarei ver o tal papel que fez o illustre deputado, e talvez mereça uma resposta por escripto, porque, sendo obra do illustre deputado, ha de ser bem trabalhada

III — Sessão de 30 de janeiro de 1841

O sr. *José da Silva Carvalho:* — Sr. presidente, levanto-me debaixo das impressões mais desfavoraveis; e tal excitamento produziram no meu espirito as declamações do sr. deputado, que acaba de fallar *(José Estevão)*, que me foi necessaria toda a reflexão, para poder agora fallar com sangue frio nesta importante materia. O meu fim é defender-me sem atacar ninguem, e já anteriormente tinha tenção de pedir a palavra para este objecto, e foi para isso que fiz todas as diligencias na solicitação da cadeira de deputado, porque entendo que é só aqui, onde cada um deve dar conta dos seus actos publicos, pouco ou nada me

importando, com o que se diz pela imprensa, ou nos salões, ou praças publicas *(Apoiados)*. Todos sabem que eu não sei semear os meus discursos de flores de rhetorica, mas exporei a verdade dos factos nua e simplesmente.

Começarei, portanto, por aclarar um equivoco, em que está o sr. deputado por Cabo Verde, relativo ás contas do ultimo milhão esterlino contrahido por mim. O sr. deputado disse que não se tinham dado contas d'esse milhão, nem no Thesouro havia d'isso vestigios. Ora, eu contratei o emprestimo, não de 1, mas de 2 milhões esterlinos, para continuar as conversões, com cujo systema me tinha dado muito bem. Eu comecei estas conversões com as operações de 1 e 3 de abril de 1835, e passados dias sahi do ministerio, deixando estes 2 milhões em ser, e sem que tivesse, nem então, nem em tempo algum, dado ordem para a sua applicação. Já se vê portanto que d'elles se me não podem tomar contas, como já disse na sessão de 16 de outubro do anno passado, quando, em uma occasião identica a esta, fallei dos emprestimos, das antecipações, e do emprego d'este dinheiro.

Quando tornei a entrar no ministerio, a 16 de julho d'esse mesmo anno, achei aquelle dinheiro empenhado, porque sobre elle se tinham levantado fundos para occorrer ás despesas publicas. Tratei logo de os desempenhar para lhes dar a devida applicação, remettendo par Londres 1:000 contos de réis, e depois mais 800 contos, para progredir não só no desempenho, mas na restauração do credito, e não pude continuar neste negocio, porque a revolta militar de novembro de 1835 tolheu o meu pensamento.

A nova administração, que me succedeu, procedeu á liquidação d'aquelle dinheiro pelo modo contrario ao meu fim, e talvez bem; não lhe faço censura, porque pode ser que, se me achasse nas mesmas circumstancias, fizesse o mesmo, e estou persuadido que não houve malversação, porque ninguem faz mais justiça á probidade do meu successor; mas o que eu digo é que d'esse dinheiro não se me podem tomar contas *(Apoiados)*.

A respeito, porém, do ultimo milhão, direi que o ministro que me succedeu mandou dois empregados do Thesouro, os srs. Paiva e Lessa, a Madrid pedir contas ao agente que tinha sido em Londres. Estes dois empregados fizeram um relatorio que existe no Thesouro, donde consta o que lá passaram, e d'elle será facil ver qual foi o emprego d'aquelle dinheiro, para o que eu não dei ordem alguma.

Soube depois que havia um orçamento feito a este respeito em 28 de julho de 1838, que tambem existe no Thesouro, pelo qual se mostra que ha um saldo contra Mendizabal de cêrca de 200:000 libras, que elle pretende attenuar com a commissão que lhe é devida, e que diz não pode ceder, porque quem deve não pode ser generoso. Portanto, o sr. deputado por Cabo Verde não foi exacto quando disse que no Thesouro não havia vestigio da conta d'este milhão; e eu não devo ser responsavel por dinheiro de que não dispuz *(Apoiados)*.

Quanto aos emprestimos, na mesma sessão de 16 de outubro do anno passado, já disse qual foi o resultado d'elles, e só notarei que o sr. deputado Sá Nogueira tomou uma base falsa para fundar os seus calculos, porque no Thesouro não entrou o dinheiro que s. s.ª disse; e se o sr. deputado quizer reflectir um pouco, verá que não é exacto. Eu pedi dinheiro para as conversões da divida interna; estas conversões não se fizeram, porque os mutuantes quizeram antes receber menos juro do que até ali recebiam; e assim, economisei á fazenda publica (numeros redondos) 200 contos de réis cada anno, juro correspondente a um capital de 10 milhões de cruzados, os quaes appliquei ás despesas correntes, e que teria de

tomar a juro, se os não tivesse pelo modo por que os alcancei. D'aqui bem se vê que se não augmentou o juro, e que alcancei um capital sem juro, para occorrer ás despesas do serviço publico; nem augmentei o capital, porque com elle matei uma divida egual.

Pode-se dizer que fiz mal, porque dei ao dinheiro uma applicação differente d'aquella para que o pedi; e assim seria, se nós estivessemos no estado normal, em que uma verba de receita é applicada para uma verba de despesa; mas nós não estamos ainda nesse estado, e tarde lá chegaremos. A desordem das nossas finanças data de tempos muito anteriores, e mesmo á usurpação de D. Miguel; isto é verdade *(Apoiados)*, e já ouvi na camara isto mesmo ao sr. deputado José Estevão, na sessão de 23 de fevereiro de 1839; esta desordem foi augmentada pela usurpação, pelas despesas que nos trouxe a guerra da restauração, e pelas que fomos obrigados a fazer depois da convenção de Evora-Monte, em que a condição dos perseguidos não era inferior á dos perseguidores. Esta desordem não é possivel remedial-a de repente, porque as feridas que recebemos hão de por longo tempo estar abertas.

Pelo que toca ás antecipações já eu as expliquei na referida sessão de outubro passado; mas peço a indulgencia da camara, visto que é preciso fazel-o de novo, para ver se acaba esta canção, que se canta todas as vezes que se falla em materia de fazenda.

Quando em 16 de abril de 1836 entrei pela terceira vez no ministerio, achei-me sem meios, com pagamentos atrazados, e as alfandegas empenhadas até ao mez de maio seguinte; e d'aqui verá o illustre deputado que o systema das antecipações não foi criado por mim. Nestas circumstancias vali-me de dois amigos meus, que me emprestaram 65 contos, e dos contratadores do Tabaco, que me adeantaram 34. D'estas quantias paguei lettras, que se tinham deixado de pagar no tempo do seu vencimento, paguei o pret á tropa, que estava atrazado, e mandei para a marinha 20 contos para satisfazer a pagamentos, que pela primeira vez se atrazaram naquella repartição, e satisfiz a outras despesas. Mas isto não era bastante, e sahi com o decreto de 25 de abril, admittindo immediatamente recibos do monte-pio, e classes não activas, que tinham ficado em atrazo desde novembro de 1834 até julho de 1835, juntos a uma egual quantia em metal, dando-lhe em troca escriptos sem *juro,* a vencer em dias precisos dos mezes de abril, maio e junho de 1837, e para poderem entrar nas alfandegas desde o primeiro de janeiro de 1837 em deante.

Isto não foi ainda bastante, e foi necessario o decreto de 14 de maio do mesmo anno, estendendo esta providencia aos recibos notados do monte-pio, e mais classes não activas, relativos aos ultimos quatro mezes de 1835, recibos notados de officiaes sem emprego, recibos notados de pensões concedidas pelas leis de 19 de janeiro de 1827, 4 de abril de 1833, e de 20 de fevereiro de 1835, tudo relativo aos preditos quatro mezes, recibos de generos fornecidos ao exercito desde agosto de 1833 até junho de 1835, legalisados até aquella data no commissariado, attestados de transportes desde a chegada do exercito libertador até 26 de novembro de 1834, que se mandaram pagar com preferencia, equivalentes de recibos notados, passados pela contadoria de marinha; — por tudo isto, junto a uma egual quantia em dinheiro, se davam escriptos sem *juro,* a vencer nos mezes de maio e junho de 1837 em dias precisos, e admissiveis nas alfandegas desde o 1.° de março do dito anno.

Apezar d'isto, ainda não foi bastante, e sahi com o decreto de 6 de junho, admittindo todos os mencionados papeis de credito, que ainda restassem, com

uma egual quantia em dinheiro, ou escriptos do Thesouro a vencer até 30 de novembro de 1836, dando por estas sommas outras eguaes em escriptos do Thesouro sem *juro,* e a vencer em dias precisos dos mezes de julho e agosto do mesmo anno de 1837, admissiveis nas alfandegas desde março de 1837 em deante.

Por estas operações antecipei 622 contos de réis, recebendo metade em dinheiro, e outra em papeis de divida, que devia ser paga nos respectivos mezes a que dizia respeito, e que o não tinha sido por falta de meios, e que por isso se devia considerar divida corrente. Recebi portanto 300 contos de réis, e paguei 300 contos.

A moderação e o tempo que tomei para concluir estas operações provam a prudencia com que foram feitas; e os que depois me succederam não desgotaram d'este systema, porque o seguiram em maior escala, e anteciparam pelas duas operações mixtas 2:000 contos *(Ouçam, ouçam);* com a differença, que eu recebi dinheiro e divida corrente, e elles nas duas operações admittiram 244 contos de divida velha, que apenas valeria 15 por cento (isto é, pouco mais de 36 contos de réis). *(Apoiados, apoiados).*

Fallarei agora relativamente á portaria que citou o sr. deputado José Estevão, porque o negocio teve origem no meu tempo, e eu assisti á conferencia do Thesouro, onde o procurador da corôa pareceu convencer-se da justiça com que o Banco pedia o pagamento, em metal, de uma quantia que tinha sido emprestada na forma da lei. O contrato que se fez com o Banco foi nos fins de 1835, e não foi cumprido em tempo competente. Uma das clausulas d'este contrato era que, se houvesse falta do governo emquanto ao tempo do pagamento, seria satisfeita a divida em metal, o que não contrariava a obrigação geral, que tinha contrahido o governo a respeito d'esta moeda. Mas, para que tudo isto melhor possa ser examinado, peço ao sr. ministro da fazenda que mande estes papeis á camara, para que, depois de os mandar examinar por uma commissão, emitta sobre elles uma opinião, e então se verá que o governo andou bem em reconhecer o que devia, e como devia *(Apoiados).*

Ouvi dizer ha pouco ao sr. deputado José Estevão que já me não atiravam settas, porque o carcaz estava exhaurido; mas que tinha havido a generosidade de fazer suspender a declaração de factos que me não seriam agradaveis. Emquanto ás settas, o meu escudo repelle todas as que me possam ser injuriosas, porque, não havendo motivo para isso, pouco ou nada se me dá d'ellas *(Apoiado, apoiado).*

Disseram-me (eu não estava na camara) que o mesmo sr. deputado, na sessão de hontem, disse que alguem se sentava na camara, a quem coravam as faces ao simples enunciado de factos, que, se não fosse a sua generosidade, se teriam declarado... (O sr. *José Estevão:* —Quando preferi essas palavras, não nomeei o nome de v. ex.ª, nem de pessoa alguma; se as applicaram a v. ex.ª, d'isso não tenho eu culpa). Bem; então não responderei nesta parte ao sr. deputado. Comtudo direi sempre que o sangue vem ás faces muitas vezes pela indignação que causam injurias *(Apoiados, apoiados);* outras pela oppressão em que o espirito fica por se não poder desaggravar como desejava; e outras pela vergonha que causa uma acção má que se lança em rosto; e esta ultima parte não me pertence. Eu não quero generosidade alguma para commigo; antes peço que, se souberem de algum facto que me fique mal, o apresentem; mas facto positivo, e individual; e peço mesmo que intentem a accusação, porque eu não pedirei dilação de tempo para d'ella me defender; e assim concluo a minha explicação *(Apoiado, apoiado).*

SEGUNDO APPENDICE

CORRESPONDENCIA DE MENDIZABAL COM O GOVERNO PORTUGUEZ

(1833-1835)

A José da Silva Carvalho e a Agostinho José Freire

Londres, 17 de octubre de 1833.

Confidencial. — Exmos. Srs. Mis estimados amigos. — Me aprovecho de la detencion del paquete para enterarles á Vs. de asuntos de la mayor importancia y para que les sirva de gobierno en sus ulteriores determinaciones, obrando tanto S. M. I. como Vs. con la mayor cautela y algo *diplomaticamente.*

1º El gobierno de Luis Felipe ha sido quien ha influido en la Reina de España para que haya adoptado la línea de política que se deja ver de su manifiesto.

2º El gobierno francés ha nombrado á un ministro extraordinario, Mr. Mortier, para que pase cerca de S. M. F. — El objeto de su mision es: 1.º, ver como la cuestion política la hace personal; esto es, que la España reconocerá á D. Maria si D. Pedro sale de Portugal; 2.º, si se garantiza que D. Maria no se casará con ningún miembro de la casa de N. *(Napoleão);* 3.º, si se hacen algunas modificaciones en la constitucion.

No sé si las tres cuestiones las presentarán á la par, ó si una después de la otra, ó si anticipará una á la otra. Para el triunfo de todo esto se cuenta con el cansancio de la nacion; con que ciertos jefes de partido puedan apoyarse en que D. Pedro no debe sacrificar la tranquilidad de la nacion á su interés personal, á su amor propio; que una vez obtenido el reconocimiento de la España y la garantía de que D. Miguel no encontrará un asilo en aquel suelo, que nada hay que temer, etc., etc., etc.

Para esto cuentan con el influjo que el Duque de Broglie tiene sobre el Duque de P. *(Palmella),* á quien irá recomendado Mr. Mortier muy fuertemente.

Todo esto ha venido á mi conocimiento por una muy rara casualidad. El coronel G., edecán de Soult, que estubo en esa, vino conmigo en el *Sohó,* á súplica de Mr. Wilton. Yo le presté las mayores atenciones y quedó *muy agradecido.* G. era muy amigo de Wilton, y esta mañana ha venido este último á enterarme de cuanto aquel le ha dicho para que le sirva de gobierno para sus ulteriores transacciones con el presente ministerio en esa — todo esto con la mayor reserva. G. se va á Paris y yo pienso mandar á Wilton á dicha capital, aunque la cosa costará algunas libras, para averiguar más y más. Creo que Vs. lo aprobarán. Habiéndome aconsejado con

nuestro amigo Argüelles, este me dijo que por Dios, que D. Pedro y Vs. estén firmes, muy atentos, muy obsequiosos, dando muchas esperanzas de que influirán cuando las córtes se reunan; obtener la eleccion de estas casi por sorpresa; reunirlas en los términos indicados ayer y conseguir un triunfo completo sobre los tres puntos cardinales.

Estoy á la mira para prepararnos con medios abundantes para todos los casos. Es preciso no emigrar otra vez. Con Miranda me esplayaré más.

Todo de Vs. queridos amigos. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 24 de octubre de 1833.

Confidencial. — Exmo. Sr. Querido amigo. — Sobre remesas de dinero y efectos lea V. mi carta á Castro y quedarán Vs. muy satisfechos.

Esperaba por el *Pike* la autorizacion que se acordó en el consejo el último día de mi estada en esa y que V. tenia la minuta[1] y desgraciadamente no ha venido. Aunque cuento con la amistad y confianza de S. M. I. y de Vs. todos, no he creido oportuno exponerme á nada.

He *leido por los papeles* las operaciones del 10, 11 y 12, y me es sensible que alguno no se encargue de ponerme al corriente de lo que conviene saber y de lo que conviene decir.

Insisto en mis opiniones en que no conviene de ninguna manera el concluir muy pronto la guerra civil, si Vs. no quieren ser *victimas de la intervencion é intrigas* extranjeras. Sobre cuanto tengo descubierto, que es mucho, enteraré á nuestro Miranda y él lo hará á Vs. En este momento tengo la noticia de que España ha reconocido á S. M. F. El Lord Palmerston ha tenido la bondad de avisármelo.

Celebro el no haber vendido ni una £ de las 350:000. Á esto ha contribuido mucho las confianzas que me hizo el conde de Saldanha la mañana del sábado 5 del corriente, sobre la accion que se preparaba á dar, mi estada en Peniche, en

---

[1] Minuta encontrada entre os papeis de Silva Carvalho:

Instrucções a Mendizabal, assentes em conselho de ministros de 4 de outubro de 1833. — Que attendendo ao estado politico da Europa e ao congresso dos alliados que deve reunir-se, etc., para o qual sahiu o Imperador no dia 15 de setembro de S. Petersburgo — que Mendizabal seja auctorisado competentemente para que continue em todo o caso e com a maior extensão suas relações com lord Palmerston, do que já o governo tirou bastante fructo — e que podendo obter por estas mesmas relações as noticias necessarias do que deve ter-se ou esperar-se do dito congresso, e, pondo em acção seus conhecimentos e zêlo pela causa, que saque todo o partido, com a opportunidade correspondente, dos valores criados para casos extraordinarios em o emprestimo criado e approvado hoje, porque tanto Sua Magestade como os mais ministros do conselho conhecem os males tão transcendentes que podem resultar á nação se no congresso se tratasse de intervenção ou de guerra, e em qualquer d'estes casos seriam os valores criados pelo governo reduzidos quasi a zero.

Serão dadas ordens convenientes a Ricardo para que ponha á disposição de Mendizabal o todo ou parte do milhão e meio de libras esterlinas, o que lhe for necessario para a importante commissão que se lhe dá de pôr o governo em posse dos meios necessarios para conservar sua independencia liberdade.

A carta a Ricardo simples como a ordem a Mendizabal: que Sua Magestade imperial e o governo, a dar-lhe esta prova tão grande de confiança, espera que elle corresponda á mesma, sempre pesando a responsabilidade em todas as suas operações.

cuyo corto tiempo me enteré del estado de nuestras fuerzas, y mi estada en Oporto. Con tales datos creí que nada debia hacer hasta recibir noticias de esa que alcanzasen hasta el 12 del corriente. El Tesoro público ha salvado algunas miles £, y Mendizabal dá esta nueva prueba á S. M. I. y á sus ministros que es digno de *toda* la confianza que les merece.

El correo se vá. Suyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 25 de octubre de 1833.

Confidencial. — Exmo. Sr. Mi querido Carvalho. — V. se olvidó de mandarme el decreto ú orden de la decision del consejo de 4 del corriente sobre las facultades que debo ejercer en la negociacion de los valores creados. Sin ellas, nada puedo hacer. Los sucesos se precipitan los unos á los otros, y debemos, si es posible, adelantarnos á ellos, y, si lo conseguimos, nosotros los dominaremos. Á nuestro Miranda le he hablado de la conveniencia para los intereses del gobierno, para su honor, para el bien de la causa, de elevar el crédito de la casa de Carbonell. El gobierno tendrá que hacer una *combinacion financiera* muy pronto para refundir todos los préstamos en uno, para aliviar á ese cadáver, para hacer frente á la Iglesia, para dar impulso á la riqueza pública y para... ¿y porque, para cuando llegue este caso, no ha de ser elevada la casa de Carbonell al grado de que, bajo la intervencion de una comision provisória que se formase en Londres de nuestro Castro y Lobo en union conmigo, ella por sí pueda poner en ejecucion la combinacion en cuestion? La nacion economizaria una *pingüe comision* que en otro caso tendria que pagar á la casa ó casas que se pondrian á la cabeza. La nacion no disfrutaria de las ventajas que sacarian dichas casas, cuando, si la casa de Carbonell es elevada al grado que es posible y que el honor tanto como los intereses del gobierno lo reclaman, serian indisputables las expresadas ventajas al gobierno y por conseguiente á la nacion. Todo lo que no sea mirar el gobierno á la casa de Carbonell en la posicion que está colocada y á mí en la que estoy, como una ramificacion, como una parte del mismo gobierno, es *un error.* El gobierno logra en las operaciones de la casa de Carbonell todas las ventajas de un empleado celozo, económico y habil y todo el crédito y respiro que podria darle en sus operaciones una casa que desempeñara como desempeña el papel de agente independiente. La elevacion del crédito es tanto más necesaria, cuanto que no es muy dificil el preveer todas las ventajas políticas que tal posicion puede darle. Si Carbonell especulase con las operaciones del gobierno, el aumento *de riqueza* que obtendria en la multiplicacion de sus operaciones seria bastante por si solo para aumentar su crédito, pero, como Carbonell no especula, el aumento de su crédito se apoyará siempre en la probidad y religiosidad con que dirija sus operaciones, y en la *confianza* y el *apoyo, más ó menos,* con que le distinga el gobierno.

En estos días principian, con la salida de Miranda para esa, de que el gobierno debe formar aquí una comision de tres casas. Como yo sé lo que son *comisiones* cuando no son organizadas como deben ser, por mi parte no me prestaria á otra que no fuese para un grandioso objeto, y esto con personas de mi confianza como Castro y Lobo. Sirva de gobierno.

Recomiendo á V. mucho que el *James Watt* se vuelva sin pérdida de un momento y que el mismo me conduzca *solucion* á todos, todos los oficios que con fecha de hoy dirijo á la comision del Tesoro. Todos son muy importantes y no dan espera alguna.

Estoy cansadísimo y no puede más su afmo. amigo y S. S. Q. S. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

A Cándido José Xavier

Londres, 25 de octubre de 1833.

Exmo. Sr. Mi apreciable amigo. — En cuanto á asuntos políticos me refiero á cuanto le digo á nuestro Carvalho. Ahora que los sucesos se anticipan los unos á los otros, es cuando se necesita más *vigilancia* y más *firmeza* para no emborrascharse con la vitoria.

El reconocimiento de la España seria una cosa famosa para los futuros destinos de esa nacion, si Zea deja el ministerio. Con él á la cabeza del ministerio español, todo puede temerse y nada puede esperarse.

Vamos marchando, sin detenernos á pequeñeces, á triunfar de cosas grandes, aunque cedamos en aquellas. Mucha diplomacia necesitamos para saber tratar con toda esta gente.

No tengo tiempo para más que para saludarle cordialmente y asegurarle que es su afmo. amigo y S. S. Q. S. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 19 de noviembre de 1833.

Reservada. — Mi querido Carvalho. — Recibi las cuatro líneas que V. me escribió con fecha del 2. Siento que V. se haya olvidado, á la salida de los paquetes, el mandarme la autorizacion reservada que fué aprobada en consejo de ministros presidido por S. M. I. el 4 del octubre y sobre la cual V. tomó ciertos apuntes en la mañana del 6. Si yo la hubiera traido conmigo ó me hubiera seguido, esté V. seguro que los fundos portugueses se hallarian hoy á un precio más alto, con ventaja del erario público. Cuento con que si no me la ha enviado V. no ha sido porque, ni por mis operaciones, ni por otra causa, haya yo desmerecido de la confianza que se acordó se me dispensase, en el consejo de ministros el 4 de octubre. Sea V. franco conmigo, porque yo cuento con su amistad. V. y yo estamos ahora ligados de tal manera, que nada, nada puede alterar nuestra amistad. Acaso las intrigas pongan á V. en una mala posicion con respecto á valerse tan exclusivamente de mí, como que soy un extranjero y no un portugués, aunque no fui extranjero cuando muchos portugueses lo fueron de la causa, cuando ella no ofrecia más que *espinos* y *abrojos*. Si V. puede ser comprometido por tener confiado á mí *exclusivamente* ciertos negocios, hábleme V. francamente, pues yo discurriré el medio de dejarlos todos en términos que no se pueda decir que S. M. I. ni sus ministros han sido ingratos con Mendizabal. Yo aseguro á V. por todo lo más sagrado que hay para mí, que es mi Patria, que no me resentiré. Si todo esto no fuese más que una aprension mia, pido á V. que diga á Agostino que me

nombre *á mí*, esto es á J. A. y Mendizabal, banquero del gobierno de S. M. F. en Londres para atender al pago de los sueldos del cuerpo diplomático portugués en toda Europa; y á V. pido que, pues el gobierno de S. M. F. debe tener en esta un agente que en union con los Ricardos intervengan en los pagos de los semestres de los intereses de los empréstitos, que sea yo la persona que merezca este nombramiento. Ambos destinos los desempeñaré sin sueldo, ni gratificacion, ni emolumento de ninguna especie. Lo que quiero es la parte de honor, porque como hoy he ganado mi gran pleito que me pondrá en posesion de £ 146:889, pienso establecer una casa en mi solo nombre, en un pié muy respetable, para poder hacer en mi nombre grandes cosas. V. sabe que yo no soy avaricioso. Ahora tengo seis veces más que lo que deseo y necesito, acostumbrado como estoy á vivir con poco, y lo que deseo es dejar á mi hijo un patrimonio de honor tan grande ó mayor como será el de metálico.

V. es mi amigo, yo lo soy de V., y basta. Su afmo. de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A A. J. Freire

Londres. *(Sem data.)*

Reservado. — Exmo. Sr. Mi apreciable amigo. — Mientras que contesto á V. sobre la orden para la suspension del reclutamiento, que llegó cuando yo me hallaba en Bruxellas removiendo las dificultades que se habian suscitado, diré á V. que se dieron las órdenes más positivas para suspenderlo. Nuestro Miranda mandó ingleses, contrario á lo acordado antes de mi ida á esa con S. S. M. M., porque aqui hubo un miedo grande, *por todos*, pues creyeren á Oporto tomado por los miguelistas. De la Bélgica irán unos 1:000 *soldados* mandados por oficiales del primer mérito. Vea lo que dice de oficio el general inspector de infanteria y caballeria del ejército belga, por la copia del oficio original que mandaré á V. al escribir de oficio. El gobierno belga piensa en lucirse en oficiales, sargentos, soldados, etc. Desea que este batallon se luzca para que sirva de estímulo al ejército. El mismo general Nipel vá á organizarnos nuestro batallon en union con el Sr. Carbonell y Charlier.

He conseguido que el ministro de negocios extranjeros belga, general Goblet, que es *nuestro*, anuncie á ese gobierno el advenimiento al trono del Rey Leopoldo. Esta és un reconocimiento. Confio en que V. sabrá apreciar este paso y contestará, etc., etc., diciendo que mandará un encargado de negocios. Goblet está dispuesto á hacer con nosotros un tratado de comercio, como yo quiera; aun no ha hecho ninguno con las demás naciones; son libres, y, si V. tuviera valor y confianza para mandarme *algunas* instrucciones y todos los antecedentes que haya sobre la materia con otras naciones, aseguro á V. que haria una obra maestra, que daria á V. y á mi tanto honor, como ventajas á esa nacion. La Bélgica extrae muchos artículos de España, que en este caso no podria competir, en su presente sistema, con Portugal. V. hará lo que quiera. Entiendo bien estas materias, y á Vs. y á mí conviene el que nos apoyemos en hechos y hechos de provecho.

Sobre España mucho tengo que decir y de mucha utilidad. Mi hermano saldrá la próxima semana, conducirá pliegos mios que á nadie quiero fiar, y entonces Vs. resolverán.

Á nuestro Carvalho mil cosas, y V. crea que es su amigo de corazon. = *J. A y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 20 de noviembre de 1833.

Confidencial. — Mi querido Carvalho. — Mi hermano va á esa: toda recomendacion es demás. Lleva positivas órdenes de dirigirse por V.; trátelo V. con confianza; nada de cumplimientos; corríjalo V. y póngalo en el camino que corresponde. Es joven de honor, algo vivo, pero no es dificil el hacerle entender lo que conviene. Preséntelo V. á Freire y demás amigos, y aquel que lo considere como á mí, en cuanto á advertirle lo que conviene á todos. El *James Watt* debe volverse y mi hermano con él.

Lea V. una que escribo á Castro y ruego á V. por el bien y crédito del servicio que venga la orden de cuanto se acordó en la sesion de todos Vs., que presidió el Emperador, sobre el total del empréstito. La orden debe ser á los Ricardos. Sin ella, nada, nada puedo hacer de los famosos planes que indiqué en el consejo de ministros y que hablé con V. en su casa. Si V. quiere perder las ocasiones que se presentan para que yo con mis combinaciones pueda elevar el crédito portugués, yo me lavo las manos. Las órdenes deben ser claras. Una á Lima para que firme el total de los bonds y los entregue á los Ricardos con arreglo al decreto de 5 de octubre, y otra á los Ricardos para que los tenga á mi disposicion para que yo con arreglo á las instrucciones del Tesoro obre en bien de los intereses de la nacion; otra á mí para que proporcione al Tesoro las mayores cantidades posibles, á lo menos £ 30:000 mensuales, y que tome todas las medidas y haga todas las operaciones correspondientes para elevar el crédito, todo bajo mi responsabilidad.

Todo suyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. S. — Napier ha hecho una del diablo con la publicacion de sus oficios. Tengan Vs. mucha prudencia, no riñan con él, y solo háganle ciertas observaciones para lo sucesivo. Aclaren á quien mandó los oficios.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 22 de noviembre de 1833.

Confidencial. — Exmos. Srs. Mis queridos amigos. — Por las del 9 del corriente veo con sentimiento que el estado militar no se mejora, y que por el contrario hemos recibido ciertos pequeños reveses. Si bien es cierto, que mi opinion ha sido siempre, que para *consolidar la causa, en que estamos empeñados, seria útil, hasta cierto punto, que la guerra civil se prolongase,* nunca podrá dar crédito al gobierno que, dueños de Lisboa desde fines de julio, nos encontremos á fines de noviembre sin dominar enteramente ni una sola provincia y que hasta este momento *giman en Angola* los que allí fueron desterrados por su adhesion á la causa, y que dueños de una infinidad de buques, del mar y . . . las posesiones ultramarinas reconozcan aun al usurpador.

Como que el ministerio francés y este no menos, *tiemblan del genio reformador del Emperador* y tiemblan más de sus *virtudes* que de su *ambicion,* se apoyan en esta y otras circunstancias para una *intervencion armada* en los asuntos de ese país. Desean un pretesto, y, como Vs. saben por la experiencia, no es dificil el encontrarlo *cuando quieren y cuando son instigados* por lo que ellos llaman *la parte rica del país y la más interesada.*

Si bien en tan dificil posicion, como yo me encuentro, he podido conseguir hasta este momento, sin sacrificar los fondos confiados á mi cuidado, cuanto se ha necesitado y se me ha pedido, Vs. convendrán conmigo que estas *combinaciones tienen un límite*. Es cierto que yo estoy autorizado por el gobierno tan *ilimitadamente* que jamás ningún empleado lo estuvo; pero, estas demostraciones de confianza y de aprecio me ponen travas sin límites. En la expectativa de que nuestra posicion mejore, he levantado fondos, guardando los del emprèstito, para lograr unos *precios ventajosos*, de utilidad para la nacion y de crédito para el ministerio.

La más pequeña mejora en las operaciones militares, como por ejemplo la evacuacion de Santarem, la dominacion de los Algarves y las dos márgenes del Guadiana, la posesion de Braga, la de Coimbra y Figueira, cualquiera de estas cosas animaria á estos capitalistas y nos facilitaria cuantos fondos pudieramos necesitar para que, dando de *comer al pueblo con liberalidad*, encontrar en él todo el apoyo que nos falta en las demás clases del estado, que son enemigas por que son reformadas; pagando al ejército *todo cuanto devenga*, como que por una mano lo recibe y por otra lo gásta, el comercio es compensado de las faltas que experimenta por las ningunas comunicaciones que hay con el interior. Dando alguna cosa de comer á los empleados reformados de todas *castas*, se priva á la aristocracia de estos elementos de discordia y no se dejan expuestas tantas familias á la mendicidad.

Ciertos amigos, de quienes Vs. no pueden dudar y que siguen la marcha de Vs. y los sucesos, son los que más me urgan para que Vs., si fuera posible, en veinte y cuatro horas diesen tantos decretos como fuesen necesarios á conseguir tan urgente como indispensable cambio. Los mismos amigos creen que Vs. deberian completar sin pérdida de un momento el consejo de estado, robusteciendo el partido del ministerio con hombres sin *tacha*, de *probidad* y de *firmeza*. Creen también que debian Vs. completar el ministerio, — enfin, alejar todo pretesto á los que los fomentan para tener algo en que apoyarse!

El gobierno francés y este no menos, se quejan de los términos con que Vs. tratan á los extranjeros, y yo tengo *motivos fundados* que agentes de estos mismos gobiernos meten la *sizaña*. Nuestros amigos aquí creen que Vs. deberian nombrar una comision mixta de extranjeros y nacionales para *hacer justicia*, y creen también que si de ellos formasen una ó dos brigadas, mandadas por extranjeros y que obrasen á *grande distancia de Lisboa* para evitar el *contacto* con los *diplomaticos*, seria mejor. Nuestros amigos creen que la comision mixta deberia estar autorizada no solo para oir las reclamaciones de los oficiales, soldados, etc., de los que hoy están sirviendo, sino de los que han sido despedidos del servicio, licenciados, etc., viudas, huerfanos, etc. Dicen que de este modo, poniendo á la cabeza de la comision mixta al almirante, ó al comodoro Rives, que el gobierno quedará justificado de todas las acusaciones que se le hacen, y, como los que están en actual servicio tendrán que esperar algo de la comision y del gobierno, la disciplina será más facil el establecerla.

Vs. habrán visto que el reconocimiento de la España ha sido una completa farsa. Vs. habrán ya tocado por experiencia que el nombramiento del ministro extraordinario francés, en esa corte, no tuvo por objeto más que embarazar la marcha de ese gobierno, alimentando las ilusiones de sus enemigos. Las sospechas de que este gobierno principiaba á querer mezclarse de las cosas domésticas de ese país no fueron infundadas. Tampoco me he equivocado del juego que quieren hacer de España con respecto á ese país. La España que no puede gobernarse á si misma; la España que es gobernada por un hombre como Zea; que los

destierros, las persecuciones, la guerra civil están en todo vigor; esta España es la que parece que los gobiernos francés é inglés destinan á ser uno de los gobiernos que protocolizen á Portugal. Si Vs. no son muy circunspectos, muy activos y cambian un poco de política á lo menos ostensiblemente, créanme y teman una ... que yo no sé adonde irán á parar.

Vs. no deben perder de vista los precedentes que tienen de lo que son capaces de hacer estos gobiernos sin respeto ni á los *principios* ni á la *moral.* Tengan Vs. á la vista la *Grecia,* la *accion de Navarino,* la *Italia,* la *Polonia,* la *Bélgica,* y no olviden Vs. ese mismo país. Tengan Vs. presente que una gran parte del partido de la Reina clama por una *intervencion armada* que excluya á D. Pedro y á Vs. del mando. Teman Vs. que si una vez se deja, dificilmente se volverá á recoger. Vale más anticiparse á los sucesos que el permitir que estos le gobiernen á uno. Apenas quedan tres años de minoria de la Reina y si ellos no se aprovechan no habrá sido otra cosa que *jugar á la tragedia.*

Hasta este momento que estoy escribiendo Zea ofreció su cooperacion siempre que *el casamiento se verificase.* Este gobierno la desechó. Después se han hecho otras pediendo solo la *abolicion de la constitucion;* tampoco han sido oidas. Tampoco se han tomado en consideracion la de *algunas modificaciones;* pero tengo motivos para creer que, si hacen la de la exclusion de los dos hermanos del país, que *será admitida,* aunque ostensiblemente augurarán al Emperador que nó. Pedirán que el Emperador ponga á la cabeza de los negocios hombres que ofrezcan más garantias, como el medio de alegar una *intervencion armada,* y como que la amonestacion se hará con *viveza* y con *fuerza,* el *dilema* será apurado! Tengo fundamentos para hablar así.

Mañana tengo que hablar á Lord Howard, el nuevo ministro que vá á esa. Me ha pedido que sus caballos vayan en el *James Watt* y no he tenido ninguna dificultad. También tengo que hablar con otras personas que están muy relacionadas con los hombres de la Santa Alianza; después veré al Lord Palmerston y formaré mi composicion de lugar y presentaré á Vs. los hechos y lo que yo crea que seria conveniente hacer.

Disimulen Vs. que les hable con tanta confianza como franqueza. Se juegan muchas cosas y muy sagradas para que yo anduviese con rodeos con amigos como Vs.

Todo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 26 de noviembre de 1833.

Confidencial. — Exmos. Srs. Mis queridos amigos. — La adjunta la escribí el día 22; desde entonces acá he recibido las del 16 por las cuales observo que se verificó la destruccion de los molinos; que quedaron separados de Santarem 1:500 hombres, pero que se retiraron en orden. Las cartas de Oporto del 17 son bien lamentables, porque dicen que están en una continua alarma, que el comercio está *completamente interrumpido,* y que temen el tener que sufrir un invierno poco más ó menos como el anterior; claman contra Vs. *amigos* y *enemigos* de aquella ciudad, porque después de haberles sacado toda la fuerza de línea y dejarlos abandonados casi á sí mismos, que el gobierno ni siquiera les hace comunicaciones se-

manales (dos veces á lo menos) de como van las cosas. Todo esto aumenta el descontento entre los amigos de aquí, y este gobierno encuentra más y más pretextos para llevar á cabo sus planos; pero dejemos esta parte y vamos á la más interesante. El 23 y 24 aparecieron los adjuntos artículos en casi todos los papeles públicos. La sustancia de los mismos no es otra cosa que la confirmacion de cuanto indico en la del 22, *juicio formado y apoyado* en la reunion de *noticias y datos* que tuve á la vista. Como me propuse, tuve diferentes conferencias con las personas á que se refiere mi dicha carta y otras de no menor importancia. He sabido cosas *tan importantes* y *de tanta trascendencia* á la persona del Emperador y *á la seguridad de las instituciones*, que me he tomado sobre mí la responsabilidad de despachar el *James Watt* sin acabarlo de cargar y *sin permitirle* que vaya al Havre por el equipaje de S. S. M. M.; sobre esto Vs. sabrán *disculparme con el Emperador* y confio en que S. S. M. M. quedarán bien penetradas y no quedarán fastidiadas por la detencion de una semana más ó menos.

Al ministro Lord Howard ha sido pospuesta su marcha porque el Lord William Russell ha pedido quedarse un mes más en Lisboa, en cuyo tiempo, con la asistencia del consejo de estado, que ha principiado sus sesiones, con la del *descontento de los extranjeros* y con la *necesidad de poner á la cabeza del ministerio hombres que ofrezcan garantías, para evitar una intervencion armada,* cuenta en dicho mes derribar al ministerio actual y colocar en el nuevo personas adictas á ... Dice el Lord William Russell: «*Dado este paso, lo demás seguirá satisfatoriamente.* El nuevo ministerio será obligado á dar una amnistia amplísima para evitar una *intervencion armada.* El nuevo ministerio volverá por este medio á sus goces á los que ahora no los tienen».

El nuevo ministerio pondrá á la cabeza de los destinos y de las provincias hombres de su color. Las elecciones se harán, se discutirán los dos puntos de la *regencia* y *casamiento,* y la nacion decidirá que ... lo que convenga á los *intereses europeos.* Si los miguelistas no se acogen á la amnistia, la *Inglaterra será llamada,* y una division de 6:000 concluirá la cuestion. La España está ya conforme á todo, siempre que D. Pedro se excluya, porque conoce que excluido D. Pedro lo demás vendrá por sus pasos contados. La Inglaterra se apoya en que la continuacion de una guerra tan encarnizada en la vecindad de España, cuando aquella principia en el mismo sentido, que perturbará la tranquilidad de la Europa, y que es preciso poner un término. Que contra el ministerio actual no solo están los miguelistas, pero toda la nobleza que tan constantemente ha defendido la causa de la Reina. Dicen que los extranjeros que han auxiliado la causa son *despreciados, maltratados y no pagados.* Que la existencia de D. Pedro en Portugal llevará á una mudanza de dinastia en España. Las potencias del norte, cuya política es más fina, amenazan con una guerra, si no se pone prontamente un término á la cuestion del día. Acaso las amenazas de una *intervencion armada* no se harán á D. Pedro hasta ver si se realizan las promesas del Lord William Russell de una mudanza del ministerio. En fin, se apoyan en estos y otros pretextos, más ó menos plausibles, para llevar adelante lo que tienen decidido.

Habiéndome aconsejado con un amigo de Vs. y mio, del mayor respeto, por sus opiniones y por su sabiduría, ha convenido conmigo en la necesidad de conjurar la tormenta antes de la llegada de los despachos que conducirá el paquete del gobierno, para lo cual juzgamos que á las veinte y cuatro horas de recibida la presente, si los sucesos de la guerra no han sido tan favorables que haya dado tal opinion y fuerza al ministerio que pueda dar tiempo á pensar bien lo que deba hacerse, que tomen Vs. las medidas siguientes:

1.ª Llenar el número de las doce plazas del consejo de estado con *personas sin tacha*, amigas de las instituciones y en las cuales se puedan Vs. fiar.

2.ª Que un hombre como Agostino, ó el mismo Agostino, dejando por ahora el ministerio, para ser llamado después, entrase en el consejo de estado á capitanear al partido constitucional.

3.ª Que el ministerio se complete sin pérdida de momento y que, si fuera posible lo que se dice respecto á Agostino, que la presidencia del ministerio se le diese al Conde de Saldanha, con el ministerio de la guerra, colocando uno, interinamente, de la confianza de Saldanha, un oficial querido del ejército, acaso Pimentel, en fin yo no sé.

4.ª Si fuera posible, dar una amnistia amplia por un periodo de quince días exceptuar los generales si se quiere; señalar la mitad ó el total de los sueldos que disfrutaban en 1828, mientras que se justifican de su conducta ante una junta de purificacion; el objeto debe ser el privarles de tener voto en las elecciones. Respecto á los generales se les podrian conceder tres días. Respecto á sargentos, cabos y soldados exentos del servicio...

5.ª El decreto de confiscacion suspenderlo, mientras que el consejo de estado, examinando todas las circunstancias, propone aquellas modificaciones que la experiencia ha aconsejado que se deba hacer.

6.ª Señalar á todos los empleados cesantes 12$000 réis mensuales, mientras que son destinados conforme á las pruebas de adhesion, etc., etc.

7.ª Un decreto señalando el gobierno 60 contos de réis para la municipalidad de Lisboa y otros tantos para la de Oporto, pagaderos en los meses de diciembre, enero, febrero y marzo, á fin de que las mismas municipalidades con estos medios puedan dar de comer á la clase de mendigos durante el presente invierno, con utilidad de ciertas mejoras que se introduzcan en la limpieza, empedrado, etc., de dichas ciudades.

8.ª Un decreto formando una junta mixta de nacionales y extranjeros para examinar los servicios y reclamaciones de todos los que hayan servido para auxiliar la causa constitucional y la de la Reina.

9.ª Extinguir en un todo la casa del Infantado, oyendo al consejo de estado (Guerrero está por esta opinion) para que, en el caso de transigir ó que haya mediacion, D. Miguel no tenga ninguna propiedad en el país y solo reciba una pension del Tesoro.

10.ª Asegurada la mayoria en el consejo de estado, dar á este cuerpo muchas más facultades que las que tiene; por exemplo, concederle las propuestas de ternas para los magistrados, jueces, etc.

11.ª Conceder ciertas recompensas á los oficiales, sargentos y soldados que concluida la campaña presenten su hoja de servicio limpia y sin mancha.

12.ª El decreto que tengo indicado sobre la liquidacion de la deuda interna; la formacion de un gran libro. Sobre esto, estoy reuniendo muchos datos. El objeto es dar valor á las reclamaciones de todos los acreedores, y esta medida ha de ser muy popular; porque entonces lo que liquide sus créditos, por fondos con interés de 3 por ciento, ó cobrará el interés ó podrá enajenar su crédito que hoy le sirve de nada. El que lo tenga sin interés tendrá la esperanza de poder comprar una propiedad ó también podrá venderla.

Amigos mios, si Vs. se deciden á adoptar estas y otras medidas antes de la llegada de los despachos de Vs., no solo conjurarán la tempestad sino que dando facultades amplias al consejo de estado, obtenida la mayoria, se perpetuará el mando en el partido constitucional.

Convendrá el que salga un decreto en el cual S. M. I. diga que, mientras que las córtes se reunen, deseando S. M. I. asegurar la independencia de los consejeros de estado, los declara inamobibles y no podrán ser juzgados sino por el consejo de estado mismo.

El capitán del buque tiene un premio si hace un pronto viaje. Con impaciencia lo espero de vuelta, no solo para mi tranquilidad, sino para que me conduzca á mí á esa con £ 50:000 á £ 60:000.

Para facilitar el acuñar la moneda, voy á mandar una máquina de vapor que se construyó para Méjico y que no la han podido pagar. La contrataron en £ 10:000, y ahora la darán á £ 5:000, con seis meses de pruebas, en esa, antes del pago. Con esta máquina podrán Vs. acuñar en una semana cuanto quieran, y porque será el medio que la moneda de D. Miguel desaparezca. También convendrá el que Vs. expidan un decreto encargando al consejo de estado de que examinando las ventajas de declarar Lisboa puerto franco, que le proponga los medios de llevarlo á efecto.

Si me he excedido y si he abusado de la confianza con que me distinguen, á mi solo me anima el brio de ese país.

Hable V. con Castro para que me disculpe con sus compañeros por lo poco que escribo.

Venga el *James Watt* pronto, pronto, para irme yo á esa, después de haber observado el efecto que haya producido aquí todo lo hecho por Vs.

También convendrá el que el almirante saliese con una expedicion para Madera, islas de Cabo Verde y Angola. Si al almirante lo llama el Emperador y le dice se trata de una *intervencion armada* y es preciso que antes que ella llegue que D. Miguel no posea, etc.—el almirante es hombre de corazon en ciertos momentos en que su amor propio y su orgullo se le pica. Es preciso que en veinte y cuatro horas se haga todo, todo.

Todo de Vs. de corazon.=*J. A. de Mendizabal.*

P. S. Ahora vá el sr. Sarmiento: he observado que no es de la escuela ni del partido del Duque. Aquí está querido, y acaso ponerlo (como oficial mayor de estado) encargado interinamente de la secretaria no seria impolítico, hasta que más adelante Agostino viniese á ella si conviniese.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 29 de noviembre de 1833.

Exmos. Srs. Mis queridos amigos. De la feliz llegada del *James Watt* y de que Vs. hayan recibido *mis informes y mis consejos*, como de un amigo, *cuya suerte y cuya gloria* la tiene tan identificada con la existencia del Emperador y la de Vs. todos, como uniformes que somos en principios, depende en mi concepto los destinos futuros de Portugal. Si Vs., tomando con la debida consideracion el verdadero estado de cosas, han tenido *resolucion y actividad* para poner en ejecucion cuanto les indiqué por la que les habrá entregado mi *íntimo amigo y digno de toda mi confianza*, el sr. De Gand, Vs. tendrán la gloria de salvar al Emperador, las instituciones y con ellas Vs. y sus amigos.

En las revoluciones y en las guerras civiles, el que tiene el *valor y desprendimiento* suficiente para saberse anticipar en las *crisis* á los sucesos es el que manda. Mis consejos no pueden serles á Vs. sospechosos; Vs. me conocen yá bas-

tante para que yo pueda recelar ni por un instante que mis consejos podrán ser interpretados de una manera poco favorable. Yo he conseguido detener la salida del paquete hasta hoy, viernes, con el objeto de dar á Vs. lugar para haber *conjurado la tempestad*, antes de la llegada del presente paquete, y que las medidas tomadas por Vs. sean suyas, que aparezcan como tales, y no tengan motivos otras personas de creer que es obra de sus manos, ó que *el amor propio* se comprometa y las cosas vayan adelante más ayá que lo que Vs. se pueden figurar. No pierdan Vs. de vista que en las presentes circunstancias el partido constitucional ó sea el mixto de la *legitimidad constitucional*, dividido como se encuentra, si puede considerarse fuerte para concluir con los enemigos interiores, es muy debil para contrarrestar una *intervencion extranjera que está á las puertas de casa.* De esta misma opinion es cierto amigo, digno de todo, todo respeto por su *gran talento,* como por su adhesion á las instituciones liberales.

Dios los haya iluminado á Vs. y se hayan penetrado de la necesidad de no *perdonar un momento*. Por mi citada carta de 26 del corriente se habrán Vs. enterado del proyecto de *derribar á Vs. apoyado en el consejo de estado y en algunos otros personajes,* como el verdadero ataque al Emperador. Como dije en mi última, se fundan, entre otras cosas, en los pocos progresos que se han hecho desde julio; lo dividida que está la opinion del partido de la *legitimad constitucional; lo fuerte* que aun permanecen los enemigos; el descontento general que existe entre los extranjeros; y en que van Vs. mucho más deprisa que las naciones más civilisadas; que la España *estará pronta al reconocimiento* siempre que ...; y otras cosas más.

Concluiré la presente con repetirles aquí las principales medidas que yo en lugar de Vs. adoptaria sin pérdida de un solo instante: 1.ª Completaria el consejo de estado de hombres firmes y adictos á la Carta constitucional; siendo amantes de esta lo son de D. Pedro. 2.ª Declarar que los consejeros de estado solo pueden ser juzgados por el mismo consejo de estado. 3.ª *Seguro de la mayoria del consejo,* dar á este cuerpo toda la *autoridad posible.* 4.ª Que Agostino pasase al consejo y que su ministerio fuese dado á un oficial de mérito y que reuniese la confianza del Conde de Saldanha. 5.ª Completar el ministerio. En la eleccion de hombres se requiere el mayor tacto y en el estado en que ahora están las pasiones contra Vs. acaso encontrarán mucha dificultad en encontrar sujetos á propósito. 6.ª Nuestro Carvalho debe limitarse al ministerio de hacienda. 7.ª Deberá inmediatamente aparecer un decreto señalando 12$000 réis mensuales á todos los empleados cesantes, mientras que se les vá colocando, según sus circunstancias y principios de adhesion á la causa constitucional. 8.ª Despachar una expedicion mandada por el almirante Napier para la conquista de Madera, islas de Cabo Verde y posesiones de Angola.

La responsabilidad en que está el gobierno por no haber proporcionado la libertad á tantos hombres como gimen en aquellos destierros, es grande.

Creanme Vs., la *intervencion armada* está decretada y *gradualmente* vendrá sobre Portugal, si Vs. no se anticipan á los sucesos. Es preciso no obstinarse, ni dejarse llevar de las pasiones que nos *sugiera nuestro amor propio.* Es preciso hacer algo para adquirirse algunos amigos, visto los muchos enemigos que las reformas han debido hacer por precision. Con una poca de más política, no tendriamos, como tenemos, todos los extranjeros, que sirven en esa, contra el ministerio. Una junta ó comision de oficiales extranjeros de mérito, con uno ó dos portugueses, para *examinar y clasificar los servicios y reclamaciones* de todos los que han servido y aun están serviendo, con *una introduccion pomposa* en el decreto

en que se crease dicha comision, podrá paralizar hasta cierto punto estos elementos de discordia. Dios lleve á puerto de salvamento el *James Watt*, y Dios ilumine á Vs. en la borrasca que están corriendo, que es no pequeña.

Adios amigos mios. Todo suyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 5 de diciembre de 1833.

«He seguido la marcha de D. Pedro, cual me ha sido posible en mi rincon, con tanto interés como si se tratára de nuestras cosas propias, y así me llenó de placer su gloriosísima batalha naval, su entrada en Lisboa y el feliz resultado de los esfuerzos con que ha conseguido asegurar la causa de su hija. Solo resta ya que, como deseo, corone pronto la obra, apoderándose ó dando fin del monstruo, para que no vuelva á inquietar aquel desgraciado país.

«Por lo que de aquí he podido ver, tenia ya firmado el juicio de que efectivamente marchan *de frente y de lleno*, como V. me dice, y nada me confirmaba en ello tanto como las quejas y la censura de algunos periodistas ingleses. Sigan así, firmes siempre y derechos al objeto, y no hagan caso de belitres que so color de amigos no van sino á su negocio, queriendo constantemente gobernar en casa ajena.

«En el apuro nada ó muy poco han debido á los extraños y creo que nada tienen que esperar de ellos para el bien. No los teman tampoco porque nada tienen que temer, y sean los dueños en su casa, y no admitan términos medios, que son en estos casos los peores. La Carta y las reformas necesarias, y palo al que no ande derecho, y nada de pasteleros, lo cual no es decir que se desatienda lo que la prudencia aconseje; de allí puede nacer el bien de toda la Península ¿y quien sabe hasta que punto se pueden llevar con fundamento las esperanzas para en adelante?»

Mis queridos amigos. La anterior es la opinion de un amigo de Vs. y mio: del virtuoso Calatrava, que está en Burdeos y que yo siento que en estos momentos no esté en esa.

Si el *James Watt* ha llegado felizmente y Vs. se han penetrado bien de cuanto debe hacerse y lo han hecho con resolucion y actividad, mucho se puede hacer.

Los belgas no han ido y dudo aun que vayan, porque la Francia está influyendo cuanto puede para que no tengamos este refuerzo. Nos estamos gastando más de £ 100 en estadias, demoras, etc. Los caballos irán en el número de 400, si puedo conseguir soldados; sin ellos, considero el dinero tirado á la calle

Aquí, el gobierno y el de Francia, dicen que la nobleza en esa debe mandar, porque Vs. son unos pobres, y en España la nobleza no puede mandar y sí el trapalon de Zea que no tiene un cuarto. Como que la grandeza en España es más liberal que Zea, es preciso conservar á este; en esa, como Vs. son más que la grandeza, es preciso que esta reemplace á Vs.; firmes y más firmes; pero *dense algunos decretos* por los cuales ganemos partidarios; respecto á los extranjeros, principalmente, es preciso hacer popular la causa portuguesa entre los liberales europeos.

Abur, amigos mios. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

18 de diciembre de 1833.

Mucha satisfaccion me ha causado, querido Carvalho, el tratamiento que he merecido á tu amistad por las apreciables cartas de 25 y 28 de noviembre. Creo que he adquirido ciertos títulos á esta distincion y me lisonjeo corresponder. Los hechos hablarán por sí y á ellos me remito.

Mi hermano, de quien he recibido carta con fecha del 7 de este mes, me dice que no habia llegado el *James Watt;* me informa de lo ocurrido con Lecene y me dá á entender que ciertos apuros deberian ocurrir en esa durante el presente mes. El paquete pasado remeti créditos á mi hermano, que, si llegan á tiempo, sacarán al Tesoro del estado de embarazamiento en que le supongo, y pasado, tanto en Lisboa como en Londres, el mes de diciembre felizmente, nuestra situacion debe cambiar.

La no llegada del *James Watt* me tiene inquieto, no solo en un concepto, pero en otros muchos. Las intrigas diplomaticas marchan á su objeto, y si nosotros no nos ponemos en guardia, la red está tendida, y yo no extrañaria que fuesemos las víctimas. Si el paquete no se vá hoy, mañana estaré en posesion de ciertos *factos* que iluminarán á Vs. en sus futuras deliberaciones. La faccion carlista en España es muy debil. Las fuerzas de la Reina no son muchas, y estas están en el norte. Tan pronto como Vs. limpien las dos márgenes del Guadiana, *yo puedo asegurar á Vs.* que el espíritu del partido constitucional del medio día de España se pronunciará en términos, que Zea tendrá que dejar el puesto, ó una revolucion que restablezca las cosas á 1820 tendrá lugar. El ministerio que suceda á Zea *reconocerá* á ese gobierno *sin condiciones,* y, si ciertos hombres llegaren al mando, seria ministro plenipotenciario en esa el *que yo indicase.* Los papeles se han desatado otra vez contra el ministerio. He conseguido detenerlos en su delirio. El *Times* vá á cambiar de corresponsal en esa: un tal O'Brien, á quien he dado carta para V., Castro y Rodrigo, va á serlo en lo sucesivo. Fué en otros tiempos hombre rico, es liberal y me ha ofrecido que obrará en nuestro interés, esto es, en los intereses de las instituciones liberales. Le he ofrecido que Vs. lo enterarán de todo con anticipacion y que yo aquí tendré cuidado de su familia. Deben Vs. averiguar el que sea corresponsal del *Courrier,* y traten Vs. de evitar que representen las cosas de otra manera como sean en sí. Todo el dinero que en esto se empleé será bien empleado.

Adjunto es una carta de Leoares *(sic)* para Castro, en la duda de si mi hermano está en esa. En virtud de la misma recibirán Vs. £ 8:000. Creo que el modo de realizarla seria el que Lecene acepte á dos meses, y que en el entretanto se prevalezca poco á poco y gradualmente de aquella suma.

El *Royal William* saldrá precisamente el 22 y llevará hasta el completo de £ 35:000 para este mes. En enero remitiré £ 40:000. Mi pleito en última apelacion se está viendo delante del Lord Chanceler hace dos días, por lo que no tengo tiempo ni para escribir al Tesoro, ni á Castro, ni á Frasquito, ni á De Gand. Á Freire que tengo celebrado un contrato de 400 caballos poco más ó menos como los suyos; que en la semana próxima saldrán de Portsmouth 100, y seguirán 100 semanales.

Se vá el paquete. Adios. Tuyo de corazon. = *J. A. Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 19 de diciembre de 1833.

Confidencial. — Exmo. Sr. Muy Sr. mio de todo mi respeto — El dador de la presente, Don Andrews O'Brien, pasa á esa encargado de corresponderse con el *Times*. O'Brien es amante de la libertad y me lisongeo que protegerá nuestra causa, si V. le facilita los medios en que pueda apoyarse. Tenga V. la bondad de recomendarlo á los Srs. Rodrigo y Castro, para que cada uno, en su departamento, le subministren sus observaciones sobre cada una de las medidas generales que el gobierno adopte. Si podemos conseguir que el *Times* sea el abogado de nuestra causa, habremos obtenido un triunfo completo.

Por el paquete escribirá á V. más su atento y S. S. Q. S. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 25 de diciembre de 1833.

Confidencial. — Mis queridos amigos — Al fin ayer tarde, después de un millon de dificultades, tuve la satisfaccion de recibir á cuenta de mi demanda £ 100:000; las 46:000 restantes ofrecen algunas mayores dificultades. Creo que en esta noticia recibirán mis amigos la más completa satisfaccion.

Los absolutistas de España han llevado un golpe fatal en el resultado de este litigio, y, si las cosas marchan en esa como yo confio que marcharán, en el verano inmediato se desenvolverán grandes cosas.

He visto con mucha satisfaccion la llegada del *James Watt* y celebraré que con arreglo al estado de los negocios en esa hayan Vs., al mismo tiempo que se han puesto en guerra abierta con la aristocracia, puesto en ejecucion algunas de las medidas que indiqué á Vs. con De Gand, á fin de crear nuevos intereses y paralizar los esfuerzos de nuestros enemigos, que son los miguelistas, la aristocracia y la diplomacia.

La contestacion dada á los pares ha sido buena si Vs. cuentan con los elementos necesarios para ir adelante. El amigo á quien yo consulto aquí todas las cosas así opina. Siente que el acto del arresto no hubiese sido manejado con más decoro. Dice que conviene el que Vs. sean muy circunspectos y que no debiliten las buenas y fuertes medidas, por incidentes insignificantes, que deben preverse para no dar motivos á nuestros enemigos en que puedan apoyarse.

Al fin vá el lord Howard; pero, me temo que vaya lleno de impresiones falsas; trátenlo Vs. con muy buenos modales, convídenlo Vs. á comer, hágalo el Emperador con frequencia. Es joven y liberal, y si, con ciertas modificaciones, Vs. pueden acceder á algunas de las cosas que les pida, creo que se desarmarán muchas de las intrigas que existen en este momento.

El lord Palmerston y casi todo el gabinete aquí está alarmado con la idea de que el Emperador quiere usurpar el trono de su augusta hija. Les han hecho creer que el Emperador divulga que es tonta, que es imbecil, que no tiene cualidades para gobernar; que la tiene totalmente esclavizada, etc., etc., etc., y doscientas mil paparruchas de esta naturaleza.

La *Chronica* deberia hablar sobre esto *muy fuertemente* y se debia discurrir algun acto público por el cual se pudiesen confundir á nuestros enemigos.

Nuestro amigo dice que si Vs. pudiesen estar seguros de una mayoria en la reunion de las córtes, convocándolas en los mismos términos que se hizo en 1810 en Cadiz, que se titularon córtes extraordinarias, que no debian perder un momento en su reunion. En la isla Gaditana se reunieron en distintas parroquias, los habitantes que allí existian de cada una de las provincias ocupadas por los franceses y representando la masa total de sus respectivas provincias eligieron los diputados que correspondian con arreglo la poblacion de las mismas. Ahora bien, si Vs. *están ciertos* del resultado, dice el amigo que, completando el consejo de estado, á esta corporacion debia consultarse sobre los medios de poner en ejecucion, etc., etc.

Al fin los belgas van á partir, porque principia el tiempo á sentarse. Con ellos irán remesas de paños, dinero, etc., etc.

Adjunto es un *Courrier*. El artículo de *Candido* deberia traducirse, así como el *Leading Article*. El otro que nos ataca, creo que subministrando Castro los medios puede hacerse una defensa muy triunfante. No se debe publicar ni dar conocimiento del último tratado que se celebró aquí. Cuando llegue el momento que todo esto se discuta, entonces se admirarán.

Abur. De Vs. amigo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. S. — Por el *Royal William* mandaré toda mi correspondencia al Tesoro. Entretanto disculpenme Vs. con Castro.

A Silva Carvalho

Londres, 30 de diciembre de 1833.

Mi querido Carvalho. — He recibido por mano de nuestro Sarmiento todas tus cartas de 12 al 21 del corriente. Aquel amigo ha hablado largamente conmigo ayer mismo, día de su llegada, y estamos y obraremos de acuerdo en un todo. Siento que sea presiso la ayuda de estos hombres. Siempre es malo, pero veo que no hay otro remedio. Estamos conformes de que dejando Reina, Carta y Regente son más paraderas las transaciones; pero si nó están Vs. muy alerta, caerán Vs. en la red, como caimos nosotros en 1823.

A esa ha ido Mr. O'Brien, corresponsal del *Times*. Es pajaro de mucha cuenta. Es bueno el estar en guardia. Yo le he ofrecido, no obstante, £ 20 mensuales si escribe bien. Trátalo con cautela. Mr. Ardoin te ha recomendado á un francés que le fué recomendado por Mr. Laffitte: es un intrigante y mal sujeto.

El *James Watt* estará listo y á la disposicion de nuestro Sarmiento. Yo no espero mucho de su mision tal cual vosotros la habeis concebido.

Si limpiais las márgenes del Guadiana y mandais á Madrid un hombre de provecho, yo te quitaré al presente ministerio español y todo marchará.

400 caballos están listos, los arreos, y los vestuarios. El tiempo no es bueno.

Te auxiliaré con medios, puedes descansar.

Todo tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

Á Silva Carvalho

Londres, 1 de enero de 1834.

Mi querido Carvalho.—Te pido y pido muy encarecidamente á nuestro Freire, que por cuanto hay de más sagrado en nuestra amistad que el cuerpo belga que va ahora no se divida en trozos, no se le dé el mando á nadie más que al que lo tiene, y que se le cumpla cuanto está contratado, hasta que Le Charlier vaya con el resto del cuerpo y se ponga á la cabeza de su total. Si Vs. hacen esto, pueden contar con un cuerpo muy superior á cuanto Vs. han visto. Si Vs. quisieren emplear á De Gand para que haga frente á todo, dando cuenta de todo, Frasquito suplirá su importe.

Repito que no hay nada de escuadra miguelista. Manden Vs. su expedicion á Madera, y para bloquear la costa compren Vs. el *Royal William* y empleen á Fraser y economizarán mucho dinero. Los buques de vela cuestan mucho dinero, no pueden hacer bien el bloqueo y se destruyen facilmente. ¿De qué le sirve á Vs. el armar la *Reyna,* cuando en poco de más costará las £ 10:000 que costará el *Royal William?* Repito que hasta ahora no hay nada de escuadra miguelista, y repito que suponiendo que tienen el dinero yo perderé mi cabeza si Vs. no lo saben antes de tres meses primero que salga á la mar. Insisto en repetir esto para que no se dejen hacer la mamola.

El tiempo principia á sentarse, y, si así fuese y continuase todo este mes, recibirán en él los 400 caballos, monturas, vestuario, etc.

He visto con sentimiento tantos hombres devueltos de esa. Yo creo que, antes de recibirles y satisfacer á los que contrataron, debieron Vs., pero con prontitud y no dejándolo para *mañana,* haber nombrado á la misma comision ya nombrada, para con los contratos en la mano examinar si se habian cumplido ó nó, y, haciendo justicia á los hombres que reunian las circunstancias que comprendian los contratos, haberles hecho que hubiesen firmado las condiciones sobre las cuales entraban en el servicio. En seguida haberles leido las leyes penales y poner término al acto con juramiento sobre la bandera que debia darse á cada cuerpo. Además debe cargarse á los soldados extranjeros por cada artículo de los que se les suministra, como lo hace este gobierno, el belga, etc. Gran servicio se podria hacer aun adoptando estas ú otras medidas.

Entre los hombres que Vs. acaban de mandar hay muchos heridos, hay otros que han servido; ¿porque cada vez que Vs. mandan hombres, no mandan un *oficial portugués de confianza* con los papeles correspondientes á cada uno, para que, si como ayer y como hoy venian en grupos á insultar la casa, pudieramos con razon y con documentos ir delante de un magistrado y poner un término honroso, dejando bien puesto el crédito del gobierno? Cuando vamos á los juezes, nos piden los datos que tenemos para creer que no tienen razon. Nombro cerca de Vs. mi agente á nuestro amigo F. Gomes da Silva, para que Vs. no olviden cuanto queda encargado en la presente.

Estoy hace tres dias con una fuerte flucion á la boca en términos que ni puedo hablar ni hacer nada de provecho.

Concluyo la presente con recomendar *precaucion, precaucion* y más *precaucion* para que las tropas, que vayan á terminar la cuestion de D. Miguel, no terminen la cuestion de D. Pedro, que es la de la Carta. Entregar las dos principales ciudades del reino á tropas extranjeras es cuestion muy delicada. Dios ilumine á Vs. y les dé fuerzas para resistir á tantas intrigas.

Convengo con Vs. que es mejor no dar grandes facultades al consejo de estado, pero siempre será bueno completarlo de *gente santa*.

Que nó omitan Vs. gasto ni medios para organizar tanta milicia nacional como sea posible, y que á lo menos los capitanes y jefes hayan servido en el ejército. Cierto amigo nuestro de mucha experiencia me encarga recomiende á Vs. que toda precaucion es poca en las presentes circunstancias. El mismo amigo dice que ahora ya no puede derogarse el decreto de las indemnizaciones; pero que para modificarlo es preciso mucho tino y no menos tacto.

Por el paquete próximo creo que podré enviar á Vs. un proyecto sobre la Iglesia, obra maestra de cierto amigo, que, adoptando algunas modificaciones con presencia del estado de la opinion del país, podia dar á Vs. mucho crédito.

Vuestro afmo. amigo. = *Juan*.

P. S.—He mandado el *Osprey* con 1:000 fusiles y 1:000 *accoutrements* á nuestro Miranda. El resto de su pedido irá la semana próxima.

A Silva Carvalho

Londres, 3 de enero de 1834.

Reservado.—Mi querido Carvalho.—El asunto de la escuadra de D. Miguel no es otra cosa que *humbug*. 1.° Para darse importancia. 2.° Para aumentar nuestros embarazos. 3.° Para no ir á Madera y aumentar el descrédito en que los enemigos de la causa quieren suponer que está el gobierno. La fiesta nos distraerá algunos miles de £; causará risa á unos y mofa á otros, y la opinion que el gobierno habria ganado con la toma de Madera, que está pronta á declararse si desembarcan á la espalda de la isla unos 1:000 hombres, y una fuerza naval regular se presenta á bloquearla de frente, será quien sufrirá. Los presos de Angola claman contra el gobierno.

Ya verás que te auxilío en cuanto puedo. El asunto de la escuadra vá á paralizar los buenos efectos que iban á producir las operaciones que habia principiado á combinar para hacer subir nuestros fondos. Tenemos que trabajar contra *viento y marea*.

Siento no poder acompañaros en estos momentos, pero no es posible dividirme y aquí hago mucha falta. Si Vs. hiciesen algo de provecho en esa, que los fondos subiesen aquí y que yo arreglase las cosas para llevarme conmigo unas £ 120:000 dejando al mismo tiempo provisto para todas las insidencias, entonces tendria el gusto de ir á abrazaros.

Adios. Mis expresiones á Agostino y demás amigos. Tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 10 de enero de 1834.

Mi querido Carvalho.—He visto cuanto me dices en la tuya del 28 de diciembre. Siento la negativa del Conde, y siento, más que todo, el que este paso no hubiese sido consultado con cierta cautela. El mal está hecho y ahora lo que

es preciso es que vosotros obreis con el Conde con mucha grandeza de alma, sin que se pueda entrever el más pequeño resentimiento. No puedo concebir la idea de que el Conde *haya querido romper con el ministerio*. Una mala hora! Cierta fatalidad! Pero tanto S. M. I. como Vs. tienen ahora un gran campo para manifestarse, cada uno en su posicion, dignos de si mismos.

Celebro mucho que hayais, y tu el primero, quedado satisfechos de mí, de la oportunidad con que concluí el tratado de 10 de diciembre y de cuya aprobacion aun no he recibido *oficialmente* la contestacion competentemente.

La operacion tiene tanto más mérito, cuanto que no obstante que hasta este momento no ha salido al mercado ni una sola libra del nuevo empréstito, lo cierto es *que las discusiones entre Vs. y la inactividad de las operaciones militares* tiene reducido nuestro crédito casi á cero, digo casi á cero, porque, á no ser por los sacrificios que los prestamistas han hecho y están haciendo, y por mis medios personales, es bien cierto que nuestros fondos estarian hoy á 35 ó 40 %; y, si esto fuese así, la posicion de los miguelistas se elevaria, y, aumentando sus medios, reducirian los nuestros y haria más y más dificil la feliz terminacion de la lucha en que estamos empeñados.

El ministerio no debe perder de vista que la operacion del tratado de 10 de diciembre no es hija de otra cosa que de la amistad y particularmente de la confianza que los prestamistas prestáron á las *seguridades morales* que les dí al tiempo de convenir en sus bases, de las mejoras que esperaba y con fundamento en el *estado militar y político* de nuestras operaciones. Sin haber depositado una tan ciega confianza en las seguridades que creí *deber y poder* darles, es bien cierto que jamás pudo haberse firmado un tratado que hará tanto honor en todos tiempos al ministerio bajo cuyo gobierno se hizo. Aunque es cierto que por él tenemos asegurados los medios de vivir por estos tres meses, al fin de los cuales puede haber mejorado nuestra situacion, es preciso que el ministerio no pierda de vista las mismas consideraciones que los prestamistas tuvieron á la vista cuando, accediendo á mis deseos, se prestaron á firmar aquel tratado, á saber: que atacado el ministerio de todos modos creyeron que era su deber el contribuir con semejante operacion al sosten del ministerio.

El ministerio no debe perder de vista la recíproca, y saliendo al encuentro con ciertas medidas al elevar su crédito financiero, que es el alma de todas sus operaciones, no solo evitar la ruina en que podrian venir á parar los contratistas, pero hasta proporcionarles ciertos bienes para lo sucesivo.

El ministerio en su profesion de fé en la *Crónica ha hecho mucho más* que lo que yo os indiqué que podria convenir, en mis cartas reservadas con De Gand, sin haber dado los resultados que yo esperaba de aquellos pasos, hijos solo del ministerio y no del impulso extranjero. Las cosas jamás se deben hacer á medias. Si tu guardas toda la correspondencia que desde mi vuelta en octubre, indistintamente, te he dirigido y he dirigido á Agostino, y se la dás á Rodrigo para que saque la substancia de ella, estoy seguro de que no hay cosa ni dificultad de la que ahora estais tocando que no haya sido prevista por mí, y también estoy seguro que vereis que en *realidad* en la profesion de fé concedeis más que todo cuanto yo os he indicado, sin haber conseguido lo que se ha deseado conseguir. Los resultados hablan por sí. Para gobernar en las diferentes crisis que lleva consigo una guerra civil, que no solo están envueltos los principios políticos, pero también los religiosos, es presiso gobernar sin *ninguna obstinacion* y siempre tener la *sonda* en la mano, como hace el buen piloto al aproximarse á una costa dificil. Sin continuar mi razonamiento y habiendo oido á un amigo nuestro, que te merece

toda confianza, te diré francamente que tu debes dejar el ministerio de las justicias, quedándote con el de hacienda solamente; pero que antes de hacerlo debes pasar al consejo de estado varias consultas sobre los puntos cardinales, como la ley de las indemnizaciones, etc., para que proponga á S. M. I. las modificaciones que la *experiencia aconseje*, por supuesto que estas consultas no deben hacerse sin haberse completado de una *manera competentemente* el consejo de estado.

Tus relatorios sobre aquellas consultas, antes de dejar el ministerio de justicia, deberán señalar para lo futuro el período más marcante de tu vida.

Si tienes la *decision y el tacto* correspondiente para saberte aprovechar de la oportunidad presente, consagrado al ministerio de hacienda solamente, yo te pondré en el caso de que, mientras que haya sistema constitucional, el partido de la libertad tenga siempre tu firme columna entre los miembros del gobierno.

Hecha ya la profesion de fé en la *Crónica*, todo es consiguiente, y de hacerlo *gratuitamente* ó hacerlo por *las fuerzas de las circunstancias* hé aquí la gran diferencia.

De cuantos servicios has podido hacer á S. M. I., á su augusta hija y á la noble causa que capitanea aquel augusto señor, ninguno será tan grande como el que llevo indicado. Tal es la opinion de nuestro gran amigo.

Está bien todo cuanto me dices del Lord William Russell: mucho me temo que los intereses de inglés, vistos á su modo, hace obrar al Lord muy diferentemente de lo que te habla y de lo que habla al ministerio. Tanto el Lord William Russell como el Lord Palmerston conocen que vuestra flexibilidad es hija de las circunstancias y no de vuestro modo de ver las cosas. Si á la llegada de De Gand vosotros hubierais adoptado las medidas que os indiqué ú otras equivalentes, sin haber acordado nada con el Lord William Russell, puedes estar seguro de que vuestra posicion habria sido muy diferente, y que otro seria el respeto que os tendria este ministerio.

La prision del conde da Taipa no fué el acto más oportuno. ¿Cuanto más honor hubiera dado al ministerio haber insertado su segunda carta en la *Crónica* y haberla contestado victoriosamente? ¿Cuanto mejor hubiera sido el haber indicado en la misma *Crónica* el derecho que tenia el gobierno de perseguirlo judicialmente? ¿Cuanto no hubiera ganado el ministerio, como liberal, como generoso y como superior á todas las intrigas? Yo vuelvo á mis ruegos de que dejes el ministerio de justicia, pero adoptando las medidas indicadas. También te ruego que inclines el ánimo de Agostino á la operacion que le aconsejo sobre Madera. Desde aquí podria hacerse y podria dar mucho crédito al ministerio, tanto más que no es cosa que nadie espera y teme. Si Agostino conviene en la idea, no debe decirlo ni aun á Napier, y de este solo se debe obtener la órden para que Bertran esté á las órdenes de Sarmiento.

Es indispensable que dé las órdenes convenientes á Lima para que reclame y reciba el fondo de indemnizaciones francesas que están en el gran libro francés; que me remita dichos fondos, y á mí las órdenes para que por medio de un corredor emplée dichos fondos en los nuestros, y los que resultaren de dichas compras se remitan y depositen en esa Banca, adonde se irán acumulando los intereses, para oportunamente aplicar su importancia á quienes correspondan. También deberian Vs. pensar en nombrar el comisionado que liquide y reclame las anualidades del Brazil. En el relatorio debe proponerse á S. M. I. que, reintegrado el Tesoro público de los pagos que ha hecho por cuenta del empréstito de 1823, el remanente será religiosamente aplicado á amortizar la suma correspondiente de fondos con arreglo al precio que tengan en el mercado.

Los caballos, en número de 400, no se hallan en esa á causa de los vientos contrarios, y esto es bien sensible, porque, además de lo mucho que pierden de su robustés y hermosura, no sacamos el fruto que deberiamos de tantos sacrificios como se han hecho para obtenerlos.

Concluyo la presente con suplicarte de nuevo que prestes la mayor atencion á cuanto te recomiendo por la presente.

Tuyo afmo. amigo. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 15 de enero de 1834.

Queridos amigos. — Los ataques siguen en todos los papeles liberales. El *Courrier* contesta, como vereis; creo que quedareis contentos. Haced algo militar, haced vosotros algo de vosotros mismos, y no admitir la intervencion; pero, no la rehusen — juego diplomático. Que venga una orden de Vs. para preparar una expedicion para Madera; con el D. Pedro *(Sarmento)* yo lo arreglaré todo. La cosa debe ser muy reservada. 800 belgas y 460 caballos están en el canal esperando buen tiempo. Con el *City of Edinburg* irá dinero en especie.

No puedo más. Tuyo. = *Juan.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 18 de enero de 1834.

Mis queridos amigos. — Después que han sido Vs. expuestos al ridículo, se les negarán los auxilios pedidos. Las intrigas ahora serán mayores y Vs. verán como circulará el que este gobierno auxiliaria, si Vs. dejasen el puesto. El objeto es sembrár más y más las discordias entre Vs., embarazar la marcha, atacar las fuentes de las finanzas y dar en tierra con Vs., después con las instituciones y en seguida con el Emperador. Creanme Vs. y no se hagan ilusiones, ahora, vindicado el Emperador, las instituciones y Vs., como lo están por medio de la prensa de este país y continuarán estándolo en el *Courrier*. El *Morning Post* estoy á punto de ganarlo y veremos de hacerlo del *Herald* y del *Times*, aunque esto es muy dificil; aconsejo á Vs. que no se dén por picados, antes por el contrario; pero, es preciso que Vs. tomen en consideracion cuantos puntos les indiqué con De Gand, y al mismo tiempo que completando el ministerio y el consejo de estado de gente de mucha confianza, pero que no alarme, consultar con el consejo las modificaciones que la experiencia reclame en ciertas leyes. Creanme Vs., con esto y con que me limpien Vs. las márgenes del Guadiana, triunfaremos de todo y solitos. Yo no debo ocultar á Vs. que ahora que se ha decidido que no vayan tropas á esa, nuestros fondos quedarán del todo nominal, mientras que no venga de esa alguna noticia muy favorable, y facilmente se penetrarán Vs. que yo no puedo siempre ser *mágico*. Es preciso que Vs. me ayuden ó á lo menos que me dén una base.

Los 800 belgas y 500 caballos esperan buen tiempo para navegar para esa. Hasta los elementos están contra nosotros.

Adios. Tuyo. = *J. A. y Mendisabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 19 de enero de 1834.

Mis queridos amigos. — Los ataques de la prensa han cesado desde que se les ha contestado tan victoriosamente en los *Courriers* del 15, 16 y 18 del corriente. Se continuará en los términos en que se ha propuesto *The Englishman*, cuyo tono noble es preferible al de las deprecaciones.

Este gobierno niega el auxilio de tropas: yo no sé si alegrarme ó sentirlo. Si Vs. pueden mejorar la posicion militar, lo celebraré mucho, porque la cosa se hace sin ayuda de vecinos, y la influencia extranjera no será tanta que aumente la discordia entre Vs. Sin embargo el ridículo en que Vs. han caído, al pedir las tropas, sin la seguridad de que hubiesen sido concedidas, nuestros enemigos ahora van á decir que no dan el auxilio porque no tienen confianza en vosotros. Mucha calma, sangre fria y tengan Vs. á la vista cuanto les tengo dicho. En la posesion completa de las márgenes del Guadiana, se asegurarán las instituciones de Portugal.

Sin tiempo para más, todo tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. S. = Que el Tesoro me mande otras £ 30:000 sobre los Ricardos, iguales á las anteriores.

A Silva Carvalho

Londres, 19 de enero de 1834.

Mi querido Carvalho. — El dador es el bravo Le Charlier, comandante del batallon belga. Le acompañan otros 800 bravos. Se lo tengo muy recomendado á nuestro Agostino, y ahora lo hago á tí. Que se le cumpla el contrato celebrado conmigo; que se trate de darle cuatro á seis oficiales portugueses valientes, que no sean intrigantes y que conozcan bien la topografía del país, y entonces mándenlo Vs. para que obre como una columna separada en cualquiera provincia. Mucho partido se podrá sacar de estos 800 hombres y de 700 más, todos soldados, que le van á seguir.

Desea él que su cuerpo no se mezcle con los otros extranjeros, en cuyo caso pueden Vs. contar con la más severa disciplina en su cuerpo. El gobierno belga desea que ese cuerpo se distinga, y yo he empeñado mi palabra con aquellos ministros; espero pues que me dejen Vs. airoso.

Adios. Tuyo afmo. amigo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 20 de enero de 1834.

Mi querido Carvalho. — La revolucion vá á principiar en España. En Cataluña se vá á dar el grito. Te pido por todo cuanto hay de sagrado en este mundo que influyas para que se limpien las márgenes del Guadiana — se abra la comunicacion con España por aquella parte — quites las aduanas, — y la constitucion

triunfará á los treinta días de que tenga todo esto lugar. Ó la Reina sucumbe ó nó: en cualquiera de los casos, tu verás el campo tan grande que se nos abre.

Celebro mucho que este gobierno no haya accedido al auxilio de tropas. Con los belgas y la caballeria, es bastante refuerzo para que Vs. accedan á mi plan de operaciones.

Te doy muchas gracias por la manera noble con que has sabido contestar á la intriga *baja, mezquina y miserable* de Da Silva apoyada por la última persona de quien yo debia recibir semejante tratamiento[1]. Yo formaré el correspondiente expediente, para que, presentándose á las córtes, queden reducidos á polvo los autores de la intriga y sus apoyadores.

He dado órdenes para que los belgas toquen en Oporto, si el tiempo lo permite, y que allí decida Miranda si crée que deben desembarcar ó nó. Si Saldanha ha hecho un movimiento hacia el norte, el desembarque de los belgas puede ser muy importante. Es un batallon muy bueno. Los caballos os gustarán mucho, mucho.

Por el paquete escribiré mucho y bueno y os haré remesa.

Tuyo de corazon. = *J. A. y Mendisabal.*

P. D.—Severiana y Rafael agradecen siempre tus memorias. De Gand debiais ponerlo con esos 400 belgas; ó á lo menos lo debian poner á la cabeza de un depósito de caballeria. Darle granaderos de infanteria, y él os hará buenos soldados. Esto no es un servicio activo. = *Juan.*

Querido Agostino.—V. ya no me escribe ¿Es por pereza ó se ha enfadado por mi propuesta amistosa de que V. fuera á dirigir el consejo de estado? Creo lo primero, pero no puedo figurarme lo último. V. sabe qué es lo que me guiaba; V. me conoce ya y sabe que yo todo lo sacrifico á mis principios, pero estos jamás son sacrificados á consideracion alguna.

Influya V. sobre lo que digo á Carvalho. En el Guadiana se pueden conseguir muchas cosas.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 21 de enero de 1834.

Mis queridos amigos.—La presente tiene por objeto el incluirles el adjunto correo de hoy. Las noticias que inserta con respecto á España son demasiado ciertas. Créanme Vs.: *la salvacion de la causa constitucional depende en gran parte en que Vs. manden inmediatamente á limpiar las dos márgenes del Guadiana y los Algarves, para tener limpias las comunicaciones con aquella parte de España. Créanme Vs. y no lo duden ni un momento.*

No puedo decir hoy más, pero no titubéen ni un instante. La mala se vá y no hay lugar para más.

Todo de Vs. de corazon. = *J. A. y Mendisabal.*

---

[1] *Nota de Silva Carvalho*—Palmella.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 22 de enero de 1834.

Mis queridos amigos.—Acabo de recibir un expreso de Madrid, del 14. Zea ha sido separado del ministerio. Martinez de la Rosa ha sido nombrado para formar un ministerio. Aunque no es hombre de nuestro temple, sin embargo la cosa marchará y yo no dudo el que Vs. obtengan ahora un reconocimiento completo y sin condiciones. Vs. deberian mandar á uno de toda confianza y que fuese astuto. Acaso Magalhães, el que fué ministro, seria aproposito para ello; y si nó, Araujo.

Si el paquete se detuviese, yo mandaré varias cartas de recomendacion para el que Vs. destinen.

Ahora, repito mi súplica de que, ante todo, limpien Vs. las dos márgenes del Guadiana, y desde Moura hasta Villa Real pongan Vs. corriente la comunicacion con España; quiten Vs. las aduanas y créanme que la revolucion de España marchará, y ambos países se pondrán en armonía.

Los extranjeros que tienen Vs. en esa embárquenlos para Puerto Santo, para la toma de Madera, de donde acabo de recibir noticias de que, si se presentan á la espalda de la isla 1:000 hombres y al mismo tiempo bloquean á Funchal, que antes de los ocho días se revuelve toda la isla. Empléen Vs. los 1:000 extranjeros más indisciplinados y no se detengan. Sucederá como con la expedicion de las Berlengas. Un suceso así dará mucha opinion al ministerio; el empréstito miguelista caerá á tierra y faltarán á nuestros enemigos los pocos recursos que hoy tienen con la venta de fondos, como hoy mismo están haciendo.

Créanme Vs., mis queridos amigos, conviene ahora, más que nunca, el que Vs. se consoliden en el poder y que limpiando el terreno se pueda ayudar la marcha que van tomando los negocios en España. La revolucion ha principiado y á poco que hagamos por ella, ó la Reina marcha con ella, ó un *cambio de dinastia* tendrá lugar; las cosas se preparan desde aquí con este objeto.

Repito que Madera es tan interesante como las márgenes del Guadiana, á las que yo doy mucho más valor que á Santarem.

Vs. vén cuantos esfuerzos hago yo para que nuestros fondos no se negocien, porque de no negociarlos ahora, si Vs. me auxilian con sus operaciones, obtendremos tales precios, que el ministerio en la reunion de córtes se llenará de gloria.

Vs. facilmente conocerán que por mi parte no queda, ni quedará nada por hacer, pero yo no puedo todo lo que quiero.

El *Englishman* ha escrito hoy una segunda carta; no corresponde á la primera; vamos á ver su tercera si mejora alguna cosa. Aquella ha hecho una gran impresion. Mañana seré más largo por el paquete y haré una remesa muy brillante.

De Vs. amigo afmo. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 23 de enero de 1834.

Mi querido Carvalho.—Zea se lo llevaron los diablos. Martinez de la Rosa es su sucesor. D. Maria será reconocida y las córtes se convocarán. Limpiad las márgenes del Guadiana; quitad las aduanas, y después vereis.

Por el paquete van £ 25:000 en buenas letras. Firmeza y más firmeza y estar muy alerta, porque parece que existe un plan para que el ejército pida, como en Cataluña, vuestra dimision; no en nombre del ejército, si no los generales en jefes, esto es, el Duque y el Conde. Por esta razon, yo insisto en que corteis el revesino, completando el ministerio; nombrad para justicia al Prefecto de Lisboa, y para extranjeros al conde de San Payo, como tu me indicastes otra vez. Tiempo hay de rectificar todo.

Expresiones á Agostino y demás compañeros. Tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Officio reservado. — Exmo. sr. —Tengo la honra de remitir á V. E. la adjunta copia de una carta que por extraordinario y por otras vías he enviado al sr. conde de Toreno.

Su lectura será suficiente para explicar á V. E. mis designios de ocuparme en promover entre el Portugal y mi país nativo y sus respectivos gobiernos aquellas relaciones que deben asegurar á ambas naciones recíprocas é incalculables ventajas.

Para conseguir este objeto pienso enviar á Madrid un agente privado, de toda mi fianza, con las instrucciones y recomendaciones necesarias.

Ruego á V. E. que se sirva ponerlo todo en conocimiento de S. M. I. el sr. Duque Regente y su gobierno, prometiéndome que mis intenciones obtendrán no solo su aprobacion sino también su eficaz cooperacion.

Dios guarde á V. E. muchos años.—Londres y febrero 21 de 1834.—Exmo. sr. Presidente de la Comision del Tribunal del Tesoro Público.

Ao conde de Toreno

Londres, 7 de febrero de 1834.

Copia.—Mi querido conde y amigo.— Si examinamos el origen de donde parte el cambio de ministerio, facilmente veremos que la mudanza no ha sido solo de personas sino que también lo será de principios; de otro modo la revolucion seguiria de un modo violento é incalculable. Si es tal como la suponemos, no es dudoso que V. y sus amigos tendrán una influencia eficaz y saludable en la marcha del gobierno. Persuadido yo de esto, y ansioso de servir á mi *Patria* del modo que mi actual situacion me lo permite, me apresuro á manifestar á V. mi disposicion y mis ideas, para que de ellas haga V. el uso que juzgue oportuno.

Procediendo bajo la base *sine qua non* de que se convocarán inmediatamente as córtes con más ó menos extension de popular representacion, pero córtes verdaderamente nacionalcs, estoy pronto á auxiliar la marcha del gobierno en *cuatro puntos* importantísimos.

V. conoce sin duda la posicion en que me encuentro colocado con respecto á Portugal, y mis servicios en la causa de la libertad peninsular. Una reunion de circunstancias difíciles de explicar me ha puesto en el caso de haber contribuido de una manera tan eficaz como directa al restablecimiento de la constitucion en Portugal y colocado á D. Maria en su trono. Cuantos medios pecuniarios se han

invertido en la causa, otros tantos han sido procurados por mí. La manera franca, desinteresada y patriótica con que he desempeñado cuanto ha estado á mi cuidado me ha granjeado en tal grado la confianza del Duque Regente y sus ministros, que en la actualidad, y desde que el gobierno de S. M. F. se estableció en Lisboa, á mí exclusivamente se me ha confiado todo el manejo de la hacienda de aquel reino en el extranjero. Desde este período he proporcionado al gobierno cuanto ha necesitado para la organizacion de un ejército de 30:000 plazas y para sus gastos diarios, así como para el pago de los intereses de su deuda. Con excepcion de £ 200:000, parte de £ 2.000:000 de stock, creado para hacer uso según las circunstancias lo aconsejen, y que se negociaron á 60 %, en setiembre, cuando Lisboa se hallaba sitiada por Bourmont, he tenido la satisfaccion de haber proporcionado £ 600:000 á solo el interés de 4 y 5 %, á lo más, sin más gastos. Esta posicion y el agradecimiento que me muestran incesantemente, con pruebas indudables, tanto el Emperador como sus ministros, me facilitan grandes medios para todo cuanto convenga hacer con aquella corte, que sea útil para los dos gobiernos, identificados ahora en todo. Yo estoy pronto á hacer cuanto sea menester, bajo el principio expresado de recíproca utilidad, é iré para ello, si es necesario, á Lisboa, sin carácter ostensible, ni comision pública, ni remuneracion, ni ninguna otra recompensa que la satisfaccion de consagrarme al país de mi nacimiento y al que he dedicado mis esfuerzos, y sin haber sido yo el que haya llevado la guerra civil á su suelo, no aventuraria mucho si dijese que sin el triunfo de la causa de D. Maria, al cual he contribuido yo de tantos modos, acaso y sin acaso D. Isabel II no seria ahora de una manera tan ventajosa el nucleo de todos los buenos españoles, amantes de la independencia y libertad de su patria.

Así como desde un rincon salí oportunamente y he proporcionado á Portugal todos los medios necesarios para salir de apuros, luchar contra un gobierno hacia cinco años establecido, apoyado y sostenido por la Santa Alianza, y he restablecido su crédito, del mismo modo, con mayores ventajas, atendida mi posicion actual, y con mayor gusto, haré iguales servicios á mi *Patria*. Observe V. que seis meses ha el gobierno de D. Maria no tenia casi un palmo de terreno, carecia de todo recurso pecuniario, y su crédito estaba por consecuencia muchos grados debajo de cero. Hoy, cuando aun existe dentro del país el usurpador, con ejército, con mucha parte de la nobleza, clero y generales, el gobierno de D. Maria tiene por mi medio abundantes recursos y obtiene facilmente en esta capital, sobre sus pagarés de tesoraria, préstamos al simple interés de 5 % anual, y su empréstito vale 62 %, y, en concluyendo con D. Miguel, su crédito se radicará al par del estado más floreciente del continente europeo. Todo esto se ha hecho en tan corto tiempo con medidas razonables y bien calculadas. Mucho más facil me seria el colocar al gobierno español con un crédito creciente y seguro, dentro de pocos meses.

El gran conflicto del nuevo ministerio ha de ser la falta de dinero. Ella le ha de poner en las garras de extranjeros que desuellen la nacion con contratos leoninos. Si entra en ellos, aumenta su cancer y añade dificultades; si los recusa, perece. En esta alternativa desesperada, me presento yo ofreciendo un camino seguro, saludable y ventajosísimo.

Mi plan es facilitarle por medios bien calculados el dinero necesario para cubrir el *deficit* durante el presente año, crear entretanto el crédito nacional, y á principios del año próximo hacer un empréstito con condiciones muy satisfactorias. Aguado, Rothschild & C.ª, bajo aparencias de 80 % solo darán 20 % efectivos de la cantidad con que abrumen á la pobre nacion. Á principios del año próximo, si en este período ha habido buena conducta, habrá de sobra 70 % efectivos.

El primer paso de mi proyecto es acallar con grande utilidad de la nacion los clamores de los acreedores extranjeros, midiéndoles todos con una misma resolucion, y abrir el mercado de Londres, único necesario. Teniendo á este, se tienen todos; no teniéndole, no hay verdaderamente ninguno. Al empezar, el nuevo gobierno debe dar el golpe maestro; ahora se recibirá lo que se haga, como un beneficio. Convocadas las córtes, las esperanzas se aumentarán entre los acreedores del estado. No habrá un capitalista que, recordando la medida que las córtes de 1820 tomaron con respecto á la deuda de Holanda, no espere que aquel ejemplo sea seguido ahora y elevarán el precio de los créditos del estado: las expectaciones y las demandas serán efectivas. Reconocer por reconocer, sin los medios de pagar, no basta para restablecer el crédito de una nacion que se encuentra en el estado en que está España. Aunque algunos aconsejarian que seria preferible el reconocer el total de la deuda, una 4.ª ó 5.ª parte con interés de 3 ó 5 %, y lo demás sin interés, para irlo extinguiendo ó con un fondo de amortizacion ó incorporándolo gradualmente en la deuda con interés, yo creo que este acto de aparente buena fé no haria más que agobiar más y más la nacion y alejar más y más el dia en que, restableciendo su crédito, llame á sí los capitales que salieron de ella y los muchos que acumulados en este gràn emporio van á buscar colocacion á las regiones del otro mundo, por faltar en la Península las garantias que solo se pueden encontrar en un gobierno representativo. Es preciso pues comprometerse á pagar lo que la nacion pueda pagar, y los acreedores del estado apreciarán más 40 que valga 30, que 100 que no valga 25. Es menester no perder de vista que una vez reunidas las córtes como legisladoras no pueden reducir la deuda sin violar la justicia y hacer una disfrazada bancarrota. El gobierno anticipándose y haciendo patente el estado de la nacion, sus sufrimientos, su actual estado y los medios y seguridades para lo futuro, etc., etc., no decretando sino ofreciendo términos como los que más abajo indicaré, no titubearia ni un solo instante para garantizar al gobierno que estos acreedores se reducirian por su propia voluntad, que este mercado se abriria con entusiasmo, y que yo encontraria aquí los medios para colocar un millon de libras sterlinas, si tanto fuese necesario, de bonos del Tesoro público, redimibles el 1.° de enero de 1836, con el interés de 5 %, y lo más, lo más con el quebranto de 10 %. En este momento cuento con la colocacion de más de £ 400:000, las cuales serian proporcionadas á ese gobierno, á razon de £ 60:000 mensuales, y contaré con cuanto se quiera, si hay córtes y córtes nacionales.

En el arreglo de la renta perpétua, empréstito de Houbrard, 3 % y empréstitos de las córtes, no debe hacerse la más pequeña diferencia. Si el gobierno mejora las condiciones de unos fondos con perjuicio de los otros y si esta preferencia se dá á los fondos del mercado de Francia, créanme Vs. que no podremos contar ni con este mercado, ni con estos capitalistas, como seria de desear. Este arreglo deberia ser, en mi concepto (despues de haber oido la opinion de personas muy interesadas y con cuya influencia puedo contar como conmigo mismo), el siguiente:

Capital é intereses deben formar una masa, y de esta solo se inscribirá en el gran libro 40 % al interés de 5 % al año, desde 1.° enero del presente año. Á su importancia deberian ser añadidos 15 %, los cuales se considerarian por el pago de los dos semestres á vencer el 1.° de julio próximo y 1.° enero de 1835. El objeto de este arreglo y los medios propuestos para cubrir el *deficit* que pueda resultar hasta junio de 1835 es contar con el tiempo suficiente para arreglar la hacienda de España, organizar un sistema adaptado á las circunstancias, dar impulso á nuestra agricultura, industria y comercio, y hacer que se desenvuelva

la riqueza nacional, y entonces, y no antes, será el tiempo de obtener con ventajas conocidas un empréstito que no solo cubra, mientras que el nuevo sistema se consolide, los *deficits* que deberán resultar, á fin de no agobiar á los pueblos, sino que podamos contar con los medios para elevar la riqueza de la nacion á todas las mejoras de que es susceptible.

Para que la nacion pueda obtener una suma igual á la que yo le propongo, seria preciso que contratase un empréstito, á 5 % de interés, de un par de millones de libras sterlinas, porque, después de deducir comision, semestres, etc., apenas la pobre nacion sacará liquidos más de 45 %, y esto solo produciria de las £ 2.000:000 la suma de £ 900:000, la misma precisamente que produciria el millon de libras sterlinas de bonos del Tesoro, si se adoptan todas las medidas que recapitularé al final de esta carta.

Considero que hablando con V. he entrado en muchos detalles que no son necesarios para quien como V. puede con solo una indicacion dar el verdadero valor á las cosas. A V. acaso se le hará increible la posibilidad de mi oferta; pero, quien haya observado y examinado cuanto he hecho en estos dos años, careciendo de todo, no deberá extrañar que ahora, que todos mis amigos que se han hecho ricos por mi medio estén dispuestos, como lo están, á tener, como tienen, todos sus capitales á mi disposicion.

Los otros dos puntos de que tengo de hablar á V., aunque en ellos no puedo ejercer tanta influencia como en los dos de que acabamos de tratar, sin embargo puedo hacer bastante. El uno es el de estrechar nuestras relaciones mercantiles con este país; el otro, es saber sacar partido de la independencia de nuestras Américas, antes que acaben de perder el gusto á todas nuestras producciones.

Respecto al primero de estos dos puntos, y no sé si V. convendrá conmigo de que, entretanto que la España dé su preferencia en sus relaciones á la Francia, jamás será independiente, y á todo lo más que podrá llegar será á ser la más rica provincia de la Francia; por el contrario, en tanto que nosotros demos aquella preferencia de buena fé á este país, nosotros no podemos causarles zelos y es un interés de Inglaterra el que nosotros prosperemos, para sin tantos cumplimientos impulsar la marcha de la Francia, si alguna vez *cerdease*. Amigos verdaderos de este país, no necesitamos marina, porque podemos contar con tanta cuanta estos tienen. Nuestro ejército puede reducirse, porque aliados de este país no es tan posible que tengamos que tener una guerra. De este modo, nuestros gastos se reducirán, y, dando cierta entrada á las manufacturas de este país, no seria dificil el obtener la preferencia en la importacion de nuestras primeras materias. Como que las relaciones entre este país y Portugal han sido renovadas bajo el principio de estricta neutralidad, ha habido muchas cosas que han sido tratadas de una manera privada, y yo tengo el gusto de poder decir á V. que la persona que en todas estas comunicaciones mereció y merece la confianza del gobierno de D. Maria he sido yo, aumentándose tanto más la satisfaccion cuanto que ambas partes están sumamente satisfechas de mí. Esta circunstancia y los conocimientos que he adquirido en el país me colocan, querido conde, en una posicion muy ventajosa para poder servir á mi *Patria*, si hay córtes, y córtes nacionales. Partiendo de esta base, nada se me importaria prestarme á todo, aunque fuese renunciando volver á mi suelo patrio.

Respecto al último punto, que es el reconocimiento de las Américas, mucho puede conseguirse, pero es preciso tener á la vista los intereses recíprocos de aquellas posesiones y de este y ese país. Nuestra deuda puede acaso extinguirse en la mayor parte con las indemnizaciones que se obtengan. Tratados de comercio

bien combinados con aquellas repúblicas pueden sacar á nuestro comercio del estado de languidez en que se encuentra.

Para conseguir cuanto llevo ofrecido es preciso que casi simultaneamente se resuelva:

1.° Sobre la reduccion de la deuda extranjera, sin hacer ninguna distincion de épocas.

2.° El reconocimiento constitucional de D. Maria da Gloria y la regencia de su augusto padre.

3.° La convocacion de córtes, y córtes nacionales.

4.° El reconocimiento de las Américas.

Con tales medidas, V. y sus amigos pueden contar con cuanto necesiten para poder conducir la nave del estado, sin tener que pensar de donde ha de venir el pan nuestro de cada día y sin verse obligados á hacer sacrificios que arruinen la nacion y deshonren á los que intervengan en ellos.

Antes de concluir la presente, que ha salido más larga que yo me propuse, me permitirá V. que le hable algo sobre el carácter de D. Pedro y de sus ministros; pero ¿para qué detenernos en esta materia? Lea V. los adjuntos artículos, que con conocimiento de causa son escritos por un amigo común de ambos y que merece todo nuestro *respeto y consideracion*. Léalos V. despacio y ellos enterarán á V. no solo del carácter de aquel Principe y de sus ministros, sino de quienes son los verdaderos amantes de las instituciones liberales.

Voy á hacer sacar un duplicado de esta y la mandaré por medio del *Foreign Office*. Si nuestro Torres se halla en esa, que tenga esta por suya, y ofreciendo mis respetos al sr. Martinez de la Rosa, á quien en caso de ausencia va la presente dirigida, se repite de V. su afmo. amigo Q. S. M. B. (Es copia.)=*J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 8 de febrero de 1834.

Reservado.—Querido Carvalho.—Por la que escribo á Castro, te enterarás de nuestras finanzas. Nos vamos á coronar de gloria. Nuestros enemigos van á confundirse; jamás se presentó un cuadro como el que presentaremos. Aunque el ministerio en España solo se ha cambiado en parte, los hombres de los sanos principios se aproximan al mando. El espíritu público se va desenvolviendo, y ó la Reina marcha delante de la revolucion, ó pronto dejará lugar á alguna otra. Vosotros debeis, ante todas cosas, limpiarme las márgenes del Guadiana y abolir las aduanas de las fronteras. Pronto tocareis los resultados de todo esto.

El conde de Toreno, con quien estoy intimamente unído, ha sido llamado al ministerio, pero ha creido deber conservarse para mejor ocasion. Sin embargo, posée la mayor influencia sobre Martinez de la Rosa. Hoy escribo á aquel amigo sobre varios puntos, y particularmente sobre el reconocimiento, sobre S. M. I., sobre vosotros, sobre los fidalgos, etc.; convendria mucho el que De Gand fuese desde esa en un vapor, ya fuese por Cadiz, ya por Ayamonte, ó ya por Vigo, á Madrid. Los informes que el mismo De Gand podrá dar en Madrid serán de la mayor importancia, y las resoluciones que el podrá obtener de aquellos amigos podrán servir de base para las ulteriores determinaciones de ambos países. Pero si vosotros sois de la misma opinion, adjunta es una carta que podrá llevar consigo De Gand, dirigida al conde de Toreno.

Ahi vá el nuevo ministro, el Lord Howard. Mucha política, mucha amistad, muchos convites y muchos ofrecimientos. Haced algo de lo que pida, si no perjudica la marcha constitucional. Si el país se limpia y si está en el caso de llamar las córtes, no debe ser antes de julio, para que tengais tiempo de proporcionar á las nuevas autoridades que puedan ejercer su influencia en las eleciones, á fin de que los enemigos de la constitucion no vengan á dominarnos. Mucha cautela.

El Duque no debe ir á España; cuidado á quien mandais! Que sea hombre de confianza!

Dirás á Agostino que tomé sobre mi responsabilidad el mandar los belgas á Oporto, y, si Miranda no los necesitaba, entonces seguirian á Lisboa. Los caballos están embarcados hace dos meses.

El coronel Evans, como verás por los *Times* que lleva De Gand, ha hecho un elogio del Emperador y de la marcha del gobierno. Agostino debe escribirle agradeciendolo en nombre del Emperador, y entrando en materia. Evans dice que tendrá mucho gusto en seguir una correspondencia con Agostino, para estar enterado de todo, todo, á fin de defenderlos en el parlamento.

Expresiones á los amigos y tu manda lo que gustes, á tu amigo. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 13 de febrero de 1834.

Mi querido Carvalho. — Hoy he tenido noticias de España fechas 31 de enero, que no son tan satisfactorias como las anteriores. Martinez encuentra cierta oposicion de parte de la Regenta, y los pueblos no quieren pronunciarse mientras que algunas partes de las fronteras de Portugal no le sean abiertas. Los que están mejor dispuestos á dar cierto impulso á la opinion pública son los de Andalucia y Estremadura baja. Repito pues mi súplica de que limpien Vs. las márgenes del Guadiana. Jamás los absolutistas estuvieron más unidos para destruirnos, y si nosotros no nos ponemos mucho y mucho sobre alerta, al fin sucumbiremos.

El general Mina queria ir á vivir á esa capital; pero no irá, si no le aseguro yo que no será mal recibido. Desearia irse con toda su familia y en la *inteligencia* y *seguridad* de que no comprometeria á Vs. en nada, nada, y que á nada, nada se prestaria, fuese lo que fuese, *sin una previa conformidad con Vs.* Ahora bien, díganme Vs. lo que debo responderle, sin cumplimientos, pues que él desea evitar de todos modos el que la marcha de ese gobierno sea embarazada. Aprecia á Vs. mucho y respeta no menos la marcha que tienen adoptada, para que se dejase llevar de los consejos de otros, si de ellos pudiese causarles el más ligero incómodo.

Mi ida no tendrá efecto hasta que la comision diga de oficio á los Ricardos que, sobre las £ 1.500:000, sigan en un todo mis instrucciones; pues entonces obraré según las circunstancias me aconsejen, y de todos modos dejaria aquí arreglado el pago de los intereses en 1.º de junio, el fondo de amortizacion y me llevaria conmigo sobre £ 200:000, para que con ellas, al abrirse las córtes, tengas pagado á todo el mundo, al día. La mitad del beneficio sobre las £ 150:000 que he economisado al gobierno y que asciende á más de £ 7:000 es digno de[1]

---

[1] Esta carta está interrompida neste ponto e sem assignatura.

A Silva Carvalho

Londres, 22 de febrero de 1834.

Reservado.—Mi querido Carvalho.—He recibido tus cartas hasta el 9 inclusive y observo que se van Vs. á ocupar del mediodía. Si Vs. no lo hacen pronto, verán Vs. como se consolida el sistema de Martinez de la Rosa, que es igual al del Duque y Comp.ª

Por no querer Vs. tomar mis consejos sobre O'Brien, etc. y tratar no solo da alhagarlos, pero de darles documentos, noticias, confianzas y... escriben á sus diarios á su antojo, y todos mis esfuerzos para elevar el crédito, y sostenerlo, se vienen abajo. Nada ha de acreditarte más, dentro y fuera del reino, que el hacer que nuestros fondos sean considerados como los de cualquiera otra nacion que se conserve en paz; y nada te dará más influencia en las córtes que el acreditarles con resultados, los grandes medios que has proporcionado á la nacion, sacando 75 y acaso 80 % por unos valores que apenas podrán ser igualados con los fondos españoles, que estan á 62; y los nuestros, no obstante que los miguelistas se conservan en Santarem y que ocupan la mayor parte del reino, que hay discusiones entre los generales y que nada se ha hecho de lo mucho que se anunció cuando vinieron las noticias de Pernes, hoy han quedado á 72 1/2, como observarás por los adjuntos papeles. Pero, como dice muy bien el *Globe*, los valores á que han subido no son reales y todo es debido, sea dicho entre nos, á mis combinaciones, porque estoy persuadido que con crédito todo nos sobrará, y in él todo nos faltará. Te pido por lo más sagrado el que autoriceis á Frasquito, de oficio (pero reservado), para que adopte las medidas que crea conveniente á fin de evitar el que la verdad de los hechos, etc., etc., sean mal interpretados por la prensa extranjera, y al mismo tiempo para que adopte los medios necesarios á fin de que, por medio de buques, etc., los agentes del gobierno en esta sepan con toda anticipacion cuanto bueno ó malo pase por esa. Todo dinero que se gaste en estas cosas será de *mucha, mucha, mucha* economia. No te equivoques, creeme.

Considero mal hecho el haber reducido la paga á los extranjeros. Yo creo que el tratado con los belgas podia servir de modelo para los demás. Dirás á Agostino que con el crédito nos sobrará todo, todo ¿Está enfadado conmigo? No me escribe hace mucho tiempo.

Las márgenes del Guadiana, no lo echeis en olvido.

Hoy te mando £ 7:000 y continuaré. Yo necesito conservar en casa de mis banqueros sobre £ 60:000 á lo menos. Ellas atraen como el iman cuanto yo quiero.

No puedo más. Tuyo afmo. de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A A. J. Freire e a Silva Carvalho

Londres, 26 de febrero de 1834.

Mi querido Agostino.—V. ya se ha olvidado de mí, no yo de V. Verá V. como he elevado el crédito portugués, no obstante que D. Miguel está en Santarem y Saldanha en sus antiguas posiciones. V. sabrá como los auxilio y V. verá como los auxiliaré, entretanto que personas de mi confianza estén á la frente de los negocios. Lo que yo pido á V. muy encarecidamente es el que me manifeste por sí y, si no puede, por Sarmiento, como van las cosas, mal ó bien, como sean, lo

8

que haya que esperar ó que temer, y cuando, á fin de que yo con la correspondiente precision tome mis medidas y nos sobre todo y no nos falte nada. El erario público ganará mucho, el crédito del gobierno y sus agentes se aumentará y nuestros enemigos temblarán de osar el contrariarnos.

Confio, pues, que V. tomará en consideracion cuanto queda expuesto, así como ciertos puntos interesantes que trato de oficio, por el paquete de hoy, con el Tesoro.

Desearia que Vs. mandasen á Madrid á una persona de toda, toda confianza, con quien yo pudiera entenderme. Martinez de la Rosa marcha mal y yo me temo que nada podremos hacer en armonía, si no entran ciertos hombres, y para ello es preciso cierto impulso, y este no se puede dar, según las noticias que he recibido de allí, sin que las comunicaciones con ese país no estén corrientes. Limpiad pues las márgenes del Duero.

Dígame V., con franqueza, que le han parecido los belgas, los caballos y los paños que tengo mandados á V. con M. Wilson. Mucho he sentido que los belgas no hubiesen desembarcado todos en Oporto. El Duero habria quedado limpio, los habitantes de Oporto muy contentos y el gobierno habria adquirido mucho crédito.

Las cosas de Francia no están bien, y el ministerio aquí no está seguro. Si la falta de tranquilidad en Francia ha de producir algún bien para la libertad, venga mañana la revolucion; y si la caida de los ministros ha de ser para que venga aquí un ministerio más liberal, suceda mañana; pero me temo que pueda suceder ambas cosas, que no nos produzca ningún bien, y que antes por el contrario nos perjudique, por que nos produzca un *pánico* que nos ponga *al parto*.

En fin, no tenga V. pereza y crea que es su afmo. amigo Q. S. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

Mi querido Carvalho. — No tendrás queja de que no te auxilio mucho; me lisongeo de que estarás bien satisfecho de mí y que tanto tus compañeros, como S. M. I. reconocerán en todas mis operaciones, *honor, probidad, tacto y economia.* Si se me ayuda, por poco que sea, creo que, con un ministro como tu y con una comision del Tesoro como la que hoy existe, nos atraeremos los elogios y las bendiciones de las próximas córtes. Algunas cartas de esa dicen que has estado *casi* reemplazado. Yo no lo creo y á creerlo manifestaria mi imposibilidad de hacer lo que estoy haciendo. Yo no sé si habrá sido del agrado del Emperador el paso que he dado respecto á España. Estoy esperando la contestacion; veremos, avisaré.

Tuyo, etc. = *Juan.*

«Argüelles. Sobre amnistia. Março de 1834 = Silva Carvalho»

Luego que las córtes se reunan, el gobierno se apresurará á hacerles presente la conducta posterior de los amnistiados, para que, tomando en consideracion su fiel adhesion al gobierno, tiendan su mano benéfica en favor de los mismos, facilitándole los medios más apropósito de reparar los efectos producidos por la ejecucion que se haya dado al decreto de 31 de agosto de 1833.

Pasada á consulta de D. A. de Argüelles. = Mendizabal.

A Silva Carvalho

Londres, 19 de marzo de 1834.

Querido Carvalho.—He recibido la tuya del 27 de febrero, cuando otros amigos las han recibido del 2 del corriente. Nada favorable deduzco de su contenido, y por el contrario temo que sea cierto cuanto dicen varias personas de esa, y es que las intrigas han llegado á su colmo y que á consecuencia de ellas las operaciones militares estaban entorpecidas. Las intrigas que al mismo tiempo se crearon y alimentaron aquí, triunfaron de nuestro crédito por la falta de ciertos apoyos con que yo debi contar, como por ejemplo la expedicion al Alemtejo tantas veces prometida, la expedicion á tomar pesesion de las márgenes del Guadiana, etc., etc.

Hice mis esfuerzos para contener la baja de nuestros fondos; pero mis esfuerzos han sido en vano, porque las cartas de esa en general dicen que no se entienden Vs. entre sí; que el conde de Saldanha y el ejército no quiere actuar con Agostino á la cabeza del ministerio; que el Emperador no quiere recibir al nuevo ministro inglés; que en el ejército existe un descontento general; que los belgas no salen de Lisboa, porque se teme un alboroto contra el Emperador y Vs. Todo esto, dicho y repetido por Da Silva y sus satélites, desde una punta á otra de la ciudad, acompañado de ventas y más ventas, ha intimidado á unos y otros y al sacrificar los fondos en sus manos; ha obligado á otros pusilánimes á vender los suyos; y como el público vé de una manera muy sombria las noticias ultimamente llegadas de esa, no se presenta á comprar, y hé como mis esfuerzos han sido inútiles.

Si yo fuese á enumerar las mentiras que se han inventado y que han puesto en circulacion, no acabaria jamás; pero, sea como sea, nos han producido un mal casi irreparable. Su objeto ha sido destruir nuestro crédito aquí, para que, cerrandoseme todas las puertas, me sea muy dificil el auxiliar al Tesoro; hacer que caiga el ministerio en su consecuencia, etc., etc.

Para conjurar estas intrigas, y al mismo tiempo no sacrificar nuestros fondos á precios ínfimos en el próximo abril, en el cual tenemos que reintegrar á los Ricardos, etc., sumas muy fuertes—en mayo, pagar los bonos del Tesoro de nueve meses—y en 1.º de junio los intereses, *sinking fund*—y pagos muy crecidos en esta y en esa—me he resuelto á mandaros un vapor, para exponeros la ruina á que estamos expuestos, si Vs. en esa no se reconcilian entre sí y no adoptan alguna más actividad en las operaciones militares, en términos que pueda deducirse con algún fundamento de que somos superiores y que no estamos confinados á cuatro ó cinco puntos, sin poder dar un paso adelante. El vapor no debe ser empleado en otra cosa que en mandarlo con despachos, después de haberse conseguido alguna *victoria decisiva ó algún movimiento interesante—cuidando mucho* que el corresponsal del *Times* aproveche de tan buena ocasion para hacer sus comunicaciones á este diario; tanto como el comer, es necesario que se haga algo de provecho y que se me comunique sin pérdida de momento, *si se quiere como se debe* no solo evitar la pérdida de muchos miles de libras, pero también la del honor y la ruina de tantas familias pertenecientes á tantos amigos de la causa, que se han unido á mí para sostener el crédito del gobierno.

Acaso Vs. no le darán importancia al asunto, pero si reflexionan que, prescindiendo del honor, cada 1 % que nuestro crédito baja ó sube, la diferencia no es de menor cantidad que de £ 15:000...

Si Vs. me hubiesen avisado reservadamente: 1.°, que las operaciones militares no podian llevarse á efecto con actividad; 2.°, que los enemigos no habian quedado tan aniquilados como se suponia; 3.°, que las desavenencias habian llegado á su colmo — yo, en lugar de haber tratado de contener la baja, hubiera seguido el impulso que quisieron dar, á los fondos, nuestros enemigos, que lo son del sistema constitucional, y ahora estaria en una excelente posicion para triunfar de ellos, proteger á nuestros amigos y, lejos de estar expuesto á quebrantos, obtener beneficios.

El honor del gobierno, el del Tesoro y el mio, no menos que el tuyo, está todo comprometido, si las medidas que adopteis no vienen, como es justo, en mi socorro. Me lisongeo que tanto Agostino como tu hareis cuanto esté á vuestro alcance para restablecer nuestro crédito, negociar con honra y provecho nuestro empréstito y acabar con nuestros enemigos.

Las cosas de España no marchan de una manera cual seria de desear. Es preciso que el espíritu público se desenvuelva; pero, como reina mucho miedo de resultas de los desenlaces pasados, necesitan de cierto apoyo y de ejemplos que les recuerden de los principios de libertad. Poseamos las márgenes del Guadiana y las del Miño si es posible; que reconozcan los españoles que el sistema de libertad se consolida en Portugal y que él les ofrece cierta garantia, y entonces ellos se pronunciarán en favor del bien y obligarán al gobierno á que marche; entretanto que esto tenga lugar, todo será pusilanimidad. ¿Supuesto que no tenemos los medios para atacar y destruir á nuestros enemigos, de frente, porque no le dejamos una fuerza de observacion y tratamos de destinar el resto de nuestras fuerzas á sujetar á las provincias del Miño y de los Algarves, y creamos *pequeños héroes,* que pesen algo en la balanza contra los grandes? ¿Por qué no adopta el gobierno los medios de contribuir á que su crédito se eleve, en cuyo caso triunfaria facilmente de sus enemigos? Á poco que se me ayudase, yo daria resultados muy preciosos, que acreditaria á Vs. dentro y fuera del reino. Por ejemplo, á la llegada de la presente y dentro de las setenta y dos horas siguientes, que pudieseis avisar oficialmente la salida de una columna para *limpiar el Alemtejo,* otra para los Algarves y otra para Oporto, para que puedan conseguir el abrir las comunicaciones con el alto Duero; y, si estos movimientos no se pueden hacer, cualquiera otro equivalente. Añadase á esto el que, aunque sea solo momentaneamente y mientras que D. Miguel exista en el país, una especie de reconciliacion entre los que se llaman amigos de la Reina, ó á lo menos entre los que quieren figurar entre aquellos.

Venga el *County of Pembroke* de vuelta *inmediatamente, inmediatamente,* con tales pliegos, siendo Frasquito el portador de los mismos, y os salvareis y me salvareis á mí del laberinto en que me encuentro por demasiado celo. Que no haya ninguna detencion, pues que estoy comprometidísimo.

El Lord Palmerston desea el que yo mande otros 1:500 á 2:000 belgas, ó más si es posible, porque dice que no tenemos medios para concluir la guerra; deseo que sobre esto me digan Vs. si lo hago ó no.

Es un escándalo el observar como han venido nada menos que 400 y tantos hombres despedidos del servicio, sin venir *un oficial encargado de ellos,* y sin traer cada uno un papel correspondiente de sus atrasos y de las pensiones que corresponde á los inválidos. Sobre esto se ha dicho algo de oficio; queda aun más que decir y mucho; y, apesar de las órdenes de no hacer gasto alguno sin órden, ha sido preciso el correr responsabilidades de toda especie y hacer frente á todo. Si en estos momentos hubieramos dejado presentarse al público tales

espectáculos y hubieramos dejado que los enemigos de la causa hubiesen influido en sus ánimos para ciertos desórdenes, para los cuales estarian dispuestos, la crisis se habria hecho más insoportable.

Concluyo la presente con pedir á Vs. todos el que se haga algo, y algo de efectivo, y que se me avise con este vapor, haciendo que el corresponsal del *Times* se aproveche de algo para contener los progresos del pánico y restablecer la confianza que existia, tanto para los fondos del gobierno, como en mis operaciones.

Convendrá que no libren Vs. por ahora á nuestro cargo. Yo les haré remesa de cuanto necesiten. Aumentaré la consignacion si fuese preciso, pero restablezcamos el crédito; ha sufrido mucho estos días. No se demoren en ese Tesoro pagos pequeños, que al fin se hacen después de muchas idas y venidas, pero con descrédito nuestro.

Tengan Vs. mucho cuidado con los decretos que se dan sobre trigos, jabon, etc., etc. No dá ningún crédito al gobierno en conceder hoy franquias y el suspenderlas mañana; el público poco ó nada gana, cuando aquellas son por un tiempo muy limitado, porque con tales restriciones no viene la concurrencia, y los pocos que especulan imponen la ley al pueblo, y como que en semejantes circunstancias los pocos que *especulan* suelen ser amigos del gobierno, ó de alguno ó algunos de sus empleados principales, se dá márgen á la mordacidad á que se entretenga atacando la integridad del gobierno y de sus empleados.

No cerraré esta carta sin repetirte la necesidad que hay de hacer algo, si se quiere evitar el que yo me vea obligado á tener que sacrificar el empréstito para sobre £ 120:000, que son necesarias para los intereses y fondos de amortizacion de 1.º de junio; sobre £ 200:000, á fin de reintegrar á mr. Ardoin en parte de sus adelantos; sobre £ 50:000, de bonos del Tesoro en mayo; sobre £ 100:000, que son necesarias para el sr. Carbonell de aquí á junio, para satisfacer todos los giros á su cargo, remesas de efectos, etc., etc.; total £ 470:000.

Si el público conociese esta posicion, á vista de la indolencia con que marchan las operaciones militares y como se prolonga la guerra, yo no estrañaria el que los fondos bajasen á 50 %. Presten Vs. pues una atencion muy principal á esta situacion crítica en que nos encontramos y penétrense Vs. que si yo he pospuesto la negociacion de nuestro empréstito de un mes para otro, con la esperanza de que los sucesos vendrian á ayudarnos para conseguir mejores términos, no es posible el que yo corra tanta responsabilidad como dejar su negociacion hasta el último momento, y entonces recibir la ley de los capitalistas. Me lisongeo que aprovareis mi decision de mandar este vapor para haceros presente el estado de las cosas, y daros los medios de poderme avisar, por el mismo, de cuanto convenga al mejor servicio del erario público.

Tuyo afmo. amigo y S. S. Q. T. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

P. S. — Como verás por otra mia, de oficio, observareis que he hecho que mr. Ardoin se traslade á Madrid, en donde puede servir de mucha utilidad á la causa de la Reina.

El conde de Toreno me contestó y me digo, con repiticion, que yo debia ir á Madrid; esto no puede ser, y hé aquí la razon por la que he obtenido de la bondad de mr. Ardoin el que se preste á trasladarse á Madrid, en donde puede hacer mucho, mucho, en favor de la causa portuguesa. Está interesado por principios y por intereses. Es hombre de toda confianza. Convendrá que el gobierno escriba á Sarmento para que obre de acuerdo con mr. Ardoin. Cualquiera buena accion,

victoria, etc. etc., que obtengan, debeis mandar un vapor con la noticia á Cadiz y órdenes por extraordinario á Madrid. En ello ganareis mucho y la opinion pública. Las márgenes del Guadiana, no me cansaré de indicarlo.

Nota de Silva Carvalho. — Respondi, e tambem o puz ao facto da intriga de Lord Howard.

A Silva Carvalho

Londres, 26 de marzo de 1834.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — He visto con gusto que al fin os habeis decidido á reforzar á Bernardo de Sá, á fin de que pueda tomar posesion, y después conservar, de las márgenes del Guadiana. Supongo que lleva consigo *instrucciones* y supongo que vosotros tratareis por todos medios de reforzarlo, á fin de que se extienda todo lo largo de las fronteras.

Supongo que tratarás ahora de extinguir las aduanas en las fronteras de España, sobre lo cual pareciste convencido en nuestras últimas conversaciones. Es preciso que se *multipliquen* las comunicaciones entre ambas naciones, y las circunstancias aconsejan que las medidas liberales y los beneficios nazcan en esa. Convendrá el que todos los decretos de reformas interesantes se impriman y se hagan circular en España. Convendrá que con el pretexto de mandar pliegos á vuestro embajador en Madrid las comunicaciones con Cadiz sean frecuentes y que se remita una coleccion de los decretos que se han publicado.

Las cosas de España van mal, porque Burgos está sostenido por la Francia; la Regenta es una... además es una tonta sin carácter; Martinez de la Rosa es muy debil y la nacion no se atreve á pronunciarse. Cuando tengais la frontera asegurada espero algo; también lo espero si los carlistas se aumentan, ó adquieren cierto triunfo sobre las armas de la Reina. Esto les hará abrir los ojos.

Luis Felipe, temiendo los resultados de una regencia entregada à tales manos y temiendo que los constitucionales vayan adelante, máxime si vosotros triunfais pronto, principia á *entenderse con D. Carlos,* y, si este dá ciertas garantias sobre la moderacion de sus opiniones, por medios desconocidos se fomentará la faccion carlista, á fin de paralizar los esfuerzos del partido liberal y venir, si es posible á... Que la Regenta no puede conservarse á la cabeza del gobierno es una cosa sabida; que los hombres como Martinez de la Rosa, que, poco más ó menos, aunque de diferentes principios liberales, son como los P., van á quedar fuera de todo juego — también es cierto; que un cambio de dinastia, ó un gobierno federativo tendrá lugar — no hay duda. Para evitar que *suceda lo peor,* y para que la nacion no sea víctima de cierta *coterie,* que, aunque liberales, lo son muy aristócratas, desearia yo que vosotros dirijieseis vuestras miras á aumentar las fuerzas de Bernardo de Sá, á darle instrucciones muy *esquisitas;* que fueseis *prodigo y liberal* con él, á fin de recompensarle sus acciones y hacer un general de nombre; y estableciéndose en esa el sistema constitucional del Emperador, conservándose á la cabeza de la regencia, *nada más natural que este digno Principe tendria una gran influencia en el bien de España.* Creo que me entenderás bien.

Como que las intrigas del gabinete de las Tullerias, con respecto á España me han alarmado y con mucha razon, y como que Toreno no sabe el gran peligro

en que se halla la causa, *no pudiendo, ni debiendo* yo ir á España, que era lo que me recomendaba mucho en contestacion á mi carta de 7 de febrero, supliqué á mr. Ardoin, que es muy amigo del conde y de mis amigos, que se trasladase, sin pérdida de momento, y hacerles ver que no hay otra marcha para salvarse que la de córtes, y córtes nacionales, y reconocimiento de D. Maria, y mucha amistad y mucha union con Vs.

Mr. Ardoin lleva *créditos efectivos* de casas muy respetables, las más españolas, para auxiliar al gobierno con cuanto necesite; pero, con aquellas dos condiciones. Mr. Ardoin lleva encargo mio de darte cuenta con más extension del objeto de su mision. Me lisongeo que lo aprobarás. También espero que aprobarás el fletamento del vapor *County of Pembroke.* Puede ser de utilidad en esa, para comunicaciones con Cadiz y con otros puntos de ese reino; pero el objeto principal es el que me tengais al corriente de cuanto pasa y de cuanto penseis hacer.

Si la batalla del 18, en lugar de haber sido comunicada por el *Viper* hubiese sido por un vapor, y si la correspondencia del *Brilliant* la hubiese traido un vapor, nuestros fondos estarian en estos momentos á 72, y el pillo de Da Silva no habria triunfado momentaneamente de nosotros.

Aun que tenemos mucho que reintegrar y que pagar, yo detendré la negociacion de nuestros fondos cuanto me sea posible, á fin de que en el presente abril se malvenda lo menos posible; pero como tampoco es prudente que nos expongamos á que cualquiera ocurrencia en Europa venga á producir una depresion en todos los fondos, por ejemplo una revolucion en Francia, que, aunque yo la temo, por lo degradado que se halla el pueblo francés, sin embargo es posible, y que nos vieramos con necesidades y que no tuvieramos medios de remediarlas—por todas estas razones es por que yo te suplico, para que tu lo hagas á Agostino, el que trateis de la expedicion á Madera, en los términos que yo le indico, y que con la misma se *meta mucho ruido y se desplegue mucha actividad.* La cosa debe ser tal que pensada y salida todo debe ser obra de una semana á lo más. Dirás á Agostino que yo tengo *un presentimiento* que vá á resultar ahora lo que resultó de *nuestra expedicion de las Berlengas.* Todo lo más que pudiera suceder seria que no correspondiese la idea y que ó fuese preciso el mandar más fuerza, ó volverse la expedicion. Se conseguirian tres cosas de nó poca importancia— poner en movimiento al almirante, emplear allí con utilidad á Mozinho de Albuquerque, y, lo principal de todo, dar un impulso á nuestros fondos, para aprovecharnos aquí. También convendrá que se proyecte, se embarguen ó se fleten los transportes y hasta se nombren los cuerpos, aunque, si las circunstancias no lo permitiesen, quede sin efecto, para una expedicion á Figueira. Convendrá que salga el decreto que tantas veces he aconsejado para que los fondos que deben cobrarse en Francia se empléen en el mercado de Londres en fondos portugueses y que se publiquen sus números y se deposite en la banca de Lisboa con acumulacion de intereses, mientras que se divide ó aplica con arreglo, etc., etc.

Todas estas y otras cosas, bien representadas por O'Brien, podrian ser de mucha, mucha utilidad en esta y me facilitaria mucho la elevacion del crédito, etc., etc. Persuádete que nada dará más opinion en Europa á vosotros que el fomento del crédito en el extranjero.

Escribo á O'Brien, por el paquete de mañana, muy fuerte, sobre Agostino; pero, es preciso que este se haga más flexivo con él.

Mándame buenas noticias para que vaya pronto á esa.

No puedo escribir á Frasquito y á De Gand.

Adiós, tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 25 de marzo de 1834.

Reservado.—Mi querido Carvalho.—Adjunto es un artículo que ha venido hoy en el *Courrier,* sobre Agostino. Es cuanto se ha podido y debido decir. Yo soy tan amigo de Agostino como él lo es mio, y, cuando yo lo digo, creo que nadie lo dudará. Sin embargo, mi opinion seria el que *si teneis un general de vuestra confianza!* que lo colocaseis en guerra, reservándose Agostino el de estado; pero, antes que Agostino saliese, deberia tratar del *bloqueo y ataque de Madera; de reforzar á Bernardo de Sá; de hacer una tentativa sobre Figueira;* de autorizarnos á mandar *refuerzos para Oporto de un batallon belga como el de Le Charlier y de mandar al duque de Tercera al Alemtejo,* pero dejando á Bernardo de Sá independiente de aquel. Todo esto urge muchísimo, para que, elevándose nuestro crédito aquí, yo, en *fines de abril y mayo realice,* con ventajas de la nacion y crédito de nosotros, tantos fondos como necesitamos. Vuestro crédito y el mio lo reclaman así.

Ya observarás que no pasa un paquete en el cual no haga remesas de más ó menos importancia, y hoy tengo el gusto de haber celebrado una contrata para 100:000 pesos españoles, que recibireis en Gibraltar, y que yo te recomiendo mucho, mucho, el que hagais acuñar inmediatamente y no lo dejeis circular, á fin de hacer conocer cuanto sea posible el cuño de D. Maria II en lo interior. Con este motivo me ocurre que deberiais consultar algún plano, que esté en armonía con los sentimientos de los portugueses, á fin de sacar de la circulacion toda la moneda de D. Miguel y acuñarla de nuevo.

Ayer os mandé, por una pequeña escuna, una porcion de oficios que en parte duplico y que recomiendo mucho á nuestro Castro, á quien le escribí muy largo; también lo hice á tí en particular, sobre varios puntos interesantes y que desgraciadamente no puedo ahora repetir. Creo no obstante que llegarán antes aquellos despachos que la presente.

Zulueta y C.ª, que son unos españoles liberales, muy ricos y muy amigos y que harán cuantos sacrificios estén á su alcance para que yo salga con lucimiento, se fastidiáron de la conducta de Pinto y Kelly y han encargado en la presente operacion á los Torlades. El vapor debe salir de esa el 21 á 22 de abril, por los fondos, y si Frasquito no se ha venido, puede detenerse y pasar él en persona por dicha suma; igual operacion puede repetirse en mayo é igual en junio. Para sostener aquí el crédito del gobierno, he tenido que hacer sacrificios que yo solo los conozco y que, no pudiendo decentemente cargarlos en la cuenta, tendré yo que ser la víctima, y esto ni es justo, ni conveniente. Hé aquí la razon por la que yo espero que Vs. hagan algo en esa, ó todo cuanto indico, á fin de elevar nuestro crédito y restablecer las cosas á su órden.

Las intrigas de Luis Felipe, que está unido de la manera más decidida con la Santa Alianza, respecto á España y Portugal, son tales que si no están Vs. muy atentos los han de envolver. No tengo tiempo para más sino para asegurarte que soy tuyo de corazon.=*J. A. y Mendizabal.*

Querido Agostino.—Como los resultados de las operaciones militares no han sido los que nos prometiamos, y como las intrigas en esa y en esta se han multiplicado mucho, nuestro crédito se ha resentido bastante. Mi amor propio está comprometido, y todos mis capitales envueltos, para evitar una ruina, como

nuestros enemigos proyectaban. Su plan era arruinar aquí el crédito, para derribar á Vs. en esa. Yo he triunfado hasta cierto punto; pero estoy bien comprometido y tenemos mucho, mucho que pagar; espero que V. hará todo cuanto pide á Carvalho su mejor amigo. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 2 de abril de 1834.

Mi querido Carvalho.—Mis cartas de Madrid son hasta el 19 de marzo. Aquello no marcha, y si bien Zea ha salido del ministerio, su influencia en los negocios es mucha. Martinez, no tiene influencia alguna, y la del conde de Toreno sobre él es muy poca. No tienen dinero para formar un ejército; la nacion quiere armarse como milicia nacional, para que el ejército quede expedito para acabar con la faccion, y el gobierno pone trabas y más trabas, para que los constitucionales no se armen. Estos son más temidos que los carlistas, y hé aquí la razon porque el Estatuto Real para la convocacion de córtes es tal que ni los Argüelles, ni los Calatravas, ni los Galianos pueden ser elegidos diputados á córtes. Estas no podrán discutir más que lo que el gobierno les proponga, y sus sesiones deberán ser á puertas cerradas.

Por la manera con que se han explicado con Sarmento, vendrás en conocimiento de que yo no me he llevado chasco. En España, por desgracia, nada se puede hacer sin una revolucion espantosa, y, si esta no es luego, luego, no extrañaré ver á D. Carlos en el trono. Si la revolucion tiene lugar, y ese país *no se halla desembarazado para ejercer cierta influencia,* yo no extrañaria que fuesemos conducidos á gobiernos federativos, para lo cual ni la nacion está preparada, ni la Europa permitiria semejante desenlace. Como que las cosas de la Península están tan unidas, como que las situaciones respectivas tienen tanta influencia entre sí, y como que la marcha de los negocios en esa van con mucha lentitud, habiendo hablado el otro día con nuestro amigo el sr. Sarmento, le pregunté cuales eran las instrucciones que tenia de Vs. respecto al auxilio de tropas de este país, y habiéndome contestado que sus instrucciones eran siempre las mismas, me ocurrió que—siendo acaso uno de los obstáculos que el Lord Althorp puso al Lord Palmerston, para el envio de tropas, la falta de medios, sin acudir al parlamento—proporcionando estos con anticipacion, desapareceria el obstáculo. Propuse, pues, al sr. Sarmento el que yo proporcionaria el dinero anticipado, principiando por entregar £ 100:000; pero convinimos que la peticion debia ser solo de 1:000 hombres para Oporto y 2:000 para Lisboa; en razon que esta fuerza, en union con las milicias, era más que suficiente para dejar expeditas las fuerzas militares veteranas, para tomar la ofensiva en el interior del país, y, al mismo tiempo, siendo reducido el número á 3:000, *la influencia no seria tan grande.* Decidimos que una permanencia de ocho meses seria suficiente á conseguir el objeto y que tratándose la cosa en particular, si se obtenia, antes de admitirla y ponerla en práctica, despachariamos un vapor para obtener el consentimiento del gobierno.

El sr. Sarmento explicará los términos en que ha hecho sus comunicaciones. Las razones en que yo me fundo para tomar sobre mi responsabilidad el anticipar tal suma, que más tarde ó más temprano el gobierno tendria que pagarla, es: 1.ª, porque hallándonos obligados á negociar en el presente y próximo mes nuestro empréstito en una parte principal, la mayor estimacion que tendrian tales fondos

seria mayor que el dinero que tendriamos que desembolsar; 2.ª, porque de este modo nuestra independencia seria mayor; y 3.ª, porque creo que nada más conviene á la suerte de la Península que es el que Portugal *consolide sus instituciones sin reparar en los medios* y sacrificios.

Yo tengo mucha confianza de la ida de mr. Ardoin; pero, si las comunicaciones que llevó, ó la matanza que han hecho los carlistas, de 140 milicianos cristinos, después de haberlos hecho prisioneros, no produce un cambio de personas y de cosas, creeme, querido Carvalho, que es preciso concluir eso, sino á la corta ó á la larga todo sucumbirá al poder absoluto en la Península.

Luis Felipe vá estableciendo el absolutismo á pasos agigantados y procura por todos medios *el que la Península conserve las instituciones que regieron en tiempo de Miguel y Fernando, con algunas pequeñas modificaciones.* Es cierto que vá tirando tanto la cuerda, que es *posible* que los franceses la rompan; sin embargo, no es *probable,* al observar la degradacion en que se vá sumiendo aquel pueblo!

De todos modos, para no equivocarnos, nosotros deberiamos obrar como si desgraciadamente el poder de la Santa Alianza triunfase.

Á otro cosa: hoy escribo un oficio reservado al Tesoro sobre nuevas negociaciones del empréstito; te suplico que después de haber consultado con Agostino, se me conteste; pero, que se haga por alguno del Tesoro mismo, pues que, por desgracia, nuestros enemigos todo lo averiguan y nos hacen un mal del diablo. La guerra que nos hacen aquí es horrible, y como, por desgracia, las operaciones van con lentitud, por una parte, y Sarmento no ha sido recibido en Madrid, como ministro, y están titubeando cuando ó como deben reconocer á D. Maria, nuestros enemigos juegan con armas muy poderosas para convencer al mundo entero que la Inglaterra y la Francia influyen lo necesario para que el gabinete de Madrid no haga el reconocimiento, *porque el presente ministerio no inspira la suficiente confianza; porque la obstinacion del Emperador es lo único que prolonga la guerra; que vosotros sois enemigos de este país y que mientras que no haya hombres como el Duque, á la cabeza de los negocios, que todo capitalista se expone á una ruina.*

Como que los seis meses fijados en la exposicion de 1.º octubre, para la negociacion de las £ 1.500:000, expirasen en 1.º del corriente, y como que pasan de £ 350:000 las que son necesarias desde ahora al 1.º de junio inclusive, con los intereses, no es decoroso, á la franqueza y buena fé con que el Tesoro dirije todos sus pasos, el no decir nada, al público, de lo que debe hacerse, ó de lo que nos proponemos hacer, y lentamente ir negociando los fondos. Es preciso decir pues algo y es preciso manifestar si negociamos el todo, ó una parte; y cuando, en este caso, negociaremos la otra.

Vista la confianza que tienes de mí, y de la cual participa el Tesoro, obraré y haré uso de tu nombre, según las circunstancias me lo aconsejen.

Del mayor ó menor precio que obtengamos en esta negociacion, prescindiendo de los mayores recursos con que podremos contar, es preciso no olvidar ni perder de vista que puede ser una cuestion vital para los actuales gobernantes, si, por las operaciones de esa y las combinaciones de esta, lograsemos obtener unos términos brillantes. Por mi parte nada se omitirá y yo me contentaré con que me deis una pequeña base. Es preciso, repito, que Agostino nos ayude, en cuanto sea posible, con ciertos movimientos militares que dén vida y nos anuncien un pronto y feliz desenlace.

Á Castro, á quien ruego que enseñes la presente, le indico algunas otras medidas que tienen relacion con el Tesoro.

Tén la bondad de ofrecer mis respectos los más afectuosos á SS. MM. Adiós. Tuyo afmo. amigo de corazon. =*J. A. y Mendisabal.*

Amigo Castro. — Leia esta carta, que é só para nós, e conviremos na resposta emquanto a fundos. =*Silva Carvalho.*

A Silva Carvalho

Londres, 8 de abril de 1834.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — Siento mucho que estés malo, porque, en circunstancias como las presentes, es preciso el estar bueno.

Las noticias del 22 son satisfactorias, y los resultados son más de lo que debian serlo, porque afortunadamente son pocos los que han dado importancia á la ocurrencia de la municipalidad de Oporto. Para mí, es un funesto síntoma; y aunque hayan tenido la calma y frialdad necesaria para haber deliberado con oportunidad, y el golpe se haya parado, debereis no olvidar el precedente y debereis tomar de antemano medidas para no ser víctimas de una intriga ó de una sorpresa. Yo, en vuestro logar, toda vez que me quedase que hacer algo por Oporto, como en efecto queda que hacer, porque, por mucho que se haga, no se hace lo bastante, lo haria sin prestar mucha atencion á la conducta de la municipalidad. Haciendo buenas cosas por Oporto, se obtiene la opinion y gratitud de los buenos, y no atacando á la municipalidad; esta hará una, dos, tres y más cosas malas por las cuales *entonces y no antes* el gobierno podrá disolverla; y ciertas gentes extranjeras y nacionales, que hoy son enemigas del ministerio, serán las primeras á hacer justicia á la línea de conducta sobre la cual ha dirigido todos sus pasos.

Dos decretos quisiera yo que se expidieran por el ministerio: el 1.° seria que para perpetuar la memoria de que la ciudad de Oporto ha sido la cuña de la libertad y para asegurar la independencia nacional, careciendo la nacion como carece de plazas fuertes en las provincias del norte y habiendo demostrado la experiencia que Oporto, tanto por su posicion, como por el patriotismo que sus habitantes han manifestado y que manifestarán siempre que el interés nacional los llame, etc., etc., se determina que las fortificaciones de la plaza se concluyan, y que se destinan tantos contos de réis anuales para la conservacion de las fortificaciones; el 2.° decreto seria el que en Matosinhos se estableceria un puerto de depósito y que tanto para establecer en dicho punto una buena rada ó babia, como para almacenes y camino de hierro, se estableceria una compañia de capitalistas para manejar la empresa. Que el gobierno dejaria por un espacio de cincuenta años la mitad de los derechos que recaudase, en beneficio de la compañia, y que además el gobierno se interesaria en £ 50:000, por las cuales tomaria las correspondientes acciones, sin otra intervencion, etc., etc., que la de cobrar los dividendos que se repartiesen.

El 1.er decreto dará mucho honor y crédito á Agostino; y el 2.° aumentaria el tuyo. Cuanto se gaste para hacer puertos en esa larga costa, aunque sea para buques pequeños de 300 á 400 toneladas, no equivale á las *grandes utilidades* que se ganára con tenerlos. De todos modos el gobierno no pierde nada en un establecimiento con £ 50:000, si esta suma llama á la circulacion £ 500:000 y la mayor parte se derrama en la parte jornalera.

Cuando as cosas se pongan un poco más claras, te hablaré de varios proyectos que tengo á la vista, para transformar esa nacion en los tres años de la regencia y hacer que el nombre del Emperador y de sus ministros sean bendecidos para siempre.

Habiendo hablado con nuestros amigos Argüelles y Calatrava, que están aquí, convienen conmigo que á lo menos deberiais acompañaros de algún otro miembro más en el ministerio, para que fueseis cinco y nó cuatro; porque es dar armas á vuestros enemigos, dándoles un pretexto para que digan que es una faccion la que domina; y que es tanto más cierto, cuanto Vs. no pueden encontrar á ninguno que hermane con sus ideas.

De oficio verás que reservo la negociacion de £ 1.000:000 para después de junio. Si quieres lucirte y aumentar más y más el crédito que vas adquiriendo en este país, te suplico que sin pérdida de momento hagas que se expidan los decretos siguientes:

1.° Que se admitirán en pago de las propiedades dela Casa del Infantado los fondos portugueses correspondientes á los empréstitos extanjeros, á la par (acaso seria conveniente el limitarlo á los empréstitos desde 1831, mediante á que el de 1823 debe ser cancelado con la deuda del Brazil). Esta medida en ningún caso es perjudicial y hace ver el deseo que existe de liquidar la deuda; y como que habrá mayores necesidades, si estas no conviniese cubrirlas con los medios que se puedan encontrar en la nacion, no habrá dificultad de encontrarlos en el extranjero, negociando un empréstito *á la par!* Esto no lo veo distante, y yo celebraré que suceda, como espero, hallándose á la cabeza del gobierno S. M. I. el Duque Regente, tu á la del ministerio y yo á la de la agencia financiera.

2.° Todo extranjero que adquiera una propiedad de bienes nacionales por la suma de 50:000 ó 100:000 cruzados, que gozaria de todas las franquias, etc., etc., que los portugueses; adquiriendo, si quisiesen, carta de naturalizacion. Para asegurar el sistema, es preciso crear nuevos intereses, y en esto es preciso ser muy pródigo. Por mucha liberalidad con que el gobierno proceda, nunca es perjudicial.

3.° Que, deseando el gobierno, por todos medios, promover la riqueza pública, que desde luego se interesará en una décima parte de los capitales que se reunan en diferentes compañías que se formen para abrir caminos, canales, colonizacion, etc., etc. El gobierno, al interesarse, renuncia toda intervencion en el manejo y direccion de las mismas, y, al concurrir con sus capitales, á proporcion que lo hagan los demás accionistas, recibirá sus dividendos como los demás. El gobierno, aunque tenga en algunas de estas empresas que emplear capitales que le cuesten sus 5 y 6% de interés, al año, y que el dividendo solo produzca 2%, ganará mucho, mucho; digo—el gobierno, como el representante de la nacion, ganará, porque, por cada libra con que concurre á la empresa, llama á la circulacion 10; y como que, por la naturaleza de estas empresas, la mano de obra se lleva casi la totalidad de dichos fondos, resulta que la clase de mendigos pasa á la de contribuyentes, y esta á la de propietarios. Se consigue más, que es, dando los medios de comer á aquellos y proporcionándoles una subsistencia que jamás han disfrutado, no se prestan tan facilmente á ser los instrumentos de los enemigos del órden y reposo público; teniendo los medios de subsistencia, la poblacion se multiplica, etc., etc.

4.° Sobre el empleo de los fondos de las reclamaciones contra la Francia, según tengo indicado á nuestro Castro.

Las cosas en España no marchan bien. Martinez de la Rosa es muy debil y está entregado al gabinete francés. El espíritu público no revive en aquel país,

y, mientras que no seais dueños de una parte de la frontera, no hay que pensar en nada.

Mis amigos, me dicen que los hombres como yo son mirados como muy peligrosos. El general Mina sigue emigrado, y, aunque con *ciertas protestas*, el ministerio de Martinez sigue mi pleito en apelacion en la casa *de los Lords!!!* La Santa Alianza domina á Luis Felipe. Este, hasta cierto punto, domina el ministerio español. Este es menos liberal que el Duque. Los ingleses no son nuestros amigos, pero es preciso disimular. Entre vosotros existen divisiones muy grandes; necesitamos de mucha maña y no dejarse llevar de ilusiones.

Espero que me auxilies para que negociemos el resto del empréstito á términos que nos dé crédito á todos.

Concluyo la presente deciéndote que en la Bélgica principian los alborotos, y que es menester que los eviteis en esa, ya sea con extranjeros, ya sea con nacionales. El negocio del tiro al oficial inglés, yo me temo que produzca disgustos, por deserciones, renuncias, etc., etc.

Adiós, mil cosas á Agostino y demás amigos y se repite tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. S. — En medio de todo, tengo algunas confianzas en la ida de mr. Ardoin á Madrid.

A Silva Carvalho

Londres, 10 de abril de 1834.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — Todas las cartas de Madrid de mis amigos y de otros que no son mis amigos, pero todos de nuestros propios principios, convienen en que Martinez de la Rosa está decidido á hacer marchar la España bajo un *despotismo ilustrado* y que las córtes, cámaras ó como las llame, no será otra cosa que una reunion de hombres elejidos bajo la influencia del gobierno y que solo servirán de sombra para engañar á unos cuantos bobos, haciéndolos creer que poco á poco se irán arreglando las cosas. Entre tanto la Regenta vá desacreditándose cada día más y vendrá á parar á... La opinion pública se vá desenvolviendo y marchando á obtener que le otorguen lo que tan de justicia le corresponde á un pueblo que, por consecuencia de tantos sacrificios como ha prestado, está sumido en la más espantosa miseria; ó si se detienen en otorgárselo, lo cual acaso será lo mejor, entonces, si las cosas de ese país van á mejor y las comunicaciones entre ambas fronteras se ponen expeditas, sucederá lo que yo deseo y á vosotros no os disgustará. Para todo se necesita de mucha prudencia y no menos sagacidad.

Por un pequeño paquete en que fué el capitán Henry, oficial muy digno de toda consideracion, y de los pocos buenos y desinteresados que tenemos, te escribi muy largo, y ayer inclui á Castro la copia que habia sacado y que no tube tiempo de poner en limpio.

Nuestro Sarmiento me ha enterado ayer noche de cuanto le ha dicho el Lord Palmerston sobre la peticion de los 3:000 hombres. De esta conversacion se vé bien claramente que este gobierno quiere intervenir, nó para concluir la cuestion de una manera honrosa para Portugal sino en términos que queden marchitadas todas sus glorias y que puedan aumentar su influencia sobre la clase

de sistema de gobierno que se establezca en esa, hasta el punto de que sea un despotismo ilustrado y nó un gobierno libre como el que el Emperador y vosotros deseais. Me consta hasta la evidencia que este gobierno y el de Francia no quieren la cooperacion de España. Ostensiblemente nó, pero privadamente la resistirán.

Las concesiones que quieren se hagan á D. Miguel y á sus satélites, y por las que alimentan las mayores esperanzas de que coadjubarán mucho á poner un término á la cuestion, tienen por objeto el hacer que los miguelistas entren en posesion de sus derechos civiles, á fin de que, uniendo sus sufragios con los de la aristocracia, obtener una mayoria en las elecciones del interior. Las comunicaciones que ha habido ultimamente entre unos y otros, por medio de Buchental, han tenido este objeto á la vista, y, como yo conozco bien á este *perillan,* considero muy fácil el que sacrificando unos cientos de libras podria mandarse á Madera con el proyecto de que entable ciertas negociaciones con el gobernador, y que si obtiene el que se pronuncie por la buena causa, que se le dará... Lo que conviene mucho es el sacarlo de esa. Es preciso en política no despreciar nada. Las cosas más insignificantes á veces destruyen y arruinan las más seguras y más bien organizadas combinaciones.

Yo vuelvo á insistir en que deberiais aumentar el ministerio con algún otro más amigo. Agostino deberia asegurar una plaza en el consejo de estado y quedarse en extranjeros en propiedad, nombrándose otro para guerra. Toda vez que el general Avilez se ha escapado, si es hombre de alguna inteligencia y de confianza ¿porque nó nombrarlo?

Los fondos siguen bastante bien; nada más fácil que hacerles otra vez subir á 72 por ciento; pero, sujetos como estamos á incidentes, seria exponernos á otro y otros pánicos que destruyesen tanto el crédito portugués que nada volveria á recobrarlo. El precio de 67 á 67 1/2 es demasiado, atendido el estado en que se encuentra la nacion y atendido á que es preciso que los mismos que prestan dinero lo presten para pagar los intereses.

Dejo á tu amistad el considerar cuanto habré tenido que hacer y cuanto aun tendré que hacer para atender á todo, sin que hasta ahora ni un solo bono de £ 100 se haya presentado al público, de las primeras £ 500:000. Á esto es á lo que se debe en mucha parte los precios que disfrutamos, y á poco que las operaciones militares nos ayuden y tu dés los decretos que te tengo pedido, particularmente el que se admiten bonos de la deuda extranjera como *cash* en pago de los bienes de la Casa del Infantado. El solo decreto, favorecido algun tanto con los sucesos militares, que alimenten las esperanzas de una pronta terminacion de la guerra, dará á la nacion más de £ 100:000 en la parte de los fondos no negociados, y á tí te llenará de gloria, no solo ahora sino en proporcion que se vaya extinguiendo la deuda extranjera. Ya tienes bastantes pruebas de que no me falta prevision. Recuérdate cuanto trabajé para el empréstito nacional de las £ 200:000, y ya sabes que la extension que di al empréstito de las £ 500:000, creando £ 2.000:000 de *stock,* ha sido de mucha utilidad y economia, y á ti te dá mucho honor, porque te podrás presentar como el solo ministro á quienes en circunstancias semejantes se le concedió £ 2.000:000 en fondos y que lejos de devorarlos los ha conservado y ha ido gradualmente negociándolos. Algún día conocerás las ventajas de cuanto se ha hecho.

Yo deseo que vengan los tales decretos, que los militares hagan algo para dejar arregladas todas las cosas y poder ausentarme por un mes para haceros una visita, lo cual debe ser muy interesante para lo futuro.

Á Agostino que tenga esta por suya, y, con expresiones á los amigos, queda todo tuyo afmo. de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. S. — Ten la bondad de presentar los homenajes de mi respecto á SS. MM.

De D. Francisco A. y Mendizabal a Silva Carvalho

S. C., 13 de abril de 1834.

Confidencial. — Exmo. señor. — Muy señor mio. — Con mucho placer digo á V. E. que esta mañana he estado en casa del sr. O'Brien, y exigiéndole que me mostrase la correspondencia que dirijió al *Times* por este paquete último, para ver si me habia cumplido la palabra que me dió en 5 de marzo último de no escribir ningún ataque en contra de los miembros del ministerio, sin antes avisármelo, he visto que ha hecho cuanto me prometió, y más, que cuando habla de la estada de S. M. I. en Cartaxo, dice: «I am happy to say, that the Minister of war and the Count of Saldanha have been in the best of terms in the 24 hours that the Emperor was there, etc., etc.».

También me ha prometido que hará justicia á S. E. el sr. ministro de la guerra; pero, que no la puede hacer de una vez; y, como yo sé que esto causa satisfaccion á V. E., me he tomado la libertad de comunicarselo.

Sin otro particular, me repito de V. E. atento S. S. Q. S. M. B. = *F. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 19 de abril de 1834.

Reservado.—Mi querido Carvalho.—No volveré á hablarte más del ministerio, pues que así lo deseas.

De Gand llegó; pero, en lugar de irse á España, se vuelve á esa con el mismo vapor á llevaros un tratado que nuestro Sarmiento ha celebrado con Francia, España y este país, el cual en mi opinion llena todas nuestras esperanzas. El principio de neutralidad de Francia y Inglaterra dessaparece; la España reconoce á la Reina y la regencia de su Augusto Padre. Auxilia con sus tropas, sin gasto alguno de nuestra parte, y la Inglaterra lo hace solo de *fuerzas navales*.

Nuestro Sarmiento, como carecia de poderes, dudaba un poco lo que debia hacer, y yo le insté sobremanera. Para mí, es una cosa maravillosa esta *metamorfosis* del Lord Palmerston; de todos modos las condiciones que se exigen son bien suaves, y, en mi opinion, vosotros no debeis titubear en ratificar el tratado y al mismo tiempo condecorar con una gran cruz á Sarmiento, para manifestar al mundo entero que vosotros no deseabais otra cosa que aprovechar la primera ocasion. Sarmiento es uno de los mayores defensores que tiene el Emperador y todos vosotros. Sírvate de gobierno.

Las cosas de España van mal en mi concepto. Si es cierto que Toreno ha entrado, mejorará algo, pero nó mucho. Con De Gand te informaré de todo cuanto hay sobre la materia, y de la línea de conducta que en mi concepto deberia adoptarse. Con De Gand mando todos los encargos tuyos y de los amigos.

En Francia ha habido mucha sangre. Se prepara una revolucion. Aquí hay *mobs*. De una guerra no está muy distante la Europa; lo que os conviene es el concluir con esa cuestion y hechar fuera á D. Miguel.

Á Agostino muchas cosas, y mientras que yo tenga el gusto de abrazarte te dice adiós de corazon. = *Juan.*

P. S. Allá vá un artículo del *Times* que jamás ha puesto otro igual.

Frasquito tiene orden de franquearte cuanto, cuanto necesites; tu no has querido disponer de nada hasta ahora. Los caballos irán con los de la Reina.

A Silva Carvalho

Londres, 22 de abril de 1834.

Mi querido Carvalho.—Lée la que incluyo para Agostino, y creo haberme justificado. Yo no tengo *miedo*. Nada me arredrá; pero, entre tener prevision ó caminar con las circunstancias, unas veces con mucho carácter y otras veces sometiéndome á aquellas, hay una diferencia.

Hoy he escrito á nuestro Castro y corto, para que tu la leas. Medita cuanto digo y compláceme si puedes.

Lo del puerto franco te eternizará, si lo estableces en la escala más liberal que jamás existió puerto franco. Si lo haces así, créeme, Lisboa en nuestros días será un segundo Londres. Es preciso mirar la cosa muy en grande. Nada debe importarte el que las aduanas produzcan algo ó nada. Tu puedes eternizarte, pero es preciso no contar réis sino peniques, no cruzados sino libras.

Me refiero á De Gand sobre lo demás. Adiós. Tuyo de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 23 de abril de 1834.

Reservadísimo.—Mis queridos amigos.—De Gand partió ayer con un tratado, que, si no llena las miras de Vs., y en su consecuencia titubéan Vs. en ratificarlo, seria de sentir mucho! Su admision es de la mayor importancia, porque es el primer acto por el cual la regencia de S. M. I. es reconocida, porque, en el estado en que marchan las cosas de España, lo que conviene á la buena causa es el que ese reino sea libre, para que Vs. puedan ejercer la influencia que es indispensable para consolidar la causa constitucional en la Península, y porque de este modo no solo se pone un candado á las lenguas mordaces, que dicen que quieren Vs. eternizar la guerra civil, sino que la parte sana de la nacion reconocerá que los que en Oporto supieron arrostrar toda clase de peligros fueron los mismos que, al momento que pudieron contribuir con sus fuerzas para poner un término á los males de la nacion, lo *hicieron*.

Es preciso no olvidar las vicisitudes de una guerra civil; es preciso tener presente cuantas veces, desde la llegada á Lisboa, hemos creido todos que la causa estaba concluida, y es preciso reconocer que, libre Portugal, la opinion pública ganará mucho en España y serán elevados al poder los *hombres que como vosotros puedan ofrecer las correspondientes garantias á las verdaderas instituciones liberales.*

Si vosotros leeis con detencion al *Estatuto Real* autorizado por Martinez de la Rosa, y Burgos! facilmente conocereis cuan imposible es el que vosotros marcheis en armonía con tales hombres. Como que la opinion de la nacion no es la que tienen los hombres que están á la cabeza del poder, y como que yo tengo motivos para conocerla, según lo que me escriben de diferentes partes personas imparciales, estoy cierto, ciertísimo de que tan pronto como el partido liberal vea que la causa de Portugal está segura, que sin titubear avanzará á nuestro objeto.

Por de contado, que si convenis en ratificarlo, *debe ser sin pérdida de momento,* que es el modo de hacer ver la mejor disposicion en favor del tratado.

Repetiré ahora que jamás D. Pedro como Regente y vosotros como sus ministros fueron mejor representados en una córte extranjera como lo estais ahora con el sr. Sarmiento, á quien debeis procurar de darle alguna mayor condecoracion, para probar la satisfaccion que os ha causado.

En el *Globe,* ayer, vino un *furibundo* ataque contra vosotros y particularmente contra nuestro Carvalho. Fui esta mañana al *Courrier* para que digesen algo fuerte, y me digeron que estaban preparados. Adjunto es lo que han dicho sobre la materia. Hoy dice el *Times* algo contra D. Pedro; mañana se desdirá. El *leading article* del *Globe* trae esta tarde un artículo en favor de D. Pedro y en contra vuestra. Mañana lo contestaré en el *Morning chronicle.* Este gran periódico se vende. Yo voy á interesarme en una cuarta parte para poder influir en los asuntos de la Península. Necesito que busqueis una pluma de primera línea que sea el corresponsal de dicho papel en esa, para que hable con imparcialidad, pero con amistad, sobre todos los asuntos de Portugal. Conservaré siempre mi influencia en el *Courrier.* En el *Times* voy adquiriéndola y espero dulcificar al *Herald.* A O'Brien he escrito muy fuerte sobre Agostino. Conozco á aquel: es preciso estar en guardia, pero es preciso conocer la influencia de su papel en Europa.

De Gand os desengañará de que procedesteis con *mucha viveza* cuando despachasteis el *Osprey.*

Adiós; vuestro de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Londres, 8 de mayo de 1834.

Reservado.—Mi querido Carvalho.—He recibido tu apreciable de 27 de abril y también he recibido varios oficios del Tesoro, cuyo lenguaje me es más sensible que me fué en otros tiempos el que la comision del Tesoro usó conmigo desde Oporto, cuando no me conocia y cuando no le habia hecho tantos y tantos servicios.

Agostino también ha dado una contestacion al Tesoro por unas £ 100 que he distribuido aquí entre unos oficiales franceses que me embarcó en el *Sohó,* sin pasaportes, sin liquidaciones y sin nada, tratándome de arbitrario, etc., etc., que me admira como lo ha autorizado con su firma.

Nada me seria más fácil que contestar y contestar muy victoriosamente sobre todo; pero, ¿hemos nosotros enfrascarnos en una correspondencia odiosa, que á ninguna de las partes haga honor y que al mismo tiempo demos un triunfo á nuestros enemigos? Confio que no será así, y confio también que Agostino y tu me hableis claro y me digais con franqueza qué duende hay encerrado entre

nosotros desde la venida de De Gand; pues que, si conviniese, yo me retiraré; pero, me retiraré con los honores de la guerra, á lo cual me considero acreedor, cuando menos.

Como en la correspondencia del Tesoro no observo, desde cierto tiempo á esta parte, ni la amistad, ni la franqueza con que hemos tratado todos nuestros negocios, me tiene alarmado el ver que van pasados seis meses desde que nuestro Miranda entregó ciertas cuentas de Carbonell, y ni á estas ni á ningunas de las posteriores ni se le ha mandado aprobacion, ni se le han hecho observaciones. Las operaciones de Carbonell, desempeñadas todas bajo la inspeccion de Miranda ó la mia, no necesitarian de mayor aprobacion, supuestas las facultades que se nos concedieron á su tiempo. Nosotros pudimos aprobarlas aquí, nosotros no lo hicimos ¿y tu querrás dejar á *otros* que nos potréen con la aprobacion de operaciones que nos han costado tantas ansiedades? Por las cuales hemos hecho tantos sacrificios! Estoy muy lejos de creerlo de tu amistad y consecuencia. Nosotros nos unimos, nosotros no nos desuniremos. En nuestra union consistirá la felicidad de nuestras respectivas patrias.

Las intrigas abundan aquí, y vosotros debiais prepararos para las que tendrán en esa su influencia tan pronto como la guerra civil termine.

Si la revolucion en España no recibe cierto impulso, á fin de que los hombres como Toreno, Argüelles y Calatrava entren en el mando, debeis temer tanto de la marcha de Martinez, como de la del duque de Broglie.

Martinez es liberal, pero es muy débil y teme mucho á los gobiernos extranjeros, así como á los liberales exaltados.

No tengo tiempo para escribir á Castro ni á Rodrigo, y á la verdad me falta el humor para todo.

Tuyo. = *Juan*.

Reservadísimo. — Convendrá que os armeis de prudencia, por las comunicaciones agrias que este gobierno os hará; yo creo que quieren un motivo para romper con Vs.

A Silva Carvalho

Londres, 16 de mayo de 1834.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — Tengo á la vista tus cuatro líneas del 3, por el *Pike*, contestándome á la reservada que te escribi por el mismo paquete en que te anunciaba la existencia del tratado. Aunque en las cuatro líneas, siempre apreciables para mí, usas de un estilo diplomático y poco conforme á la *buena acogida* que merecieron mis avisos, lo cual lo debo inferir de la conducta de Agostino con el Lord Howard al hablarle la primera tarde de la llegada de los pliegos con De Gand, conducta que os hace mucho honor y que ha eclipsado muchas de las intrigas que circulaban por aquí, y aunque no he recibido por el *African* ni una sola línea ni de Agostino, ni tuya, ni de Castro, te diré que si bien siento la conducta que se observa conmigo en el Tesoro, puedo asegurarte que mi amistad para con Agostino y contigo en nada se ha alterado, ni puede alterarse. Vosotros teneis en vista una cosa: la misma tengo yo. Podremos equivocarnos en el modo; pero esto no debe producir ninguna variacion. Para que nos podamos entender y para enteraros que el gobierno de Madrid es tan enemigo de los

principios de *Carvalho, Freire y Mendizabal,* así como para que se asegure lo que los tres deseamos, pienso salir de aquí la próxima semana para esa.

Adiós. Tuyo de corazon. = *Juan.*

A Rodrigo da Fonseca Magalhães

Londres, 22 de mayo de 1834.

Reservadísimo. — Querido Rodrigo. — El papel, carton, etc., etc., me acompañará el 1.º de junio que salgo de aquí, para celebrar en esa con mis amigos el aniversario de mi llegada á Oporto. Disimule V. mi falta, que no ha sido hija de mala voluntad, ni de cosa que lo valga.

Mucho cuidado con el gobierno actual de la nacion vecina. Yo tengo motivos para asegurar á nuestros amigos que en aquella córte se les odia, por los hombres al frente de los negocios, aun más que por los que están aquí.

Voy á esa por que creo que puedo hacer un gran servicio á la causa de la libertad, que es la de nuestros amigos. Para coger en la red á nuestro Héroe, sé que se le asegurará: — 1.º Su continuacion en la Regencia, continuacion que apoyará la nobleza. — 2.º El casamiento con el D. de L. será sostenido por este gobierno. — 3.º Cierto amigo, íntimo en aparencia de Carvalho y Freire, se prestará á unirse al nuevo ministerio, y otras cosas que no puedo fiar á la pluma. Alerta, alerta, alerta. La presente es para nuestros amigos y para Gomes. El Lord Howard tendrá instrucciones para dar seguridades á nuestro Héroe.

No puedo más. Suyo de corazon. = *Juan.*

Expresiones á Frasquito.

A Silva Carvalho

Londres, 24 de mayo de 1834.

Mi querido Carvalho. — Llegó De Gand y parece que todos Vs. se han muerto. Prescindiendo de lo que yo me merezco, creo que el interés del servicio reclamaba el que yo fuese informado de *antemano* de cuantos decretos se pensasen expedir y que tuviesen relacion con el crédito, para que yo con tales datos pudiese obrar y nó que siempre tenga que hacerlo casi á ciegas. Como que la ausencia de tanto tiempo puede haber dado lugar á ciertas intrigas, he creido, tanto para renovar nuestras relaciones, como para cosas de la mayor importancia para los futuros destinos de la Península, que lo mejor será el ir á esa por unos ocho días, y en su consecuencia voy á partir de esta el 1.º de junio próximo.

Llevaré los caballos y demás encargos.

Por este paquete he escrito una carta á Rodrigo y sobre su contenido llamo mucho tu atencion y la de Agostino. Es preciso estar muy alerta y evitar á toda costa el que ningún hidalgo forme parte del ministerio. La más pequeña concesion que hagais en esta parte es la sentencia de muerte de la causa que tan gloriosamente hemos defendido.

Los fondos han subido hasta 80; pero, este precio no es real, es hijo de la especulacion, en la cual está ahora metido el pillo de Da Silva, para uno de estos días hacer otra intentona como la pasada; — que tratará de hacerla, no hay duda; que lo consiga, muy grande. Ahora no nos cogerá por sorpresa.

Las cosas de España marchan á empujones, pero siempre ganando. Tan luego como se concluya en esa la cuestion, y los tímidos liberales españoles hayan perdido el miedo, nos nivelaremos.

Adiós. Tuyo. = *Juan.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 31 de mayo de 1834.

Mis queridos Agostino y Carvalho. — Si el paquete llegase antes que yo, pido á vuestra amistad que conserveis la mayor *circunspeccion* y *reserva* sobre su contenido, hasta que nosotros hablemos. Ni en *pró* ni en *contra*. La cuestion es muy delicada y es preciso que hablemos. Yo desearia el que el ministerio ni mostrase alegria ni pena. Está bien que considereis sobre la cuestion, pero que no formeis vuestro juicio hasta tener media hora de conversacion conmigo. Yo no debia ausentarme de aquí, pero es preciso aventurar algo del *presente* por asegurar lo *futuro*.

Todo vuestro, con mis más sinceros respetos á SS. MM., vuestro amigo. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Londres, 7 de julho de 1834.

Officio. — *Copia.* — Exmo. sr. — Á mi llegada á esta antes de ayer á las cuatro y media de la tarde, encontré que los fondos portugueses en los últimos días habian adelantado mucho en la estimacion de los concurrentes al mercado. Esta subida debe atribuirse, además de algunos falsos rumores que habian circulado y de que han hecho mencion los papeles públicos, á la circunstancia cierta de que, adquiriendo visiblemente la nacion portuguesa aquel grado de estabilidad en sus instituciones que es necesario para infundir la confianza, el público ha empezado á mirar estos fondos como una seguridad positiva, y, por consiguiente, son buscados para el empleo permanente de capitales que se pretenden utilizar. Además, la extincion de los monacales y de la compañia de vinos de Oporto ha sido mirada como un origen de fomento de la riqueza pública, y la incertidumbre en que el gobierno español ha dejado la suerte de las obligaciones de España ha hecho también que los que especulaban en ellas las abandonen para acudir á las que ofrecen más firmes garantias. Aunque algunos de los rumores á que he aludido han sido á mi llegada desmentidos, las consideraciones, que llevo apuntadas, nunca podrán ser desvanecidas, y así se ha visto que hoy, tanto por la progresion natural del impulso, como por el efecto que ha producido la publicacion de los decretos de que he sido portador, los fondos han tomado un extraordinario incremento. Aprovechándome de él, he vendido por cuenta del gobierno £ 100:000 á mr. N. M. Rothschild á 87, y £ 100:000 al público, á 88, por medio de los srs. Ricardos & Comp.ª

Sin perder momento, he tratado de entablar la negociacion de la cantidad que se juzgó necesaria, para llevar á efecto el plan proyectado para la extincion del papel moneda, en las conferencias reservadas á que tuve la honra de asistir con V. E. y los demás individuos del tribunal del Tesoro público y uno de los

directores del banco. Es tal el concepto favorable que se tiene del estado presente de la nacion portuguesa, y la confianza en la marcha comenzada hacia las mejoras progresivas y radicales, que en pocos momentos de conversacion con personas de gran inteligencia y responsabilidad se han sentado las bases de un tratado para la negociacion de £ 600:000 á 95 por ciento y 6 por ciento de intereses, contados desde 1.° de junio último.

£ 100:000 obtendré y remitiré desde luego por el buque de vapor que voy á contratar sin pérdida de momento por el objeto del viaje de SS. MM. á Oporto. Esta misma noche me ocuparé de la redaccion de este tratado, que no envolverá ninguna condicion por la cual la nacion tenga que sufrir mayores sacrificios que los de 6 por ciento por cada £ 95 que reciba, equivalentes á £ 100 que reconocerá. Los gastos del pago de los dividendos serán reducidos á 1/2 por ciento de comision sobre las cantidades que se empléen en sus respectivos pagos, como ha sucedido en los anteriores contratos. V. E. y los demás señores que asistieron á dichas conferencias miraron esta operacion como la base de las demás que deben seguirle para asegurar la felicidad de esa nacion y por consiguiente no necesito fundar una opinion, y solo diré: La pronta amortizacion de unos efectos cuya existencia en Portugal se mira con estrañeza por parte de las naciones mercantiles, V. E. la tuvo siempre á la vista; V. E. sabe que aunque el discurso de muchos años ha hecho casi olvidar que devengan un interés de 5 por ciento, no es menos cierto que el derecho de los tenedores existe y con él un cargo contínuo al gobierno por esta excepcion en las reglas de justicia y buena fé con que se ha propuesto marchar, y ahora que por los constantes desvelos del mismo la nacion vá marchando á su prosperidad, debe temerse que pronto este papel seria un objeto de especulacion, y los que la emprendiesen, valiéndose de los recursos que les darian para reclamar las instituciones liberales, pondrian al gobierno en la alternativa de: ó tener que separarse de la línea que se ha propuesto seguir, ó de hacer frente á un encargo de obligaciones en favor de unos individuos que habian adquirido un derecho que, por considerarse generalmente como caducado, no se tuvo presente por el vendedor al tiempo de su enajenacion. Por otra parte, no seria posible que nuestros fondos pudiesen elevarse del alto precio que hoy disfrutan, ni aun conservarse á estos mismos, en el momento que el especulador, el capitalista extranjero, examinase y se dijese á si mismo: «Yo doy 88 por ciento por unos valores que devengan 5 por ciento, mientras que una de las partes que constituyen la moneda del país á quien corresponden estos fondos vale solo 72 á 73 por ciento, esto es, sufre un quebranto de 27 y 28 por ciento». El producto de esta negociacion podrá ser remitido únicamente en soberanos, pesos mejicanos y barras de plata. Como me consta la imposibilidad que existe de que la Casa de la Moneda pueda acuñar la necesaria para la operacion del pago del 1.° al 15 del próximo mes, me parece conveniente proponer á V. E. que en vez de expedir un decreto para prescribir la circulacion de la moneda extranjera que remita, con arreglo á tarifa se fije á esta el máximo de su valor, y sometiéndola á un resello se permita circular solo por un tiempo determinado, durante el cual los productos de la Moneda pueden facilitar el volverla á recoger por el valor antes fijado, en cambio de la portuguesa. El estar esta moneda resellada ó marcada, que así se permita por un tiempo limitado, impedirá el que se estraiga fuera del reino. Espero que todo lo dicho obtendrá la aprobacion de V. E., cuya contestacion le ruego que se sirva remitirme, con toda la expedicion que exigen tan interesantes asuntos, por mar y por terra.

Dios guarde V. E. muchos años. — Exmo. sr. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 7 de julio de 1834.

Mi querido Carvalho.—Por la de oficio te enterarás de la feliz recepcion que he tenido en esta y de los buenos resultados que hemos obtenido á consecuencia del decreto y portaria que traje de esa. Es sensible que no hubiese venido conmigo el famoso decreto: nuestro amigo Argüelles lo ha leido y me ha pedido una copia para conservarlo como una curiosidad; dice que si lo llevais á efecto conseguireis el multiplicar los valores de los bienes nacionales, y creando nuevos intereses asegurareis la tranquilidad del país, particularmente en estos primeros seis meses, que son los más terribles: le he explicado el decreto para liquidar los acreedores del estado en el término de un mes, y ha aprobado completamente el medio propuesto por mí, como económico y sumamente ventajoso.

Cuento con que nuestros Rodrigo y Castro serán infatigables contigo para preparar los elementos necesarios á llevar á efecto el utilísimo proyecto de la extincion del papel moneda: cuento con que en el mismo día lo arregles todo con la direccion del banco y el consejo de estado, y que obteniendo la sancion del Emperador, sin pérdida de momento se haga la publicacion al siguiente día, se evite el abuso que podrian hacer algunos, abuso que acaso podria desgraciar la operacion. Mi opinion decidida es que el papel moneda debe extinguirse con solo 20 por ciento de quebranto, esto es á lo más, porque vale más que se paguen 3 ó 4 por ciento más, que para la nacion es insignificante y para los particulares que reciben el beneficio es de mucha importancia, y para el gobierno no es de menos el que en una gran medida como esta no haya uno que grite.

Según lo que hablamos con la direccion del banco, Castro y yo, las £ 500:000 en especie y 4 bonos de lo restante á 2, 3 y 4 años, con el interés de 1 por ciento, es suficiente para que ellos puedan realizar la operacion; pero si exigiesen más cantidad en metálico, no habria inconveniente en que el empréstito se verifique de £ 700:000 ó 750:000. El precio de 95 por ciento es libre de toda comision, lo cual debe llenarte de mucha satisfaccion, porque es un precio más que razonable y estoy seguro que antes de un año podrás emitir igual cantidad á 5 por ciento, á la par, y recoger este: de esto te salgo yo garante.

He principiado á abrir la subscripcion para establecer una compañía con un capital de £ 2.000:000, á fin de que al abrirse las córtes pueda ponerse á la cabeza de un banco para fomentar la agricultura y encargarse de todos los canales y caminos del reino: hoy he hecho grandes progresos y estoy seguro, segurísimo, de que al llegar aquí el decreto de la amortizacion del papel moneda, quedará completa la subscripcion, lo cual ayudará no solo á multiplicar el valor de las propiedades, sino tambien á facilitar á la hacienda los médios de la recaudacion.

Espero pues que todo se verificará perfectamente y que me mandarás un expreso por mar y otro por tierra, en atencion á que es menester no exponerse á incidentes, porque yo no puedo salir de aquí sino cuando esto se haya verificado, y tu conoces cuan importante es el que yo esté en esa, con las memorias de cuanto se ha hecho por aquí, antes del 7 de agosto, á fin de tener bastante tiempo para preparar estos trabajos, para presentarlos á las córtes.

Me habia propuesto escribir al Emperador para rogarle de la manera más íntima el que no titubease ni por un instante el prestar todo su apoyo á esta medida, pero no tengo tiempo para ello, y así te suplico encarecidamente que se lo hagas presente de mi parte; nadie se interesa más que yo en sus glorias y en

sus triunfos: el Emperador debe conocer mi sinceridad y cuan imparcial soy en esta cuestion en cuanto respecta á mi persona.

El *Royal Tar* vá á salir de aquí el 10 en la noche, y espero que no apliques el dinero que lleva sino al objeto para que ha sido levantado: á la buena fé debemos más que á otra cosa el crédito que gozamos, y tu puedes contar que, siguiendo con ello, el 5 por ciento quedará reducido á 4, mucho antes de lo que tu puedes imaginarte: en mi concepto no pasará un año.

Por el vapor te entraré en otros detalles. Expresiones á Agostino, Rodrigo y Castro; sin olvidar á los amigos Lobo, Bettencourt y sr. D. Felipe; y sin tiempo para más, tuyo. = *Juan.*

Nota de Silva Carvalho.— Sobre emprestimo a 95 por cento. Sobre a extincção do papel-moeda.

A Silva Carvalho

Londres, 8 de julio de 1834.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — La manera honrosa con que me he conducido en la publicacion de los decretos, no permitiendo que nadie tomase ventajas sobre el público, y los principios sobre los cuales ellos han sido extendidos ha producido una subida en nuestros fondos de ... en términos que he negociado hoy £ 100:000 á 87 ! ! ! y £ 100:000 á 88 ! ! !

Es preciso que trabajes día y noche con el Tribunal del Tesoro, con el consejo de estado y con la direccion del banco, para que salga á luz el decreto del papel moneda sin que sea conocido de nadie, nadie. Mi opinion es que el papel moneda debe ser pagado por el gobierno á 80; que el pago debe hacerse desde el 1.° de agosto hasta el 15 del mismo; que al banco deberán dársele las £ 500:000 en especie, y el resto en 4 bonos á 2, 3, 4 y 5 años con interés de 1 por ciento. El decreto debe darse á las veinte y cuatro horas, ó á lo más á las cuarenta y ocho horas de que recibas la presente. —Venga pues, y antes que se reunan las córtes quedará aquí formada una compañia para hacerse cargo de construir los caminos y canales del reino; el establecimiento de bancos rurales en las provincias, etc., etc.,—*nada de compras de propiedades;* su capital será el de 2.000:000 libras esterlinas. El Emperador será invitado á ser el protector. No será mal presente el que haga S. M. I. á las córtes, extinguido su papel moneda, y una compañia con semejante capital, que vá á dar el impulso necesario á la agricultura, industria y comercio, con lo cual el valor de las propiedades será elevado á cuanto se quiera. Iba á escribir á S. M. I. para suplicarle, como su mejor amigo, que no titubease en autorizar los decretos que nos proporcionen el metálico para levantar los fondos y extinguir el papel moneda; pero me falta el tiempo, y no quiero detener este extraordinario; el que tu me mandes que venga por tierra y otro por mar.

El vapor para SS. MM. saldrá el día 10; llegará á esa el 16; si los partidos tienen juicio en esa, antes del 1.° día del año tendremos el gusto, S. M. I., tu y yo, de crear un 4 por ciento y redimir el 5 por ciento. Adiós, expresiones á Agostino, Castro, etc., etc. Rodrigo que ponga en prensa sus talentos para el relatorio, etc., etc.

Si el banco reclamase más £ 100:000 ou £ 200:000, no titubées. —Yo las proporcionaré. Tuyo de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Londres, 12 de julio de 1834.

Mi querido Carvalho.—Por el *Royal Tar* escribo largo á nuestro Castro, y, á tí, los puntos que no toco á aquel. Ahora lo hago por el paquete, incluyéndote una para el duque de Palmella, cuyo contenido también es para tí. Desde que la escribi, ha ocurrido hoy un medio pánico en los portugueses, que bajaron hasta 83 1/2. Mis enemigos dicen que fué á consecuencia de mi aviso al público, que te mando de oficio, y es anunciando al público, como era de mi deber, que el resto del empréstito estaba en circulacion; pero la verdad es que hoy se ha sabido en el público que Don Carlos ha desaparecido y que el Emperador se habia agravado mucho en su salud. Estas noticias han sido circuladas como venidas por el *City of Edinburg* y el *Asia*. Como yo no he tenido cartas, ni *oficiales* ni *particulares*, no he tenido en qué apoyarme para desmentirlas si no era cierto y, de todos modos, presentar las cosas como sean realmente. La opinion pública nos es sumamente favorable, y nada más fácil que asegurar la felicidad de ese país, si tenemos *union* y *juicio*.

Adiós; mis expresiones á Agostino y demás amigos y tu cuenta con la amistad sincera de—*Juan*.

A Silva Carvalho

Londres, 12 de julio de 1834.

Mi querido Carvalho.—Me estoy ocupando de las memorias de la comision y la de los empréstitos: ellas estarán para el 25 del corriente mes y te las mandaré por tierra y por mar, independientemente de llevar conmigo un ejemplar de todas ellas. No deja de ser un trabajo que me impide el despacho de los diarios como yo quisiera; pero no se puede todo. Nuestro Castro deberia ir formando un expediente del último empréstito desde que se me dieron las instrucciones, llamando á él mis principales comunicaciones, á fin de no andar á carreras, si á consecuencia de las memorias lo pidiesen. Para esto deben tenerse presente los tratados de 10 de diciembre y 28 de abril, que cada uno en su línea tienen muchísimo mérito.

Confio que en el proyecto de la extincion del papel moneda habreis tenido todo el tino y acierto necesario para sacar fruto de tan gigantesco plan. Mucho podremos hacer en su consecuencia. Como yo veo muy dificil el mandaros especie acuñada suficiente, voy á tratar aquí si este gobierno permite que en su casa de moneda se acuñen cruzados. Sé que es contra las leyes, pero otra ley lo arregla todo—no debemos andar con rutinas.

La mejor prueba que puedes dar á todos esos señores de la necesidad que hay de elevar el crédito son los resultados que has obtenido, á consecuencia de las dos últimas medidas, resultados que, aunque no hubiesen sido más que la formacion de la compañia, eran de mucha importancia. Todos y particularmente Argüelles que han visto la famosa ley han hecho mil *encomios* de la misma y han convenido que ella solo uniria los partidos de una manera indisoluble.

A Castro que por tierra y por mar y de todos modos me tenga al corriente de lo *malo,* de lo *bueno* y de lo *indiferente.* De todo se saca partido por nuestros enemigos y de todo podremos nosotros también sacarlo, para paralizar sus esfuerzos.

Adiós, mil cosas á Rodrigo, cuyo encargo ha sido despachado. El encargo de Calatrava.

Tuyo.=*Juan.*

Los decretos de reduccion de mitad de derechos de puertos y el de quitar las aduanas de la frontera de España son muy urgentes y más de lo que yo te podria decir en una carta.

A Silva Carvalho

(Lisboa.) Agosto 16.

Reservadísimo.—Mi querido Carvalho.—El duque de la Tercera, de cuya amistad y buena fé no podemos dudar, me ha dicho: *Yo desearía mucho el que el ministerio en ningún caso faltase á las consideraciones que la cámara se merece, acaso habrá alguno que procure exponerlo, para que los pares hagan una cuestion de corporacion; en cuyo caso todos tendrán que estar por la defensa de sus prerogativas.* No perder de vista esto, dicho por el mayor amigo que teneis entre aquellos señores. El ministro del reino dijo de oficio que las cámaras no se reunirian hasta el 18, al mismo tiempo que el Emperador dijo ayer las camaras quedan abiertas. Es preciso bien estudiar la marcha constitucional para no sufrir un desaire como el sufrido hoy, reuniéndose la de los pares.

Hoy, al mandarse el expediente de Taipa se comete la tonteria de decir no se le ha avisado porque no se sabia á donde vivia y porque de la relacion que hace parece que no debia asistir—¿prescindiendo de no haber mandado el expediente, cabe una contradicion más manifiesta?—ciertamente que nó.

A otra cosa: mira lo que me dice un español establecido aquí, que creo me respeta mucho para tratar de faltarme á la verdad.

Nuestros fondos habian bajado el 6 á 84 $^1/_2$ por ciento, y no dudes que, si los comerciantes han escrito como hablan aquí, nuestros fondos van á estar flutuando y bien. Cita una hora en la que podamos reunirnos, Castro, tu y yo, mañana temprano en casa de Rodrigo, para tratar sobre la segunda parte de tu memoria, pues discurro que pueden tocarse cosas muy interesantes.

Adiós. Tuyo.=*Juan.*

A D. J. A. y Mendizabal

Lisboa, y agosto 16 de 1834.

Señor D. Juan Mendizabal.—Muy señor mio.—Acaba de ser leida, en la Plaza del Commercio, la respuesta dada por el ex.^{mo} sr. Silva Carvalho á los negociantes que firmaron la representacion á S. M. respectivamente á la aceptacion y pago de las obligaciones en metal, luego que haya expirado el decreto de

papel moneda. Como lo creo á V. perfectamente informado de cual esta sea, me ha parecido conveniente advertir á V. lo que he oido á los principales de ellos, que es hacer nueva representacion á S. M. pidiendo la próroga de tres meses, y que, si esto les fuere negado, se proponian á no pagar, ni aceptar, ni letras del extranjero ni las obligaciones contrahidas en esta misma plaza, aun cuando tengan que pasar por los vejámenes que las leyes previenen en estos casos, de embargos de bienes, propiedades, etc.

Lo creo á V. sumamente interesado en esta negociacion. Vá á salir el paquete para Londres, y creo puede V. tener que tomar alguna medida en favor de sus intereses.

Todos están prontos á pagar y recibir, bien sea en la forma de la ley antigua de papel y metal, bien en esta última especie, con el abatimiento que la nueva ley prescribe de 10 por ciento en la mitad.

El comercio de esta plaza es, además de mezquino, temoso y desconfiado, y si se empeñan en no pagar son capaces de presentarse todos y cada uno de ellos en quiebra en un día.

Yo no hago más que avisarle á V. la voz del pueblo, lo demás, conociendo, como conozco, su buen juicio, V. tomará las medidas que crea convenientes, asegurándole que ningún otro objeto puede conducir á dar este paso á su — Seg.º serv.ºr, Q. B. S. M. = *Felipe Aguilar Mac Crohon.*

De esta su casa R. de la Magdalena, n.º 35.

A Silva Carvalho

(Lisboa.) 20 de agosto de 1834.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — Tu dirás que yo soy porfiado, pero mi conciencia me lo prescribe. — Lée la adjunta y lée también la de O'Brien, y una que ha recibido de Madrid, que es muy interesante. O'Brien, que todo lo sabe, dice *que el disgusto crece mucho sobre la obstinacion del ministerio* en la ampliacion del papel moneda. Dice *que hasta tus amigos están rabiando.* Dice que *dicen que la tenacidad del Tribunal es por favorecer á los que tienen contratas con el gobierno, como á un tal Brandão y á Pimenta.* Dicen que *son enormes los sacrificios que se están haciendo, para que cada uno pueda proporcionarse sus médios para precipitadamente pagar.* En Oporto, el papel moneda está á 25 por ciento de quebranto! Lo cual desacredita la medida. Yo me vuelvo loco cuando pienso que la medida que debia darte más nombre y más popularidad te vá á proporcionar más odio — y yo que estoy en contra de ella tengo con mi amistoso silencio que ser víctima. Ricardo, Carbonell, mis amigos de Londres que no tienen negocios con Portugal, todos confian en mi influencia que remediaré el mal. Esta mañana querias transigir *como hombre de estado* y no como Carvalho ni como Freire, y á la verdad que yo no comprendo tal tenacidad.

Adiós. Tuyo. = *Juan.*

Los comerciantes están combinandose para no circular entre ellos una nota del banco. — Dicen: veremos quien es más obstinado.

A Silva Carvalho

(Lisboa.) 2 de setiembre de 1834.

Importante. — Mi querido Carvalho. — Adjunto verás lo que dicen de Londres sobre la compañía de vapores[1]: mientras que no haya caminos, es muy preciso substituirlos, en una costa tan larga, con vapores. Busca el expediente, examínalo y recomiéndalo á las córtes con urgencia, para que te habiliten á llevarlo á efecto. No permitas que nadie se anticipe en medidas de utilidad pública y que son muy populares.

Tuyo afmo. amigo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

(Sem data.)

Querido Carvalho. — Convengo contigo en que no debes llevar los adjuntos papeles, supuesto, entre otras cosas, que no están traducidos en portugués. Pero te pido que los leas con toda atencion y que te empapes bien de ellos, para hacer ver que aunque no tienes dinero para continuar haciendo los gastos de la nacion, que con esta operacion, para la cual sirvió de base la del papel moneda, que tendrias, sin gravar la nacion, para cubrir los gastos ó, lo que es lo mismo, para hacerlo del *deficit* hasta junio inmediato; para socorrer los labradores de todo el reino; para destinar en este invierno 2 millones de cruzados á obras de utilidad pública en las provincias, como medio de evitar la *ociosidad* y dando pan á todos evitar el que los enemigos de las instituciones encuentren elementos para hacerle la guerra. En el consejo de estado puedes hablar de la reduccion, encargando la reserva. Hoy, si tienes *valor* y *dignidad* será el día de mayor gloria de tu vida. No me pierdas esos papeles; á Rodrigo que ponga tu carta sobre tu falla.

Adiós; tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e ao duque de Palmella

Londres, 21 de octubre de 1834.

Reservado. — Mis queridos amigos. — El sábado, 19 del corriente, á las diez de la mañana, después de haber estado perdido en el canal por más de treinta horas, llegué á Portsmouth. A las cinco llegué á esta, cuando todos los hombres de

---

[1] London, 18th August 1834. — *Copy.* — Joseph Van Zeller Esq.re — Regarding the documents before your Government we trust as Mr. Mendizabal is no doubt now with you, that we may hourly look out for them, our arrangements are carried as far as it is possible in their absence.

London, 20th August 1834. — The delay of the grants and documents regarding the steam packets on your side of the water is most annoying and *is now really operating prejudicially to us.* We are advanced to the utmost step having already formed the Board of directors: — Mess.rs Zulueta, F. I. Van Zeller Mendizabal, Darthez, Cotesworth, Hathorn, Giro, Huth, Bell, and now we are at a dead stand-still. The public impatiently and constantly pestering us with enquiries regarding the delay, the cause of which for the credit of your Government we do not like to assign. Do speak urgently to mr. Mendizabal upon the subject if not already forwarded.

negocios se habian marchado, como sábado, á la campaña. Habiendo venido Tould, de Paris, á esperarme, aproveché el domingo para asegurarme de las bases de nuestra gran operacion. Tould, me hizo presente que las circunstancias no eran las mismas que cuando él habia considerado la operacion como buena. Cuando vivia el Emperador, todas las intrigas se estrellaban á sus piés. Colocado el Emperador á la cabeza de los negocios de Portugal, imponia á D. Miguel lo suficiente para que no diese oidos á los satélites del despotismo — y que seria casi imposible el conservar la paz y la union entre el ministerio, con elementos que hasta ahora estuvieron separados. Mis argumentos y mis seguridades respecto á la buena inteligencia que reinaba y reinaria entre los individuos del ministerio, con lo cual se podria suplir á la falta del Emperador, le persuadió á decirme: «*Yo no tendré reparo á entrar en la operacion tal cual estaba combinada y por la suma de un millon de 5 por ciento, siempre que V. me garantice que el ministerio se conservará seis meses tal cual es, y que si hubiere alguna mudanza en su línea de política, ó en las personas, V. me indemnizará de toda pérdida que me cause la operacion*». A esto me añadió que deseaba y reclamaba una decision de aquí al 15 de noviembre y lo más tardar para el 20. Ayer, lunes, tan pronto como volvieron mis amigos, hablé con ellos, para asegurarme de las sumas que me habian ofrecido para hacerme brillar en la operacion en cuestion, y tuve la satisfaccion de que todos me contestasen afirmativamente, dejando á mi conciencia y honor que juzgasen si debia ó no hacer uso de los médios que oportunamente pondrian á mi disposicion. Concluida esta conferencia, entró Tould con el artículo, ó sea carta del corresponsal del *Chronicle* en esa ciudad, apoyándose en algunos de los puntos de que trata, como para persuadirme de que seria imposible el conservar la paz entre el gobierno, la Reina y la Emperatriz, y que, como las más pequeñas discusiones pueden dar margen á la especulacion de nuestros enemigos, que es sumamente temible el entrar en tan *gigantesca* operacion, sin todas las seguridades de que ese gobierno no se ocupará de *chinchorrerias* y sí solo de cosas tan en grande como han sido y son las que le han ocupado y le ocupan hoy en sus finanzas. Hé aquí, amigos mios, el estado en que están las cosas aquí, y ahora que estoy sobre el teatro puedo con más decision asegurar á Vs. que no solo llevaré adelante la operacion de los empréstitos de 1831, 32 y 33, sino que colocaré la suma suficiente para que rediman Vs. á una los empréstitos de 5 y 6 por ciento nacionales. Á la economia que tal operacion ofrecerá no debe perderse de vista que una vez que entren en Portugal £ 3.000:000 de plata para personas que viven del interés que el gobierno les paga, es bien cierto que sus propietarios, unos irán á comprar bienes nacionales, otros se interesarán en las empresas que se formen después de pasar la medida del 10 por ciento con el que el gobierno se interesará en cada una de las empresas que se promuevan en el país, y otros prestarán ó á los industriosos que lo necesiten, ó vendrán á interesarse en los bancos de agricultura que se establezcan. Hé aquí, amigos mios, todos los bienes que pueden obtenerse y con los cuales la presente administracion tendrá la gloria de concluir la gran obra de la regeneracion de Portugal, y al mismo tiempo los individuos que la componen tendrán la satisfaccion de eternizar sus nombres; pero nada podré hacer de una obra que á lo grande de ella reune su facilidad, si no puedo contar: 1.° Con la union y conservacion de Vs. 2.° Si del mismo modo no puede existir bajo un pretexto ú otro la buena inteligencia y armonía que existe entre S. M. la Reina y S. M. la Emperatriz, como un tributo debido al respeto que se merece la memoria del gran príncipe de nuestros días. 3.° Que se pueda contar que Vs. no disolverán las cámaras en ningún caso y que solo las proroga-

rán, y que, llamados en enero, si no tuvieren la mayoria, seguirán la misma línea de conducta, dejando la disolucion para mayo ó junio y la convocacion de las nuevas para agosto, á fin de dar tiempo á las operaciones financieras, á la organizacion de la administracion del interior y á que las nuevas cámaras, al reunirse, reconociesen las ventajas que el país habia adquirido. 4.° Que aunque sea cierto que Vs. piensen en dar algún más *oropel* á la servidumbre del palacio, que tengan Vs. mucho cuidado de no dar lugar á que la oposicion tenga motivos de decir *que lo que se quiere es el ir conduciendo las cosas á los tiempos antiguos,* y que aquí los enemigos representen los mismos gastos, los mismos vicios y las mismas intrigas que en los tiempos en que habia nacion y Brasil que devorar; porque en tal conflicto, yo no podré triunfar con mi empresa. Como cuento que el ministerio habrá triunfado de las cámaras, en sus presupuestos y médios de cubrirlos, y como debo contar con los cuatro puntos referidos, desde luego no he titubeado ni un momento para principiar á tomar mis medidas para un asunto de tanta importancia, de cuyo buen exito dependerán los futuros destinos de ese país. Otro punto que se me escapa era el de proveer para el estado eclesiastico. El plan de Argüelles, comunicado por mí á Pinto de Magalhães, mereció tanto su aprobacion que me dijo que el tenia discurrido uno igual en un todo.

Solo tengo tiempo para añadir que la memoria del Emperador es aquí tan respetada, como popular era en medio de los súbditos de su Augusta Hija, y vivan Vs. seguros, que por mucho que Vs. hagan por su memoria, nunca llenarán las esperanzas que todos aquí, grandes, medianos, y chicos, tienen concebido que harán sin pérdida de momentos.

Mis más respetuosos y sinceros afectos á los compañeros, y todos cuenten con lo que valga y pueda su más afmo. amigo, Q. S. M. B. = *J. A. y Mendisabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 22 de octubre de 1834.

Reservadísimo. — Mis queridos amigos. — He llegado bueno, no obstante los temores que pasé en el canal, de haber pasado de esta vida á la de ser pasto de los pezes. El domingo tube una conferencia de más de dos horas con el Lord Palmerston, y dificilmente podria yo explicar á Vs. cuanto satisfecho quedé al observar el gran concepto que Vs. le merecen. Muy agradecidos deben Vs. estar al Lord Howard, que tanto ha contribuido á formar esta opinion, y yo pido á Vs. por la amistad que les profeso y por el interés que tengo por el bienestar de ese país, que procuren por todos los médios posibles cultivar y conservar su amistad, lo que será algún día de más importancia que lo que Vs. pueden figurarse en estos momentos. Alguna pequeña intriga descubro que existe entre los franceses y algunos individuos de esa. Comunicadas mis sospechas al Lord P., hemos combinado varios datos, y, como de ellos resulten algunos temores fundados, el Lord ha tomado medidas que dan á conocer cuanto es el interés que se toma por el bienestar de esa nacion; el cual, según el Lord, dependerá en gran parte del pronto casamiento de la Reina con el Príncipe. Segun el Lord y demás individuos del ministerio con quienes yo he hablado, todos son de opinion que nada puede ser más favorable al país que seguir los principios establecidos por el gran Príncipe. Tanto el gobierno como el público están tan satisfechos de toda la marcha del Emperador, que todo lo que tenga relacion con su memoria es muy respetado.

Todo cuanto hagan Vs. por la Emperatriz y la Princesa Amelia, por mucho que sea, lo mirarán aquí por muy poco.

Supongo que Vs. dos, siempre que van á palacio, tratarán de ir á presentar sus respetos á S. M. la Emperatriz. Defiendan Vs. á todo trance el que la Emperatriz no se separe de la Reina. Esto seria muy impopular aquí y perderian Vs. mucho con el gobierno. Cuidado, amigos mios,—mucha union, mucha concordia y mucha fraternidad. Mañana escribiré á Vs. más largo. Todo de Vs., mis queridos amigos. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Londres, 24 de octubre de 1834.

Mi querido Carvalho — Ayer tarde apareció el adjunto artículo, en el *Estandarte,* que, aunque Tory, es papel de cierta respetabilidad. Á su primera lectura fui sorprendido y me quedé como tu te puedes hacer cargo. Un poco más tranquilo lo leí, y en esta segunda lectura me convencí, no solo de la improbabilidad, pero también de la imposibilidad. Observé que la data era del 21 y que decia que traía cinco días de viaje, y al mismo tiempo daba noticias del 17 en la tarde; daba por causal la propuesta de nuevos impuestos, cuando yo sabia que ni se necesitaban, ni se querian; hablaba de una ley de la guardia nacional, y ella estaba formada; de un regimiento extranjero en Lisboa, cuando no habia ninguno. Mi gran apuro era porque aun no tengo arreglado lo necesario para el *dividendo, debentures,* etc., etc., y no es cosa de juego. Hoy he adelantado algo y ahora te puedo asegurar, aun más que lo he hecho, de que no habrá el más pequeño entorpecimiento, no obstante que son necesarias £ 310:000. No doy parte de oficio, para que tu lo hagas en el consejo de ministros, porque no habiéndose acabado de combinar el todo de las operaciones, lo dejo para el paquete próximo. Lo que conviene mucho es el que el Tribunal del Tesoro combine el medio de que todas las obligaciones del estado se paguen en los días de la primera semana de cada mes: el 1.° — guerra; 2.°—marina, etc., etc. Que el Tesoro publique cada mes las cantidades que entrega á cada ministerio, y estos publiquen mensualmente sus respectivas entradas y pagos. De este modo cada individuo recibirá integramente lo que le corresponde, y no irán 10 ó 15 por ciento á las manos de los pagadores ó á las de los cambistas. Respecto á lo que se debe, para poner las cosas corrientes al día, yo estableceria una especie de pagarés del Tesoro, á tres meses, con el interés de 5 por ciento, admisibles á la par, sin interés en los establecimientos públicos, los cuales estos los volverian á poner en circulacion por medio del banco. Pocos ó ningunos los presentarian con perjuicio de los intereses, y, poniéndose de acuerdo con el banco, créeme que seria el medio de establecer una especie de *Exchequer Bill.* Deben hacerse de 100$000 réis cada uno, para proporcionar á los individuos los médios, pagándosele corrientemente, de que los guarden, y hé aquí el modo de ir creando la confianza mútua que debe existir entre el pueblo y el gobierno. Siguiéndose esta idea con religiosidad y no abusándose en la emision, antes de cuatro meses podrás vivir un par de meses adelantado, y, antes de seis, tres, hasta que llegues á tener en circulacion cuatro meses ó sea la 1/3 parte de los ingresos, lo cual te aliviará mucho y te dará mucho nombre dentro y fuera de la nacion.

Si para este plan necesitases librar aunque sean £ 300:000 en tres meses, puedes hacerlo. Lo que es presiso es el que tu reclames de las córtes la corres-

pondiente autoridad para acuñar aquí sobre £ 200:000, porque ahora se puede hacer la cosa tan exacta como con los soberanos, que no pesa uno más que otro. También debes pedir el que te autoricen á comprar una máquina de vapor para la moneda — los bancos de agricultura, necesitan dinero — las empresas necesitan dinero — los seis meses para redimir los soberanos van á espirar. ¿De donde salen tantos cruzados como son necesarios? Además lo que conviene en todo país á donde se ha salido de una guerra civil es el que el medio circulante sea plata y no oro — este se mete debajo de siete estados de tierra, y aquella, como no es fácil de conducirse, aumenta la circulacion de las notas del banco, y esto es tanto más conveniente, porque aumenta los medios de hacer transaciones. Habla con Castro, y no dormirse en un asunto que puede ser muy grave, y que bien manejado puede ser de muchas, muchas ventajas para el país. Es presiso que todo marche á la par. A nuestro Castro y nuestro Rodrigo mil cosas, y al primero que me apruebe la quema de los bonos de los bienes nacionales.

Expresiones á Agostino y á todos los compañeros, y tu crée que te quiere y es. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Noviembre, 18.

Reservado. — Mi querido Carvalho. — He recibido la tuya del 4 del corriente y por mucho que celebres los términos satisfactorios con que he levantado los medios para los dividendos, debentures y amortizacion, dificilmente podrás apreciarlos, sin haber sido testigo de las dificultades con que he tenido que luchar, y la circunspeccion con que he tenido que manejarme, para que no se trasluciese nada, y á esto se debe que nuestros fondos continuen á 87 por ciento, y no suben más porque me estoy temiendo ciertos eventos desagradables en Europa, y conviene no forzar demasiado el crédito, cuando no se cuenta con sucesos, y médios en que apoyarlo. Siento que Vs. hubiesen detenido de un día para otro la presentacion del orçamento, porque, como habia sido tan anunciado, ahora no producirá tanta ilusion, y como que hace quince días, las cosas estaban más brillantes, entonces los contratos para la conversion habrian sido objeto de cuarenta y ocho horas, y ahora cuando lleguen las autorisaciones es muy dificil calcular lo que sucederá. El ministerio de Francia cambiado y de poca duracion; al de aquí acaba de faltarle una de sus mejores columnas; las cosas de España no van bien. Mina ha encontrado aquello malo; ¿y qué haremos respecto al Príncipe? ¿Andarán Vs. con melindres? Si así fuese, yo haria una traicion á la amistad si no te dijese que será dificil el levantar aquí ni una libra para la gran operacion, que es lo que debe inmortalizaros, y que es lo que debe consolidaros. Adiós bancos; adiós caminos; adiós todo, todo. ¿Adonde vais á buscar otro, y quien es ese y cuales son las condiciones que pondrá? La Francia trata de intervenir en España; este gobierno no consentirá, en tanto que Vs. no pongan dificultades en auxiliar á España con 6:000 hombres. Las cosas se preparan para llegar á esta peticion. Sirva de gobierno.

De oficio te escribo largo y espero una solucion sobre todo satisfactoriamente y á vuelta de paquete. Lo del *Budget* y una 4.ª medida de que le hablo á Castro es cosa urgentísima; es tan urgente como fué la decision de los soberanos; no dejen Vs. las cosas de un día para otro, porque si se pierde una oportunidad, no es fácil que vuelva otra. Por Dios.

Tuyo de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 15 de noviembre de 1834.

Reservado. — Mis queridos amigos. — El nuevo ministerio francés ha resignado y el de aquí ha sido separado por la sola voluntad del monarca. Dificil es calcular lo que sucederá. Lean Vs. *El Globo* y él les enterará á Vs. del verdadero estado en que nos encontramos. La crisis es grande y á ella no se ha venido solo por un incidente. Tiene muchas raices y este es un esfuerzo de la aristocracia contra los pueblos. Dificil es adivinar lo que resultará. Según las noticias que yo he podido reunir, es el resultado de una coalicion europea, preparada y arreglada por la Reina. La muerte del Earl Spencer ha sido un pretexto y nada más. Mi situacion no es muy agradable, sin embargo yo no soy hombre que abandone la brecha — en ella triunfo ó perezco. — Las cosas de España están muy malas y su mal se aumentará si el Lord W. ó Sir R. P. entran en el nuevo ministerio. Ahora bien, si nosotros nos unimos más aun que lo estamos, y si, sacrificando nuestras pasiones, formamos una real y verdadera coalicion entre todos los amigos de la Reina y de la Carta, de todo triunfaremos; pero es preciso que nos preparemos en la paz para la guerra y no aguardemos á esta. En medio de todo esto, anoche se recibió la agradable noticia de que el Duque de L. aceptó el tratado sin condiciones: esto es una gran victoria, si sabemos sacar partido de ella. B. llegará aquí con el poder y yo sobre mi responsabilidad le prepararé un vapor. Creo que Vs. lo aprobarán, sino me sucederá como con los cruzados nuevos, en recompensa de que no cargo comision. El asunto de los bonos del Tesoro de que tengo hablado á Castro, como todo lo demás del *Budget,* debe arreglarse pronto.

Esta va por duplicado por Portsmouth y Plymouth por expreso; contesteseme con extension.

No tengo tiempo para más. Todo tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. D. — Como hasta tarde no resolví el mandar estos expresos he tenido que valerme de mi primo para dictarle á la vez el duplicado.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Reservado. — Mis queridos amigos. — Hasta ahora se conocian aquí tres partidos: 1.° Los *Tories,* ó llámelos V. conservativos; 2.° *Whigs,* ó sean constitucionales del presente siglo, y el 3.° radicales, ó sean desorganizadores. El cambio presente nos ha producido un 4.°, que es el de los conformistas. Se ha hecho moda el decir «veremos y obraremos», y entretanto se sufre que el duque de Wellington sea el solo y único ministro de una nacion tan grande y poderosa. Un hombre que apenas hace un año que sus vidrios fueron rotos por el populacho; y un hombre que se declaró enemigo de toda reforma. Si nos dejamos llevar de ilusiones y confiamos de buena fé demasiado en nuestras débiles fuerzas y en las seguridades que nos dén estos hombres, yo no estrañaria, mis queridos amigos, el que nos viesemos otra vez emigrados, condoliéndolos con *quien pensara y quien creyera;* lo cual no nos podrá servir de mucho consuelo. Manos á la obra; velar día y noche igualándolos, y Vs. triunfarán.

Yo siempre firme y amigo de Vs. Todo tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 17 de noviembre de 1834.

Reservado. — Mis queridos Agostino y Carvalho. — Hoy escribo una carta semi oficial al Duque, que recomiendo mucho á todos Vs. La crisis es muy grande. La *union*, la *energia* y la *actividad* puede conjurarla. Yo haré diablos á cuatro. A Agostino mando muchos encargos y á Carvalho los comprados por Serpa. La yegua irá en encontrando una cosa preciosa.

Los caballos de tiros que compré para el Emperador, á peticion de Agostino, aun no les he cargado en cuenta. D'Almeida pregúntame lo que hay en esto. Yo le contesto refiriéndome á Agostino; pero le añado á Vs. que si hubiese que hacer algún sacrificio, fuese el que fuese, por la *memoria del Emperador*, siempre estoy listo para todo, todo.

Cuento con Vs., como Vs. deben contar conmigo para todo.

Gracias al Lord P. y á mi pesadez, en negocios vitales, como el presente, que el asunto del Príncipe vá despachado perfectamente. No pierdan Vs. un minuto en hacer que se celebre el matrimonio, y en todo lo demás que indico en mi carta al Duque.

Todo tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

El adjunto *Globo* es para Castro y Rodrigo.

Nota de Silva Carvalho. — Respondí que os cavallos fossem carregados á conta da Rainha.

Ao duque de Palmella e demais ministros

Londres, 12 de diciembre de 1834.

Exmos srs. — Mis apreciables amigos y señores. — Si afortunadamente no ocurriese nada más de malo, que lo que hasta ahora sabemos, ni en esa, ni en esta parte de Europa — no obstante el tiempo precioso que hemos perdido en las discusiones embarazosas de esas cámaras sobre las grandes medidas de que trataba el *rapport* sobre el *Budget* — me parece que nada aventuraré en asegurarles de nuevo que el *deficit* que resulta de los cálculos que acompañaban á aquel será cubierto, sin nuevas contribuciones y sin nuevos préstamos. Para poder ejecutar tan gran obra expondré cuales son los médios que necesito:

1.° Que las medidas pasen en *totalidad* dentro del presente año y que vengan los poderes y demás documentos;

2.° Que en todo enero se pase la ley de hipotecas;

3.° Que obtengan Vs. de las córtes el poder depositar en el banco los títulos de las $^4/_5$ partes de los bienes nacionales que se vendan á plazos, para emitir por las $^3/_4$ partes de su importancia *Exchequer bills;*

4.° Que las presentes córtes no se disuelvan, si no que reuniéndose en enero se próroguen en febrero para disolverlas luego que la operacion en cuestion esté concluida; lo más, si no ocurrieren cosas *extraordinarias*, no habrá dificultad.

El primer punto esta fundado en que siendo el mes de enero el en que generalmente el dinero abunda más, debemos tener listos los médios de aprovechar las oportunidades que en el mismo se presenten, y porque debiendo en dicho mes

hacer grandes adelantos al gobierno por sus giros á mi cuenta, por los de las presas, gratificaciones á Napier, á viudas, inválidos, etc., etc.

El segundo punto está fundado en que el establecimiento de los bancos es indispensable para hacer valer los bienes nacionales y para con tales auxilios dar cierta preferencia á las ventas á metálico, lo cual es tanto más necesario, cuanto que á la par que interesaremos á un mayor número de individuos, garantizará al gobierno mayores médios para cubrir su *deficit* y para poder dedicarse con más desahogo á la buena organizacion de la administracion interior. Mi opinion dicidida es que, establecidos una vez los bancos, y principiando á tener efecto las empresas de caminos, etc., etc., que principiarán á trasladarse de esta á esa los capitales que diferentes portugueses tienen invertidos en estos fondos.

El tercero punto se funda en la mayor facilidad con que el gobierno obtendrá una parte de los médios de que carece, sin necesidad de que su crédito sufra con negociaciones violentas, y que el público inglés se acostumbre á los portugueses *Exchequer bills* y á considerarlos con un interés de 5 por ciento al año como notas de banco. De este modo el gobierno portugués encontrará siempre de £ 300 á £ 400:000 sin necesidad de acudir á préstamos, sino aumentando á disminuyendo su deuda flotante, sin otro sacrificio que el del 5 por ciento de interés.

El cuarto está fundado en que, como para llevar adelante esta operacion es presiso la más ciega confianza de parte de los que han de contribuir á su logro, la disolucion de las cámaras, antes de hallarse perfectamente establecida la administracion interior del país, podria producir el miedo de que *si las elecciones no eran favorables al gobierno, que los miembros que lo componen serian reemplazados por otros.* Aquí continuamos sin gobierno; el parlamento acaso se disuelva y sus consecuencias no son fáciles de anticipar. Las cosas de España en la parte militar van despacio; en la política, temiendo más una oposicion dirigida por el honrado y moderado Argüelles, que á los mismos carlistas; y en la financiera, de lo más mal posible. Lea V. el *City article* del *Times* de hoy. En Francia parece que se van tranquilizando las cosas. Ahora bien ¿en este estado de cosas, nosotros no debemos ser muy mirados, y muy circunspectos, para hacer frente á la gigantesca operacion que tenemos proyectada? Ciertamente que sí. Hoy se ha dicho que pensaban Vs. hacer mudanzas en sus representantes diplomáticos. Esto seria muy sensible, porque en el momento los especuladores de noticias, los diaristas, etc., principiarian á juzgar una cosa por otra. A estas horas se ha ganado mucho dentro y fuera del reino con el *Budget;* si cumplimos como debemos, es bien cierto que las generaciones futuras así como las presentes nos bendecirán más de lo que V. se puede calcular.

No tengo tiempo para continuar, pero sí para asegurarles que es todo suyo afmo. y S. S. Q. S. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Diciembre 12 de 1834.

Reservado. — Mis queridos Carvalho y Freire. — Parece que nada hay que temer de Lord W. más que el ánimo que puede darles su nombramiento, y las oscilaciones políticas á que puedan dar ocasion las medidas que adopte de disolucion del parlamento, etc., etc. Nuestra posicion respecto á finanzas, si hubiese aquí algunos contratiempos, no es la más brillante, y la mia particular no es

apetecible. Sin embargo no hay que desmayar y vamos á ver como á pesar de tantas dificultades y de tantos obstáculos salimos triunfantes. Hoy dirijo al duque de Palmella una carta semi oficial, para todos Vs., cuyo contenido les recomiendo muy particularmente, y contando yo con Vs., como Vs. pueden contar conmigo, triunfaremos de todo, todo. Siento que haya habido despachos y siento más el que el nombre de Vs. haya sido confundido con los de los demás. No han sido Vs. justos en no haber incluido á Sarmento; Vs. no han tenido aquí un mejor amigo; cuando el Lord P. tenia prevenciones contra Vs., era el mejor defensor; firmó el tratado *cuadruplo*, tratado que nos es tan útil ahora; tiene grandes-cruces de otras naciones y apenas está condecorado por Portugal, del tiempo de D. Juan VI. Hagan Vs. algo, no se olviden que á su tiempo cuando el tratado se efectuó lo ofrecieron por escrito, que después de palabra lo hicieron por mi conducto, y no olviden que Sarmento es amigo de Vs. y no lo es de la aristocracia. Dicen que piensan Vs. cambiarlo. Por Dios, que no hagan Vs. tal disparate. Yo me avengo perfectamente con él, y, mientras que la operacion se ejecuta, es indispensable que aquí exista un hombre que no me oculte nada, ni me haga misterio de nada, nada.

Yo necesito ser auxiliado en enero de algún modo ú otro. Á Castro escribo. Del Brasil obtendremos nuestro reintegro, pero no antes de junio.

Tengo comprado para Freire la mejor yegua que ha salido jamás de este país para ese, la mandaré en el *Sohó*.

No olvido á Vs., los tengo bien presentes, y á la llegada del Príncipe llenaré mis deberes.

Todo vuestro afmo de corazon. = *J. A. y Mendisabal.*

Debian Vs. autorizarme para franquear á Sarmento ... para que pueda obsequiar al Príncipe. No es hombre que tiene médios, y lo considero justo.

A Silva Carvalho

Diciembre 17.

Mi querido Carvalho. — Hoy escribo muy largo á nuestro Castro: yo no te tengo olvidado y estoy seguro de que tu estás penetrado de que soy tu amigo. Yo confio en que tu lo eres mio y que cuando mi fortuna y, lo que es más, mi reputacion, etc., etc., todo está en estos negocios, que no titubearás en prestarte á cuanto yo indico á Castro. La crisis en esta es más grande que lo que muchos juzgan. Dentro de un mes verás cual será el estado de estas provincias. Habilitame con muchos médios, para que, en medio de la crisis, triunfe tu nombre y nuestro sistema. Lée el *Nacional* de Paris. Mayores cosas leerás aun, y, si me ayudan, antes de un año vas á hacer mayor figura en Europa que jamás hizo financiero alguno.

Tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 29 de diciembre de 1834.

Mi querido Castro. — Aprovecho de un extraordinario que el sr. Sarmento ha creido deber mandar para avisar al gobierno de la favorable resolucion del de

esta nacion, respecto á la *brillante recepcion* que preparan al Príncipe. Mucho debe contribuir este suceso para dar fuerzas al gobierno; para aumentar el entusiasmo en favor del casamiento y para cerrar las puertas á todas las esperanzas que los miguelistas podian haber concebido con la entrada del Lord W. Si nuestros amigos entrasen, pasado este período, otra vez al mando, deberiamos alegrarnos de cuanto ha ocurrido; porque de este modo se cierran las puertas á las intrigas y porque un gobierno que dá resultados sobre resultados tiene que concluir por ser considerado por sus amigos, respetado por los indiferentes y temido por sus enemigos.

Todo esto contribuirá para mejorar nuestra posicion, inspirar más confianza y facilitarnos el camino para emprender la gran operacion tan pronto como las circunstancias particulares de este reino presenten cierta estabilidad. Sin contar con ella en este reino, seria un disparate imperdonable el intentar la gran obra confiada á nuestras manos. Tengamos *reserva, circunspeccion* y *calma,* y no dude .V. que triunfaremos. Por de pronto la victoria conseguida en esa, y los poderes que espero de un momento al otro, tranquiliza mi conciencia y me facilita los médios para ir levantando los que son necesarios para cubrir el *deficit* en que estamos y aumentamos diariamente. Entretanto la ley de los bienes nacionales nos proporcionará en estos seis meses, por los médios que yo he promovido desde aquí, £ 400:000 — porque se realizarán compras por £ 500:000. Del $^1/_5$ de contado £ 100:000; $^3/_4$ de las $^4/_5$ en 16 obligaciones £ 300:000. Siempre podremos tener en circulacion sobre lo del Brasil, en el caso de no haberse hecho algún arreglo, £ 300:000. Resultará pues que, aunque las circunstancias no nos permitan realizar en estos seis meses nada más que la mitad de la operacion, en ella encontraremos cuanto podremos necesitar para completar el *deficit.*

Tengamos presente que, para fomentar las ventas de bienes nacionales y su cultivo, son necesarios los bancos y que estos no pueden establecerse sin la ley de hipotecas. No olvidemos tampoco que las empresas, si en gran parte han de ser nacionales, lo cual acreditaria más y más al ministro y lo eternizaria á la cabeza de los negocios, es precizo amortizar con preferencia parte de la deuda nacional, la de 6 por ciento, por ejemplo; con lo cual, los que hoy viven del interés de su dinero tendrian que ir á buscarlo en la compra y cultivo de bienes nacionales, ó en el interés que tomarian en las empresas de prosperidad pública, etc. Para pagar en esa el empréstito de 6 por ciento es preciso mandar dinero. El oro alarma en esta, y la plata conviene que sea nacional, y sin comprar la máquina propuesta ú otra no se conseguirá lo que deseamos. Esta máquina es tanto más necesaria que es indispensable el reemplazar la moneda de cobre, ahora en circulacion, y substituirla por otra que no represente más valor que el intrínseco que tenga. De lo contrario nuestra moneda no seria perfecta y estaremos expuestos á que nos la introduzcan de contrabando y nos saquen la plata. La máquina es tanto más necesaria cuanto no nos conviene introducir oro y sí plata, aunque esta costase al gobierno 1 ó 2 por ciento más, porque aquel no viene tan fácil á la circulacion y esta aumenta la de las notas de banco, lo que contribuirá más y más á aumentar la confianza.

Como que mi proyecto sobre aduanas para ese reino ha recibido la más grande aprobacion de los primeros hombres del país con quienes lo he consultado, y como que en mi opinion deberia ponerse en práctica tan luego como nuestro 3 por ciento valga 75 por ciento, porque entonces facilmente se puede cubrir cualquier *deficit* que resultase en los primeros tres años, convendria que el gobierno, por medio de la secretaria del reino, se procurase una noticia del número de

fábricas de diferentes ramos que existen en el reino y cuantas manufacturas han producido en los cinco años de 1815 á 1820, y de 1828 á 1834, con el objeto de poder calcular á cuanto ascenderia la indemnizacion que deberia dársele del tanto por ciento que se rebajasen en los derechos por cada producto que manufacturasen, etc., etc. Si nosotros salimos bien de los proyectos entremanos, de lo cual no me cabe la menor duda, si continuamos en paz y establecemos mi sistema de aduanas con aquellas alteraciones y modificaciones que sus conocimientos les sugieran, aseguro á V. que la nacion nos bendecirá y los primeros hombres de la Europa nos respetarán. La admiracion con que en los principales *círculos*, *clubs*, etc., etc., se habla de nuestro ministro, es imposible describirlo. Mi sistema de aduanas tan próspero como será para Portugal, tan ruinoso será para España, mientras que esta no entre en los sanos principios. Gibraltar quedará completamente arruinado y Cadiz quedará *cero*, al emprender las obras hidráulicas en Lagos, etc., etc. Algunos me calificarán de poco patriota; pero yo no soy hombre de contar las *libras*, *chellines* y *peniques*. La Península será rica, independiente y figurará en Europa en primera línea, si Portugal prospera, como yo estoy seguro que sucederá, siguiendo la gran obra principiada. Como que el parlamento se disolverá para el 1.° del mes y no se reunirá hasta marzo, hé aquí la razon por la que yo le inculco con todo el interés de la amistad á mi apreciable Castro que en el próximo enero me proporcione los médios que le tengo pedidos, con lo cual pasaré todo el presente período *in high style*, y *seré dueño del campo*, para aprovechar la primera oportunidad.

No digo más, si no que diga V. á nuestros amigos los ministros que apenas tengo tiempo de decirles que tengan esta por suya.

Abur, amigo suyo. = *J. A. y Mendizabal.*

Hasta ahora nuestro sistema de hacienda ha producido bienes incalculables: 1.° La confianza, se ha aumentado dentro y fuera del reino. 2.° El ministerio, ha ganado consistencia. 3.° La oposicion, se ha disminuido, y 4.° Portugal, debe en mucha parte á este estado de cosas el respeto con que el Lord W. y comp.ª lo considera. Si el estado interior del país fuese otro, que ofreciese incertidumbres, es bien claro que los *Tories* mirarian bajo diferente punto de vista la cuestion.

A Silva Carvalho

Londres, 1 de enero de 1835.

Officio reservado. — Exmo. sr. — Doy á V. E. las más expresivas gracias por la nueva y distinguida señal de confianza con que se ha servido honrarme el gobierno de S. M. F., transmitida por V. E. con su oficio de 22 de diciembre último, acompañando al real decreto por el cual S. M. se sirve autorizar la conversion de los fondos de 5 á 3 por ciento de interés, y los tres *general bonds* por las sumas de £ 1.500:000, £ 2.000:000 y £ 2.500:000, que deben servir para llevar á efecto esta medida.

Para responder desde luego á la gran responsabilidad que esta confianza me impone, es de mi obligacion presentar á V. E. la razon por la cual creo que debe no precipitarse esta operacion en las actuales circunstancias. Es cierto que las en que se encuentra el estado de ese reino, y el crédito de su gobierno, no pueden

ser más favorables para aspirar á conseguirla, después de ciertas combinaciones bien calculadas y dirijidas; pero las en que se halla la Inglaterra, donde se ha de practicar, no son tales cuales pudieran garantizar un éxito cierto. Un nuevo ministerio apenas formado y ya poco seguro en su posicion; la divergencia de opiniones que se chocan con este motivo, y que están á punto de desplegarse hostilmente en las próximas elecciones populares; la incertidumbre de sus resultados, y la mayor incertidumbre de las primeras y probablemente tormentosas discusiones de las cámaras del parlamento, constituyen una época de oscilaciones y desconfianza, en la cual no seria prudente aventurarse á tamaña empresa. Lo único que pudiera hacer dañosa la postergacion de su ejecucion seria la falta de médios para acudir á las necesidades del estado en el entretanto, pero como el período de tiempo no ha de ser largo, yo estoy dispuesto á prestar de nuevo mi cooperacion al Tribunal del Tesoro, para que, continuando sus operaciones con el banco, en ellas encuentre los médios para cubrir el déficit que resulte en estos dos ó tres meses, mientras que se tocan los resultados, que con razon se promete el gobierno, de las medidas que consiguió pasasen en ambas cámaras, las cuales, una vez puestas en práctica, contribuirán no poco en el extranjero al éxito de nuestras operaciones, por lo bien que han sido recibidas.

Creo pues que debo ahora ceñirme á irlas preparando de modo que su ejecucion sea fácil y pronta; poniendo el crédito del mercado en el punto verdadero que conviene y allanando todos los obstáculos que puedan presentarse ó preverse. Dos ó tres meses serán, á lo más, suficientes para que el parlamento de este país y su gobierno hayan adoptado una marcha conforme y según pida la opinion del país: las cosas volverán entonces á su antiguo ser, y la tranquilidad restablecerá la confianza. Entretanto las cámaras legislativas de Portugal tendrán su próxima sesion, y como durante ella ninguna alteracion en el sistema de los fondos públicos habrá ocurrido, ni se experimentará ninguna escasez, el gobierno no tendrá que temer de las cavilaciones de sus oponentes; y, verificándose en el siguiente intermedio la grande operacion, cuando una nueva sesion vuelva á abrirse, estarán ya sus resultados tan completos y manifiestos, que el gobierno con solo indicarlos responderá triunfantemente á todos los ataques que se le dirijan.

Creo al mismo tiempo que debo manifestar á V. E. que seria conveniente, como ampliacion del plan, el destinar, cuando llegue el caso, parte de los fondos á extinguir el todo ó parte de la deuda interior á 6 por ciento, con lo cual se conseguiria, además de aumentar la circulacion de moneda en el país, que los tenedores de los créditos recogidos, para hacer productivas las sumas recibidas por ellos, las aplicarian á alguno de los objetos de utilidad pública que por precision se promoverán tan luego como se pongan en accion las medidas que con dicho objeto el gobierno ha obtenido que lleguen á ser leyes de la nacion. También no debe perderse de vista, entre otras consideraciones, que el pago á la par de su deuda interior de 6 por ciento ofrecerá más límites al gobierno en la parte respectiva que un equivalente de 5 por ciento.

Tal es mi sentir, sobre el cual espero que V. E. se servirá manifestarme cuanto crea conveniente con la mayor posible brevedad.

Dios guarde á V. muchos años. Exmo. Sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 6 de enero de 1835.

Exmo. sr. José da Silva Carvalho.—Mi más apreciado sr. y amigo:—Me tomo la libertad de presentar á V. E. mi amigo mr. George Samuel, que pasa á esa capital para tratar de unos negocios de mucho interés que él mismo comunicará á V. E. Me lisongeo que V. E. acojerá á este caballero con su acostumbrada bondad, y que se servirá dispensarle sus buenos oficios en cuanto puedan facilitarle los objetos que motivan su viaje; asegurándole que yo mucho estimaré cualesquiera favores que me haga V. E. el honor de concederle en obsequio de esta introduccion mia.

Tengo la honra de subscribirme de V. E. atento servidor y fiel amigo.= *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 27 de enero de 1835.

Mis queridos amigos.—Sobre negocios escribo hoy confidencial á nuestro Castro; porque he creido que este modo era preferible, en estos momentos, al hacerlo oficialmente. Les llamo mucho la atencion sobre su contenido y creo que me dá algún derecho á que mis opiniones sean bien consideradas, cuando la experiencia nos ha demostrado, á lo menos, que he sido favorecido por la fortuna en todas las opiniones que he expresado. Mucho, mucho llamo la atencion de Vs., sobre el estado de mi desgraciada nacion, su vecina. Todo, todo está pendiente allí de la vuelta de un dado. La muerte de Mina; una recaida de sus antiguos males; una derrota, por pequeña que sea; cualquiera de estas cosas bastarian para poner la nacion en una completa confusion. Aun suponiendo el triunfo, la conducta de la Reina, la de sus ministros y el estado de desmoralizacion en que están los partidos de que se compone la nacion, *hacen temer* que la *minoria* no concluya su tiempo, para venir á ser una *mayoria,* y que desapareciendo el miedo, que ahora contiene á los unos é impone á los otros, se vuelva aquello una merienda de negros. Portugal no debe perder de vista todo esto y colocarse aunque pequeño en una posicion muy superior á la Francia, para hacerse más la árbitra de los futuros destinos de mi desgraciada patria.

Es preciso contribuir á hacer muy popular al Príncipe.

No puedo más. Todo tuyo de corazon.=*Juan.*

A Silva Carvalho

Londres, 30 de enero de 1835.

Officio reservado.—Exmo. sr.—Consecuente á cuanto expuse á V. E. en 1.° del presente, he continuado preparando el camino para la operacion á que en él se alude, y no dudo que si las circunstancias, favorables como se presentan, son

ayudadas por las medidas que el gobierno tiene en contemplacion como convenientes, dicha operacion podrá verificarse con la seguridad que puede apetecerse, en cuyo caso sacaremos todas las ventajas que están calculadas.

Para prueba del progreso que el crédito nacional de Portugal obtiene, después del impulso que le dí oportunamente, bastará citar la rápida subida, desproporcionada á la general que se ha experimentado en los fondos públicos, que han obtenido los portugueses, desde el día 2 del corriente en que estaban á 86 $^1/_2$, hasta el de hoy en que han llegado á...

V. E. conoce por mis repetidas comunicaciones, tanto oficiales como particulares, cual es mi opinion sobre las subidas demasiado rápidas... Conforme á ella he creido que debia paralizar la actual, sin perjuicio del mismo crédito, porque entre los demás males, puede producir el de que el público por realizar ganancias inesperadas, venda á los especuladores, en cuyas manos estaria sujeto á fluctuaciones perjudiciales.

Entretanto, he procurado sacar partido de la oportunidad para proveerme con anticipacion con algunos fondos aplicables á la reduccion del 6 por ciento cuando llegue el caso; y con este objeto, he negociado entre varias casas de primer orden £ 500:000 en bonos del Tesoro que he de crear en virtud de las facultades que me están concedidas, con interés de 5 por ciento, á seis, nueve, y doce meses, al par, sin comision ni gasto alguno. Espero que esta resolucion merecerá la aprobacion de v. ex.ª

Dios guarde á v. ex.ª muchos años. — Exmo. sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 9 de febrero de 1835.

Reservado. — Mis queridos Agostino y Carvalho. — Llamo mucho la atencion de ambos sobre mis cartas en estas últimas semanas á nuestro amigo Castro, particularmente la que lleva este mismo buque. Nuestra posicion es *brillante* y es *horrorosa:* en nuestro arbitrio está el que sea lo uno ó lo otro. Por mi parte me parece que he hecho prodigios; pero es preciso no abusar, ni confiarse demasiado. El tiempo es el tesoro más precioso del hombre, y en nuestra situacion si lo sabemos aprovechar triunfaremos, de lo contrario seremos víctimas. Mi fortuna, mi honra, todo depende de Vs. Salvándose ella, todo se salvará; sucumbiendo yo, todo sucumbirá.

Vosotros sois mis amigos; el Príncipe lo es mio *muy particularmente,* y estoy seguro que si cualquiera de vosotros dos, necesitandose de su apoyo, le decis que yo estoy de pormedio, que no habrá sacrificio que no esté dispuesto á hacer. Lo que yo quiero es solamente lo que juzgo necesario para sacar fruto de la elevacion de nuestro crédito. Las cosas de España están muy malas. El gobierno se compone de *obstinados* y de *debiles,* y Vs. que debian ir labrando los cimientos nada hacen. Necesito que el *Murray* vuelva con algunas medidas pasadas y la seguridad de que las otras pasarán.

Vuestro de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho

(Sem data)

Reservado. — Considero que el artículo de la ley de... diciembre, que autoriza al gobierno para interesarse en las empresas, quedará reducido casi á *cero,* si el gobierno en union con el consejo de estado no es autorizado para tomar por sí todas aquellas medidas legislativas que sean necesarias para llevar adelante las empresas de utilidad pública que se les proponga. Para que las córtes no pongan dificultad, se puede pedir el permiso de legislacion á legislacion, á fin de que examinadas las concesiones hechas por el ministerio con el consejo de estado, se vea si ha correspondido á la confianza del cuerpo legislativo, y si es digno ó nó de que se le renueve dicha autorizacion. Sino, no se principiará ni una sola empresa en todo el año de 1835, y poco ó nada habremos adelantado con la concesion en cuestion. Si la compañia de los dos millones se hubiera admitido, á estas horas todo el reino estaria en movimiento; jamás se habria visto tanto dinero por las generaciones presentes; las mejoras se irian conociendo de un día para otro. Los propietarios harian la corte á los directores de la compañia y la influencia en las elecciones no tendria límites. En fin, supuesto que aquello no se hizo, pido á V., por Dios, que vea yo que se forman dos ó tres compañias. O'Neill hará cuanto sea preciso. He dado una carta al baron Billing para V., le recomiendo que se pague puntualmente la pension del Príncipe; ella será empleada en el país con *utilidad* y *popularidad.*

Me parece que seria bueno el que yo fuese á esa en abril; pero para esto es necesario el que mis circunstancias me permitan ausentarme de esta por seis semanas, lo cual depende tanto de V. como de mí. En que proporcion se amortiza el 6 por ciento en esa?

Tuyo se repite. = *Juan.*

A C. P. de Moraes Sarmento

Londres, abril 1 de 1835.

Copia. — *Confidencial.* — Exmo. sr. — Habiendo concluido hoy un contrato con el sr. N. M. Rothschild para la creacion de £ 2.000:000 de *stock* al interés de 3 por ciento, en conformidad del decreto de 22 de diciembre último, y como que las pólizas no podrán imprimirse dentro de un mes, suplico á V. E. que, con el objeto de que dicho señor no tenga reparo en hacerme los adelantos que exija el servicio de S. M. F., se sirva dirigirle una carta oficial, participándole que se halla V. E. revestido de poderes para firmar las citadas pólizas, y que á peticion mia se obliga á entregárselas en cuanto estén firmadas, á fin de que, refrendadas que sean por él, las tenga á mi disposicion como la persona responsable al gobierno de S. M. F. de la aplicacion de su producto.

Dios guarde á V. E. muchos años. = *J. A. y Mendizabal.*

Exmo. sr. C. P. de Moraes Sarmento, enviado extraordinario y ministro plenipotenciario de S. M. F. en la corte de Londres.

Está conforme. = *Moraes Sarmento.*

A Silva Carvalho

Abril, 6.

Mi querido Carvalho. — Escribo á Castro y Agostino. Lleno de amargura[1], pero lleno de decision de triunfar; mira lo que digo á aquellos amigos y si me apoyas triunfaremos una vez más.

Adios tuyo. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Londres, 8 de abril de 1835.

Duplicado. — Officio confidencial. — Exmo. sr. — En mis oficios de 20, 25 y 28 de marzo último, anuncié á V. E. la preparacion de un tratado para un empréstito, cuyo capital debia llevar 3 por ciento de interés, y cuyo producto debia ser aplicado principalmente á la extincion del que ahora lleva 6 por ciento.

En 3 del corriente tuve la satisfaccion de participar á V. E. la conclusion del tratado, y mis intenciones de ponerlo en ejecucion así que la prudencia lo aconsejase. Este momento ha llegado, y aprovechando de él, he dispuesto que se publique el sábado inmediato el anuncio de que hallará V. E. copia adjunta, conforme al contrato indicado, del cual también incluyo copia. Por ella verá V. E. que de £ 2.000:000 de su totalidad, £ 1.550:000 deben emplearse en la reduccion del 6 por ciento; y las £ 500:000 restantes, que en el anuncio se dice que deben serlo á arbitrio del gobierno, han de servir para redimir 5 por ciento, con el fin de disminuir la circulacion de este y facilitar á su tiempo su reduccion.

Tanto en este contrato como en el de £ 2.000:000 destinadas á convertir la deuda interior, y del cual he dado cuenta en mis comunicaciones privadas, me lisonjeo de que encontrará V. E. que, en esta como en las ocasiones anteriores, he hecho uso de la confianza con que el gobierno de S. M. F. se ha servido honrarme por tan largo tiempo, como conviene al crédito y beneficio de la nacion portuguesa

Al discutir los articúlos de ambos tratados he tenido presente, sobre todo, el interés nacional y los límites que señala el voto de confianza en que se apoya, las circunstancias políticas en que nos hallamos en general, y las que probablemente las seguirán, lo extremadamente conveniente que era el ligar á los negocios portugueses el nombre de una casa como la de Rothschild, el cual por si solo asegura en toda Europa un incalculable aumento de crédito, y la necesidad de dar cierto margen para que los contratistas y los capitalistas especuladores realicen algún provecho, sin cuya esperanza no fuera posible que identificasen sus intereses con los nuestros.

Creo que he conciliado todos estos puntos y los demás que deben considerarse al hacer unas operaciones de esta importancia, en medio de los obstáculos que naturalmente debieron nacer de la fatal coincidencia de la noticia de la lamentable muerte del Príncipe Don Augusto, con los síntomas de disolucion en el ministerio de este país.

---

[1] Morte do Principe Augusto de Leuchtenberg.

Sin perjuicio de apoyar tan extensamente como se requiriese las razones en que he fundado la adopcion de los diferentes artículos de los contratos, diré ahora, sobre el precio, que el obtenido es el más ventajoso á que pudiese aspirar una nacion, aun después de larga paz y tranquilidad, y cualquiera que sea su opulencia. La Inglaterra, cuyo mercado dá la norma á todos los demás, después de tres años de concluida la paz general y estando su 5 por ciento á 97, tenia el 3 por ciento solamente de 63 á 64. Esta circunstancia es materia de satisfaccion para todos los portugueses; pues es un criterio cierto por donde puede apreciarse el crédito que su nacion ha llegado á alcanzar, por medio de la buena fé y franqueza en el cumplimiento de los tratados.

El acierto con que el gobierno adoptó la creacion del 6 por ciento para la extincion del papel moneda, es ahora más patente: la reduccion de este llevará el 5 por ciento á la par, y este á su vez podrá ser reducido cuando aquel se coloque entre 74 y 76.

Todavia, si el gobierno de S. M. F. me continúa su confianza, me prometo llevar á cabo otros planes conducentes al fomento de la prosperidad del Portugal, siempre que á esta confianza se unan las providencias gubernativas propias para apoyarlos, y un estado de tranquilidad pública sin el cual las operaciones financieras no pueden tener lugar.

Felizmente hasta aquí, gracias al celo y patriotismo de los gobernantes, y buen juicio de la nacion, todo se ha combinado para asegurar el éxito de los planes concebidos, á pesar de mil circunstancias aciagas, que talvez hubieran transtornado los de otras naciones. Prueba de como se tiene por consolidado el sistema actual de Portugal, es el entusiasmo con que en Europa se miran todas las cosas portuguesas; y no me queda duda que la continuacion de las mismas causas produciendo iguales efectos hará dentro de poco que la emigracion contínua que se nota en Europa hacia otras partes del globo dirijirá su corriente hacia el Portugal, llevando consigo un aumento de poblacion, de industria, y de riqueza con ella.

Ruego á V. E. que me dispense el que no entre en más pormenores sobre los tratados en cuestion ni demuestre sus ventajas con guarismos. V. E. las calculará, sin este auxilio, á primera vista; y además la complicacion de asuntos que en estos momentos me rodean no me permiten el extenderme más.

Dios guarde á V. E. muchos años. Exmo. sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, abril 12 de 1835.

Duplicado. — *Officio confidencial.* — Exmo. sr. — Al anunciar á V. E. en 8 del corriente la publicacion del anuncio del empréstito de £ 2.000:000, indiqué también la conclusion del tratado para otro de igual suma destinado á convertir la deuda interior, sobre el cual hablé más largamente en comunicaciones particulares á las cuales me referia.

Este tratado no debia presentarse al público hasta que el gobierno llamase á los tenedores del 6 por ciento interior á la reduccion; y durante este período los contratistas habian dejado al arbitrio de mi conciencia el decidir si, habiendo sido

concluido en circunstancias totalmente distintas de las que regian al tiempo de sentar sus bases, debia ó no llevarse á efecto en caso que las consecuencias de esta alteracion fuesen tales que destruyesen estas bases y por consiguiente todos los cálculos y esperanzas que pudiesen haberse fundado en ellas.

La fatalidad de la muerte de Su Alteza Real el Príncipe Don Augusto, podia por sí sola producir estas consecuencias; y como no hubiese médios de conocerlas en muchos días, fué ciertamente un rasgo de confianza, que redunda en honor del gobierno á quien represento en esta transaccion, el haber dejado á mi buena fé la decision de un punto en que median tan importantes intereses.

Pero es tal el crédito que obtiene en el día el gobierno y la nacion portuguesa, en cuanto á estabilidad de composicion y principios en aquel, y de tranquilidad y adelantos progresivos en esta, que los contratistas, sin esperar la llegada de nuevas noticias, habiendo conferenciado conmigo sobre los probables resultados de dicha fatalidad, no solo han renunciado á la opcion que de mi conciencia podian esperar, sino que se han decidido, con mi consentimiento, á poner en ejucucion el contrato en la parte que les toca, sin más demora.

He abrazado esta oportunidad con suma satisfaccion, porque tenia por cierto que el presentar de una vez la totalidad de las £ 4.000:000, toda vez el anuncio se hiciese en los términos que se ha hecho y V. E. verá por el adjunto impreso, habia de producir mejor efecto para con el público, y mayores ventajas para la nacion; pues así no solo se aseguraba una operacion conocidamente beneficiosa, sino que conociendo con mayores datos las inclinaciones del público sobre este nuevo *stock*, se adelantaba más en el camino de la grande obra que ocupa todos mis desvelos, y que, siguiendo las cosas como hasta aquí, y apoyándome en las providencias adoptadas por ese gobierno, me lisonjeo que podré llevar á cabo en el término de tres meces—y es la conversion de toda la deuda á 5 por ciento de interés de Portugal.

Ocupado de esta idea constantemente, creí que debia comenzarse por la reduccion del 6 por ciento, porque siendo un empréstito que devenga un mayor interés, más moderno, menos en boga, más reducido, y por otras razones más fácil de convertir, ofrecia mejor materia para un ensayo, durante el cual podia yo observar de espacio los datos que debian servirme para la continuacion del proyecto. Empero, á los primeros pasos dados en este ensayo, vi que podiamos marchar con más determinacion al objeto principal. Apenas se traslució en el público la conexion de Rothschild, y de otros capitalistas de los principales de Europa, con los negocios de Portugal, y unida esta circunstancia á las que ya influian en el crédito nacional, cuando las peticiones para tener parte en el nuevo empréstito, aun no conocido, se multiplicaron hasta la extension del triplo del capital negociable, y los antiguos empezaron á subir en precio, ofreciendo un fenómeno harto estraño, cual es de subir en este mercado los fondos de una nacion extraña, apenas principiado á repararse los males de la guerra civil, al mismo tiempo que los fondos ingleses siguen sin mejora alguna.

Todo indica que la oportunidad era la más favorable, y me congratulo por haber tenido la buena suerte de aprovecharla, después de haber acertado á prepararla entre los inconvenientes que han presentado la incertidumbre en que han estado los ministerios de Inglaterra y Francia; el tener que esperar á que las cámaras aprobasen la ley de bienes nacionales que debia servir de garantía de que el gobierno no tendria que recurrir á nuevos empréstitos para cubrir el déficit; y la falta de la ley de hipotecas que debia conducir al establecimiento de los bancos rurales que debian fomentar la agricultura. Estos inconvenientes

no han desaparecido totalmente, pues la ley de hipotecas aun no ha sido discutida; la de los bienes nacionales no está todavia sancionada; y el déficit es cubierto en la parte principal por la deuda flotante, que con tanta oportunidad como economia ha sido creada. No obstante esto, el continuar las indecisiones políticas aquí y en Francia, y el haberse añadido á todo la inesperada muerte del Príncipe, las medidas de precaucion por fortuna se adelantaron á la exigencia del riesgo, y la confianza del público ha hecho el resto.

Me atrevo á lisonjearme con que el gobierno verá como yo que no debia desaprovechar una ocasion tan favorable para empezar la operacion que debe llevar á su colmo el crédito nacional de Portugal, con tan felices auspicios; con una escala de magnitud proporcionada á su estension, y haciendo marchar á la par hacia el mismo fin la deuda exterior con la interior del reino.

Las cláusulas para el contrato de esta nueva emision de £ 2.000:000, las cuales forman el completo de £ 4.000:000, son conformes en lo esencial á las del anterior, y sobre ellas escuso repetir cuanto dije en mi citado oficio de 8 del corriente, sobre cuyo contenido llamo nuevamente la particular atencion de V. E.; añadiendo ahora, únicamente, que según el cálculo que he hecho y que remitiré á V. E. demostrado por mi primera, teniendo en cuenta lo que se emplea en la reduccion de un millon de 6 por ciento, los intereses de cuarenta y dos años de este, son suficientes á pagar los intereses y redimir el capital del millon y medio de 3 por ciento que le sostituye; calculando el fondo de amortizacion al término medio de 80 por ciento en los diez primeros años; á 85 en los diez segundos; á 90 en los diez terceros; á 95 en los diez cuartos; y á 100 en los dos restantes.

Dios guarde á v. ex.ª muchos años. — Exmo. sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público. = *J. A. y Mendisabal.*

A Silva Carvalho

Londres, abril 15 de 1835.

Officio confidencial. — Exmo. sr. — Con el oficio de V. E. de 1.° del corriente he recibido copia de la carta que, con fecha de 31 del anterior, se ha servido pasar al sr. N. M. de Rothschild.

Doy á V. E. las gracias por las lisonjeras expresiones con que en ella me honra, y le ruego las comunique á los demás señores ministros sus colegas.

Dios guarde á V. E. muchos años. — Exmo. sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público. = *J. A. y Mendisabal.*

Nota de Silva Carvalho. — Á carta que escrevi a Rothschild sobre assegurar-lhe o estado das cousas e a auctorisação que Mendizabal tinha.

A J. J. Gomes de Castro

Londres, abril 18 de 1835.

Mi querido Castro. — V. verá por el impreso que va adjunto, y que forma la parte inglesa de los nuevos bonos, que ha sido preciso hacer algunas altera-

ciones verbales en la forma del *General Bond*. Estas en nada afectan ni el sentido ni las obligaciones del mismo; pero me ocurre ahora mismo al último instante que habiéndose hecho el *General Bond* debiera estar conforme. Ruego á V. pues que, consultando con nuestro Carvalho, se sirva hacer que se me remitan otros para reemplazar los que están en mi poder, y que serán cancelados en cuanto vengan los nuevos. Como los bonos especifican la suma de cuatro millones, el primero debe ser de esta cantidad, teniendo cuidado que los testigos sean los mismos, á saber, el marqués de Santa Iria y V. mismo. Necesito además uno de dos millones y otro de cuatro, para llevar á efecto á su tiempo la conversion general; y todos deben llevar la fecha de 22 de diciembre p. p. conforme á los actuales.

En la copia adjunta deben dejarse en blanco el nombre de Rothschild y las letras y números de los bonos: lo demás creo que tudo puede venir escrito.

Recomiendo á V. mucho este negocio, y que me envie los *General Bonds* con la prontitud posible.

Estoy seguro por mi parte de realizar la totalidad de la conversion en dos meses antes que principie la escasez de metálico.

Suyo de corazon. = *Juan.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, abril 21 de 1835.

Reservado. — Mi querido Castro. — Remeti á V. en 18 del presente con el sr. Carbonell un ejemplar impreso de la parte inglesa de los nuevos bonos portugueses, y ahora va otro adjunto. Por las alteraciones que ha sido preciso hacer, verá V. la necesidad de que se me mande otros *General Bonds* para reemplazar á los que tengo en mi poder, los cuales serán entonces cancelados inmediatamente. Estos nuevos deben ser, uno de cuatro millones para la presente creacion y dos de cuatro y dos millones respectivamente, para las futuras operaciones; y deben venir con toda la prontitud posible. El primero debe estar precisamente en la forma del *Bond* impreso, cuidándose de tener los mismos testigos, es decir, el marqués de Santa Iria y V. mismo, y omitiendo solamente el nombre de Rothschild y los números de los certificados.

V. observará que las alteraciones en nada afectan las obligaciones anteriormente contraidas, y que el 1 $^1/_2$ por ciento de amortizacion es lo que se habia acordado entre el gobierno. Por lo demás se ha sustituido á la palabra *Loan* la de *Stock*, porque, efectivamente, no es esto un empréstito, y porque así se consulta mejor el espíritu y la letra de la ley de 19 de diciembre último. En fin no se ha mudado nada de importancia, ni que no sea en beneficio de la operacion.

Afmo. suyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

P. D. = 5 % — 99 $^5/_8$; 3 % — 72 $^7/_8$, e 73.

A. J. J. Gomes de Castro

Londres, 25 de abril de 1835.

Muy reservado. — Mi querido amigo. — V. conocerá toda la importancia de la adjunta carta y V. podrá usar de su discrecion respecto á las personas, á quienes

debe comunicarla. Si no se guarda el secreto, durante todo el tiempo necesario, podremos aventurar todo el triunfo del negocio — esta comunicacion la hago por expreso para salvar mi responsabilidad; si dejase á otra época, acaso podria ser mal interpretado.

Mil cosas á nuestro Rodrigo á quien espero ver pronto por acá, y sin tiempo ni cabeza para más se repite suyo afmo. amigo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 24 de abril de 1835.

Triplicado. — *Reservado.* — Mi querido Castro. — Ayer fué para mí un día en el que probé las amarguras mayores y las satisfacciones más grandes que yo puedo explicar á V. Por la mañana me desayuné con la lectura del adjunto *leading article* del *Morning Herald.* Fuy á la ciudad y todas las cartas de París ponian en duda la cosa. A eso de las doce se dice que el *Faucett* habia llegado á Plymouth con noticias desastrosas. Los fondos bajaron en menos de una hora 1 por ciento, y todos mis amigos alarmados venian á preguntarme, á pedirme consejo... Les dije á todos que con calma y tranquilidad todo se venceria. Les argüí en la suposicion de que fuese cierto y les hice ver que con la presente administracion del Lord P. nada habia que temer; que prestarian auxilios de toda especie y que como por las últimas operaciones tenia dinero disponible la cuestion seria de un par de meses; que yo iria, etc., etc. A las tres de la tarde llegan á mis manos las amistosas cartas de 11 y 12, que con tanto juicio como prevision me ha escrito, y cuyos contenidos me ponen en la obligacion de respetarlo aun más que ya lo apreciaba. Nada puede haber de más lisonjero, nada de más satisfactorio que cuanto ha tenido lugar desde la siempre llorada pérdida del Príncipe. Yo me gloriaba de cuanto habia hecho en esta; no obstante de verme encima de un volcán y rodeado de dificultades y obstáculos á cuales mayores; pero confieso que en nada tienen Vs. que envidiarme. Dificilmente se podrá encontrar un pasaje en la historia antigua y moderna en el cual hombres dirigiendo á tanta distancia los destinos de una nacion en el estado en que Portugal se ha visto hayan desplegado á la vez y tan en armonía tantos medios, tantos recursos! La fortuna los ha reconocido y nos ha dado su mano liberalmente. Vamos á no reparar en responsabilidades: interprétense las leyes si fuere preciso cuando el bien de la patria lo reclame. Despléguese en las provincias una energia que asombre el mundo; empléese á la muchedumbre; empléese á las tropas que no estén en servicio; auméntense los jornales á los que trabajen más de lo ordinario. Nada de préstamos ahora para las obras públicas; está bien que se me manden poderes, etc., pero el público no debe conocer las intenciones del gobierno; entretanto no faltará dinero y yo me prestaré á llevar á efecto el préstamo, para reembolsar cuanto ahora se tome, cuando, sin perjuicio de la conversion general, pueda negociar un 3 por ciento á 78; no extrañaria que fuese aun á 80 por ciento! Todo esto consiste en que las comisiones de fomento — á la cabeza de una deberia ponerse Passos (Manuel) — despleguen tal energia como los individuos del quinteto [1].

---

[1] Carvalho, Freire, Mendizabal, Rodrigo, e Castro.

V. conoce tan bién como yo que las sumas de metálico que se empléen en las provincias, prescindiendo del mayor valor que se vá á dar á los bienes nacionales, van á proporcionar mayores y más fáciles ingresos al Tesoro, en la recaudacion de sus rentas, van á proporcionar que el nuevo sistema adoptado para la cobranza de la décima no sea mirado con oposicion. Desplegando el gobierno tales medios para mejorar el interior del país, previamente á la venta de los bienes nacionales, la nacion le será deudora del aumento que van á tener al realizarlos. Los detractores que no han perdonado día sin que hayan declamado contra la confianza que las córtes hacian del gobierno, entregándoles la masa de los bienes nacionales, tendrán que confesar que á su prevision y á su actividad y energia se le deben tales bienes. El propietario particular que observará insensiblemente el aumento de sus propiedades, será el primero á promover todas las empresas de utilidad pública. Estoy seguro de que el gobierno no habrá empleado £ 150:000 en los cinco meses sucesivos, cuando se le presentarán compañias que le ofrecerán reembolsarle con usura todos sus desembolsos y hacerse cargo de llevar á efecto las mismas empresas. V. me hará el honor de creer que conozco un poco al corazon humano, y que conozco á los capitalistas, especuladores y emprendedores de esta gran nacion, y estoy *cierto, ciertísimo,* que una vez que nuestro Freire adopte el sistema de las comisiones de fomento con una mano liberal, que cuando yo vaya á hacer á Vs. una visita en el próximo agosto, que iré completamente autorizado para, si conviniese al gobierno el entregar las empresas á manos particulares, el hacerme cargo de todas ellas. V. sabe que mis indicaciones siempre son realidades. Las que doy en esta carta son seguridades.

La Francia, la Holanda y la Bélgica, se han llenado de celos de que nosotros nos hayamos anticipado á sus respectivas conversiones, y se apresuran á hacer sus combinaciones para presentarse al público á obtener la de sus fondos. No dudo de que la Rusia, al tener conocimiento de nuestras operaciones y de la brillante marcha que llevan, el que tampoco quiera quedarse detrás. Hé aquí la razon por que yo insto tanto en que se adopten en esa toda clase de medidas que pueda apoyar mis operaciones aquí, á fin de poderlas concluir antes que ellas puedan principiarlas. Mi ansiedad por no perder los momentos en esta favorable oportunidad que se nos ha presentado es que preveo que, además del entorpecimiento que nos podria causar las operaciones indicadas, el préstamo que esta nacion tiene que hacer, al menos de 10 millones de libras esterlinas, para las indemnizaciones de la libertad dada á los negros de la Jamaica; el principiar á haber algunos motivos para recelar de que la cosecha de granos de este país en el presente año será escasa: si esto sucede, V. verá bajar los consolidados de 3 á 4 por ciento y todos los demás fondos tendrán que resentirse; la extraccion de metálico será grande y vea V. aquí como, si no nos apresuramos á concluir nuestras operaciones para agosto, puede suceder muy bien que, marchando las cosas en esa perfectamente, el estado de las de aquí sea tal que no nos permita concluir nuestra gran operacion.

Estoy convenciendo á tres ó cuatro amigos con el objeto de que me autorizen á mandar un poder para la compra de £ 300:000 más de propiedades en el Tajo; porque estoy seguro de que una vez hechas las compras y conocidas las ventajas que resultarán á las mismas propiedades de canalizar el Tajo, que no perderán un momento en promover esta gran obra, la cual podrá ejecutarse con facilidad por la influencia de sus nombres.

Dejo aquí la presente para ir á tener una conferencia con Rothschild, por-

que me parece que concluiré algo de provecho para asegurar las futuras operaciones, y como V. sabe mi principio de no forzar las circunstancias, pero tampoco de ser ingrato á ellas, no extrañará que yo me preste siempre á seguir la corriente de ellas.

Abril 25.

Tengo el gusto de anunciar á V. que anoche nos dimos las manos Rothschild y yo después de una conferencia que duró más de tres horas para sancionar lo que en la misma habiamos convenido, y es que desde julio en adelante se emitirán 4 millones más de 3 por ciento para hacer frente á la conversion del 5; que los intereses de este nuevo *stock* principiarán á correr desde 1.° de julio inmediato, y que él se hace cargo desde luego de 1 millon de libras á 72 1/2 por ciento, que equivale como si lo negociasemos hoy á 74 con el interés desde 1.° de enero. Los 3 millones restantes quedan á mi disposicion para negociarlos como sucedió con el empréstito de 2 millones de 1833. Por de contado que el mayor sigilo debe guardarse en este asunto. Rothschild así lo ha reclamado de mí y yo se lo he ofrecido. Nosotros somos los primeros interesados en este negocio, porque de la reserva y circunspeccion con que se maneje este negocio dependerán no solamente muchos miles de libras, sino también la consolidacion de nuestro crédito, que es tanto más dificil cuanto que ha sido elevado tan rapidamente.

La única condicion que Rothschild ha exijido, pero que no constará en el contrato, es la de que la tranquilidad pública de eso reino no ha sido perturbada durante todo el presente mes. A semejante condicion yo no me debí negar porque en nuestros principios no debe caber el desear llevar adelante operaciones ni contra el perjuicio del público á quien tanto debemos y mucho menos contra los intereses de un solo individuo. Las bases se cerraron ayer; pero como hoy es sábado, y fiesta para mr. Rothschild, el contrato se firmará el lunes.

Deseo que me diga V. si merecen ó nó mis operaciones su aprobacion y la de nuestros amigos los ministros. Son bien simples las razones del por qué no hago comunicaciones de oficio al Tesoro sobre este negocio.

Toda la comision pagada á mr. Rothschild en estas operaciones es 1 por ciento. Ya V. vé que no es mucho!

V. conoce la letra de mi primo y V. sabe que merece toda mi confianza.

El *Herald* ha sido puesto en el correo con otros papeles y puede V. leer el *leading article* del 23.

Adiós; todo suyo de corazon. = *Juan A. y Mendizabal.*

Nota de Silva Carvalho. — Em carta de 4 diz que Rothschild, porque o contrato não era vantajoso, não queria estar por elle, mas que o não conseguiria, etc.

A Silva Carvalho

Londres, 25 de abril de 1835.

Reservado. — Querido Carvalho. — Nuestro Castro te dirá cuanto hay; por Dios que me apoyen Vs. El triunfo será completo. Apruebo la ley de los bienes

Las cosas en España están muy malas. Nuestro Sarmento escribirá á V. de cuanto se está haciendo y se hará.

De esta saldremos como de las demás; no lo dude V.

Carbonell ha venido muy contento y de V. muy amigo.

Todo suyo de corazon. = *Juan.*

Expresiones á Felgueiras y á Rodrigo.

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 30 de mayo de 1835.

Mi querido Castro.—Estamos pasando por una crisis mayor de lo que me es dado el explicar á V. Sereno en medio de ella, estoy seguro de que triunfaremos completamente. La crisis es general y si nuevos sucesos no vienen á hacernos más pesada la situacion en que nos encontramos hoy, estoy seguro de que Portugal será quien primero estará á la cabeza de las demás naciones. Lo que me inquieta más, sobre todo, es la conversion del 6 por ciento. De la lista que V. me remitió hasta el 15, observo con disgusto, ó más bien diré con sentimiento, que se presentan por dinero, en preferencia, al 4 por ciento. Sin duda los sucesos de España han contribuido mucho á que ese público no tenga toda la confianza que debiamos esperar, después de las reiteradas pruebas de puntualidad y buena fé, dadas en cuantos casos se han presentado. Da Silva, que el paquete anterior á su salida de esa habia escrito un poco alarmante á sus amigos, se aprovechó de la carta de O,B. *(O'Brien?)* adjunta, y del estado crítico en que nos encontramos, para decir: *que el Duque se habia separado del ministerio por el estado de confusion en que se encontraba la hacienda. Que el gobierno no sabia cual era el estado de mis negocios. Que todos los días se temia una bancarrota. Que la única contribucion que existia estaba abolida,* etc., etc. Todos sus dichos diez días antes no hubieran servido de nada; pero, cuando todo está preparado para recibir malas impresiones, la cosa más insignificante influye. Por todas estas razones creí ayer, en medio de los desastres que se presentaban por todas partes, que debía hacer la cancelacion de las restantes £ 500:000. Para el paquete próximo daré, con las correspondientes fechas, cuenta de todo lo que he dado por cartas particulares. Las cuentas están muy adelantadas y en julio tendré el gusto de ser el portador. Da Silva habrá escrito para esos periódicos. Creo que Vs. deben hacerlo también y hacer algunas reflexiones sobre los precios de los consolidados desde 1818 á 1820. Como todo lo que Vs. necesiten para la conversion no pase de £ 500:000, con un poco de más tiempo la llevaremos adelante en totalidad. Si fuere más, habrá sus trabajitos; pero saldremos del atolladero. Haga V. que se inserte el artículo del *Times,* y el aviso de la cancelacion de los bonos. Ella habla volúmenes.

El sr. Carbonell ha venido prendado de V.; dice que V. es un hombre completo de negocios. Al banco es preciso inspirar confianza en estos momentos. ¿Habrá llegado la máquina? ¿Servirá? Esto es lo urgente. Todo este pánico ha sido preparado por el banco para evitar la salida de soberanos. Es cierto que no creyeron que las consecuencias fuesen tan fatales. La semana próxima irá un correo por tierra con la noticia de haberse mejorado todo.

Suyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

Expresiones á Rodrigo nuestro honrado amigo.

creyeren conveniente. Soy como tu patriota, y la patria no debia ser sacrificada ni momentaneamente, cuando uno no tenia la certeza de poder reparar los males que yo veia tan inmediatos; decideme con franqueza, si mi conducta merece ó no vuestra aprovacion.

Repito que soy vuestro amigo, que lo soy de Rodrigo y de Castro y que lo que sea mio es de vosotros—no lo dudeis; escríbeme; yo lo haré y te remetiré los *bonds*.

Adiós; vuestro de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 5 de julio de 1835.

Confidencial.—Mis queridos amigos.—Jamás me he visto tan embarazado: la más pequeña duda habria producido tantos males, que ese reino habria concluido por una disolucion. Mis compromisos eran y son inmensos y mi separacion habria reduzido á cenizas los únicos médios de cuya realizacion dependia y depende el que, ya que quede arruinado, á lo menos que conserve mi honor. Vs. dicen que yo dí mucha importancia á Saldanha, y yo digo que Vs. lo miraron con el mayor desprecio. En una nacion tan pequeña, acabada de salir de una guerra civil, uno de los principales jefes militares no puede jamás ser insignificante. En medio de todo, no es malo de que ellos tengan que sancionar y de este modo justificar cuanto Vs. hicieron. Lord P. ha escrito mucho al lord H. en favor de Vs., pero para sacar partido de mis gestiones es indispensable el que Vs. se aproximen Á distancia no se puede conseguir nada. Ahora que yo voy á España, creo que podremos entendernos mejor. Me parece de que no seria dificil el hacer una fusion con Saldanha; cualquiera organizacion que no sea con este no puede ser duradera; no nos engañemos. Lean Vs. una carta confidencial de 30 de abril que escribi á nuestro Castro y verán Vs. como lo preví todo; aunque no lo consideré tan pronto, tan inmediato. Otra de las razones que he tenido para quedarme fué la necesidad de tomar ciertas medidas para disminuir los descalabros que hemos sufrido. Yo no sé, al ausentarme de esta, como podrán estas cosas marchar. En fin es preciso uno no olvidarse que ante todas cosas *es uno patriota.*

Estoy trabajando una memoria dando cuenta de todas estas operaciones, haciendo el verdadero mérito de nuestro Carvalho y del Tesoro, y por de contado que mandaré confidencialmente á Vs. una copia de todo.

Vs. deben considerarme siempre como uno de los que formaban y forman el quinteto.

Adiós queridos amigos; vuestro de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 9 de julio de 1835.

Mi querido Castro.—He tenido carta del 24 de junio de nuestro amigo De Gand y de otros, no de V. ni de los demás amigos; aquellas se refieren á la sen-

sacion que habia hecho mi conformidad á continuar por ahora en estos negocios y mi nombramiento de ministro de hacienda de España. Parece que mi continuacion en estos negocios no ha agradado ó no ha correspondido á lo que algunos de mis amigos creía deber esperar de mí. Ignoro si V. también ha participado de esta opinion; pero sea como fuere, me parece que cuando la cuestion sea examinada á sangre fria, se verá que el hombre que tenia principiadas operaciones de tanta magnitud, aceptadas centenares de miles de libras, emitidas otras en bonos del Tesoro y todo apoyado en amigos que habian depositado su confianza en mí y agobiado por las consecuencias de una crisis nunca vista ¿que partido me quedaba que tomar más que el de continuar, con el objeto de hacer menos sensibles tantos males y tener tiempo de ir regularizando las cosas, que por la confianza en que viviamos les faltaban estos requisitos? Mi negativa no hubiera producido otra cosa que la de haber reducido á cenizas los efectos en cuya realizacion se apoyaba el poder cumplir por mi parte con las obligaciones sagradas que tenia contraidas, el haber arruinado todas aquellas familias y mucha parte de las que componen el público, que confiados en mí habian sido el apoyo de todas nuestras operaciones, y por último el que los quebrantos que hasta ahora no pasarán de £ 150:000 y que debo presumir con algún fundamento que no se aumentarán, hubieran sido tan grandes que nuestras operaciones financieras no hubieran dejado de ser calificadas de *ruinosísimas*. Mi continuacion ha disminuido en parte todos estos males y no obstante que de repente he tenido y tengo que satisfacer con metálico todas las obligaciones, inclusos los bonos del Tesoro que mantenian en circulacion todo nuestro pesado déficit, tendremos la satisfaccion de ver que las operaciones de la conversion no han sido ruinosas, que si bien no han producido todas las ventajas que nosotros nos habiamos propuesto, á lo menos no podrá decirse que ellas han agravado de ninguna manera á la nacion, y que la principal idea, que era la de consolidar el crédito, quedará conseguido no obstante tantos trastornos como de los que hemos sido testigos. Si el cambio de ese ministerio hubiese sido antes del pánico, nada me hubiera conservado en mi puesto y entonces no hubiera sido víctima de toda mi fortuna, como lo he sido ahora, quedándome solo ojos para llorar, y no tendria que pasar por el amargo trance de tener por primera vez que manifestar al gobierno, después de cuatro años de haber desempeñado los negocios más delicados, siempre llenos de ventajas, que ha habido quebrantos y no pequeños. Estos han tenido que aumentarse por la necesidad en que estoy de liquidar todos los negocios de mi dependencia con precipitacion y en medio de una crisis tan horrorosa. Entro en todos estos detalles y entraria en más si el tiempo me lo permitiese, porque la amistad y consideracion de Vs. cuatro es para mí sumamente apreciable el conservala. Los nuevos ministros han hecho grandes espavientos por haber recibido con el paquete de 11 y 12 de junio mi comunicacion en segunda via del contrato de 4 millones de 29 de abril; por la copia adjunta, que muy confidencialmente paso á sus manos, verá V. y verá nuestro Carvalho que contesto con dignidad y energia, haciendo el honor que de justicia corresponde á nuestro ministro, y no omitiendo ciertas indirectas sobre las cuales no necesito llamar á V. la atencion.

Celebro muchísimo lo que V. me dice de nuestro amigo Rodrigo de no haber querido sucumbir á los lazos que esos señores le tendian. Rodrigo tiene buenos amigos, entre ellos yo me considero uno de los primeros y debe conservar su independencia para poder hacer, como lo está haciendo ahora, el bien de su patria, aunque de un modo indirecto, para tener la satisfaccion de hacerlo después directamente.

El crédito aquí se ha mejorado, porque conservándome yo en el puesto, sin dar gran impulso, he dado seguridades de que habrá buena fé, de que se pagarán los dividendos, etc., etc. Sin embargo, si podemos conseguir que nuestro Carvalho vuelva al ministerio, no me queda duda que el 5 por ciento volverá á la par y el 3 por ciento de 72 á 74; sin la entrada de nuestro Carvalho, las cosas continuarán como hasta aquí, poco mas ó menos, y en mi ausencia se han de ver en grandes dificultades. Lo temible será el que descubran tanto la incognita, que después el mismo Carvalho y aun si fuese posible volviendo el mismo Mendizabal á Londres, no puedan conseguir el restablecer las cosas como estaban. Todo esto se podia haber evitado con que nuestros amigos hubieran tenido una poca de paciencia y hubieran conservado como yo les aconsejé á Palmella en el ministerio por cuatro ó seis meses, mientras que estableciamos nuestro sistema. Qué de resultados tan grandes hubieramos obtenido, colocados nuestros amigos á la cabeza de los negocios de esa nacion y yo formando parte del ministerio en España! Si mis consejos hubieran sido oidos y, ya que no se queria conservar en el ministerio á Palmella, se hubiera llamado á Saldanha, es cierto que el ministerio de nuestros amigos hubiera sido perpétuo y hubiera hecho la felicidad de Portugal.

Yo saldré de aquí en la primera ó segunda semana de agosto y desde Madrid nos pondremos en una correspondencia segnida, tanto para dar á V. cuenta del modo con que han terminado aquí las operaciones financieras, como del modo de ver de contribuir á la felicidad de ambas naciones por medio de la prensa.

Amigo y señor: — Lo que precede ha sido dictado por nuestro Mendizabal á su primo, y debia continuar y escribir además á nuestros amigos los srs. Freire y Carvalho; pero habiendo sido obligado á ir al *West End* del pueblo, ha tenido que dejarlo para otro correo, encargándome diga á V. que ruegue en su nombre á dichos señores que tengan esta por suya, en el entretanto, con mil expresiones de su afecto. Yo me recomiendo al suyo y al de V. y á todos pido que me tengan por muy afecto y seguro sincero amigo. = *A. de Ramon y Carbonell.*

P. D. — Adjunto vá una copia de la carta oficial que escribe hoy M. al Tesoro.

A F. A. de Campos

Londres, 10 de julio de 1835.

Officio. — *Copia.* — Exmo. sr. — Tengo la honra de acusar á V. E. el recibo de su oficio de 24 del pasado en que me participa haber llegado á sus manos mis oficios de 11 y 12 del mismo mes, con el duplicado del de 4 de mayo.

Séame permitido dar algunas explicaciones con aquella franqueza y verdad propias de mi carácter, á las observaciones que V. E. se sirve hacerme por no haber tenido otro conocimiento de la importante transaccion de que trata mi duplicado de 4 de mayo, hasta que llegó á sus manos á un mismo tiempo que mis citados oficios de 11 y 12 junio. — Apoyado en la confianza sin límites que el antecesor de V. E. y sus colegas depositaron constantemente en mí, apoyado en los repetidos resultados que tengo dado al gobierno de S. M. F., mucho más allá de los que constantemente se debian esperar de las instrucciones que se me dieron, y de las circunstancias en que estas fueron ejecutadas, y apoyado por último en los testimonios de mi conciencia, hace meses que de acuerdo con el

antecesor de V. E. tenia adoptado el sistema de hacer, solo cuando lo creí oportuno, algunas indicaciones en mis cartas confidenciales sobre las transacciones que iba combinado, dejando, para la época en que se principiaban á ejecutar las operaciones combinadas, el hacer mis comunicaciones oficiales con las fechas correspondientes á las en que fueron contratadas; evitando de este modo los inconvenientes de que se divulgasen inoportunamente, y el que pudiese abusarse más ó menos de transacciones tan delicadas como las que forman el contenido de dicho oficio: inconvenientes de que no deja de haber ejemplares.

Siguiendo el sistema que me habia propuesto, jamás la primera via de mi oficio de 4 de mayo fué comunicada al antecesor de V. E., y solo el cambio repentino del ministerio me indujó, tratándose de una cuestion tan delicada, á comunicar á V. E. la citada primera via, por via de Madrid, inmediatamente que tuve noticia de él, dirigiendo la segunda, de que V. E. me ha acusado el recibo en su citado oficio, por el paquete de 13 de junio.

Como que mr. Rothschild impusiese al contrato de 29 de abril una condicion que ni era delicada para el gobierno, ni decorosa para mí, cual era la de que yo debia conservarme en la agencia durante todo el tiempo de la ejecucion de este contrato, aunque conseguí que dicha condicion no formase parte de él, tuve que darle las seguridades correspondientes por medio de una carta confidencial; y esta sola circunstancia que era conocida por el antecesor de V. E. era suficiente para que el exmo. sr. Carvalho dejase exclusivamente á mí el hacer la participacion oficial cuando se creyese conveniente.

No debemos considerar tanto como una calamidad las alteraciones que tuvo que sufrir el contrato de 29 de abril, como las causas que me obligaron á concederlas. Las condiciones que resultaron de aquellas, si se considera bien la diferencia de circunstancias, no son menos ventajosas que las que anteriormente se habian estipulado; pero estas, como ya tengo indicado á V. E., nos han conducido á quebrantos de mucho mayor monta que los que resultarán de la substitucion de los artículos adicionales de 8 de junio al contrato expresado.

En medio de todo, cuando apenas existia un amigo de la nacion portuguesa que, viendo el estado en que estaba la España, no temiese por su existencia política y por su crédito, cuando todos los enemigos se lisonjeaban con verlos pronto extinguidos, se ha visto con admiracion que las obligaciones han sido cubiertas, y que se está extinguiendo (no pudiendo en tan críticas circunstancias pensar en renovarlas) la deuda flotante que por medio de pagarés del Tesoro se habia creado, apoyada en el producto de las ventas de los bienes nacionales, que por desgracia han estado entorpecidas hasta hace pocos días, y en el de los arreglos con el Brazil que hasta ahora no han tenido.

Que la deuda flotante no podia renovarse es patente; y corrobora todas las razones que naturalmente ocurren la adjunta copia de una carta de la casa de B. L. Fould & Fould Oppenheim, de París, contestando á una proposicion mia para el efecto. En vista de ella, creí no deber acudir á otras casas ni individuos.

El Tribunal reconocerá facilmente á vista de las obligaciones que pesan sobre esta agencia, ya sea por aceptaciones pendientes, ya por pagos por dividendos, fondo de amortizacion, deuda flotante, etc., y ya por la disminucion del producto de los efectos en que estaban empleados mis médios, que, sin una parte de los productos del tratado de 29 de abril, no podrian recogerse dichas obligaciones, como se verificará antes de mi salida de Londres.

Dios guarde á V. E. muchos años. — Exmo. sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público.

A F. A. de Campos

Londres, 10 de julio de 1835.

Ilmo. Exmo. sr. — Muy estimado señor mio. — Muchas cosas están pendientes que tengo que escribir de oficio; pero me falta el tiempo aun para lo más indispensable. Las sospechas que con algún fundamento, por falta de mis explicaciones, asaltaron á Vs. fueron infundadas. Me lisonjeo que mis explicaciones de oficio satisfarán á Vs.

Con Jervis dige á V. que las cosas con Rothschild estaban arregladas para continuar la conversion, y para obtener dinero para esa y para amortizar los bonos del Tesoro en circulacion, que nadie quiere renovar. Desde entonces acá hemos alterado veinte veces la redaccion de los artículos adicionales para la continuacion y, desgraciadamente, no hemos podido venir aun á una conclusion. Mi posicion es muy dificil; pero yo no me arredro, y lo que conviene es el hacerse uno dueño de las circunstancias. La parte principal de la crisis está ya pasada. Es cierto que se han hecho sacrificios, es cierto que corremos grandes responsabilidades, teniendo que hacer uso de fondos exclusivamente creados para otros objetos; pero también es cierto que pasada completamente la crisis, y conservando nuestro crédito, los bienes nacionales se venderán, y sus productos podrán reemplazar los que ahora se invierten en los objetos para que los mismos debian servir. La deuda con el Brasil se liquidará y cobrará en breve, usandose de maña, y este es otro fondo que servirá también para reemplazar lo que las imperiosas circunstancias en que nos encontramos después de la más grande de las crisis que ha habido en este país. V. verá que sigo con amortizaciones y que seguiré haciendo todo cuanto haya que hacer para mejorar el crédito. Convendrá mucho el que Vs. no pierdan momento en quemar el antiguo 6 por ciento que ha sido convertido y el avisar á esta para que yo lo haga, y otros en el continente. Anuncien Vs. bienes nacionales para su venta, sin interrupcion. Sin que estos aparezcan, sin que las comisiones de fomento trabajen mucho, y sin que la insurreccion de España se concluya, es imposible que el crédito pueda conservarse.

Para el paquete próximo podré acaso mandar más explicaciones.

Su más atento y S. S. = *J. A. y Mendizabal.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 15 de julio de 1835.

Reservado. — Mi querido Castro. — Pasado mañana saldrá un expreso, no lo diga V. y entonces contestaré despacio á Agostino, Carvalho y Rodrigo, y á V. lo pondré al corriente de cuanto ha pasado entre el gobierno y yo, solo para que con destreza y sin comprometerme tome notas para hacer un uso oportuno. Parece que Vs. sienten mi continuacion. No pudo ser de otro modo! Mis aceptaciones, mis compromisos, mis quebrantos, me obligaron á adoptar el partido que tomé. Yo quedo arruinado y voy á ser empleado.

De mi cuarteto el que forma el = *Quinteto.*

V. conoce tan bién como yo que las sumas de metálico que se empléen en las provincias, prescindiendo del mayor valor que se vá á dar á los bienes nacionales, van á proporcionar mayores y más fáciles ingresos al Tesoro, en la recaudacion de sus rentas, van á proporcionar que el nuevo sistema adoptado para la cobranza de la décima no sea mirado con oposicion. Desplegando el gobierno tales medios para mejorar el interior del país, previamente á la venta de los bienes nacionales, la nacion le será deudora del aumento que van á tener al realizarlos. Los detractores que no han perdonado día sin que hayan declamado contra la confianza que las córtes hacian del gobierno, entregándoles la masa de los bienes nacionales, tendrán que confesar que á su prevision y á su actividad y energia se le deben tales bienes. El propietario particular que observará insensiblemente el aumento de sus propiedades, será el primero á promover todas las empresas de utilidad pública. Estoy seguro de que el gobierno no habrá empleado £ 150:000 en los cinco meses sucesivos, cuando se le presentarán compañias que le ofrecerán reembolsarle con usura todos sus desembolsos y hacerse cargo de llevar á efecto las mismas empresas. V. me hará el honor de creer que conozco un poco al corazon humano, y que conozco á los capitalistas, especuladores y emprendedores de esta gran nacion, y estoy *cierto, ciertísimo,* que una vez que nuestro Freire adopte el sistema de las comisiones de fomento con una mano liberal, que cuando yo vaya á hacer á Vs. una visita en el próximo agosto, que iré completamente autorizado para, si conviniese al gobierno el entregar las empresas á manos particulares, el hacerme cargo de todas ellas. V. sabe que mis indicaciones siempre son realidades. Las que doy en esta carta son seguridades.

La Francia, la Holanda y la Bélgica, se han llenado de celos de que nosotros nos hayamos anticipado á sus respectivas conversiones, y se apresuran á hacer sus combinaciones para presentarse al público á obtener la de sus fondos. No dudo de que la Rusia, al tener conocimiento de nuestras operaciones y de la brillante marcha que llevan, el que tampoco quiera quedarse detrás. Hé aquí la razon por que yo insto tanto en que se adopten en esa toda clase de medidas que pueda apoyar mis operaciones aquí, á fin de poderlas concluir antes que ellas puedan principiarlas. Mi ansiedad por no perder los momentos en esta favorable oportunidad que se nos ha presentado es que preveo que, además del entorpecimiento que nos podria causar las operaciones indicadas, el préstamo que esta nacion tiene que hacer, al menos de 10 millones de libras esterlinas, para las indemnizaciones de la libertad dada á los negros de la Jamaica; el principiar á haber algunos motivos para recelar de que la cosecha de granos de este país en el presente año será escasa: si esto sucede, V. verá bajar los consolidados de 3 á 4 por ciento y todos los demás fondos tendrán que resentirse; la extraccion de metálico será grande y vea V. aquí como, si no nos apresuramos á concluir nuestras operaciones para agosto, puede suceder muy bien que, marchando las cosas en esa perfectamente, el estado de las de aquí sea tal que no nos permita concluir nuestra gran operacion.

Estoy convenciendo á tres ó cuatro amigos con el objeto de que me autorizen á mandar un poder para la compra de £ 300:000 más de propiedades en el Tajo; porque estoy seguro de que una vez hechas las compras y conocidas las ventajas que resultarán á las mismas propiedades de canalizar el Tajo, que no perderán un momento en promover esta gran obra, la cual podrá ejecutarse con facilidad por la influencia de sus nombres.

Dejo aquí la presente para ir á tener una conferencia con Rothschild, por-

que me parece que concluiré algo de provecho para asegurar las futuras operaciones, y como V. sabe mi principio de no forzar las circunstancias, pero tampoco de ser ingrato á ellas, no extrañará que yo me preste siempre á seguir la corriente de ellas.

Abril 25.

Tengo el gusto de anunciar á V. que anoche nos dimos las manos Rothschild y yo después de una conferencia que duró más de tres horas para sancionar lo que en la misma habiamos convenido, y es que desde julio en adelante se emitirán 4 millones más de 3 por ciento para hacer frente á la conversion del 5; que los intereses de este nuevo *stock* principiarán á correr desde 1.º de julio inmediato, y que él se hace cargo desde luego de 1 millon de libras á 72 ½ por ciento, que equivale como si lo negociasemos hoy á 74 con el interés desde 1.º de enero. Los 3 millones restantes quedan á mi disposicion para negociarlos como sucedió con el empréstito de 2 millones de 1833. Por de contado que el mayor sigilo debe guardarse en este asunto. Rothschild así lo ha reclamado de mí y yo se lo he ofrecido. Nosotros somos los primeros interesados en este negocio, porque de la reserva y circunspeccion con que se maneje este negocio dependerán no solamente muchos miles de libras, sino también la consolidacion de nuestro crédito, que es tanto más dificil cuanto que ha sido elevado tan rapidamente.

La única condicion que Rothschild ha exijido, pero que no constará en el contrato, es la de que la tranquilidad pública de eso reino no ha sido perturbada durante todo el presente mes. A semejante condicion yo no me debí negar porque en nuestros principios no debe caber el desear llevar adelante operaciones ni contra el perjuicio del público á quien tanto debemos y mucho menos contra los intereses de un solo individuo. Las bases se cerraron ayer; pero como hoy es sábado, y fiesta para mr. Rothschild, el contrato se firmará el lunes.

Deseo que me diga V. si merecen ó nó mis operaciones su aprobacion y la de nuestros amigos los ministros. Son bien simples las razones del por qué no hago comunicaciones de oficio al Tesoro sobre este negocio.

Toda la comision pagada á mr. Rothschild en estas operaciones es 1 por ciento. Ya V. vé que no es mucho!

V. conoce la letra de mi primo y V. sabe que merece toda mi confianza.

El *Herald* ha sido puesto en el correo con otros papeles y puede V. leer el *leading article* del 23.

Adiós; todo suyo de corazon. = *Juan A. y Mendizabal.*

Nota de Silva Carvalho. — Em carta de 4 diz que Rothschild, porque o contrato não era vantajoso, não queria estar por elle, mas que o não conseguiria, etc.

A Silva Carvalho

Londres, 25 de abril de 1835.

Reservado. — Querido Carvalho. — Nuestro Castro te dirá cuanto hay; por Dios que me apoyen Vs. El triunfo será completo. Apruebo la ley de los bienes

nacionales, excepto en los títulos de 3 y 4 por ciento. Supongo que solo será para la parte interna. En la ley para la moneda deberia haberse ganado más tiempo. En fin saldremos bien. Si quieres cuños y *Dies* hechos aquí y adaptados al sistema de la nueva máquina, mándame inmediatamente los modelos y en tres semanas te alistaré cuantos necesites. Wilson ha contratado por tres meses el intendente de la casa de la moneda de Calcuta, que se retiró porque el clima no le convenia. Dicen que es hombre de mucho provecho.

El *William Faucett* vuelve á esa el 4 del próximo y yo arregláré el pasaje del Conde y del Baron, con el honor y decencia que corresponde á tan dignos amigos del malhadado Príncipe. Este es un asunto que corre por mi cuenta. Les darás mis expresiones.

Adiós tuyo. = *Juan.*

Mi querido Agostino.—Mucho desearé que V. haya apreciado mis comunicaciones con Carbonell; entre tanto que lo veo de vuelta, lo cual ansio sobremanera, reciba V. el afecto de su mejor amigo Q. S. M. B. = *J. A. y Mendizabal.*

A Silva Carvalho

Londres, 29 de abril de 1835.

Private.—Mi querido Carvalho.—Si mi amistad para contigo vale algo, la interpongo para que tu seas quien contribuya más para el arreglo de la reclamacion de Sartorius. Si tu no lo haces, yo en honor tengo que hacerlo, porque la renuncia que hizo fué á instancias mias; ahora tu después de esta declaracion, harás lo que quieras. El 12 me escribió haciéndome ciertas preguntas, que yo no he podido menos de contestarlas, en honor de la verdad, favorablemente á él. A Agostino que atienda mi contestacion á Hodges.

El 5 por ciento á 100¼ y el 3 por ciento á 74½. Pero todo esto viene abajo, si no me apoyais.

Tuyo afmo. de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A A. J. Freire

30 de mayo.

Reservado.—Mi querido Agostino.—El honrado conde de Méjan ha estado en casa tres días y hoy ha salido para Munich. Me ha dicho cuanto V. le encargó que me informase. Es preciso conjurar la tormenta. Este país no lo permitirá nunca. Luis Felipe conoce que no puede ser; intrigará sin embargo para que se le haga la propuesta y después hará un mérito grande de dar una negativa. Hoy, al dar cuenta de oficio de la crisis que estamos aqui sufriendo, indico lo mismo que privadamente sé yo que piensa el Lord Palmerston; á este le he informado de como estaba el Lord Howard entregado á Palmella, y le he manifestado de la necesidad que habrá para que el Lord Howard, V., y Carvalho estuviesen unidos. Convendrá el que Vs. se presten los primeros, aunque con dignidad, mientras que yo voy á esa en julio y V. verá como cambian las cosas de aspecto.

Las cosas en España están muy malas. Nuestro Sarmento escribirá á V. de cuanto se está haciendo y se hará.

De esta saldremos como de las demás; no lo dude V.

Carbonell ha venido muy contento y de V. muy amigo.

Todo suyo de corazon. = *Juan.*

Expresiones á Felgueiras y á Rodrigo.

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 30 de mayo de 1835.

Mi querido Castro.—Estamos pasando por una crisis mayor de lo que me es dado el explicar á V. Sereno en medio de ella, estoy seguro de que triunfaremos completamente. La crisis es general y si nuevos sucesos no vienen á hacernos más pesada la situacion en que nos encontramos hoy, estoy seguro de que Portugal será quien primero estará á la cabeza de las demás naciones. Lo que me inquieta más, sobre todo, es la conversion del 6 por ciento. De la lista que V. me remitió hasta el 15, observo con disgusto, ó más bien diré con sentimiento, que se presentan por dinero, en preferencia, al 4 por ciento. Sin duda los sucesos de España han contribuido mucho á que ese público no tenga toda la confianza que debiamos esperar, después de las reiteradas pruebas de puntualidad y buena fé, dadas en cuantos casos se han presentado. Da Silva, que el paquete anterior á su salida de esa habia escrito un poco alarmante á sus amigos, se aprovechó de la carta de O,B. *(O'Brien?)* adjunta, y del estado crítico en que nos encontramos, para decir: *que el Duque se habia separado del ministerio por el estado de confusion en que se encontraba la hacienda. Que el gobierno no sabia cual era el estado de mis negocios. Que todos los días se temia una bancarrota. Que la única contribucion que existia estaba abolida,* etc., etc. Todos sus dichos diez días antes no hubieran servido de nada; pero, cuando todo está preparado para recibir malas impresiones, la cosa más insignificante influye. Por todas estas razones creí ayer, en medio de los desastres que se presentaban por todas partes, que debía hacer la cancelacion de las restantes £ 500:000. Para el paquete próximo daré, con las correspondientes fechas, cuenta de todo lo que he dado por cartas particulares. Las cuentas están muy adelantadas y en julio tendré el gusto de ser el portador. Da Silva habrá escrito para esos periódicos. Creo que Vs. deben hacerlo también y hacer algunas reflexiones sobre los precios de los consolidados desde 1818 á 1820. Como todo lo que Vs. necesiten para la conversion no pase de £ 500:000, con un poco de más tiempo la llevaremos adelante en totalidad. Si fuere más, habrá sus trabajitos; pero saldremos del atolladero. Haga V. que se inserte el artículo del *Times,* y el aviso de la cancelacion de los bonos. Ella habla volúmenes.

El sr. Carbonell ha venido prendado de V.; dice que V. es un hombre completo de negocios. Al banco es preciso inspirar confianza en estos momentos. ¿Habrá llegado la máquina? ¿Servirá? Esto es lo urgente. Todo este pánico ha sido preparado por el banco para evitar la salida de soberanos. Es cierto que no creyeron que las consecuencias fuesen tan fatales. La semana próxima irá un correo por tierra con la noticia de haberse mejorado todo.

Suyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

Expresiones á Rodrigo nuestro honrado amigo.

A A. J. Freire

Londres, 4 de junio de 1835.

Mi querido Agostino. — Estamos corriendo una tempestad; pero yo siempre sereno y superior á todo — con mi calma en las crisis, y la paciencia y la perseverancia que no me faltan, estoy seguro del triunfo. La Santa Alianza vé que concluida satisfactoriamente la cuestion de España, se le cerraron las puertas á las intrigas para destruir la libertad. Confio de que no habrá intervencion, pero confio de que habrá medios para acabar con Don Carlos. Acaso mañana podré decir á V. algo más positivo.

El Lord Palmerston cada día me dá mayores pruebas de amistad y confianza. Escribe con interés al Lord Howard para que apoye á V. y á Carvalho. Como hombre de estado, olvide V. cuanto haya pasado, vaya á hacerle una visita y estoy seguro de que encontrará V. otro hombre. Sobre el casamiento, Luis Felipe intrigará para que se le proponga, para vengarse después de la R. y despreciar á V. Además el duque Nemours es el príncipe más aristócrata que se conoce; su fanatismo llega hasta el punto de desear que Henrique V reine en Francia. La raza no es buena. Por supuesto que este gobierno se opondrá decididamente, y hé aquí como Vs. pueden triunfar. En Francia estamos amenazados de otros *tres días*. Yo no me sorprenderé de que se celebre el aniversario. El Lord P. reconoce que el gobierno de ese reino no se puede pasar sin V. y Carvalho. Si Vs. no abusan de esta posicion y solamente saben sacar partido, Vs. con este apoyo tendrán en su mano el guardar sus lugares hasta que hayan concluido la gran obra de la regeneracion de ese país.

Mi querido Carvalho: animo y coraje; tén presente lo que pasamos cuando lo del papel moneda y no te olvides que, á consecuencia de no haber abandonado la brecha, triunfamos. Ahora triunfaremos también. Inspira confianza al banco y por acá todo volverá á su nivel.

Adiós queridos amigos; vuestro. = *Juan.*

Carbonell, sin tiempo para otra cosa, se recomienda á la amistad del sr. Freire.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

18 de junio de 1835.

Confidencial. — Mi querido Carvalho y mi apreciable Agostino. — Me refiero á lo que escribo á Castro. Como tu dices que yo soy un enano en política, no me quisiestes hacer caso y despreciaron mi opinion de introducir á Saldanha en el ministerio. Ha sido muy sensible y particularmente el que tu no hayas quedado; porque estoy seguro de que habrias concluido la gran obra principiada. Yo he estado luchando con mi posicion, con las circunstancias y con las funestas consecuencias que podrán sobrevenir en ese país, dificiles de reparar, y al fin me he resuelto á permanecer en mi puesto por ahora. Tu, ni Agostino ni ninguno de mis amigos deben dudar de mi firmeza y de mi consecuencia; tu tendrás presente la que desplegué en setiembre; en las presentes circunstancias podria haber sido muy criminal.

Yo soy vuestro amigo; vosotros debeis contar conmigo para todo, y al pasar la crisis no tendré reparo en abandonar el puesto, si mis amigos así lo

creyeren conveniente. Soy como tu patriota, y la patria no debia ser sacrificada ni momentaneamente, cuando uno no tenia la certeza de poder reparar los males que yo veia tan inmediatos; decideme con franqueza, si mi conducta merece ó no vuestra aprovacion.

Repito que soy vuestro amigo, que lo soy de Rodrigo y de Castro y que lo que sea mio es de vosotros—no lo dudeis; escríbeme; yo lo haré y te remetiré los *bonds*.

Adiós; vuestro de corazon. = *Juan*.

A Silva Carvalho e a A. J. Freire

Londres, 5 de julio de 1835.

Confidencial. — Mis queridos amigos. — Jamás me he visto tan embarazado: la más pequeña duda habria producido tantos males, que ese reino habria concluido por una disolucion. Mis compromisos eran y son inmensos y mi separacion habria reduzido á cenizas los únicos médios de cuya realizacion dependia y depende el que, ya que quede arruinado, á lo menos que conserve mi honor. Vs. dicen que yo dí mucha importancia á Saldanha, y yo digo que Vs. lo miraron con el mayor desprecio. En una nacion tan pequeña, acabada de salir de una guerra civil, uno de los principales jefes militares no puede jamás ser insignificante. En medio de todo, no es malo de que ellos tengan que sancionar y de este modo justificar cuanto Vs. hicieron. Lord P. ha escrito mucho al lord H. en favor de Vs., pero para sacar partido de mis gestiones es indispensable el que Vs. se aproximen Á distancia no se puede conseguir nada. Ahora que yo voy á España, creo que podremos entendernos mejor. Me parece de que no seria dificil el hacer una fusion con Saldanha; cualquiera organizacion que no sea con este no puede ser duradera; no nos engañemos. Lean Vs. una carta confidencial de 30 de abril que escribi á nuestro Castro y verán Vs. como lo preví todo; aunque no lo consideré tan pronto, tan inmediato. Otra de las razones que he tenido para quedarme fué la necesidad de tomar ciertas medidas para disminuir los descalabros que hemos sufrido. Yo no sé, al ausentarme de esta, como podrán estas cosas marchar. En fin es preciso uno no olvidarse que ante todas cosas *es uno patriota*.

Estoy trabajando una memoria dando cuenta de todas estas operaciones, haciendo el verdadero mérito de nuestro Carvalho y del Tesoro, y por de contado que mandaré confidencialmente á Vs. una copia de todo.

Vs. deben considerarme siempre como uno de los que formaban y forman el quinteto.

Adiós queridos amigos; vuestro de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 9 de julio de 1835.

Mi querido Castro. — He tenido carta del 24 de junio de nuestro amigo De Gand y de otros, no de V. ni de los demás amigos; aquellas se refieren á la sen-

sacion que habia hecho mi conformidad á continuar por ahora en estos negocios y mi nombramiento de ministro de hacienda de España. Parece que mi continuacion en estos negocios no ha agradado ó no ha correspondido á lo que algunos de mis amigos creía deber esperar de mí. Ignoro si V. también ha participado de esta opinion; pero sea como fuere, me parece que cuando la cuestion sea examinada á sangre fria, se verá que el hombre que tenia principiadas operaciones de tanta magnitud, aceptadas centenares de miles de libras, emitidas otras en bonos del Tesoro y todo apoyado en amigos que habian depositado su confianza en mí y agobiado por las consecuencias de una crisis nunca vista ¿que partido me quedaba que tomar más que el de continuar, con el objeto de hacer menos sensibles tantos males y tener tiempo de ir regularizando las cosas, que por la confianza en que viviamos les faltaban estos requisitos? Mi negativa no hubiera producido otra cosa que la de haber reducido á cenizas los efectos en cuya realizacion se apoyaba el poder cumplir por mi parte con las obligaciones sagradas que tenia contraidas, el haber arruinado todas aquellas familias y mucha parte de las que componen el público, que confiados en mí habian sido el apoyo de todas nuestras operaciones, y por último el que los quebrantos que hasta ahora no pasarán de £ 150:000 y que debo presumir con algún fundamento que no se aumentarán, hubieran sido tan grandes que nuestras operaciones financieras no hubieran dejado de ser calificadas de *ruinosísimas*. Mi continuacion ha disminuido en parte todos estos males y no obstante que de repente he tenido y tengo que satisfacer con metálico todas las obligaciones, inclusos los bonos del Tesoro que mantenian en circulacion todo nuestro pesado déficit, tendremos la satisfaccion de ver que las operaciones de la conversion no han sido ruinosas, que si bien no han producido todas las ventajas que nosotros nos habiamos propuesto, á lo menos no podrá decirse que ellas han agravado de ninguna manera á la nacion, y que la principal idea, que era la de consolidar el crédito, quedará conseguido no obstante tantos trastornos como de los que hemos sido testigos. Si el cambio de ese ministerio hubiese sido antes del pánico, nada me hubiera conservado en mi puesto y entonces no hubiera sido víctima de toda mi fortuna, como lo he sido ahora, quedándome solo ojos para llorar, y no tendria que pasar por el amargo trance de tener por primera vez que manifestar al gobierno, después de cuatro años de haber desempeñado los negocios más delicados, siempre llenos de ventajas, que ha habido quebrantos y no pequeños. Estos han tenido que aumentarse por la necesidad en que estoy de liquidar todos los negocios de mi dependencia con precipitacion y en medio de una crisis tan horrorosa. Entro en todos estos detalles y entraria en más si el tiempo me lo permitiese, porque la amistad y consideracion de Vs. cuatro es para mí sumamente apreciable el conservala. Los nuevos ministros han hecho grandes espavientos por haber recibido con el paquete de 11 y 12 de junio mi comunicacion en segunda via del contrato de 4 millones de 29 de abril; por la copia adjunta, que muy confidencialmente paso á sus manos, verá V. y verá nuestro Carvalho que contesto con dignidad y energia, haciendo el honor que de justicia corresponde á nuestro ministro, y no omitiendo ciertas indirectas sobre las cuales no necesito llamar á V. la atencion.

Celebro muchísimo lo que V. me dice de nuestro amigo Rodrigo de no haber querido sucumbir á los lazos que esos señores le tendian. Rodrigo tiene buenos amigos, entre ellos yo me considero uno de los primeros y debe conservar su independencia para poder hacer, como lo está haciendo ahora, el bien de su patria, aunque de un modo indirecto, para tener la satisfaccion de hacerlo después directamente.

El crédito aquí se ha mejorado, porque conservándome yo en el puesto, sin dar gran impulso, he dado seguridades de que habrá buena fé, de que se pagarán los dividendos, etc., etc. Sin embargo, si podemos conseguir que nuestro Carvalho vuelva al ministerio, no me queda duda que el 5 por ciento volverá á la par y el 3 por ciento de 72 á 74; sin la entrada de nuestro Carvalho, las cosas continuarán como hasta aquí, poco mas ó menos, y en mi ausencia se han de ver en grandes dificultades. Lo temible será el que descubran tanto la incognita, que después el mismo Carvalho y aun si fuese posible volviendo el mismo Mendizabal á Londres, no puedan conseguir el restablecer las cosas como estaban. Todo esto se podia haber evitado con que nuestros amigos hubieran tenido una poca de paciencia y hubieran conservado como yo les aconsejé á Palmella en el ministerio por cuatro ó seis meses, mientras que estableciamos nuestro sistema. Qué de resultados tan grandes hubieramos obtenido, colocados nuestros amigos á la cabeza de los negocios de esa nacion y yo formando parte del ministerio en España! Si mis consejos hubieran sido oidos y, ya que no se queria conservar en el ministerio á Palmella, se hubiera llamado á Saldanha, es cierto que el ministerio de nuestros amigos hubiera sido perpétuo y hubiera hecho la felicidad de Portugal.

Yo saldré de aquí en la primera ó segunda semana de agosto y desde Madrid nos pondremos en una correspondencia seguida, tanto para dar á V. cuenta del modo con que han terminado aquí las operaciones financieras, como del modo de ver de contribuir á la felicidad de ambas naciones por medio de la prensa.

Amigo y señor: — Lo que precede ha sido dictado por nuestro Mendizabal á su primo, y debia continuar y escribir además á nuestros amigos los srs. Freire y Carvalho; pero habiendo sido obligado á ir al *West End* del pueblo, ha tenido que dejarlo para otro correo, encargándome diga á V. que ruegue en su nombre á dichos señores que tengan esta por suya, en el entretanto, con mil expresiones de su afecto. Yo me recomiendo al suyo y al de V. y á todos pido que me tengan por muy afecto y seguro sincero amigo. = *A. de Ramon y Carbonell.*

P. D. — Adjunto vá una copia de la carta oficial que escribe hoy M. al Tesoro.

A F. A. de Campos

Londres, 10 de julio de 1835.

Officio. — *Copia.* — Exmo. sr. — Tengo la honra de acusar á V. E. el recibo de su oficio de 24 del pasado en que me participa haber llegado á sus manos mis oficios de 11 y 12 del mismo mes, con el duplicado del de 4 de mayo.

Séame permitido dar algunas explicaciones con aquella franqueza y verdad propias de mi carácter, á las observaciones que V. E. se sirve hacerme por no haber tenido otro conocimiento de la importante transaccion de que trata mi duplicado de 4 de mayo, hasta que llegó á sus manos á un mismo tiempo que mis citados oficios de 11 y 12 junio. — Apoyado en la confianza sin límites que el antecesor de V. E. y sus colegas depositaron constantemente en mí, apoyado en los repetidos resultados que tengo dado al gobierno de S. M. F., mucho más allá de los que constantemente se debian esperar de las instrucciones que se me dieron, y de las circunstancias en que estas fueron ejecutadas, y apoyado por último en los testimonios de mi conciencia, hace meses que de acuerdo con el

antecesor de V. E. tenia adoptado el sistema de hacer, solo cuando lo creí oportuno, algunas indicaciones en mis cartas confidenciales sobre las transacciones que iba combinado, dejando, para la época en que se principiaban á ejecutar las operaciones combinadas, el hacer mis comunicaciones oficiales con las fechas correspondientes á las en que fueron contratadas; evitando de este modo los inconvenientes de que se divulgasen inoportunamente, y el que pudiese abusarse más ó menos de transacciones tan delicadas como las que forman el contenido de dicho oficio: inconvenientes de que no deja de haber ejemplares.

Siguiendo el sistema que me habia propuesto, jamás la primera via de mi oficio de 4 de mayo fué comunicada al antecesor de V. E., y solo el cambio repentino del ministerio me indujó, tratándose de una cuestion tan delicada, á comunicar á V. E. la citada primera via, por via de Madrid, inmediatamente que tuve noticia de él, dirigiendo la segunda, de que V. E. me ha acusado el recibo en su citado oficio, por el paquete de 13 de junio.

Como que mr. Rothschild impusiese al contrato de 29 de abril una condicion que ni era delicada para el gobierno, ni decorosa para mí, cual era la de que yo debia conservarme en la agencia durante todo el tiempo de la ejecucion de este contrato, aunque conseguí que dicha condicion no formase parte de él, tuve que darle las seguridades correspondientes por medio de una carta confidencial; y esta sola circunstancia que era conocida por el antecesor de V. E. era suficiente para que el exmo. sr. Carvalho dejase exclusivamente á mí el hacer la participacion oficial cuando se creyese conveniente.

No debemos considerar tanto como una calamidad las alteraciones que tuvo que sufrir el contrato de 29 de abril, como las causas que me obligaron á concederlas. Las condiciones que resultaron de aquellas, si se considera bien la diferencia de circunstancias, no son menos ventajosas que las que anteriormente se habian estipulado; pero estas, como ya tengo indicado á V. E., nos han conducido á quebrantos de mucho mayor monta que los que resultarán de la substitucion de los artículos adicionales de 8 de junio al contrato expresado.

En medio de todo, cuando apenas existia un amigo de la nacion portuguesa que, viendo el estado en que estaba la España, no temiese por su existencia política y por su crédito, cuando todos los enemigos se lisonjeaban con verlos pronto extinguidos, se ha visto con admiracion que las obligaciones han sido cubiertas, y que se está extinguiendo (no pudiendo en tan críticas circunstancias pensar en renovarlas) la deuda flotante que por medio de pagarés del Tesoro se habia creado, apoyada en el producto de las ventas de los bienes nacionales, que por desgracia han estado entorpecidas hasta hace pocos días, y en el de los arreglos con el Brazil que hasta ahora no han tenido.

Que la deuda flotante no podia renovarse es patente; y corrobora todas las razones que naturalmente ocurren la adjunta copia de una carta de la casa de B. L. Fould & Fould Oppenheim, de París, contestando á una proposicion mia para el efecto. En vista de ella, creí no deber acudir á otras casas ni individuos.

El Tribunal reconocerá facilmente á vista de las obligaciones que pesan sobre esta agencia, ya sea por aceptaciones pendientes, ya por pagos por dividendos, fondo de amortizacion, deuda flotante, etc., y ya por la disminucion del producto de los efectos en que estaban empleados mis médios, que, sin una parte de los productos del tratado de 29 de abril, no podrian recogerse dichas obligaciones, como se verificará antes de mi salida de Londres.

Dios guarde á V. E. muchos años. — Exmo. sr. Presidente del Tribunal del Tesoro Público.

A F. A. de Campos

Londres, 10 de julio de 1835.

Ilmo. Exmo. sr. — Muy estimado señor mio. — Muchas cosas están pendientes que tengo que escribir de oficio; pero me falta el tiempo aun para lo más indispensable. Las sospechas que con algún fundamento, por falta de mis explicaciones, asaltaron á Vs. fueron infundadas. Me lisonjeo que mis explicaciones de oficio satisfarán á Vs.

Con Jervis dige á V. que las cosas con Rothschild estaban arregladas para continuar la conversion, y para obtener dinero para esa y para amortizar los bonos del Tesoro en circulacion, que nadie quiere renovar. Desde entonces acá hemos alterado veinte veces la redaccion de los artículos adicionales para la continuacion y, desgraciadamente, no hemos podido venir aun á una conclusion. Mi posicion es muy dificil; pero yo no me arredro, y lo que conviene es el hacerse uno dueño de las circunstancias. La parte principal de la crisis está ya pasada. Es cierto que se han hecho sacrificios, es cierto que corremos grandes responsabilidades, teniendo que hacer uso de fondos exclusivamente creados para otros objetos; pero también es cierto que pasada completamente la crisis, y conservando nuestro crédito, los bienes nacionales se venderán, y sus productos podrán reemplazar los que ahora se invierten en los objetos para que los mismos debian servir. La deuda con el Brasil se liquidará y cobrará en breve, usandose de maña, y este es otro fondo que servirá también para reemplazar lo que las imperiosas circunstancias en que nos encontramos después de la más grande de las crisis que ha habido en este país. V. verá que sigo con amortizaciones y que seguiré haciendo todo cuanto haya que hacer para mejorar el crédito. Convendrá mucho el que Vs. no pierdan momento en quemar el antiguo 6 por ciento que ha sido convertido y el avisar á esta para que yo lo haga, y otros en el continente. Anuncien Vs. bienes nacionales para su venta, sin interrupcion. Sin que estos aparezcan, sin que las comisiones de fomento trabajen mucho, y sin que la insurreccion de España se concluya, es imposible que el crédito pueda conservarse.

Para el paquete próximo podré acaso mandar más explicaciones.

Su más atento y S. S. = *J. A. y Mendizabal.*

A J. J. Gomes de Castro

Londres, 15 de julio de 1835.

Reservado. — Mi querido Castro. — Pasado mañana saldrá un expreso, no lo diga V. y entonces contestaré despacio á Agostino, Carvalho y Rodrigo, y á V. lo pondré al corriente de cuanto ha pasado entre el gobierno y yo, solo para que con destreza y sin comprometerme tome notas para hacer un uso oportuno. Parece que Vs. sienten mi continuacion. No pudo ser de otro modo! Mis aceptaciones, mis compromisos, mis quebrantos, me obligaron á adoptar el partido que tomé. Yo quedo arruinado y voy á ser empleado.

De mi cuarteto el que forma el = *Quinteto.*

A Silva Carvalho

Londres, 29 de julio de 1835.

Muy reservado. — Mi querido Carvalho. — El contenido de la presente debes ocultarlo de todo el mundo, mientras que no lo sepas por otro conducto, y entonces oirlo como por la primera vez. Esta comunicacion te la hago de acuerdo y por encargo de Don Francisco d'Almeida. Es probable que el casamiento de la Reina se contrate con un sobrino de la Duqueza de Kent y del Rey Leopoldo. Si esto tiene lugar se puede asegurar de que Portugal ha encontrado su felicidad. Primo hermano de la futura Reina de esta gran nacion, una figura agradable, muy bien instruido y mejor educado, rico y sin duda alguna será amigo de la Emperatriz; ya ves que son cualidades que dificilmente se pueden encontrar ni reunir en ningún Príncipe de cuantos existen en el continente europeo. Yo he contribuido en cuanto ha estado á mi alcance; pero, sea dicho en honor de la verdad y de la justicia, sin la resolucion, ni la decision de Don Francisco, es bien cierto que no tendria efecto, como lo tendrá este enlace.

Castro y yo nos iremos juntos para esa en un vapor, y entonces todo lo pondremos en regla.

Adiós; tuyo de corazon. = *J. A. y Mendizabal.*

Aos ministros de Portugal

Madrid, 8 de agosto de 1835.

Confidencial. — Mis queridos amigos. — Aprovecho la oportunidad de la salida de un extraordinario que manda este gobierno á esa capital, con la ratificacion del tratado para la navegacion de los ríos Duero, etc. Convendrá mucho el que Vs. inmediatamente lo publiquen y hagan el correspondiente comentario sobre los beneficios que deben recibirse, tanto de este tratado como de otros que precisamente deben seguirse de la unidad de los intereses de ambas naciones y de la union y buena inteligencia que debe reinar entre los ministerios de las mismas. Acaso convendria hacer ver que el pronto arreglo de este negocio se debió á la estancia que yo hice en Lisboa, y también no perder de vista cuanto han variado las circunstancias, pues sin duda llegado el caso de que se hayan desterrado quizá para siempre la rivalidad y prevenciones que siglos ha existieron entre ambos pueblos.

Desde Navalcarnero, escribi á Vs. asegurándoles que aunque las dificultades se habian estrechado yo estaba seguro del triunfo, habia concebido un plan de aquellos que, como el de los Algarbes, me dicta mi corazon en los momentos de más peligro. Desgraciadamente al llegar á Móstoles leí en la *Gaceta del gobierno* la alocucion de la Reina y el decreto fulminante que la sigue, que cierra las puertas para que yo entre en el ministerio, ni para que pueda proponer en conciencia ningunas medidas á la Reina, con las que salvando su dignidad pueda yo estar seguro del triunfo. Lo malo ha sido y es el que yo no pueda tomar posesion del ministerio conservando mi honor, para desde dicho puesto entonces obrar como conviniese. Hoy debe haber un consejo de ministros al cual asistiré, y veremos si se puede mejorar la situacion de las cosas. Sirva esto de gobierno para

que Vs. no se duerman y se preparen con los médios necesarios para poder hacer frente á todas las obligaciones hasta fin de año con abundancia y con sobras. Si desgraciadamente yo tuviese que abandonar el campo, volveré tranquilamente á mi agencia.

Estoy abrumado de asuntos y solo tengo tiempo para suplicar á Vs. el que no omiten tiempo para hacer que luego, luego, entren en España las tropas que hay en Tras-los-Montes, aun cuando sea internándose solo 6 leguas, mientras se puede arreglar cualquier punto de diferencia que ocurriese.

Queda de Vs., con expresiones á Castro, su afmo. amigo y servidor. = *J. A. y Mendizabal.*

S S. ministros de S. M. la Reina de Portugal.

A Silva Carvalho

Cadix, 29 de agosto.

Mi querido Carvalho. — Todo lo que se debe decir á Carbonell al remitir las letras de hoy: «Deseando el Tribunal del Tesoro consolidar por todos los médios el crédito nacional en el extranjero, ha resuelto con preferencia á la enagenacion del 3 por ciento, creado en virtud del tratado de 29 de abril, el hacer remesas á esa agencia de los fondos necesarios para que V. pueda satisfacer las letras que tiene aceptadas por honor á la firma del presidente de este Tribunal, y en su consecuencia hoy lo hace de tantas letras de...

«Con el vapor *William IV,* que sale en 6, remitiré, y por el siguiente paquete lo haré del resto.

«Mr. Rothschild y todos los interesados en los fondos portugueses conocerán cuanta es la prudencia y prevision que el gobierno emplea para, al mismo tiempo que trata de consolidar su crédito, proteger los intereses de los que le dispensan sus confianzas.»

Hé aquí lo que yo diria. Cuando nos veamos, hablaremos para el segundo oficio.

Te veré en el teatro francés ó te veré á donde quieras. Estaré en mi casa á las siete y media de la tarde; escribeme á casa.

Adiós; tuyo afmo. de corazon. = *Juan.*

A Silva Carvalho

Madrid, 16 de noviembre de 1835.

Querido Carvalho.—Vuestras cartas del 12 me han afectado sobremanera, porque veo muy malos resultados para lo futuro; es una trama que no ha sido hilada en la Península; temen al armamento de los 100:000 hombres, y no confian en mis protestos de orden y legalidad. Esperan de que yo seria arrastrado por las circunstancias; arrastrado lo seria sin el triunfo de la faccion; la anarquía y el desorden naceran de no concluir con aquella; pero, venciendo tendria prestigio, y con el carácter que la naturaleza me ha dotado, yo estaba seguro de hacer las reformas que el país reclama, pero con calma y dignidad.

El Duque de Terceira tiene la culpa de todo esto, por sus demoras; así lo insinuo, aunque sin acriminarle y con dulzura.

La tuya del 12 á la una de la tarde, ha sido de algún consuelo, porque de lo contrario el sacrificio hubiera sido muy penoso.

Aun tengo esperanzas de que las cosas se arreglen y que la Reina no quiera privarse de los únicos hombres que pueden hacer andar el carro; si así sucede, sirvaos la leccion presente, y estad convencidos de que la tranquilidad y la libertad de Portugal están en el exterminio de la faccion en Navarra. Mira con que facilidad llegó de Italia D. Sebastián! Crées que D. Miguel no sabria imitarle?

Adiós. Sin tiempo para más, soy tuyo amigo afmo. = *J. A. y Mendizabal.*

Ao duque de Palmella (?)

Madrid, 29 de noviembre de 1835.

Mi querido amigo. — Cuanto me dice V. acerca de los causantes de las últimas ocurrencias, tanto coincide con mi opinion en un todo conforme. Gran falta hace á ese país un matrimonio real con un príncipe sensato; gran falta hubo en la política posterior á la primera dimision, y grande también fué no haber activado la marcha de la division portuguesa, que si á estas horas se hallara en Victoria, habria dado una preponderancia extraordinaria á nuestros movimientos militares, apoyados sobre un ejército valiente. Pero las faltas pasadas solo deben estimular á evitar las futuras y en ese sentido debemos trabajar; los temores que V. tiene acerca del crédito nacional en Londres, al saberse las oscilaciones ministeriales, son igualmente mios y espero con sobrada ansia el resultado. El 19 seguian los fondos de alza y todos opinaban una mayor subida y no corta si acontecimientos desagradables no fuesen á interrumpir su marcha.

Aquí se ha aprobado el proyecto de contestacion al discurso del trono en el estamento de proceres, enteramente en sentido del gobierno, y en su discusion tomé no pequeña parte, asegurando que ese gobierno cumpliria el tratado de las tropas. En los procuradores creemos tener la misma preponderancia aunque no solicitamos los votos. Lejos de eso los diputados votan con absoluta voluntad propia y esto propio demuestra la firme adhesion á la marcha actual. Apesar de los socorros de Francia, la extension de la faccion por Cataluña, etc., confio acabar con ella pronto si esos 7:000 hombres vienen luego y el gobierno inglés sigue como hasta aquí.

No puedo mandar á V. la *Gaceta* de hoy, pero incluyo una de ayer donde verá V. mi peroracion; y queda de V. afmo. amigo. = *J. A. y Mendizabal.*

Mil cosas á Rodrigo, Castro, etc., etc., no tengo tiempo para más; tudo suyo de corazon. = *J. A. y M.*

Ao duque de Palmella

Madrid, 12 de diciembre de 1835.

Confidencial. — Mi querido Duque, amigo y señor. — Acabo de recibir un extraordinario de Londres del 3. Nuestro crédito portugués se lo llevó la trampa

El casamento me temo que por consecuencia tambien se lo lleve. El 3 por ciento estaba á 53 y el 5 á 85 irá de baja. La descofianza se arraigaba y todo, todo presagiaba desastres. La marqueza de Ficalho y los demás al rededor de la Reina son altamente responsables de tantos males, y todos los que contribuyeron á emancipar á la Reina de la ilustre viuda del gran hombre un día sufrirán penas muy amargas. Las consecuencias se están ya tocando, y los males temo que no se puedan remediar. No nos equivoquemos. Un solo remedio le veo y es una nueva composicion en ministerio com Mousinho, Loureiro, Freire, Carvalho, Rodrigo y V. ó Saldanha; contando con el Duque, acaso un ministerio de instruccion pública para entrar los siete no seria malo. El remedio debe ser pronto; pero si no lo es y no se unen la Reina y la Emperatiz, D. Maria perderá su corona, y ese país será inundado en males y muy grandes. No nos equivoquemos. Carbonell deja la agencia en Londres. Quedará arruinado; pero no quiere más. Los fondos irán al diablo y ya no habrá remedio después; porque cuando una Reina se gobierna por camarillas no debe esperarse más. Puede V., si gusta, leer la presente á la Reina — á la Marquesa. Es un orror cuanto pasa en ese país.

Adiós; todo suyo afmo. = *J. A. y Mendisabal.*

Mis expresiones á Carvalho, etc., etc.

A J. J. Gomes de Castro

Diciembre 26 de 1835.

Confidencial. — Mi querido Castro. — En medio de tantos triunfos como se suceden los unos á los otros, no me faltan disgustos. Los de los negocios políticos y financieros de ese reino me tienen afligidísimo. Abrumado de negocios sin que me basten para su desempeño veinte y una horas que dedico cada día ¿como quiere V. que yo tenga tiempo á liquidar mis cuentas? Repito á V. mi suplica sobre la necesidad de que me auxilie desde esa cuanto pueda. La conclusion de la liquidacion de los asuntos que dejé pendientes en Londres es ruina sobre ruina. Las carnes se estremecen. Como que para mayo, época que en mi concepto se concluirá lo principal de la faccion, me retiraré del ministerio, porque ni sé como mi salud podrá llegar hasta entonces; aseguro á V. que no me quedarán más que ojos para llorar. Escribo al Lord Palmerston con mucho interés, para ver si á la venida del Príncipe puede lograrse la formacion de un nuevo ministerio. V. me conoce y no debe dudar que haré cuanto esté á mi alcance.

Escríbame V. algo en chrimografia. ¿Y nuestro Rodrigo? y nuestro Carvalho y nuestro Freire? No puede más su afmo. amigo de corazon. = *J. A. y Mendisabal.*

TERCEIRO APPENDICE

EXTRACTO DO MEMORAVEL DISCURSO DE SILVA CARVALHO, PROFERIDO NA SESSÃO DA CAMARA DOS PARES, EM 13 DE JANEIRO DE 1851 [1]

O *Sr. Silva Carvalho:* — Lembrando á camara o elogio que o sr. conde de Lavradio fizera das prestantes virtudes de seu finado presidente, o sr. duque de Palmella, por occasião de se annunciar á mesma aquelle fatal acontecimento — elogio com que o digno par concorda da melhor vontade, porque são eguaes os sentimentos que nutre a respeito do fallecido aos que de mais respeito e sympathias forem — observou que nesse elogio foram de mistura algumas expressões bastante asperas e desfavoraveis contra os homens que em 1821 estavam á testa do movimento politico que tinha tido logar no anno anterior, e por effeito do qual o mesmo sr. duque de Palmella tinha sido deportado, circumstancia que aquelle sr. conde não esqueceu mencionar entre as *injustiças* que se haviam praticado contra o mesmo sr. duque de Palmella.

Essas expressões, observou o nobre orador que o obrigavam a romper hoje o silencio, não porque se tratasse de cousa que a elle o interessasse pessoalmente, porque então não era ministro, nem tinha emprego algum que o obrigasse a concorrer na mais pequena cousa para a deportação do nobre duque, mas porque se se callasse deante de expressões tão injustamente lançadas sobre homens de tanto saber, honra, illustração e amor do seu paiz, como os que então estavam no congresso, ao qual concorreram os homens mais eminentes *(Apoiados)* do paiz, de sorte que bem pode dizer que ás camaras que lhe succederam não vieram melhores (*Apoiados*), esse silencio, se elle fosse capaz de o guardar, não lhe ficaria bem; e podia com razão ser arguido pelos poucos que ainda existem vivos, nobres restos d'essa epocha, mas já velhos e no ultimo quartel da vida, como elle digno par que tem a honra de fallar deante d'esta camara. A fim de que essa injusta arguição lhe não possa ser feita, ergue hoje o seu debil brado, o que então não devia fazer para não perturbar a profunda sensação e o sentimento doloroso que as eloquentes palavras do sr. conde de Lavradio tinham causado na camara, fazendo reviver em todos os seus membros a saudade do grande homem que por tanto tempo estivera á sua frente.

O nobre orador passou a ler as expressões que exigiam a presente defesa (são as que se lêem no *Diario do governo* de 13 do corrente, pag. 45, col. 2.ª, desde as palavras *agora posto* até á expressão *tyrannico)* que agora elle orador fazia

---

[1] *Diario do governo*, n.º 15, de 17 de janeiro de 1851.

dos homens que nesse tempo estavam á testa dos negocios publicos; e concluida essa leitura, observou que para esta defesa lhe era necessario contar a historia d'esse tempo com relação ao facto arguido, como testemunha ocular que foi de tudo; pois entendia que não se podiam avaliar bem as circumstancias d'esse tempo, sem que o juiz se collocasse no logar dos homens que então dirigiam os destinos do paiz (O sr. *Fonseca Magalhães:* — É exacto), para se pronunciar com justiça entre essas circumstancias — filhas da confusão de idéas, e de paixões violentas, e tambem do ciume de uma liberdade ainda meticulosa e timida, porque sabia contra quantos e quão poderosos inimigos tinha luctado, e tinha de luctar ainda — e entre os homens sobre quem essas mesmas circumstancias actuavam de uma maneira tão forte, que elles eram antes subjugados por ellas, do que as dominavam. Esses homens do congresso das Necessidades não tinham inimizade alguma contra o sr. duque de Palmella, a maior parte d'elles conheciam-no mesmo, e faziam-lhe inteira justiça; mas estavam dominados por uma opinião facticia, que, com quanto fosse falsa, os subjugava a elles; e até certo ponto assim devia ser, porque uma das boas qualidades de um homem de estado, entende o orador que é consultar e seguir muitas vezes a opinião publica, ainda que seja mal fundada, porque assim evitam-se muitos males, e talvez esse fosse o caso então; quem sabe?

Para mostrar que não havia inimizade nenhuma contra o sr. duque de Palmella, nem mesmo da parte da junta do Porto, a que elle orador pertenceu, contou um dialogo que tinha havido entre elle e o nobre e illustrado sr. Fr. Francisco de S. Luiz, que morreu cardeal patriarcha de Lisboa, a proposito do mesmo sr., então ainda conde de Palmella, pois que o dialogo versou sobre a grande fortuna que haveria em que elle se quizesse ligar á junta, o que não teve logar, porque, estando o mesmo sr. conde a partir para o Rio de Janeiro, aonde era chamado para o ministerio, não julgou dever annuir á especie de convite que se lhe fez; mas prometteu que ali empregaria todos os esforços para que houvesse um governo representativo em Portugal.

Passou o nobre orador a narrar a historia d'esse tempo, contando o que deu motivo áquella deportação. O sr. duque de Palmella sahiu de Portugal para o Rio de Janeiro, e tocou na ilha da Madeira, onde se demorou alguns dias; e como o governador d'aquella provincia obstasse a que se fizesse a proclamação a favor da nova ordem de cousas de Portugal, o que só teve logar em fevereiro de 1821, não faltaram pessoas mal informadas, e que de tudo decidem sem conhecimento de causa, que imputassem ao sr. duque de Palmella a resistencia do governador. Vieram, passados tempos, alguns despachos da côrte do Rio de Janeiro, concedendo diversas mercês, entre ellas pensões, tenças, expectativas, e outras, tanto pecuniarias, como honorificas, devendo aquellas ser satisfeitas pelo cofre das commendas vagas; e de todas fez a regencia um relatorio, que apresentou ao congresso, onde houve um acalorado debate, depois do qual se decidiu que se cumprissem todos aquelles de que não viesse prejuizo á fazenda publica. Por esta occasião, um deputado, homem illustrado, e das melhores intenções, mas fraco de espirito, e seguindo sempre as impressões populares, naquella occasião levantou-se com uma diatribe contra a côrte do Rio de Janeiro, e em consequencia da impressão que deixou nos espiritos se resolveu que se dissesse a Sua Magestade, quando desembarcasse, que não convinha que viessem para terra certos homens, a quem elle chamava aulicos, e que vinham em sua companhia; e esta resolução cumpriu-se quando El-Rei chegou, passando-se ordem para que não desembarcassem esses homens, alguns des quaes nem vinham com Sua Magestade, cujos

nomes constavam da relação que se fez, e que o orador conserva nas memorias que de todos estes acontecimentos escreveu, tanto para dar a razão das cousas, como para se defender quando fosse arguido. D'essas memorias leu com effeito alguns nomes, muitos dos quaes não vinham em companhia de El-Rei.

A deputação da regencia foi cumprimentar Sua Magestade, continuou o digno par, teve ordem de communicar-lhe essa resolução, e esperou-se ver qual era o effeito que na opinião publica produzia; mas esta, em vez de tomar uma direcção que fosse favoravel a esses homens, pelo contrario lhes era cada dia mais hostil, e então, depois de cinco ou seis dias de expectativa, passou-se nova ordem para que os individuos, cujo nome estava na relação, e que se achavam a bordo, fossem internados para vinte leguas distante da côrte, e dez da costa; comtudo esta ordem não se cumpriu inteiramente, porque todos, ou a maior parte, foram mandados para terras mais proximas, como ali indicou, designando as pessoas, e as localidades pora onde foram mandados. Depois entrou elle orador para o ministerio, em 7 de setembro; alguns dos deportados escreveram-lhe, e elle propoz a El-Rei que se lhes concedesse virem para mais perto de Lisboa, mas não teve a fortuna de que lhe escrevesse o sr. conde de Palmella a este respeito.

O orador então observa que se não deve ser severo contra homens que estavam sujeitos a uma opinião publica formada nas ruas e nas praças, e que apezar d'isso punham toda a temperança, que lhes era possivel, na execução das ordens que essa opinião falsa, mas despotica, lhes dictava; e isto depois que trinta annos nos separam d'esses acontecimentos, pelo que não podem ser bem avaliados.

O nobre orador não pode deixar de dizer que foi amigo d'esses homens *(commoção no orador)*... de quem tem saudades... *(nova commoção mais profunda: sensação na camara)* que o acompanharão até á sepultura: homens distinctos que queriam o bem de seu paiz; dotados de muitas virtudes e saber. Que lembrava os nomes do sr. João de Sousa Pinto de Magalhães, que ainda na sessão passada tão elogiado foi nesta camara; do sr. Manuel de Serpa Machado, do sr. Basilio de Sousa Pinto, ornamento da Universidade; do sr. Henrique Xavier de Brito, que se viu obrigado a fugir do paiz no fim do seculo passado, para poder acabar os seus estudos em Inglaterra; e ainda outros que não mencionava por lh'o não permittir o estado em que se achava; comtudo, entre os que já não são d'este mundo, que não podia deixar de commemorar o sr. Manuel Fernandes Thomás *(Apoiados)*, que foi o primeiro que lançou a pedra em que neste paiz assenta a liberdade, e que tendo servido logares mui pingues do estado, quando morreu foi preciso que os seus amigos dessem o necessario para o seu enterro, porque não tinha com que se lhe comprasse a mortalha; e callaria os nomes do sr. Xavier Monteiro, a quem se deve a instituição do Banco? do sr. Trigoso, do sr. Silvestre Pinheiro, do sr. Margiochi, e tantos outros que ennobreceram o congresso das Necessidades, e a quem não cabem as expressões de tyrannia e de injustiça que por certo sem tenção de os offender lhes lança o digno par, que era então bem joven, e que não estava talvez muito ao facto do que então se passava?

O orador observa mais que esses homens tinham tanta consideração pelo sr. conde de Lavradio, que o nomearam encarregado de negocios para Vienna d'Austria, proporcionando-lhe todos os meios para seguir para o seu destino, o que, se não teve logar, procedeu isso de não ter querido receber o governo austriaco o ministro portuguez, em consequencia dos acontecimentos que aqui em Lisboa tinham tido logar com o barão de Sturmer: e foi elle orador quem tambem teve parte nesse despacho, com muita satisfação, porque já então estava no ministerio, quando o sr. Silvestre Pinheiro o propoz a El-Rei.

O nobre par aproveitou egualmente esta occasião de se defender de uma injusta arguição que se lhe fez num papel que ahi corre impresso. Um amigo, que muito préza [1], escreveu uma biographia da sr.ª duqueza de Palmella, senhora de eminentes virtudes, e á qual são acanhados todos os elogios que se lhe fizerem *(Apoiados)*, especialmente á virtude da caridade que possuia em grau mui subido, e que praticava constantemente nessa proporção *(Apoiados)*; e nessa biographia disse elle que a sr.ª duqueza de Palmella, quando ambos estavam fora do paiz, e elle orador doente gravemente, chegara a mandar-lhe os caldos da sua propria mesa; e que fizera isto com tanta mais satisfação por se lembrar que o enfermo era o proprio que annos antes governava em Portugal, e tinha sido um dos que concorreu para que seu marido fosse desterrado; no que escreveu uma inexactidão só em quanto a esta ultima parte, o que passava a mostrar pelo que iria dizendo, e de que tinha documentos.

O nobre orador sahiu d'aqui para Inglaterra em 1828, em companhia do seu amigo o sr. Fonseca Magalhães, com tenção de se passarem para o Brazil; e quando estava já para embarcar no paquete em Falmouth com destino para aquelle paiz, recebeu uma carta do fallecido Candido José Xavier para irem ver o sr. duque de Palmella, que se tinha posto á testa da emigração, e de cuja habilidade muito se esperava: com effeito foram, fallaram ao sr. duque, que o encarregou de diversas commissões, que desempenhou como poude; uma das quaes foi ir a Plymouth promover o embarque da expedição que devia partir para a Terceira, o que foi um trabalho excessivo, que lhe produziu uma catarrhal que o ía levando á sepultura. Nessa occasião achou-se unicamente com o sr. Fonseca Magalhães, como já dissera, que nunca deixou a cabeceira da sua cama *(commoção no orador)*... e com os soccorros da sr.ª duqueza de Palmella, que mandou o seu copeiro e os seus creados para tratarem d'elle — acção que nunca se riscará da sua lembrança, e que excita a sua gratidão a tal ponto, que não encontra expressões que a exprimam como a sente para esta virtuosa senhora; e por isso mesmo confessa que muita magua lhe causou ver estampada esta arguição, que crê fundadamente que não foi feita com intenções ruins, mas que havia de produzir bem tristes impressões nos que a lessem sem reflexão, porque aquella biographia correu, como agora corre o *Diario do governo*, em que se lê o discurso ultimamente feito na camara pelo sr. conde de Lavradio: e por isso como agora se levantou para rectificar em parte aquelle discurso, tambem então escreveu logo ao sr. duque de Palmella, mostrando-se maguado pelo que aquelle cavalheiro tinha escripto; e pediu á camara que lhe desse licença para ler a carta que escreveu ao nobre duque, e a resposta generosa e cavalheira que elle lhe deu *(Apoiados)* [2].

Concluida a leitura, disse o digno par que esta carta o tinha obrigado muito, e que d'ali em deante maior foi a amizade que consagrou ao nobre duque, de quem por duas vezes foi collega no ministerio, e com quem sempre viveu na maior conformidade, e intimidade, com quem praticou sempre a maior lealdade; e pelo conhecimento que tem d'elle, está certo o illustre orador de que nas suas memorias, que se estão imprimindo, ha de avaliar melhor o facto que em 1821 tão mal ajuizado foi: e a este respeito não pode ainda prescindir de uma outra

---

[1] Garrett.
[2] Vejam-se no 1.º vol. d'esta compilação, pag. 6 a 9.

observação, e é que os homens d'estado são muitas vezes opprimidos pelos factos que os envolvem e forçados a fazerem aquillo que em sua plena liberdade não fariam; e é por isso que nenhum homem publico pode pegar na pedra para atiral-a a outros; e a prova d'isso está no proprio sr. duque de Palmella, que tendo tanto a peito que El-Rei desse uma constituição a Portugal, e fazendo para isso todas as possiveis diligencias, não poude conseguil-o, porque a côrte e as pessoas que rodeavam o monarcha se oppuzeram a isso: é bem sabido quanto o mesmo sr. duque procurou em 23 que El-Rei desse a promettida Carta, mas os acontecimentos da epocha o não permittiram, e o nobre duque ficou apenas com os desejos, que aliás eram tão conhecidos, que em 1824 foi victima d'elles, sendo preso; e quem sabe até onde se estenderia a perseguição que por elles se lhe fez, se não houvesse um successo extraordinario, que desnecessario é referir, porque todos os dignos pares o conhecem?! *(Apoiados)*.

Concluiu pedindo perdão á camara de ter abusado da sua paciencia, mas não poude deixar de defender os seus amigos; que não para outra cousa, assim como para defesa propria, tambem escreveu uma memoria de todos os successos d'aquelle tempo, á qual irá buscar as provas da innocencia d'elles, quando os vir atacados; é para isso que tem essas memorias, e não para outra cousa, pois bem sabe que não tem talentos para escrever memorias de *outre tombe*, o que a poucos é dado fazerem; porque a lembrança dos seus amigos é sagrada para elle, alimenta-a com uma especie de culto no seu coração, e sómente cessará de a conservar religiosamente quando tiver dado o ultimo suspiro *(Sensação no orador e na camara; muitos apoiados)*.

QUARTO APPENDICE

CATALOGO DA LIVRARIA DE JOSÉ DA SILVA CARVALHO, FEITO POR INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA

Innocencio Francisco da Silva, perito avaliador de livros nacionaes e estrangeiros, por provisão da ex.ma camara municipal de Lisboa:

Certifico que tendo sido convocado na qualidade de louvado perito para examinar a livraria que ficou por obito do ex.mo conselheiro e ministro d'estado honorario José da Silva Carvalho, e dar-lhe o seu respectivo valor para as partilhas amigaveis a que se procede entre os herdeiros do mesmo excellentissimo finado: vi, e examinei minuciosamente todos os livros, brochuras e mais papeis impressos e manuscriptos que me foram apresentados como pertencentes á dita livraria; os quaes, havendo respeito ao estado de conservação de cada um, aos preços do mercado, e ás demais circumstancias e indicações bibliographicas, que devem influir numa justa e razoavel apreciação, avalio na quantia total de um conto duzentos e cinco mil quinhentos e cincoenta réis; para o sobredito fim. Como consta mais desenvolvidamente da relação, que fica fazendo parte d'esta, com trinta e quatro folhas, todas por mim escriptas e rubricadas. Advertindo que os livros vão descriptos na mesma ordem em que foram achados nas estantes, cuja conservação me foi recommendada. O que tudo affirmo sob o juramento e responsabilidade do meu cargo, para assim constar onde convier. — E levei dos respectivos salarios a quantia de dezenove mil e duzentos réis.

Lisboa, 26 de janeiro de 1857. = *Innocencio Francisco da Silva.*

Estante 1.ª

D. Antonio Caetano de Sousa — Historia Genealogica da Casa Real Portugueza. Lisboa 1735 a 1748. 4.º gr. 21 vol. (Bem encadernados, e no melhor estado de conservação.) — 25$200 réis.

Encyclopaedia britannica, or a dictionary of arts, sciences and miscellaneous litterature. The sixth edition. Edimburgh 1823 a 1824. 4.º gr. 26 vol. (Bello exemplar, com elegante encadernação, e no melhor estado possivel.) — 120$000 réis.

J. W. Norie — A complete epitome of practical navigation. London 1852. 8.º max. 1 vol. enc. (Completamente novo.) — 3$600 réis.

Delille de Sales — Philosophie de la nature. 7ª édition. Paris 1804. 8.º gr. 10 vol. enc. — 2$400 réis.

Tacite — Œuvres complètes, trad. de Dureau de Lamalle. 2e édition. Paris 1818. 8.° gr. 6 vol. enc. (Bem tratado, assim como o estão em geral todos os livros d'esta estante e da seguinte.) — 1$600 réis.

Martens — Guide diplomatique (avec le supplément par S. Pinheiro Ferreira). Paris 1832. 8.° gr. 3 vol. enc. — 960 réis.

J. B. Say — Cours complet d'économie politique pratique. Paris 1828 a 1833. 8.° gr. 7 vol. enc. (Perfeitamente novos.) — 4$000 réis.

Bernier — Études sur l'économie politique. Paris 1834. 8.° gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

Thornton — Recherches sur la nature et les effets du crédit du papier dans la Grande-Bretagne. Genève 1803. 8.° gr. 1 vol. enc. — 160 réis.

Cicero — The orations. Traslated into english by W. Guthrie. London 1819. 4.° 1 vol. enc. (Bello exemplar.) — 1$440 réis.

George Canning — The speeches... 2nd edition. London 1830. 8.° gr. 6 vol. (Ricamente encadernados.) — 4$000 réis.

Stopleton — The political life of the Right Honourable George Canning. 2nd edition. London 1831. 8.° gr. 3 vol. (Rica encadernação.) — 2$880 réis.

Montesquieu — Œuvres complètes. Paris 1827. 8.° gr. 8 vol. enc. — 2$400 réis.

A. A. Barbier — Nouvelle bibliothèque d'un homme de goût. Paris 1808. 8.° gr. 5 vol. enc. — 1$440 réis.

Th. Payne — The political and miscellaneous works. London 1819. 8.° gr. 2 vol. enc. — 1$200 réis.

Vaulabelle — Chute de l'Empire. Histoire des deux restaurations. Paris 1847. 8.° gr. 6 vol. enc. — 2$880 réis.

L'Esprit de l'encyclopédie, ou choix des articles les plus agréables, etc. Paris 1798. 8.° gr. Treze tomos em 7 vol. enc. — 2$400 réis.

H. Gally — A letter addressed to the Earl of Aberdeen. London 1829. 8.° gr. 1 vol. enc. — 300 réis.

Morel (de Rubempré) — La physiologie de la liberté, ou tableau medico-philosophique des droits naturels. Paris 1830. 8.° gr. 1. vol. enc. — 300 réis.

Plutarque — Œuvres morales, traduites en français par Ricard. Paris 1783. 8.° 17 vol. enc. — 3$600 réis.

Estante 2.ª

Collecção (completa) das Côrtes de Portugal com suas respostas, e algumas leis que d'ellas resultaram comprehendendo os reinados de D. Affonso II até D. Pedro II. Ordenadas chronologicamente no anno de 1788, e seguidas de um copioso indice alphabetico. — Manuscripto em folio, copia nitida, em bom papel. 7 vol. enc. — 50$000 réis.

Abstract of the answers and returns made pursuant to an act, passed in the eleventh year of the Reign of His Majesty George IV. London 1831. 3 vol. cart. — 6$000 réis.

Luis de Camões — Os Lusiadas, nova edição dada á luz por D. José Maria de Sousa, morgado de Mattheus. Paris 1817. Folio grande, com retrato e 10 gravuras. 1 vol. (Bom exemplar, não aparado.) — 90$000 réis.

Bayle — Dictionnaire historique et critique. 5e édition. Amsterdam 1734. Fol. gr. 5 vol. enc. (Muito bem tratados.) — 9$600 réis.

Chaufepié — Nouveau dictionnaire historique et critique, pour servir de continuation au Dictionnaire de Bayle. Amsterdam 1750. Fol. gr. 4 vol. enc. (Bem tratados.) — 6$000 réis.

J. B. A. Garrett — Memoria historica da ex.ma duqueza de Palmella. Lisboa 1848. 4.º gr. 1 vol. br. — 1$200 réis.

El-Rei D. Duarte — O Leal Conselheiro, seguido do livro da ensenança de bem cavalgar, publicado por J. I. Roquete. Paris 1842. 4.º max. 1 vol. br. — 3$200 réis.

Gomes Eannes de Azurara — Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, dada á luz por diligencia do visconde da Carreira. Paris 1841. 4.º max. 1 vol. enc. — 4$000 réis.

Condorcet — Œuvres complètes. Paris 1804. 8.º gr. 21 vol. enc. (Bem tratados.) — 4$800 réis.

Hume — History of England from the invasion of Julius Caesar to the revolution in 1688. Continuation, by T. Smollett, from the revolution to the death of George II. Edimburgh 1818. 8.º gr. 13 vol. (Bella encadernação, em optimo estado.) — 8$000 réis.

Helvetius — Œuvres complètes. Londres (Paris) 1780. 8.º gr. 5 vol. enc. — 1$200 réis.

Casado Geraldes — Tratado completo de cosmographia e geographia antiga e moderna. Paris 1825. 4.º gr. 4 vol. (Rica encadernação.) — 9$600 réis.

The Third report of the Committée of the Society for the improvement of prison discipline. London 1821. 8.º gr. 1 vol. — 240 réis.

Constitutiones de la Real y distinguida Orden española de Carlos III. Madrid 1831. 4.º 1 vol. enc. — 240 réis.

The Forty-Eighth annual report of the Royal Humane Society. London 1822. 8.º gr. 1 vol. enc. — 240 réis.

Bolingbroke's works. London 1809. 8.º gr. 8 vol. cart. — 4$000 réis

Abolição da Companhia do Alto Douro. Londres 1832. 8.º gr. 1 vol. (Bello exemplar, offerecido a S. M. o Duque de Bragança, e dado por este ao ministro J. da Silva Carvalho.) — 1$200 réis.

Dictionnaire historique, critique, et bibliographique, par une société de gens de lettres. Paris 1821. 8.º gr. 30 vol. enc. — 9$600 réis.

Guizot — Du gouvernement de la France depuis la restauration. Paris 1821. 8.º gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

—— Des moyens de gouvernement et d'opposition. Paris 1821. 8.º gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

Paul Louis Courier — Œuvres complètes. Paris 1829. 8.º gr. 4 vol. enc. — 960 réis.

Napier — Histoire de la guerre dans la Peninsule et dans le midi de la France depuis 1807 jusqu'en 1814, traduit par Dumas. Paris 1828. 8.º gr. 10 vol. enc. — 3$000 réis.

Barante — Histoire des Ducs de Bourgogne de la Maison de Valois. 6e édition. Bruxelles 1835. 8.º gr. 10 vol. meia enc. — 4$800 réis.

Tite Live — Histoire romaine, traduction de Dureau de Lamalle. Paris 1810. 8.º gr. 15 vol. enc. — 4$500 réis.

Mme Stael — Considérations sur les principaux événemens de la Révolution Française. Paris 1818. 8.º gr. 3 vol. enc. — 720 réis.

Daunou — Essai sur les garanties individuelles. Paris 1819. 8.º gr. 1 vol. enc. — 160 réis.

Benoit — De la liberté religieuse. Paris 1819. 8.º gr. 1 vol. enc. — 160 réis.

Hobbes — Œuvres philosophiques et politiques. Neufchatel 1787. 8.º gr. 2 vol. enc. — 600 réis.

Des Destinées futures de l'Europe, par l'auteur de la Revue Politique. Bruxelles 1828. 8.° gr. 1 vol. — 160 réis.

Moreau de Jonnes — Statistique de l'Espagne. Paris 1834. 8.° gr. 1 vol. enc. — 300 réis.

De l'Etat actuel de la traite des Noirs. Par le comité nommé par l'Institution Africaine. Londres 1821. 8.° gr. 1 vol. — 120 réis.

Mackintosh — Defense of the french revolution and its english admirer. London 1791. 8.° gr. 1 vol. enc. — 120 réis.

Burke — Reflections on the revolution in France. London 1791. 8.° gr. 1 vol. enc. — 120 réis.

H. Corne — Du courage civil et de l'éducation propre à inspirer les vertus publiques. Paris 1828. 8.° gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

Estante 2.ª

Visconde de Santarem — Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal. Paris 1842 e seguintes. 8.° gr. 9 vol. br. — 6$000 réis.

—— Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique. Paris 1842. 8.° gr. 1 vol. br. — 600 réis.

—— Corpo diplomatico portuguez. Paris 1846. 8.° gr. 1 vol. br. (Tomo I. Dois exemplares.) — 1$200 réis.

Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen âge. Paris 1849-1850. 8.° gr. 3 vol. br. — 2$160 réis.

Joaquim Pedro Celestino Soares — Bosquejo das possessões portuguezas no Oriente. Lisboa 1851. 8.° gr. 2 vol. br. (Tomos I e III.) — 960 réis.

D. Francisco de S. Luiz — Obras completas. Lisboa 1855. 8.° gr. 1 vol. br. (Tomo I.) — 800 réis.

Ficquelmont — Lord Palmerston, l'Angleterre, et le Continent. Paris 1852. 8.° gr. 2 vol. br. — 800 réis.

Savigny — Histoire du droit romain au moyen âge. Paris 1839. 8.° gr. 3 vol. br. (Tomos I, II e IV.) — 720 réis.

Shakspeare — The dramatic works. London. 8.° gr. 1 vol. (Boa encadernação.) — 1$920 réis.

Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 4.° Oito tomos em 4 vol. enc. — 3$200 réis.

Investigador Portugues em Inglaterra. Londres. 1811 a 1819. 8.° gr. 23 vol. enc. — 3$600 réis.

João Pedro Ribeiro — Dissertações chronologicas e criticas. Lisboa. 1810-1836. 4.° 5 vol. enc. — 4$000 réis.

—— Indice chronologico e remissivo da legislação portugueza. Lisboa. Differentes annos e edições. 4.° 6 vol. enc. — 3$200.

—— Um exemplar do tomo I do Indice remissivo, truncado. Lisboa. 1805. 1 vol. enc. — 300 réis.

Manuel de Almeida e Sousa de Lobão — Tratado pratico de todo o direito emphiteutico, com o Appendice. Lisboa. 1814. 4.° 3 vol. enc. — 2$400 réis.

—— Tratado das avaliações e damnos. 1826. 4.° 1 vol. enc. — 800 réis.

—— Tratado dos interdictos. 1814. 4.° 1 vol. enc. — 400 réis.

—— Notas de uso pratico ás Instituições de Mello Freire. 1816. 4.° 3 vol. enc. — 1$600 réis.

—— Collecção de dissertações juridicas. 1825. 4.° 1 vol. enc. — 300 réis.

Manuel de Almeida e Sousa Lobão—Tratado das obrigações reciprocas. 1828. 4.º 1 vol. enc.—600 réis.
—— Segundas linhas sobre o processo civil. 1817. 4.º 2 vol. enc.—1$440 réis.
—— Collecção de dissertações em supplemento ás Segundas linhas. 1816. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.
—— Fasciculo de dissertações juridicas. 1816. 4.º 3 vol. enc. em dois tomos.—1$600 réis.
—— Tratado sobre as execuções. 1817. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.
—— Discurso sobre os direitos dominicaes. 1818. 4.º 1 vol. enc.—240 réis.
—— Tratado pratico dos morgados. 1814. 4.º 1 vol. enc.—500 réis.
—— Tratado das pensões ecclesiasticas. 1815. 4.º 1 vol. enc.—300 réis.
—— Tratado dos direitos relativos a casas. 1817. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.
—— Tratado pratico das acções summarias. 1816. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.
—— Tratado pratico das denuncias. 1829. 4.º 1 vol. enc.—300 réis.
—— Indice geral das obras. 1829. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.
—— Collecção de dissertações relativas ao tratado das acções summarias. 1817. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.
Jacome Antonio de Meirelles—Repertorio juridico (da legislação portugueza). Braga 1846. 4.º Dois tomos em 1 vol. enc.—1$600 réis.
Manuel Borges Carneiro—Mappa chronologico das leis e disposições de direito publicadas desde 1603. Lisboa 1817. 4.º 1 vol. enc. (Raro.)—1$440 réis.
Choix de rapports, opinions et discours prononcés à la tribune nationale depuis 1789 jusqu'en 1815. Paris. 8.º gr. 20 vol. enc.—5$400 réis.
Francisco de Moraes—Chronica de Palmeirim de Inglaterra. Lisboa 1786. 4.º 3 vol. enc.—1$800 réis.
Annuaire historique pour 1834, 1835, 1836. Paris. 8.º gr. 3 vol. enc.—1$440 réis.
Revista litteraria. Periodico de litteratura, philosophia, viagens, etc. Porto 1838 e seguintes. 8.º gr. 3 vol. enc. (Tomos VI a IX.)—1$600 réis.
Cobbet's—Weekly political register. London 1831. 8.º gr. 2 vol. enc.—360 réis.
M.me Stael—Delfina, trad. por D. Anna H. da Motta e Silva. Lisboa 1840. 8.º gr. 2 vol. enc.—600 réis.

Estante 4.ª

Samuelis Strykii—Opera omnia. Francofurt 1744 a 1753. Fol. gr. Dezeseis tomos em 15 vol. enc.—7$200 réis.
Manuel Fernandes Thomás—Repertorio geral e indice das Leis Extravagantes de Portugal. Coimbra 1815. 2 vol. enc. (Exemplar tirado em papel de grande formato.)—5$000 réis.
Coelio Bichio—Decisiones Sacrae Rotae Romanae. Genève 1673. Fol. 2 vol. enc.—960 réis.
Chronica constitucional do Porto desde 11 de julho de 1832 até 31 de julho de 1833. Fol. 1 vol. enc.—1$200 réis.
(Racine)—Abrégé de l'histoire ecclésiastique. Nouvelle édition augmentée. Cologne 1762 a 1767. 4.º gr. 13 vol. enc.—3$600 réis.
Laveaux—Nouveau dictionnaire de la langue française. Paris 1820. 4.º gr. 2 vol. enc.—2$000 réis.
G. A. Struvii—Syntagma jurisprudentiae secundum ordinem Pandectarum. Francofurti 1738. 4.º gr. 3 vol. enc.—1$200 réis.
Chronica constitucional de Lisboa desde 25 de julho de 1833 a 31 de dezembro do mesmo anno. Fol. 1 vol. enc.—480 réis.

Mappas geraes do commercio de Portugal com suas possessões e nações estrangeiras durante o anno de 1848. Lisboa 1851. Fol. max. 1 vol. (Dois exemplares, sendo um encadernado, outro brochado.) — 3$200 réis.

Manuel de Faria y Sousa — Historia del reyno de Portugal. Bruxellas 1730. Fol. 1 vol. enc. (Com os retratos dos reis.) — 1$600 réis.

—— Europa portugueza. Lisboa 1678. Fol. 3 vol. enc. (Optimo exemplar.) — 3$200 réis.

—— Asia portugueza. Lisboa 1674. Fol. 3 vol. id. — 3$200 réis.

—— Africa portugueza. Lisboa 1681. Fol. 1 vol. encadernado juntamente com o Imperio da China e o retrato de Manuel de Faria por D. Francisco Moreno Parcel — 1$600 réis.

Francisco Rodrigues Lobo — Obras politicas, moraes e metricas. Lisboa 1723. 1 vol. (Tem as ultimas folhas algum tanto maltratadas.) — 1$200 réis.

João Pinto Ribeiro — Obras varias. Coimbra 1730. Fol. 1 vol. (Só o tomo II encadernado.) — 300 réis.

Fr. Luiz de Sousa — Historia de S. Domingos. Lisboa 1767. Fol. 4 vol. enc. — 7$200 réis.

Fernão Mendes Pinto — Peregrinações. Lisboa 1762. Fol. 1 vol. enc. (Exemplar com bastante uso.) — 720 réis.

Manuel Severim de Faria — Noticias de Portugal. Lisboa. 1740. Fol. 1 vol. enc. — 1$200 réis.

Luiz de Camões — Rimas varias, commentadas por Faria. Lisboa. 1685. Fol. 2 vol. enc. — 2$400 réis.

—— Obras, commentadas por Manuel Corrêa. Lisboa. 1720. Fol. 1 vol. enc. — 1$920 réis.

Theophili Folengi — Opus macarronicum. Pars altera. Amsterdam 1771. 4.° gr. 1 vol. enc. — 600 réis.

João de Lucena — Historia da vida do Padre Francisco de Xavier. Lisboa 1600. Fol. 1 vol. (Sem rosto, e algumas folhas maltratadas.) — 4$800 réis.

Damião de Goes — Chronica de el-rei D. Manuel. Lisboa 1619. Fol. 1 vol. (Sem rosto e falto no fim.) — 1$440 réis.

Francisco de Andrade — Chronica de el-rei D. João III. Lisboa 1613. Fol. 1 vol. enc. (Com alguns pequenos defeitos.) — 8$000 réis.

Jacinto Freire de Andrade — Vita Joannis a Castro, nunc in latinum conversa, interprete Fr. Maria del Rosso. Roma 1727. 4.° gr. 1 vol. (Bom exemplar.) — 800 réis.

—— Vida de D. João de Castro. Lisboa 1736. 4.° 1 vol. enc. — 480 réis.

—— Vida de D. João de Castro com notas e additamentos de S. Luiz. Lisboa 1835. 4.° 1 vol. enc. — 720 réis.

D. José Miguel de Portugal — Vida do Infante D. Luiz. Lisboa 1735. 4.° 1 vol. enc. — 600 réis.

J. V. Gravinae — Opera, seu originum juris civilis. Venetiis 1758. 4.° 2 vol. enc. — 480 réis.

B. Cohen — Compendium of finance. London 1822. 8.° maximo 1 vol. enc. — 720 réis.

D. Francisco Alexandre Lobo — Obras. Lisboa 1848. 8.° gr. 1 vol. br. (Tomo I.) — 480 réis.

José de Sousa Moreira — Curso elementar de fortificação. Lisboa 1844. 4.° 1 vol. br. — 160 réis.

—— Tratado elementar de tactica. Lisboa 1834. 4.° 1 vol. br. — 160 réis.

Lallemand—Theoria das operações secundarias da guerra, trad. por Costa. Lisboa 1834. 4.º 1 vol. br.—100 réis.

José Silvestre Ribeiro—Resoluções do Conselho d'Estado. Lisboa 1855. 8.º gr. 3 vol. br.—1$440 réis.

Samuelis Strykii—Tractatus cautelis testamentorum. Halae Magdeburgicae 1716. 4.º 1 vol. enc.—400 réis.

Joaquim Xavier da Silva—Tratado de hygiene militar e naval. Lisboa 1819. 4.º 1 vol. br.—120 réis.

João Baptista da Silva Lopes—Memoria sobre a reforma dos pesos e medidas. Lisboa 1849. 4.º 1 vol. br.—120 réis.

Deleuze—Histoire critique du magnétisme animal. Paris 1813. 8.º gr. 2 vol. enc.—240 réis.

Richard Moore—The analysis. London 1837. 8.º gr. 1 vol. enc.—120 réis.

Francisco José Duarte Nazareth—Elementos do processo criminal. Coimbra 1846. 8.º gr. 1 vol. enc.—300 réis.

Murray—English grammar. York 1822. 8.º gr. 1 vol. enc.—100 réis.

Gin—De l'éloquence du barreau. Paris 1767. 8.º 1 vol. enc.—60 réis.

Heinecii—Elementa juris civilis secundum ordinem Pandectarum. Venetiis 1737. 8.º 1 vol. enc.—160 réis.

Bouchard—Théorie des traités de commerce. Paris 1777. 8.º 1 vol. enc.—60 réis.

The General laws relating to the revenue of excise. London 1836. 8.º gr. 1 vol. enc.—60 réis.

Horacio—Odes, trad. por José Augusto Cabral de Mello. Angra 1853. 8.º gr. 1 vol. br.—720 réis.

José Joaquim Rodrigues de Bastos—Collecção de pensamentos, maximas e proverbios. Lisboa 1847. 8.º gr. 2 vol. br.—960 réis.

—— Meditações e discursos religiosos. Lisboa 1846. 8.º gr. 1 vol. br.—360 réis.

Commerce and navigation of the United States. 1831-1832. 8.º gr. 6 vol. enc.—720 réis.

L'Ombre du grand Colbert. 1752. 8.º 1 vol. enc.—60 réis.

Sir H. Parnell—On financial reform. London 1831. 8.º 1 vol enc.—160 réis.

Lucrece—Traduction nouvelle par Lagrange. Paris, an VII. 8.º 2 vol. enc.—240 réis.

Pereira e Sousa—Primeiras linhas sobre o processo criminal. Lisboa 1806. 4.º 1 vol. enc.—360 réis.

Filippe José Nogueira Coelho—Principios de direito natural. Lisboa 1773. 4.º 1 vol. enc.—300 réis.

José M. da S. Vieira—Bases de um plano de organisação para o exercito. Lisboa 1851. 4.º 1 vol. enc.—120 réis.

Memoria sobre a successão da corôa de Portugal seguida de outros opusculos politicos. Lisboa 1834. 4.º 1 vol. enc.—120 réis.

Documentos relativos á reforma do Terreiro Publico. Lisboa 1848. 4.º 1 vol. enc.—120 réis.

J. D. Roussado Gorjão—Analyse do relatorio e decreto de 19 de novembro de 1846. Lisboa 1849. 4.º 1 vol. enc.—160 réis.

Regulamento do banco de Lisboa, seguido de outros opusculos relativos á organisação do banco de Portugal. 4.º 1 vol. enc.—240 réis.

A. L. B. Girão—Tratado da agricultura das vinhas. Lisboa 1822. 4.º 1 vol. enc.—300 réis.

Codigo administrativo. Lisboa 1842. 8.º gr. 1 vol. enc.—80 réis.

[illegible]—Institutiones [illegible] [illegible]. Conimbricae 18[illegible]. 8.° gr. 2 vol. enc.—[illegible] réis.

Guer—Histoire critique de l'ame des bêtes. Amsterdam 1749. 8.° gr. 2 vol. enc.—[illegible] réis.

[illegible]—Les [illegible]. Paris [illegible]. 8.° gr. 1 vol. enc.—2[illegible] réis.

Documentos sôbre os motivos por que Sua Magestade não concede o Exequatur á Bulla de Confirmação do Padre Antonio Pereira, seguido de outros opusculos diversos. 4.° 1 vol. enc.—[illegible] réis.

Properce—Elegies trad. par Longchamps. Amsterdam 1772. 8.° gr. 2 vol. enc.—[illegible] réis.

Isocrate—Oeuvres complètes trad. par Auger. Paris 1781. 8.° gr. 3 vol. enc.—[illegible] réis.

Dictionnaire portatif de jurisprudence. Paris 1763. 8.° 3 vol. enc.—300 réis.

Lord Chesterfield—Lettres. Paris 1776. 8.° 4 vol. enc.—4[illegible]0 réis.

Lord Brougham—Political philosophy. London 1843. 8.° gr. 3 vol. enc.—3$600 réis.

Roteiro de D. João de Castro da viagem que fizeram os portuguezes ao Mar Roxo em 1541. Paris 1833. 8.° gr. 1 vol. cart.—1$200 réis.

Visconde de Santarem—Recherches sur la découverte de la côte occidentale d'Afrique. Paris 1842. 8.° gr. 1 vol. br.—[illegible] réis.

Regulamento da contabilidade do Thesouro Publico. Lisboa 1843. 4.° 1 vol. enc.—1[illegible] réis.

Fritot—Esprit du droit et ses applications à la monarchie constitutionelle. Paris 1824. 8.° gr. 1 vol. enc.—3[illegible] réis.

Justificação do conselheiro Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão. Lisboa 1851. 4.° 1 vol. enc.—1[illegible]0 réis.

Reflexões sôbre finanças em differentes epocas. Lisboa 1848. 4.° 1 vol. enc.—100 réis.

Projecto de um novo systema de organisação do Erario. Lisboa 1821. 4.° 1 vol. enc.—100 réis.

Condorcet—Esquisse d'un tableau des progrès de l'esprit humain. Paris 1822. 8.° gr. 1 vol. enc.—240 réis.

Lucain—La Pharsale, trad. par Marmontel. Paris 1766. 8.° gr. 2 vol. enc.—480 réis.

Esprit, pensées et maximes de l'abbé Maury. Paris 1791. 8.° gr. 1 vol. enc.—160 réis.

Codigo criminal do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro 1830. 8.° gr. 1 vol. enc.—160 réis.

O Supremo tribunal de justiça e as Relações do Porto e Lisboa na questão da baroneza de Bulhão. Porto 1853. 8.° gr. 1 vol. enc. — 160 réis.

W. Cobbett—History of the protestant reformation. London 1824. 8.° gr. 1 vol. enc.—160 réis.

Heinecii—Recitationes in elementa juris civilis. Conimbricae 1791. 4.° 1 vol. enc.—360 réis.

Boehmeri—Elementa jurisprudentiae criminalis. Mutinae 1769. 8.° gr. 1 vol. enc.—200 réis.

Blackstone—Commentaries on the laws of England in four books. London 1793. 8.° gr. 4 vol. enc. (Bom exemplar.)—3$200 réis.

Chateaubriand—Mémoires d'outre-tombe. Bruxelles 1849. 8.° 6 vol. encadernados em 3. (Novos.)—2$880 réis.

C. G. Hello—Du régime constitutionnel dans ses rapports avec la science sociale et politique. Bruxelles 1849. 8.° 1 vol. br.—400 réis.

Godin—Histoire de Buonaparte. Paris 1817. 8.° 2 vol. enc.—240 réis.

Pereira e Sousa—Classes dos crimes por ordem systematica. Lisboa 1803. 4.° 1 vol. enc.—240 réis.

Vallemont—Elementos de historia, trad. por Pedro de Sousa Castello Branco. 4.° 5 vol. enc. (É a primeira edição, mas faltam os rostos a alguns volumes, e tem folhas picadas de traça.)—1$200 réis.

Théorie du luxe, ou traité dans lequel on entreprend d'établir que le luxe est un ressort nécessaire, etc.... 1771. 8.° gr. 2 vol. enc.—200 réis.

Collection des anciens Evangiles, ou mémoires du premier siècle. Londres 1769. 8.° gr. 1 vol. enc.—160 réis.

Mozard—Du principe conservateur. Paris 1820. 8.° gr. 1 vol. enc.—120 réis.

Morato Roma—O orçamento de Portugal. Lisboa 1854. 8.° gr. 1 vol. enc.—160 réis.

Lopes Branco—Memoria dos seus actos como ministro da fazenda. Lisboa 1851. 4.° 1 vol. enc.—160 réis.

Francisco A. F. S. Ferrão—Varios opusculos publicados por occasião da lei de imprensa apresentada ás côrtes em 1850. 4.° 1 vol. enc.—240 réis.

Moura Reis—Repertorio commercial ou novo tratado de moedas, pesos e medidas. Porto 1836. 4.° 1 vol. enc.—160 réis.

João Pedro Ribeiro—Observações historicas para servirem ao systema de diplomatica. Lisboa 1798. 4.° 1 vol. enc.—160 réis.

Batteux—Traité de l'arrangement des mots, trad. du grec. Paris 1788. 8.° gr. 1 vol. enc.—240 réis.

Codigo administrativo. Lisboa 1841. 8.° gr. 1 vol. enc.—100 réis.

D. Francisco de S. Luiz—Indice chronologico das navegações e viagens dos portuguezes. 8.° gr. 1 vol. br. (2 exemplares.)—320 réis.

Collecção das informações statistico-commerciaes dos agentes consulares de Portugal. Lisboa 1851. 8.° gr. 1 vol. br.—160 réis.

A Calumnia desmascarada. Refutação ao folheto de João Ferreira Ribeiro Rangel Dias de S. Paio. Porto. 1840. 8.° gr. 1 vol. enc.—80 réis.

Ramon Salas—Lições de direito publico constitucional. Lisboa 1822. 8.° gr. 1 vol. enc.—200 réis.

Bibliotheca historica de Portugal e do Ultramar. Lisboa 1797. 8.° 1 vol. enc.—240 réis.

Tabellas dos emolumentos e salarios judiciaes. Lisboa 1849. 8.° 1 vol. enc.—80 réis.

Bergier—La certitude des preuves du Christianisme. Paris 1771. 8.° 1 vol. enc.—60 réis.

Filangieri—La scienza de la legislazione. Venezia 1796. 8.° 7 vol. enc.—600 réis.

Gasp. Juenin—Institutiones theologicae ad usum seminariorum.—Venetiis 1788. 8.° 7 vol. enc.—720 réis.

Fenelon—Aventuras de Telemaco, trad. em verso por Pereira e Sousa. Lisboa 1788. 8.° 2 vol. enc.—400 réis.

Les Illustres françoises, histoires véritables. Haya 1775. 8.° 4 vol. enc.—240 réis.

Theophraste—Les caractères, trad. du grec par la Bruyère. Lion 1747. 8.° 4 vol. enc.—400 réis.

Vattel — Le droit des gens. Lion 1762. 8.° 3 vol. enc. — 200 réis.
Selvagio — Institutionum canonicarum. Patavii 1792. 8.° 2 vol. enc. (Velhos e estragados.) — [illegible] réis.
Fleury — Les mœurs des Israélites. Liège 1777. 8.° 1 vol. enc. — 60 réis.
Goldsmith — History of Rome abridged. London 1810. 8.° 1 vol. enc. — 80 réis.
Buffier — Géographie universelle. Paris 1736. 8.° 1 vol. enc. — 60 réis.
Thomas — Œuvres diverses. Lion 1771. 8.° 3 vol. enc. — 150 réis.
Manuel Nunes Durães — Projecto de codigo judicial. Coimbra 1839. 8.° 1 vol. enc. — 60 réis.
Chateaubriand — Atala-René. Paris 1866. 8.° 1 vol. enc. — 60 réis.
Diogo de Teive — Epodos e sentenças. Lisboa 1786. 12.° 1 vol. br. — 60 réis.
Nova Exposição das verdades consignadas no livro «O grito da verdade». Lisboa 1834. 8.° 1 vol. enc. — 80 réis.
Charles I, roy d'Angleterre et Bing, amiral anglois — Amsterdam 1757. 8.° 1 vol. enc. — 60 réis.
Flavissae poeticae, sive thesaurus sacro-profanus. Antuerpiae 1669. 8.° 1 vol. enc. (Traçado.) — 90 réis.
Joseph Droz — Economie politique. Bruxelles 1837. 8.° 1 vol. enc. — 240 réis.
The Cabinet Lawyer, or popular digesty of the laws of England. London 1827. 8.° 1 vol. enc. — 720 réis.
Les Sept codes, nouvelle edition. Paris 1831. 8.° 1 vol. enc. — 500 réis.

Estante 5.ª

Fred. Leonard — Recueil des traités de paix, etc., faits par les rois de France avec tous les princes de l'Europe. Paris 1693. 4.° gr. 6 vol. enc. — 1$600 réis.
(Prevost) — Histoire générale des voyages. Paris 1746. 4.° gr. 12 vol. enc. (Tomos I até XII. Com muito uso e alguns maltratados.) — 2$880 réis.
Collecção (completa) dos «Diarios do governo» desde julho de 1834 até junho de 1856. 44 vol. enc. (Bem conservados.) — 35$200 réis.
Collecção do jornal «Correio de Lisboa», desde junho de 1838 até maio de 1839. Fol. 1 vol. enc. — 600 réis.
Collecção (completa) do jornal «O Examinador», desde 13 de fevereiro a 14 de julho de 1837. Fol. 1 vol. enc. — 600 réis.
Collecção (completa) do jornal «O Lusitano», desde 23 de setembro de 1847 a 31 de maio de 1848. Fol. 2 vol. enc. — 720 réis.
Collecção do jornal «Revolução de Setembro» do anno de 1848. Fol. 2 vol. enc. — 800 réis.
Collecção (completa) do jornal «A Carta», desde 21 de setembro de 1847 até 29 de fevereiro de 1848. Fol. 2 vol. enc. — 720 réis.
Collecção de varios jornaes com documentos relativos á creação da Companhia Confiança, creada por decreto de 27 de março de 1838. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.
Contas da receita e despeza do Thesouro Publico relativas aos annos economicos de 1842 a 1844. Fol. 1 vol. enc. em pasta. — 200 réis.
Gazeta dos Tribunaes, desde n.° 1:016 até n.° 1:078. Fol. 1 vol. br. — 100 réis.
Diarios do Governo, varios numeros avulsos, dos annos 1836 e 1837. 1 vol. br. — 100 réis.
Relatorio e contas do Ministerio das Justiças, apresentado ás côrtes em 3 de março de 1837. Fol. gr. 1 vol. em pasta. — 120 réis.

Correspondence relating to the affairs of Portugal (O Livro Azul). London 1847. Fol. 1 vol. enc. — 400 réis.

Collecção do jornal «A Revista», do anno de 1833. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.

O Livro Azul, ou Correspondencia relativa aos negocios de Portugal. Lisboa 1847. Fol. 1 vol. enc. — 480 réis.

Diario da camara dos senadores na sessão de 1841. Lisboa 1841. Fol. gr. 1 vol. br. — 200 réis.

Collecção do periodico «Correio do Porto», desde agosto de 1820 até o fim do mesmo anno. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.

Collecção dos «Diarios do Governo» desde 16 de outubro de 1820 até 29 de dezembro do mesmo anno. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.

Collecção de varios tratados de commercio celebrados recentemente entre Portugal e outras potencias. Fol. 1 vol. enc. — 240 réis.

Mappas geraes do commercio de Portugal com suas possessões e nações estrangeiras, nos annos de 1842 e 1843. 1 vol. 3 exemplares em folio sendo dois encadernados e um brochado. — 960 réis.

Correspondence with the british commissioners relating to the Slave Trade. London 1839. Fol. 11 vol. (Não tem capas, nem brochura, e por isso estão atados formando um grande masso.) — 2$200 réis.

Antonio Lopes da Costa e Almeida — Roteiro geral dos mares, costas, ilhas e baixos reconhecidos no Globo, publicado pela Academia das Sciencias de Lisboa e impresso em differentes annos. 4.º, sendo um tomo encadernado e os demais brochados. 13 vol. — 9$600 réis.

Ephemerides nauticas publicadas pela Academia das Sciencias de Lisboa nos annos de 1847 a 1852. 4.º 6 vol. br. — 360 réis.

J. B. da Silva Lopes — Relação da derrota naval dos cruzados, etc. Lisboa 1844. 4.º 1 vol. br. — 160 réis.

Ignacio da Costa Quintella — Annaes da marinha portugueza. Lisboa 1839. 4.º 2 vol. br. — 800 réis.

Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas. Lisboa. 1812 a 1841. 4.º 6 vol. br. — 3$000 réis.

Les Pandectes de Justinien mises dans un nouvel ordre, avec les lois du code et les nouvelles. Trad. par Berard de Neuville. Paris 1806 a 1811. 8.º gr. 23 vol. enc. — 6$000 réis.

Le Trone — De l'administration provinciale et de la reforme de l'impôt. Basle 1788. 8.º gr. 2 vol. enc. — 400 réis.

Berard de Neuville — Dictionnaire latin et français de la langue des lois. Paris. 1807. 8.º gr. 2 vol. enc. — 720 réis.

D. Francisco Manuel — Apologos dialogaes. Lisboa. 1721. 4.º 1 vol. enc. — 720 réis.

—— Epanaphoras de varia historia. Lisboa. 1676. 4.º 1 vol. enc. — 720 réis.

Estante 6.ª

Sacrorum bibliorum vulgata editionis concordantiae. Venetiis. 1733. Fol. 1 vol. enc. — 1$200 réis.

Pinheiro — Tractatus de testamentis. Conimbricae 1681. Fol. 2 vol. enc. — 1$200 réis.

Viterbo — Elucidario das palavras, termos e phrases que em Portugal se usaram. Lisboa 1788. Fol. 2 vol. enc. — 2$800 réis.

Mappa estatisticos [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] de [illegible]. Lisboa [illegible]. Fol. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

Papers relative to Portugal. Correspondence relative to the british demands upon the government of Portugal. London [illegible]. Fol. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

Papers respecting the relations between Great Britain and Portugal. London [illegible]. Fol. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

Emm. Alvares Pegas — Resolutiones forenses practicabiles. Ulyssipone [illegible]. Fol. 2 vol. enc. — [illegible] réis.

Relatorio e documentos sobre o estado da divida portugueza feito pela commissão creada por decreto de 2[illegible] de julho de [illegible]. — Lisboa [illegible]. Fol. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

Filippe Folque — Elementos de astronomia para uso da Escola Polytechnica. Lisboa [illegible]. Fol. 1 vol. enc. Lithographado e com bastante uso. — [illegible] réis.

Ordenações d'El-Rei D. Manuel. Lisboa [illegible]. Fol. gothico 1 vol. enc. (Em estado soffrivel.) — [illegible] réis.

Collecção de decretos e regulamentos da regencia da Ilha Terceira. Lisboa [illegible]. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

Biblia hebraica. Cura ac studio D. Jo. H. Michaelis. Halae Magdeburg. 1720. Fol. 2 vol. enc. — 4$[illegible] réis.

Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra ao tempo da invasão dos jesuitas. Lisboa 1772. Fol. 1 vol. cart. — 480 réis.

Collecção das leis e sentenças promulgadas contra os jacobeos. Lisboa 1769. Fol. 1 vol. cart. — 480 réis.

Memorial sobre o scisma do sigillismo. Lisboa 1769. Fol. 1 vol. cartonado. — 400 réis.

J. Howard — The state of the prisons in England and Wales. Warrington 1777. 4.° gr. 1 vol. enc. — 1$200.

Emm. Alvares Pegas — Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae. Ulyssipone 1729. Fol. Quatorze tomos em 12 vol. enc. — 8$000 réis.

Tarif général des droits payables aux douanes de l'Empire de Russie. Petersbourg 1819. Fol. 1 vol. enc. — 200 réis.

Collecção de breves pontificios e leis regias sobre a liberdade dos indios do Brazil, e sobre outras materias. Impressa na secretaria d'estado 1754. Fol. 1 vol. enc. — 600 réis.

J. F. T. S. Castelbranco — Applicação da algebra á geometria. Lisboa 1844. Vol. lithographado. 1 vol. (Com muito uso.) — 240 réis.

Lições de mineralogia dadas na Escola Polytechnica. Fol. lithographadas. 1 vol. — 600 réis.

Persy — Cours de stabilité des constructions. Paris 1827. Fol. lithographado. 1 vol. br. — 480 réis.

Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Fol. 2 vol. br. (Tomo XI, parte I e tomo XII, parte II.) — 960 réis.

—— Idem. 5 vol. br. (Tomos I e II e tomo III, parte I, tudo dividido em cinco partes.) — 3$600 réis.

José Soares da Silva — Memorias para a historia de Portugal no reinado de D. João I. Lisboa 1730. 4.° gr. 4 vol. enc. — 3$200 réis.

Antonio Carvalho da Costa — Corographia portugueza. Lisboa 1706 a 1713. Fol. 3 vol. enc. — 14$400 réis.

Fr. Domingos Teixeira — Vida de D. Nuno Alvares Pereira. Lisboa 1723. Fol. 1 vol. enc. — 600 réis.

Padre André de Barros — Vida do Padre Antonio Vieira. Lisboa 1746. Fol. 1 vol. enc. — 720 réis.

Francisco Velasco de Gouvêa — Justa acclamação d'el-rei D. João IV. Lisboa 1644. Fol. 1 vol. enc. — 1$800 réis.

Manuel de Faria e Sousa — Emperio de la China. Lisboa 1731. Fol. 1 vol. enc. — 480 réis.

D. Fr. Amador Arraes — Dialogos. Coimbra 1604. Fol. 1 vol. enc. (Bem tratado, mas aparado demasiadamente.) — 3$200 réis.

Gregorio Martins Caminha — Tratado da forma dos libellos. Lisboa 1701. Fol. 1 vol. — 360 réis.

Emm. Glz. Sylva — Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae. Ulissipone. 1741. Fol. 5 vol. enc. — 2$000 réis.

S. G. de Moraes — Tractatus de executionibus. Conimbricae 1729. Fol. 2 vol. enc. — 800 réis.

Feliciano da Cunha França — Additiones ad Practicae Lusitaniae Emm. Mendes de Castro. Lisbonae. 1765. Fol. 2 vol. enc. — 800 réis.

Bernardino Antonio Gomes — Elementos de farmacologia geral. Lisboa 1851. 4.° 1 vol. br. — 480 réis.

Rights of Portugal in reference to Great Britain, and the question of the Slave Trade. London 1840. 8.° gr. 2 vol. br. — 960 réis.

Ignacio José de Macedo — O velho liberal do Douro, precedido dos Ensaios politicos. Lisboa 1827. 4.° 1 vol. enc. — 200 réis.

Actas das sessões das côrtes constituintes de 1837 e da camara dos deputados. Lisboa 1838 a 1844. 4.° 9 vol. enc. — 1$440 réis.

—— Idem dos annos 1848 a 1852. 4.° 5 vol. enc. — 1$440 réis.

Actas das sessões da camara dos pares do reino dos annos 1848 a 1854. 4.° 6 vol. enc. — 1$200 réis.

Dictionnaire d'agriculture practique, par une societé d'hommes de lettres. Paris 1827. 8.° gr. Dois tomos em 1 vol. enc. — 800 réis.

Ordens do dia do exercito do anno de 1850. 4.° 1 vol. enc. — 240 réis.

Manifesto do bacharel José Joaquim de Almeida Moura Coutinho. Lisboa 1834. 4.° gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

Procedimento da junta, ou exame dos males nascidos da Companhia de agricultura das vinhas do Alto Douro. Lisboa 1821. 4.° gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Russell — An essay on the history of the english government and constitution from the reign of Henry VII. London 1823. 8.° gr. 1 vol. enc. — 600 réis.

Reforma postal. Decreto de 27 de outubro de 1852. Lisboa 1853. 4.° 1 vol. enc. — 80 réis.

Fœlix — Traité du droit international privé. Paris 1843. 8.° gr. 1 vol. enc. — 600 réis.

Beaujour — Théorie des gouvernements, ou exposition de la manière dont on peut les organiser. Paris 1823. 8.° gr. 2 vol. enc. — 600 réis.

Pardessus — Cours du droit commercial. Paris 1821. 8.° gr. 5 vol. enc. — 960 réis.

(Jortin) — Remarks on ecclesiástical history. London 1767. 8.° gr. 2 vol. enc. — 320 réis.

M.me de Stael — De l'Allemagne. Paris 1814. 8.° gr. 2 vol. enc. — 600 réis.

Collection complète de tous les ouvrages pour et contre Mr. Necker. Utrecht 1781. 8.° gr. 3 vol. enc. — 300 réis.

João Mendes da Fonseca — Interpretação litteral ás satyras de Persio. Lisboa 1785. 4.° 1 vol. enc. — 120 réis.

La France et la Russie. Question de l'Orient. Paris 1854. 8.° gr. 1 vol. enc. — 120 réis.

Discursos dos deputados Avila, Grande e Mello Carvalho na discussão da lei de decima de repartição. Lisboa 1845. 8.° gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Reforma judiciaria approvada por decreto de 29 de novembro de 1836. 8.° gr. 1 vol. enc. — 80 réis.

O Hospital de S. José e annexos em 1853. Opusculo de M. Cesario de Araujo e Silva. Lisboa 1853. 4.° 1 vol. enc. — 120 réis.

Estatutos da basilica de Santa Maria. Lisboa 1814. 4.° 1 vol. enc. — 80 réis.

Regimento da creação dos cavallos, novamente emendado. Lisboa 1769. 4.° 1 vol. enc. — 80 réis.

Raynal — Révolution de l'Amérique. Londres 1781. 8.° gr. 1 vol. enc. — 80 réis.

Gomes Freire de Andrade — Ensaio sobre o methodo de organisar o exercito em Portugal. Lisboa 1806. 4.° 1 vol. enc. — 240 réis.

The Civil war in Portugal, and the siege of Oporto by a British Officier of Hussars. London 1836. 8.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

D. José de Urcullu — Grammatica ingleza. Lisboa 1830. 4.° 1 vol. enc. — 200 réis.

Memoria de D. Miguel José de Aranza y D. Gonçalo de Farriel sobre su conducta politica. Paris 1815. 8.° gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Varios Opusculos sobre diversos assumptos, reunidos e tendo por fóra os rotulos «Miscellanea». 4.° 3 vol. enc. — 960 réis.

Q. Horatii Flacci — Opera. Londini aeneis tabulis incidit Johannes Pine. 1733. 8.° gr. 2 vol. enc. (A encadernação está maltratada e o exemplar é da segunda tiragem, tendo por isso menor valor.) — 3$600 réis.

W. Robertson—Works. London 1831. 8.° gr. 1 vol. enc. (Bella edição.) — 2$160 réis.

The Yarly, Journal of Trade. London 1837 a 1840. 8.° gr. 2 vol. enc. — 960 réis.

Walker Remolled — A new critical pronouncing dictionary of the english language. London 1836. 8.° gr. 1 vol. enc. — 1$200 réis.

Varios Opusculos com o rotulo «Administração da fazenda publica». 4.° 1 vol. enc. — 100 réis.

Alberto Carlos de Menezes — Pratica dos tombos. Lisboa 1819. 4.° 1 vol. enc. — 300 réis.

Winckelmann — Histoire de l'art chez les anciens. Amsterdam 1766. 8.° gr. 2 vol. enc. — 360 réis.

John Adamson—Memoirs of the life and writings of Luis de Camoens. London 1820. 8.° gr. 2 vol. cart. — 3$600 réis.

Les Traits de l'histoire universelle sacrée et profane, d'après les plus grands peintres et les meilleurs ecrivains. Nouvelle édition par Le Bas. Paris 1771. 8.° 2 vol. (É só a parte relativa á historia poetica.) — 1$200 réis.

Portiez — Code diplomatique. Paris 1802. 8.° gr. 4 vol. enc. — 720 réis.

The National calendar. Washington 1836. 8.° 1 vol. enc. — 60 réis.

Conde de Toreno — Historia del levantamiento, guerra, y revolucion de España. Madrid 1835. 8.° max. 5 vol. br. — 3$000 réis.

Memoirs of the Letter Years of the R. H. Charles James Fox. London. 1811. 8.° gr. 1 vol. enc. — 300 réis.

Prontuario juridico, o compilacion de leyes, decretos y reglamentos expedidos por la administracion de justicia desde enero 1834 hasta junio 1839. Madrid 1839. 8.° 3 vol. enc. — 300 réis.

Guia de forasteros en Madrid para el año 1842. Madrid 1842. 8.º 1 vol. enc. — 60 réis.

Embriologia sagrada. Lisboa 1791. 8.º 2 vol. enc. — 200 réis.

Arioste — Rolland furieux. Poeme heroïque. Nouvelle traduction par M. Panckoucke. Paris 1787. 18.º 10 vol. enc. (Ainda é estimada esta traducção e o exemplar está bom.) — 2$400 réis.

Montesquieu — L'esprit des loix. Amsterdam 1788. 8.º 4 vol. enc. — 240 réis.

João de Barros — Chronica do emperador Clarimundo. Lisboa 1791. 8.º 3 vol. enc. — 720 réis.

Bernardim Ribeiro — Menina e moça. Lisboa 1785. 8.º 1 vol. enc. (Falto no principio.) — 100 réis.

Origem infecta da relaxação da moral jesuitica. 8.º 1 vol. enc. (Sem rosto.) — 40 réis.

Manuel du voyageur pour la conversation. Leipsic 1814. 18.º 1 vol. enc. — 40 réis.

La Liberté reconquise, ou histoire de la revolution de Paris. 1830. 18.º 1 vol. enc. — 60 réis.

Instrucções para o exercicio dos regimentos de infanteria. Lisboa 1830. 8.º 1 vol. enc. — 60 réis.

Guia do viajante ou roteiro de Lisboa para as côrtes da Europa. Lisboa 1791. 8.º 1 vol. enc. — 40 réis.

Instrucções de Phocion a Aristias, trad. do francez. Lisboa 1791. 8.º 1 vol. enc. — 40 réis.

Delolme — The constitution of England. London 1822. 18.º 1 vol. enc. (Com defeito.) — 160 réis.

Marquis d'Argens — Lettres cabalistiques. Haye 1754. 18.º 4 vol. Os tomos IV até VII enc. — 120 réis.

Victor Hugo — Les feuilles d'automne. Bruxelles 1836. 8.º 1 vol. enc. — 120 réis.

—— Littérature et philosophie melées. Bruxelles 1836. 8.º 1 vol. enc. — 100 réis.

Alfieri — Opera. Italia 1809. 18.º 22 vol. enc. — 2$400 réis.

G. Battista Casti — Gli animali parlanti, poema epico. Parigi 1823. 18.º 3 vol. enc. — 480 réis.

Parnaso lusitano, ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos. Paris 1827. 18.º 5 vol. enc. (Com algum uso.) — 1$600 réis.

Molière — Œuvres. Londres 1784. 18.º 7 vol. enc. — 700 réis.

Levalenet — Amours françaises. Poèmes. Paris 1824. 18.º 1 vol. enc. — 120 réis.

Connoissance de la mythologie par demandes et reponses. Paris an VIII. 8.º 1 vol. enc. — 160 réis.

Virgile — Les Géorgiques, trad. par Delille. Paris. 8.º 1 vol. enc. — 100 réis.

Regulamento do commissariado de viveres para o exercito. 8.º 1 vol. enc. (Sem rosto.) — 40 réis.

Elisa ou a portugueza virtuosa, romance. Lisboa 1844. 8.º 1 vol. enc. — 120 réis.

Juvenal — Satyras, trad. por Franciseo Antonio Martins Bastos. Lisboa 1839. 8.º 1 vol. enc. — 320 réis.

José da Fonseca — Diccionario de synonimos portuguezes. Paris 1833. 18.º 1 vol. enc. — 300 réis.

João Antonio Dias — Novissima grammatica franceza. Lisboa 1851. 8.º 1 vol. enc. — 100 réis.

Orthographical exercises. London 1824. 18.º 1 vol. enc. — 40 réis.

Estante 7.ª

Facciolati — Calepinus septem linguarum. Venetiis 1778. Fol. gr. 1 vol. enc. — 2$000 réis.

Sallustio — La conjuracion de Catilina y guerra de Jugurtha. Madrid, por Ibarra. Fol. gr. 1 vol. enc. (Bem tratado.) — 6$400 réis.

Van-Espen. Jus ecclesiasticum universum. Lovani 1753. Avec le supplément. Bruxelles 1768. Fol. gr. 5 vol. (Bem tratados; exemplar completo, por ter no supplemento as pag. 416 a 484, que em muitos faltam.) — 5$000 réis.

Collecção do jornal «A Revista» dos annos 1834 e 1835. Fol. 3 vol. — 900 réis.

Gregorio Lopez — Las Siete Partidas del Rei D. Alonso el Nono, nuevamente glosadas. Valladolid 1587. Fol. gr. 4 vol. — 4$800 réis.

Ordenações e leis do reino de Portugal. Lisboa no Mosteiro de S. Vicente de Fora 1747. Fol. gr. 6 vol. (Exemplar aceado e completo, com repertorio e appendice.) — 9$600 réis.

R. Drouen — De re sacramentaria contra perduelles haereticus. Cum notis Patuzzi. Venetiis 1772. Fol. gr. 2 vol. enc. — 1$000 réis.

Cornelii Alapide — Commentariis in quatuor Evangelia. Antuerpiae 1639. Fol. 1 vol. enc. — 1$200 réis.

Balanço geral do commercio do reino de Portugal com o Brazil e possessões ultramarinas nos annos de 1822–1823. Manuscriptos originaes, encadernados em marroquim encarnado. 2 vol. — 6$000 réis.

Des Essarts — Dictionnaire universel de police. 1786 a 1790. Paris. 4.° gr. 8 vol. enc. (Comprehende as letras A a P, unica parte que se publicou.) — 4$800 réis.

José de Seabra da Silva — Deducção chronologica e analytica dos estragos causados pelos jesuitas. Lisboa 1767. Fol. 3 vol. enc. — 1$440 réis.

Monarchia lusitana por Fr. Bernardo de Brito, continuada por Fr. Antonio Brandão, Fr. Francisco Brandão e Fr. Manuel dos Santos. Lisboa 1690 a 1727. Fol. 8 vol. enc. (Bem tratados.) — 14$400 réis.

Joaquim José da Costa e Sá — Diccionario italiano e portuguez. Lisboa 1773. Fol. 2 vol. enc. — 6$000 réis.

W. Robertson — The history of the reign of the emperor Charles V. London 1769. 4.° gr. 3 vol. enc. (Edição estimada.) — 3$200 réis.

Rapport au roi sur l'administration des finances. Paris 1830. Fol. 1 vol. enc. — 360 réis.

Biblia sacra. Vulgatae editionis. Antuerpiae 1725. 4.° gr. 2 vol. enc. (Com estampas.) — 2$400 réis.

Pufendorf — De jure naturae et gentium. Francofurti 1759. 4.° gr. 2 vol. enc. — 1$000 réis.

Collecção de leis, alvarás e resoluções militares desde o reinado do Sr. D. José I até 1799. Fol. 1 vol. enc. — 480 réis.

Collecção (completa) do Diario da camara dos senhores deputados (comprehendendo as côrtes constituintes de 1821 a 1823) até o anno 1852. Fol. 60 vol. enc. (Esta collecção segue e continua na estante immediata.) — 36$000 réis.

Projectos e relatorios apresentados na camara dos deputados em 1858. Fol. 1 vol. enc. — 480 réis.

Ovide — Œuvres complètes, trad. en français. Paris an VII. 8.° gr. 7 vol. enc. — 1$400 réis.

Sabouroux de la Bonnetrie—Traduction des anciens ouvrages latins relatifs à l'agriculture. Paris 1773. 8.° gr. 6 vol. enc.—2$000 réis.

Racine—Œuvres, avec les commentaires de Boisjermain. Paris 1796. 8.° gr. 7 vol. enc.—1$200 réis.

P. Corneille—Théatre, avec les commentaires de Voltaire. Paris 1797. 8.° gr. 12 vol. enc.—1$920 réis.

Crebillon—Œuvres complètes. Paris 1785. 8.° gr. 3 vol. enc. com gravuras.—600 réis.

Recherches historiques et politiques sur les États-Unis, par un citoyen de Virginie. Colle 1788. 8.° gr. 4 vol. enc.—480 réis.

Mirabeau—De la monarchie prussienne sous Frédéric le Grand. Londres 1788. 8.° gr. 8 vol. enc. (Sem atlas.)—1$600 réis.

Ordenações do Senhor Rei D. Manuel. Coimbra 1797. 4.° 3 vol. enc.—1$000 réis.

Ordenações do Senhor Rei D. Affonso V. Coimbra 1792. 4.° 5 vol. enc.—1$920 réis.

Brissot—Bibliothèque philosophique du legislateur. Berlin 1782. 8.° gr. 10 vol. enc.—1$440 réis.

W. Coxe—Memoirs of the Kings of Spain of the house of Bourbon. Londres 1815. 8.° gr. 5 vol. enc.—1$600 réis.

Athanase Auger—Œuvres posthumes. Paris 1792. 8.° gr. 10 vol. enc.—1$440 réis.

Guys—Voyage littéraire de la Grèce, ou Lettres sur les grecs anciens et modernes. Paris 1783. 8.° gr. 4 vol. enc.—720 réis.

Auger—Harangues tirées des historiens grecs. Paris 1787. 8.° gr. 2 vol. enc.—360 réis.

Tacito—Os Annaes, trad. por José Liberato Freire de Carvalho. Paris 1830. 8.° gr. 2 vol. enc.—960 réis.

Bousmard—Essai général de fortification. Paris 1814. 8.° gr. e atlas in-4.° 5 vol. enc.—2$400 réis.

Bailly—Exposé de l'administration générale des finances du royaume de la Grande-Brétagne. Paris 1837. 8.° gr. 2 vol. enc.—800 réis.

Silvestre Pinheiro Ferreira.—Manual do cidadão em um governo representativo Paris 1831. 8.° gr. Tres tomos em 2 vol. enc.—600 réis.

—— Projecto de ordenações para o reino de Portugal. Paris 1831. 8.° gr. 3 vol. enc.—900 réis.

Discours prononcés à la tribune de la chambre des pairs dans la discussion du nouvel article 23° de la Charte. Paris 1831. 8.° gr. 1 vol. enc.—120 réis.

J. Liberato Freire de Carvalho—O Campeão portuguez, publicado desde julho de 1819 até julho de 1821. Londres. 8.° gr. Quatro tomos em 2 vol.—960 réis.

João Bernardo da Rocha—O Portuguez, Mercurio politico, commercial e litterario. Londres 1814 a 1820. 8.° gr. 10 vol. enc. (Faltam os tomos XI e XII.)—2$000 réis.

Kook—Abrégé de l'histoire des traités de paix entre les puissances de l'Europe. Basle 1796. 8.° gr. 2 vol. enc.—720 réis.

Hertzberg—Œuvres politiques. Berlin 1795. 8.° gr. 3 vol. enc.—400 réis.

Pastoret—Des loix penales. Paris 1790. 8.° gr. 2 vol. enc.—800 réis.

Adam Smith—Essais philosophiques. Genève 1796. 8.° gr. 2 vol. enc.—320 réis.

Weiss—Principes philosophiques. Genève 1806. 8.° gr. 1 vol. enc. (Só o tomo II faltando o I.)—100 réis.

Jeremias Bentham—Tactique des assemblées legislatives. Genève 1816. 8.° gr. 1 vol. enc. (Só o tomo II, faltando o I.)—100 réis.

Constitutionum Canonicarum Regularium Congregationis Sanctae Crucis Colimbricensis. Olyssipone 1784. 4.° 1 vol. enc.—120 réis.

Collecção chronologica dos assentos das casas da supplicação e do civel. Coimbra 1791. 4.° 1 vol. enc.—400 réis.

Gradus ad Parnassum, sive bibliotheca musarum. Lugduni 1765. 8.° gr. 2 vol. enc.—320 réis.

Boyer—Nouveau dictionnaire anglois-françois. Lion 1808. 8.° gr. 1 vol. enc.—200 réis.

Jackson—The constitutions of the several independent states of America, etc. London 1783. 8.° gr. 1 vol. enc.—200 réis.

Perreau—Élémens de legislation naturelle. Paris. An IX. 8.° gr. 1 vol. enc.—200 réis.

Noel et Chapsal—Nouveau dictionnaire de la langue française. Paris 1835. 4.° 1 vol. enc.—800 réis.

Barros e Couto—Decadas da Asia. Lisboa 1778. 8.° 24 vol. meia enc.—5$600 réis.

Osorio—Vida e feitos d'el-rei D. Manuel, trad. por Francisco Manuel do Nascimento. Lisboa 1804. 8.° 3 vol. meia enc.—800 réis.

Montlosier—Mémoire à consulter sur un neuf système religieux et politique. Paris 1826. 8.° gr. 1 vol. meia enc.—160 réis.

L'Administration de Sebastien Joseph de Carvalho et Melo, marquis de Pombal. Amsterdam 1788. 8.° gr. 4 vol. enc.—800 réis.

Fr. Nicolau de Oliveira—Grandezas de Lisboa. Lisboa 1620. 4.° 1 vol. meia enc.—1$200 réis.

De Pradt—Du jésuitisme ancien et moderne. Paris 1828. 8.° gr. 1 vol. meia enc.—160 réis.

Vicente José Ferreira Cardoso—Que é o codigo civil? Lisboa 1822. 4.° 1 vol. meia enc. (Sem a Arvore explicativa.)—300 réis.

Code civil d'Haïti. Paris 1826. 8.° gr. 1 vol. meia enc.—160 réis.

Manuel Borges Carneiro—Resumo das leis mais uteis no foro, etc. Lisboa 1818. 4.° 1 vol. meia enc.—240 réis.

Manuel de Faria y Sousa—Epitome de las historias portuguezas. Lisboa 1674. 4.° 1 vol. meia enc.—480 réis.

João de Fontes Pereira de Mello—Tratado do apparelho dos navios. Lisboa 1835. 4.° 1 vol. meia enc.—600 réis.

Pecchio—Anecdotes of the spanish and portuguese revolutions. London 1823. 8.° gr. 1 vol. meia enc.—200 réis.

José Ferreira Borges—Instituições de medicina forense. Paris 1832. 8.° gr. 1 vol. meia enc.—500 réis.

Estante 8.ª

Collecção de orçamentos da receita e despesa do estado apresentados ás côrtes no anno de 1823, e nos de 1834 a 1856. Fol. 27 vol. diversamente enc.—9$600 réis.

Collecção dos relatorios e contas da gerencia dos diversos ministerios, apresentados ás côrtes nos annos de 1834 a 1854. Fol. 40 vol., sendo 38 enc. e 2 br.—9$000 réis.

Collecção das contas annuaes da junta do credito publico, relativas aos annos de 1838 a 1855. Fol. 19 vol. enc. — 3$600 réis.

Collecção de relatorios e projectos de leis apresentados ás côrtes desde 1834 até 1852. Fol. 28 vol. São 17 enc. e o resto br. — 4$000 réis.

Relação geral dos empregados e pensionistas a cargo do ministerio da fazenda em 1841. Fol. 1 vol. enc. — 400 réis.

Manifesto sobre a execução que teve a lei de 19 de dezembro de 1834 nas operações que em virtude d'ella se fizeram; offerecido ás côrtes pelo ministro José da Silva Carvalho. Lisboa 1836. Fol. 1 vol. enc. (2 exemplares.) — 360 réis.

O **Relatorio** do ministro da fazenda examinado por Luiz José Ribeiro. Lisboa 1835. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.

Regulamento do Conselho d'Estado. Lisboa 1845. Fol. 1 vol. enc. — 160 réis.

Regulamento provisorio para a administração do arsenal do exercito. Lisboa 1834. Fol. 1 vol. enc. — 160 réis.

Collecção dos projectos de leis organicas e regulamentares, apresentados ás côrtes em 1842 pelo conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira. Fol. 1 vol. enc. — 200 réis.

Manifesto dos direitos de Sua Magestade a Senhora D. Maria II. Londres 1829. 4.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

Agostinho Albano — Exposição synoptica do systema geral de fazenda. Lisboa 1847. Fol. 1 vol. enc. — 160 réis.

Carta Constitutional da monarchia portugueza. Londres 1828. 4.° gr. 1 vol. enc. — 240 réis.

Actas da camara dos pares do reino na sessão ordinaria de 1835. Fol. 1 vol. enc. — 160 réis.

Synopse dos trabalhos da camara dos pares na legislatura de 1842 a 1845. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.

—— Idem na legislatura de 1848 a 1851. Fol. 1 vol. enc. — 120 réis.

Code de l'organisation judiciaire dans la Belgique. Bruxelles 1839. 4.° gr. 1 vol. enc. — 240 réis.

Berryer — Leçons et modèles d'éloquence judiciaire. Paris 1838. 4.° gr. 1 vol. enc. — 720 réis.

Dupressoir — Drames judiciaires. Scenes correctionelles. 1ª série. 4.° gr. 1 vol. enc. — 600 réis.

Abstract of answers and returns under the population acts. London 1833. Fol. 1 vol. enc. — 200 réis.

First report on the commercial relations between France and Great-Britain. London 1834. Fol. 1 vol. enc. — 200 réis.

Report from the select comitee on import duties. London 1841. Fol. 1 vol. enc. — 200 réis.

Repertorio e indice da legislação novissima das alfandegas. Porto 1835. 4.° 1 vol. enc. — 240 réis.

Esclarecimentos sobre as finanças de Portugal. Coimbra 1821. 4.° 1 vol. enc. — 60 réis.

Message from the President of the United States. Washington 1839. 4.° 1 vol. enc. — 60 réis.

Carlos Morato Roma — Opiniões sobre as finanças de Portugal. Lisboa 1841. 4.° 1 vol. enc. — 160 réis.

Agostinho Albano — A crise financeira. Porto 1841. 4.° 1 vol. enc. — 80 réis.

A Regeneração e a reacção. Resumo historico dos acontecimentos de 1851. Lisboa 1851. 4.° 1 vol. enc. (Falta a parte II.) — 80 réis.

Conclusões sobre a poesia e eloquencia. Lisboa 1785. 4.° 1 vol. enc. — 40 réis.

Visconde de Santarem — Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portuguezes na costa da Africa occidental. Paris 1841. 4.° 1 vol. enc. — 480 réis.

Regulamento geral para a repartição das contribuições directas. Lisboa 1845. 4.° 1 vol. enc. — 40 réis.

A Restauração da liberdade. Poema. Lisboa 1836. 4.° 1 vol. enc. — 120 réis.

Examen du gouvernement d'Angleterre. Londres 1789. 8.° gr. 1 vol. enc. — 120 réis.

Leroy — Lettres philosophiques sur les américains. Paris 1802. 8.° gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Premiers élémens de la langue française. 8.° gr. 1 vol. enc. (Sem rosto.) — 80 réis.

Visconde de Santarem — Memorias para a historia e theoria das côrtes geraes de Portugal. Lisboa 1828. 4.° 1 vol. enc. (Só o tomo I.) — 200 réis.

Reflexões sobre finanças em differentes epocas. Lisboa 1848. 4.° 1 vol. enc. — 60 réis.

Joaquim Antonio Carvalho Menezes — Demonstração geographica e politica do territorio portuguez na Guiné inferior. Rio de Janeiro 1848. 8.° gr. 1 vol. enc. — 360 réis.

Breves Considerações sobre o estado da fazenda publica. Lisboa 1844. 8.° gr. 1 vol. enc. — 160 réis.

Curtissima Exposição de alguns factos. Lisboa 1847. 8.° gr. 1 vol. enc. — 60 réis.

Algumas inexactidões do appendice á Curtissima exposição de alguns factos. Lisboa 1847. 8.° gr. 1 vol. enc. — 60 réis.

Regulamento provisorio para a administração militar. Porto 1833. 4.° 1 vol. enc. — 60 réis.

Fortunato José Barreiros — Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal, etc. — Lisboa 1838. 4.° 1 vol. enc. — 160 réis.

Silvestre Pinheiro Ferreira — Parecer sobre os meios de restaurar o governo representativo em Portugal. Paris 1832. 8.° gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

Organisação da Companhia das Lezirias do Tejo e Sado. Lisboa 1837. 4.° 1 vol. enc. — 60 réis.

Discurso do deputado Antonio José de Avila na discussão das leis da dictadura. Lisboa 1852. 8.° gr. 1 vol. enc. — 60 réis.

José Manuel Ribeiro Vieira de Castro — Obras. Lisboa 1822. 4.° 1 vol. enc. (Tomo I.) — 120 réis.

Claudio Adriano da Costa — Principios da sciencia applicados á creação da Companhia Confiança Nacional. Lisboa 1847. 8.° gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

José de Aquino Guimarães Freitas — Memoria sobre Macau. Coimbra 1828. 8.° gr. 1 vol. enc. — 120 réis.

Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado — Memoria historica do acontecido na Villa da Praia em 11 de agosto de 1829. Lisboa 1835. 8.° gr. 1 vol. br. — 120 réis.

Bouchardat — Chimie élémentaire. Paris 1842. 8.° gr. 1 vol. enc. — 360 réis.

Testamentum graecum cum variantibus lectionibus cura et opera Hermanni Goldhagen. Moguntiae 1752. 8.° gr. 1 vol. enc. — 720 réis.

Beudant — Cours élémentaire d'histoire naturelle. Botanique, par Jussieu. Paris, 8.° 1 vol. enc. — 480 réis.

Julio Maximo d'Oliveira Pimentel—Curso de chimica elementar. Lisboa 1839. 8.º gr. 1 vol. enc.—300 réis.

G. M. Casaregis—Il consulato del mare. Livorno 1788. 4.º 1 vol. enc.—400 réis.

Instruction sur l'estabilité des constructions. 8.º gr. 1 vol. enc.—240 réis.

J. de F. T. S. Castelbranco—Elementos de algebra superior.—Lisboa 1843. 4.º 1 vol. enc.—300 réis.

José da Costa Sequeira—Noções theoricas de architectura civil, seguidas do tratado de perspectiva. Lisboa 1839. 4.º 1 vol. enc.—720 réis.

Pouillet—Élémens de physique expérimentale et de météorologie. Bruxelles 1840. 4.º 2 vol. enc. Com atlas.—1$200 réis.

Leroy—Traité de géométrie descriptive. Bruxelles 1843. 4.º Com atlas. 2 vol. enc.—1$200 réis.

Navier—Résumé des leçons données sur l'application de la méchanique. Bruxelles 1839. 4.º 1 vol. enc.—960 réis.

Poncellet—Traité de méchanique. Bruges 1844. 4.º 2 vol. br.—1$000 réis.

José Joaquim Lopes de Lima—Ensaio sobre a estatistica das possessões portuguezas no ultramar. Lisboa 1844. 4.º 3 vol. br.—1$440 réis.

Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque—Guia do engenheiro. Lisboa 1844. 4.º 1 vol. br.—300 réis.

João Baptista da Silva Lopes—Memorias para a historia ecclesiastica do reino do Algarve. Lisboa 1848. 4.º 1 vol. br.—800 réis.

Albino Antonio da Fonseca Benevides—Diccionario de glossologia botanica. Lisboa 1841. 4.º 1 vol. br.—480 réis.

—— Compendio de botanica do dr. Felix de Avellar Brotero, addicionado, etc. Lisboa 1839. 4.º 2 vol. br.—1$200 réis.

João Baptista da Silva Lopes—Corographia do reino do Algarve. Lisboa 1841. 4.º 1 vol. br.—600 réis.

Fr. José de S.to Antonio Moura—Viagens extensas e dilatadas de Ben-Batuta. Lisboa 1840. 4.º 1 vol. br. (Tomo I.)—400 réis.

Joaquim Raphael do Valle—Classificação geral da legislação portugueza, desde o Codigo Filippino. Lisboa 1841. 4.º 1 vol. br.—400 réis.

Discursos parlamentares do duque de Palmella. Lisboa 1841. 4.º 3 vol. br.—1$200 réis.

Codigo penal approvado por decreto de 10 de dezembro de 1853. 8.º gr. 1 vol. br.—240 réis.

Codigo penal annotado pelo dr. Alipio Freire de Figueiredo. Lisboa 1853. 8.º gr. 1 vol. br.—300 réis.

F. A. F. da Silva Ferrão—Codigo penal dos estados da Prussia, annotado. Lisboa 1855. 8.º gr. 1 vol. br.—240 réis.

Antonio Prefumo—Grammatica da lingua italiana. Lisboa 1829. 4.º 1 vol. br.—160 réis.

Joaquim Ferreira de Freitas—Bibliotheca historica, politica e diplomatica da nação portugueza. Londres 1830. 8.º gr. 1 vol. br. (Tomo I e unico.)—360 réis.

W. Walton—A reply to the «Exposé des droits de Sa Majesté Très-Fidele D. Maria II». London 1830. 8.º gr. 1 vol. br.—200 réis.

—— Letter addressed to sir James Mackintosh on the affairs of Portugal. London 1829. 8.º gr. 1 vol. br.—120 réis.

—— Letter addressed to the R. H. Earl Grey on the political relations with Portugal. London 1831. 8.º gr. 1 vol. br.—80 réis.

Agostinho de Moraes Pinto de Almeida — Elementos de arithmetica. Coimbra [illegible]. 4.° gr. 1 vol. br. — [illegible] réis.

[illegible] — Des finances de la republique française. Paris an IX. 8.° gr. 1 vol. br. — [illegible] réis.

Antonio Luiz de Seabra — A propriedade. Philosophia do direito. Coimbra. 8.° gr. 1 vol. br. — [illegible] réis.

Debates do parlamento [illegible] sobre os negocios de Portugal. Lisboa 184[illegible]. 4.° gr. 1 vol. br. — [illegible] réis.

José Ribeiro dos Santos e José Feliciano de Castilho — Traité [illegible]. [illegible] 18[illegible]. 4.° gr. 2 vol. br. — [illegible] réis.

Sessão da [illegible] na questão do duque de Saldanha. Porto 18[illegible]. 4.° 1 vol. br. — [illegible] réis.

Visconde de Villarinho de S. Romão — Tratado sobre a maneira de construir [illegible]. Lisboa 18[illegible]. 4.° 1 vol. br. — [illegible] réis.

José Agostinho de Macedo — Elogio historico de Ricardo Raymundo Nogueira. Lisboa 18[illegible]. 4.° 1 vol. br. — [illegible] réis.

Fortunato José Barreiros — Memoria sobre os pesos e medidas. Lisboa 1838. 4.° 1 vol. br. — [illegible] réis.

Memoria descriptiva e documentada do banco de Portugal. Lisboa 1851. 4.° 1 vol. br. (Dois exemplares.) — 1[illegible] réis.

Relatorio do hospital de alienados em Rilhafolles. Lisboa 1851. 8.° gr. 1 vol. br. — [illegible] réis.

Devitry — Propagação da medicina dental. Lisboa 18[illegible]. 8.° gr. 1 vol. br. — 60 réis.

Alexandre Augusto de Oliveira Soares — Considerações sobre a medicina cutanea. Lisboa 18[illegible]. 4.° 1 vol. br. — 40 réis.

Exposição do direito de Domingos Gomes Loureiro & Filhos na causa contra os herdeiros de Timotheo Verdier. Lisboa 1847. 4.° 1 vol. br. — 60 réis.

Tacito — Vida de Agricola e costumes da Germania. trad. por D. José Lacerda. Lisboa 1842-1846. 4.° 2 vol. br. — 240 réis.

Antonio Maximino Dulac — Marasmo politico de Portugal. Lisboa 1834. 4.° 1 vol. br. (Tomo I.) — 40 réis.

Francisco Ignacio dos Santos Cruz — Memoria sobre os meios de atalhar os incendios. Lisboa 1850. 4.° 1 vol. br. — 120 réis.

Antonio Vicente Dellanave — Historia do descobrimento e conquista do imperio Mexicano. Rio de Janeiro 1821. 4.° 1 vol. br. (Tomo I.) — 40 réis.

Carta ao cavalheiro José Hume a respeito dos negocios de Portugal. Lisboa 1847. 4.° 1 vol. br. — 100 réis.

Apontamentos para o codigo do processo civil. Porto 1847. 8.° gr. 1 vol. br. — 80 réis.

O Supremo tribunal de justiça e as Relações do Porto e Lisboa na causa da baroneza de Bulhão. Porto 1853. 8.° gr. 1 vol. br. — 60 réis.

João Januario Vianna de Rezende — Zooelykiologia veterinaria, ou tratado do conhecimento da idade dos animaes domesticos. Lisboa 1839. 8.° gr. 1 vol. br. — 120 réis.

Correspondencia entre o visconde de Sá da Bandeira e os ministros das potencias signatarias do Protocollo. Lisboa 1848. 8.° gr. 1 vol. — 80 réis.

Correspondencia do conde das Antas com os ministros das potencias signatarias do Protocollo. Lisboa 1848. 8.° gr. 1 vol. br. — 40 réis.

João Linneo Jordão — Sessões polemicas sobre a organisação do estado na crise actual. Lisboa 1837. 8.° gr. 1 vol. br. — 60 réis.

José Paulo Pereira — Manual do contribuinte. Lisboa 1846. 8.º gr. 1 vol. br. — 40 réis.

Reposta apologetica ao poema Uraguay. Lugano 1786. 8.º gr. 1 vol. br. — 160 réis.

Guizot — Histoire de la révolution d'Angleterre jusqu'à la mort de Charles I. Bruxelles 1850. 8.º gr. 2 vol. br. — 320 réis.

Ellis's — British Tariff. London 1833 e 1834. 8.º gr. 2 vol. br. — 100 réis.

Lucrecio — Da natureza das cousas, trad. por Lima Leitão. Lisboa 1851. 8.º 2 vol. br. — 360 réis.

Segur — Des femmes. Paris 1835. 18.º 3 vol. br. — 200 réis.

Mémoires du duc de Sully. Londres 1778. 8.º 8 vol. enc. — 480 réis.

Mémoire sur les effets de l'impôt indirect. Londres 1768. 8.º 1 vol. enc. — 40 réis.

Sir John Ross — Narrative of a seconde voyage in search of north-west passage. London 1835. 4.º gr. 1 vol. com gravuras illuminadas. — 3$200 réis.

Benjamim Hederico — Graeco lexicon manuale cura Jo. Aug. Ernesti. Londini 1778. Fol. 1 vol. enc. (Boa edição). — 3$200 réis.

Missale Romanum. Olyssipone 1818. Fol. 1 vol. enc. (Muito bem tratado.) — 2$000 réis.

A Epoca. Jornal de industria, sciencias e litteratura. Lisboa 1848–1849. 4.º gr. 1 vol. enc. — 1$000 réis.

Antonio de Moraes Silva — Diccionario da lingua portugueza. 2.ª edição. Lisboa. 1813. Fol. 2 vol. enc. — 2$400 réis.

Dictionnaire de législation, de jurisprudence et de finances. Avignon 1763. 4.º gr. 1 vol. enc. — 400 réis.

Ch. Dupin. — Forces productives et commerciales de la France. Paris 1827. 4.º gr. 2 vol. enc. — 1$800 réis.

Hennet — Théorie du crédit public. Paris 1816. 4.º gr. 1 vol. enc. — 400 réis.

Regia patente e regolamento per la Compagnia dei Facchini del porto franco di Genova. Torino 1832. 4.º gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Agostinho Albano — Divida publica portugueza, sua historia, progresso e estado actual. Lisboa 1839. 4.º gr. 1 vol. enc. — 240 réis.

Dufour — De la fortification permanente. Genève 1822. 4.º gr. 2 vol. enc. (Com atlas.) — 960 réis.

Regolamento per il lazzareto del Varignano. Genova 1822. 4.º gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Memoria sobre a melhoração da costa ao sul de Benguella. Lisboa 1842. 4.º gr. 1 vol. enc. — 100 réis.

Tariffa generale delle Dogane delli 14 marzo 1818. 4.º 1 vol. enc. — 100 réis.

Memoria sobre a maneira de augmentar os vinhos de Portugal e sua exportação. Paris 1834. 4.º gr. 1 vol. enc. — 80 réis.

Rapport au Roi sur la situation des hospices des enfans-trouvés, etc. Paris 1818. 4.º gr. 1 vol. enc. — 300 réis.

Exposé des droits de Sa Majesté Très-Fidèle D. Maria II. Paris 1830. 4.º gr. 1 vol. enc. — 240 réis.

Les Agrémens de la campagne ou remarques sur la construction des maisons de campagne. Leyde 1750. 4.º gr. 1 vol. enc. (Muito picado de traça.) — 80 réis.

Fortunato José Barreiros — Ensaio sobre os principios de strategia. Lisboa 1837. 8.º 1 vol. br. — 40 réis.

Joaquim Pedro Celestino Soares — Quadros navaes, ou collecção de folhetins maritimos. Lisboa 1845. 8.º gr. 1 vol. br. — 100 réis.

Luiz Augusto Rebello da Silva — Fastos da egreja, historia das vidas dos santos. Lisboa 1854. 8.° gr. 1 vol. br. (Só o tomo I.) — 60 réis.

Documens authentiques et officiels concernant les affaires du Portugal. Brest 1832. 8.° gr. 1 vol br. — 40 réis.

Descripção dos apparelhos de distillação da fabrica de J. P. Collares. Lisboa 1854. 4.° gr. 1 vol. br. — 60 réis.

Exposição documentada offerecida ao publico por Joaquim Pereira da Costa. Lisboa 1853. 4.° gr. 1 vol. br. — 60 réis.

Listas ou almanachs do exercito dos annos 1850 a 1852. 8.° 3 vol. br. — 120 réis.

(O resto das brochuras, folhetos e papeis avulsos, que existem reunidos e atados em massos nas casas superiores d'esta estante 8.ª, vão adeante relacionados em globo, por não ser possivel fazel-o de outro modo, depois da descripção dos livros contidos na estante 9.ª)

Estante 9.ª

Collecção (completa) de toda a legislação novissima, publicada desde 1829 até 1854. Fol. 19 vol. enc. (Com encadernações desiguaes.) — 32$000 réis.

Alipio Freire de Figueiredo — Repertorio ou indice alphabetico e remissivo das leis publicadas desde 1615. Lisboa 1838 a 1848. Fol. 3 vol. enc. — 2$400 réis.

Collecção das medidas legislativas decretadas pelo governo desde 10 de maio de 1851 até 13 de dezembro do mesmo anno. Lisboa 1853. Fol. 1 vol. enc. — 400 réis.

Collecção das medidas legislativas decretadas pelo governo desde 26 de julho de 1852 até 31 de dezembro do mesmo anno. Lisboa 1853. Fol. 1 vol. enc. — 400 réis.

Eduardo de Faria — Novo diccionario da lingua portugueza. Lisboa 1849. Fol. Quatro tomos em 2 vol. enc. — 1$800 réis.

Antonio Delgado da Silva — Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações até 1820. Lisboa 1825 a 1830. Fol. 6 vol. enc. — 14$400 réis.

Collecção da legislação portugueza desde 1821 até 1827. Fol. 3 vol. enc. — 1$800 réis.

Systema ou collecção dos regimentos reaes. Lisboa 1783 a 1791. Fol. 6 vol. enc. — 7$200 réis.

Manuel Fernandes Thomaz — Repertorio das leis. Coimbra 1843. 4.° gr. 1 vol. enc. — 1$600 réis.

Boiste — Dictionnaire universel de la langue française. Paris 1829. Fol. 1 vol. enc. — 1$440 réis.

Reforma judicial novissima. 2.ª edição correcta e annotada. Lisboa 1845. Fol. 1 vol. enc. — 1$200 réis.

Codigo commercial portuguez. Lisboa 1833. Fol. 1 vol. (Encadernado em veludo, porém este já usado.) — 960 réis.

Decreto de 10 de novembro de 1849 que organisou as repartições da fazenda publica. Fol. 1 vol. enc. — 160 réis.

Parecer apresentado á camara dos deputados em 1846 pela commissão de contabilidade. Fol. 1 vol. br. — 40 réis.

José Justino de Andrade e Silva — Repertorio geral da legislação portugueza em continuação ao de Fernandes Thomás. Lisboa 1850. Fol. Dois tomos em 1 vol. — 1$600 réis.

José Maximo de Castro Neto — Peculio do procurador regio. Lisboa 1841. Fol. 1 vol. enc. — 600 réis.

Collecção das contas da commissão interina da junta do credito publico até 10 de setembro de 1836. Fol. 5 vol. enc. em pastas. — 600 réis.

Indice chronologico de toda a legislação relativa á junta dos juros. Manuscripto em fol. 1 vol. enc. — 240 réis.

Dumont — De l'organisation judiciaire. Paris 1828. 8.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

Pothier — Œuvres. Paris 1806 e seguintes. 8.° gr. 23 vol. enc. (Edição pouco estimada.) — 5$600 réis.

La Discipline judiciaire considérée dans ses rapports avec les juges, les officiers du ministère public, les advocats, etc. Paris 1825. 8.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

Codigo penal, approvado pelo decreto de 10 de dezembro de 1852. 8.° gr. 1 vol. enc. — 360 réis.

F. A. F. da S. Ferrão — Repertorio sobre foraes e doações regias. Lisboa 1848. 4.° Dois tomos em 1 vol. enc. — 1$600 réis.

Cormenin — Droit administratif. 3e édition. Paris 1840. 8.° gr. 2 vol. enc. — 1$440 réis.

Rogron — Les cinq codes, expliqués par ses motifs, par des exemples, et par la jurisprudence. Bruxelles 1845. 4.° 5 vol. enc. — 4$800 réis.

Ordenações do reino de Portugal. Coimbra 1790. 4.° 3 vol. enc. — 1$440 réis.

Paschalis Josephi Mellii Freirii — Historia et institutiones juris civilis lusitani. Lisboa 1799 e 1800. 4.° 3 vol. enc. — 800 réis.

Panegyricus historicus. Olysip. 1802. 4.° 1 vol. enc. — 100 réis.

José Homem Correia Telles — Digesto portuguez. Coimbra 1835. 4.° 3 vol. enc. — 1$200 réis.

Clamopin — Mestre francez. 11.a edição. Lisboa 1841. 4.° 1 vol. enc. — 480 réis.

Manuel Antonio Coelho da Rocha — Instituições do direito civil. Coimbra 1844. 8.° gr. 2 vol. enc. — 1$400 réis.

—— Ensaio sobre a historia do governo e legislação de Portugal. Coimbra 1843. 8.° 1 vol. enc. — 400 réis.

José Homem Correia Telles — Tratado das obrigações pessoaes e reciprocas de Pothier. Lisboa 1835. 4.° 2 vol. enc. — 1$000 réis.

José Maximo de Castro Neto — Codigo administrativo annotado. Lisboa 1849. 8.° gr. 1 vol. enc. — 400 réis.

Coquelin et Guillaumin — Dictionnaire de l'économie politique. Paris. 1852. 8.° max. 2 vol. enc. — 3$600 réis.

J. B. Sirey — Code civil annoté. Paris 1821. 4.° gr. 1 vol. enc. — 960 réis.

—— Du conseil d'état selon la Charte. Paris 1818. 4.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

Boyer — Dictionnaire anglois-françois et françois-anglois. Édition corrigée par L. F. Fain. Paris 1817. 4.° gr. 2 vol. enc. — 2$880 réis.

Dictionnaire universel du commerce, par une société de negocians, de jurisconsultes, etc. Paris 1805. 4.° gr. 2 vol. enc. — 1$800 réis.

Dictionnaire de l'Académie françoise. 5e édition. Paris 1814. 4.° gr. 2 vol. enc. — 1$920 réis.

Pothier — Pandectes de Justinien, mises en nouvelle ordre; trad. par Bréard Neuville. Paris 1818 a 1823. 8.° gr. 24 vol. boa enc. Com o seguinte:

Analyse des Pandectes par Moreau de Montalin. Paris 1824. 8.° gr. 2 vol. Como se encadernou, formando tudo um só corpo. — 1$800 réis.

José Ferreira Borges — Instituições de economia politica. Lisboa 1834. 8.° gr. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

— Diccionario juridico commercial. Lisboa 1839. 8.° gr. 1 vol. enc. juntamente com o Tratado dos seguros — 2$400 réis.

Principios de syntelologia. Londres 1831. 8.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

Gaspar Pereira da Silva — Fontes proximas do codigo commercial. Porto 1843. 8.° gr. 1 vol. enc. — [illegible] réis.

Belmondi — Code des contributions directes. Paris 1818. 8.° gr. 3 vol. enc. — 960 réis.

Garnier — Morale sociale ou devoirs de l'état et des citoyens. Paris 1850. 8.° gr. 1 vol. enc. — 500 réis.

Michel Chevalier — Lettres sur l'organisation du travail. Paris 1848. 8.° gr. 1 vol. enc. — 600 réis.

Novissima reforma judiciaria. Lisboa 1841. 8.° gr. 1 vol. enc. — 360 réis.

Adam Smith — Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations. Paris 1802. 8.° gr. 5 vol. enc. — 1$200 réis.

Tegoborski — Des finances et du crédit public de l'Autriche. Paris 1843. 8.° gr. 2 vol. enc. — 800 réis.

S. Leon — Etude du crédit public et des dettes publiques. Paris 1824. 8.° gr. 1 vol. enc. — 300 réis.

Rondonneau — Nouveau manuel des maires et adjoints. Paris 1831. 8.° gr. 2 vol. enc. — 360 réis.

Les Lois administratives et municipales de la France. Paris 1823. 8.° gr. 6 vol. enc. — 1$440 réis.

Pebrer — Histoire financière, ou statistique générale de l'empire britannique. Paris 1834. 8.° gr. 2 vol. enc. — 720 réis.

Storch — Cours d'économie politique. S. Petersbourg 1815. 8.° gr. 6 vol. enc. — 1$440 réis.

Nassau William Senior — Three lectures on the cost of obtaining money. London 1830. 8.° gr. 1 vol. enc. — 480 réis.

David Hume — Essai on public credit. London 1817. 8.° gr. 1 vol. enc. — 200 réis.

Pebrer — Colleccion de memorias y documentos sobre la situacion economica de la nacion española. Paris 1834. 8.° gr. 1 vol. enc. — 120 réis.

Segue a designação dos massos de brochuras que estão collocados na estante 8.ª:

1 masso contendo os boletins e annaes do conselho ultramarino de n.° 1 a 22, e a legislação do anno de 1855. — 1$600 réis.

2 massos contendo orçamentos e relatorios apresentados ás côrtes em diversos annos, em numero total de 16. — 1$920 réis.

1 masso com 22 contas da gerencia dos diversos ministerios, apresentadas ás côrtes em differentes annos. — 960 réis.

1 masso com 8 exemplares do Manifesto sobre a execução da carta de lei de 19 de dezembro de 1834. — 720 réis.

1 masso contendo 19 numeros da Revista do Instituto Historico do Rio de Janeiro em formato de 4.° — 1$200 réis.

1 masso contendo 13 exemplares de um discurso do par do reino Fonseca Magalhães. — 200 réis.
1 pequeno masso contendo varios folhetos de 4.º e 8.º relativos á companhia dos vinhos do Alto Douro. — 80 réis.
9 massos de folhetos de 4.º e 8.º, comprehendendo ao todo 450 brochuras, computadas umas por outras a 5 réis. — 2$250 réis
2 massos de papeis avulsos em folio, de pouca ou nenhuma importancia, e que valerão com respeito ao peso. — 960 réis

Estampas:

1 atlas geographico em fol. gr., muito antigo, sem rosto e maltratado. — 600 réis.
Atlas de cartas e mappas geographicos, que pertence á Memoria sobre os descobrimentos dos portuguezes pelo visconde de Santarem. Valerá no estado incompleto em que se acha. — 4$000 réis.
Carta do paiz das margens do Douro, desenhada por Forrester. 2 exemplares. — 1$600 réis.
Planta da cidade de Lisboa em 1650. — 400 réis.
4 desenhos ou vistas da Praça do Commercio de Lisboa. — 960 réis.
26 retratos e lithographias em diversos formatos. — 3$200 réis.

Alem do que fica descripto existem fóra das estantes 10 volumes, todos no formato de folio ordinario, mas de diversas grossuras, e encadernados, que por serem na sua totalidade copias e registos de leis, decretos, regulamentos e correspondencias, expedidos nas epocas em que o ex.mo finado exerceu o cargo de ministro d'estado, formando, por assim dizer, a historia do tempo do seu ministerio, não são susceptiveis de determinado valor no sentido bibliographico propriamente dito: attendendo porém á importancia d'estes documentos, em grande parte ineditos, e ao interesse que forçosamente deve inspirar o desejo de sua posse e conservação ás pessoas ligadas ao sobredito ex.mo finado pelos vinculos da consanguinidade e representação, entendo que estes volumes não devem em caso algum reputar-se em quantia inferior a 120$000 réis, podendo aliás valer muito mais em vista das considerações indicadas.

Importa a presente relação na importancia total de um conto duzentos e cinco mil quinhentos e cincoenta réis. Salvo erro. Lisboa, 26 de janeiro de 1857. = *Innocencio Francisco da Silva.*

INDICE

Advertencia.

SUPPLEMENTO

PRIMEIRO APPENDICE

Explicações de Silva Carvalho, acérca da sua administração financeira, dadas nas sessões da camara dos deputados de 5 e 16 de outubro de 1840 e 30 de janeiro de 1841

SEGUNDO APPENDICE

Correspondencia de Mendizabal com o governo portuguez (1833-1835)

TERCEIRO APPENDICE

QUARTO APPENDICE